

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURAS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS - MAHIS

MARIA ADAIZA LIMA GOMES

**“O BALUARTE DO DECORO E DA MORALIDADE”: O JORNAL *O NORDESTE* E
SUA ATUAÇÃO NO COMBATE AOS MAUS COSTUMES (1922 – 1927)**

FORTALEZA – CEARÁ

2015

MARIA ADAIZA LIMA GOMES

“O BALUARTE DO DECORO E DA MORALIDADE”: O JORNAL *O NORDESTE* E SUA
ATUAÇÃO NO COMBATE AOS “MAUS COSTUMES” (1922 – 1927)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História e Culturas.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa.

FORTALEZA – CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Gomes, Maria Adaiza Lima.

"O baluarte do decoro e da moralidade": O jornal O Nordeste e sua atuação no combate aos "maus costumes" (1922-1927) [recurso eletrônico] / Maria Adaiza Lima Gomes. - 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ⅝ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 184 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: História e Culturas.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa.

1. Imprensa Católica. 2. Discurso. 3. Moralização.
I. Título.

MARIA ADAIZA LIMA GOMES

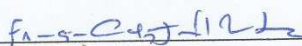
“O BALUARTE DO DECORO E DA MORALIDADE”: O JORNAL *O NORDESTE* E SUA
ATUAÇÃO NO COMBATE AOS MAUS COSTUMES (1922 – 1927)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: História e Culturas.

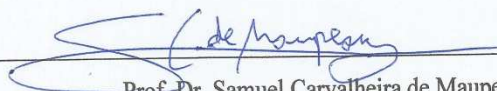
Aprovada em: 24/08/2015.

BANCA EXAMINADORA



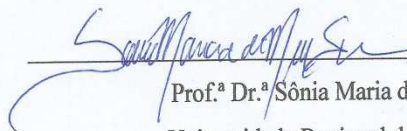
Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa (Orientador)

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Samuel Carneiro de Maupeou

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.ª Dr.ª Sônia Maria de Meneses Silva

Universidade Regional do Cariri – URCA

AGRADECIMENTOS

Chegando ao fim de mais uma etapa da minha vida acadêmica, lembro-me que para chegar até aqui passei por um caminho prazeroso, porém difícil de ser percorrido. Nessa trajetória algumas pessoas me acompanharam e outras apareceram em algum momento no qual precisei de ajuda. Mas todas elas foram essenciais para que eu completasse esse percurso. Gostaria de agradecer a todas essas pessoas por estarem presentes quando precisei.

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Antônio José e Antônia Maria, por terem me educado da melhor maneira que puderam, se esforçando pela minha formação, mesmo com condições financeiras desfavoráveis, pelo amor e pelo cuidado.

Aos meus irmãos, Adriana Gomes e André Gomes, por me apoiarem nas horas necessárias.

A Reversion Nascimento Paula, por estar presente sempre que eu precisei, desde a graduação, compartilhando minhas angústias e também cada conquista. Por me incentivar na pesquisa, me consolar nas horas difíceis e “dar um puxão de orelha” quando necessário. Obrigada, meu amor, por ser meu companheiro na academia e na vida, por ser minha inspiração, pelas experiências vividas juntos, pelos aprendizados em sua companhia, pelos sonhos sonhados em dupla, pelo amor, por cuidar de mim, enfim obrigada por tudo. Serei eternamente grata a ti.

Ao professor Francisco Carlos Jacinto Barbosa. Nunca tive oportunidade de lhe agradecer da maneira que você merece. Obrigada por ser um dos melhores professores que já tive; por aceitar ser meu orientador desde a graduação, mesmo que a temática da minha pesquisa não seja a que você trabalha atualmente; pela paciência, por ter acreditado em mim, pelo aprendizado proporcionado; pelo seu olhar diferenciado sobre as fontes, enfim, por ser o historiador que você é e por contribuir com a minha formação acadêmica.

Aos professores componentes da banca de qualificação e de defesa, Samuel Carvalheira de Maupeou e Sônia Maria de Meneses Silva pelas ricas contribuições dadas a essa pesquisa.

A Janilson Rodrigues Lima, pelas contribuições dadas desde a leitura do meu projeto de pesquisa até discussões em meio à caminhada acadêmica.

Meus agradecimentos àqueles que serão responsáveis por grande parte das minhas boas lembranças da época do Mestrado. Aos amigos Patrícia Marciano, Gabriela Pinheiro e Brayan Correia, pelos momentos felizes compartilhados e por me darem força e incentivo nas horas difíceis; ao Paulo Cesar Sá e ao Adilson Lopes, por me darem dicas sobre a pesquisa; e, especialmente, à Camila Mota Farias e Stênio Ronald Rodrigues pela amizade e pelo

companheirismo que vem desde a graduação. Vocês foram essenciais para que tudo desse certo!

Aos companheiros da turma do MAHIS de 2013, Ana Paula Gomes, Alex Farias, Aryanna Amorim, Claudia Vidal, Elcelane Linhares, Flavio Conceição, Lucas Oliveira, Natália de Lima, Natan Pereira, Nonato Nogueira, Rafaela Lima e Rafaela Moreira, por terem compartilhado as alegrias e angústias da vida de um mestrando.

Aos professores do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) pelos apontamentos teórico-metodológicos que contribuíram para esse trabalho.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), por financiar essa pesquisa.

Aos funcionários do MAHIS, Neto e Rosilda.

Meus agradecimentos a todos vocês que, de alguma forma, fizeram parte dessa jornada!

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de analisar os discursos publicados no jornal católico *O Nordeste*, a fim de perceber de que modo este foi usado pelos seus responsáveis como ferramenta de moralização da população fortalezense, buscando conciliar modernidade e religião nos seus comportamentos. Entre os anos de 1922 e 1927, percebemos a presença constante de textos que tinham a intenção de intervir na conduta dos seus leitores, criticando os considerados “maus comportamentos” e ditando a maneira como estes deveriam agir. O periódico foi fundado em 1922 pela arquidiocese na intenção de defender os interesses da Igreja Católica no Estado do Ceará, a partir da divulgação dos princípios da religião. Assim, seria função dos seus redatores, intelectuais católicos laicos, publicar discursos que trouxessem a ideia de que o catolicismo seria fundamental para o “progresso” da sociedade. Nesse período a cidade passava por reformas urbanas, e também por mudanças econômicas e sociais. Os intelectuais, assim como as camadas abastadas da população e os poderes públicos, tomando como exemplos os grandes centros urbanos europeus, defendiam a ideia de que Fortaleza deveria ser uma cidade ordenada e que sua população deveria ser disciplinada. Com isso, percebemos que os redatores do *O Nordeste*, como membros destes grupos que desejavam uma cidade “civilizada”, mas também representantes da Igreja, se utilizaram dos discursos publicados na folha como estratégia para combater “velhos hábitos”, que não condiziam com a cidade desejada pelos setores dominantes, tais como a falta de higiene, a vadiagem e a prostituição; mas também os novos comportamentos, tidos como modernos, que, no entanto, seriam vistos como uma ameaça à moral católica, tais como frequentar os cinemas, vestir-se de acordo com a moda e praticar as novas danças. Para realizar nossas análises utilizamos como fonte principal o próprio *O Nordeste*, mas pesquisamos periódicos contemporâneos seus, como o *Correio do Ceará* e o *Gazeta de Notícias*, a fim de cruzar seus olhares a respeito do comportamento dos fortalezenses, procurando perceber as singularidades no discurso e na visão de mundo do *O Nordeste*.

Palavras-chave: Imprensa Católica. Discurso. Moralização.

RÉSUMÉ

Ce travail vise à analyser les discours publiés dans le journal catholique *O Nordeste* afin de comprendre comment cela a été utilisé par ses responsables, comme outil de moralisation de la population de Fortaleza, cherchant à concilier la modernité et de la religion dans leur comportement. Entre 1922 et 1927, nous voyons la présence constante de textes qu'avaient l'intention d'intervenir dans la conduite de leurs lecteurs, en critiquant "les mauvais comportements" et en dictant comment ils devraient agir. Le journal a été fondé en 1922 par l'archidiocèse dans une tentative de défendre les intérêts de l'Église Catholique dans l'Etat de Ceará, en partant de la diffusion des principes de la religion. Ainsi, la fonction de leurs écrivains, intellectuels laïcs catholiques, serait publier des discours pour donner l'idée que le catholicisme serait fondamental pour le «progrès» de la société. Pendant cette période, la ville a connu des réformes urbaines, et aussi par les changements économiques et sociaux. Les intellectuels de l'époque, ainsi que les couches aisées de la population et des pouvoirs publics, en prenant comme exemple les grandes villes européennes, en soutenant l'idée que Fortaleza devrait être une ville ordonnée et sa population devrait être disciplinée. Avec cela, nous nous rendons compte que les rédacteurs de l'*O Nordeste*, comme membres des groupes qui voulaient une ville "civilisée", mais aussi des représentants de l'Église, ont utilisé les discours publiés sur la gazette comme une stratégie pour lutter contre "les vieilles habitudes", qui ne cadrerait pas avec la ville désirée par les secteurs dominants, comme une mauvaise hygiène, le vagabondage et la prostitution; mais aussi des nouveaux comportements, perçus comme modernes, mais qui seraient considérés comme une menace à la morale catholique, tels que fréquenter des cinémas, s'habiller à la mode et pratiquer de nouvelles danses. Pour effectuer notre analyse, nous utilisons comme principale source *O Nordeste*, mais recherchons aussi des périodiques contemporains, comme le *Correio do Ceará* et le *Gazeta de Notícias* pour croiser leurs regards sur le comportement des fortalezenses, en essayant de comprendre les particularités du discours et la vision du monde de l'*O Nordeste*.

Mots-clés: Presse Catholique. Discours. Moralisation.

LISTA DE IUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - “VAGABUNDOS, NA RUA DA PRAIA, NA LUTA PELA VIDA”. FONTE: O NORDESTE, FORTALEZA, 12 JUN. 1924, p. 1.....	90
FIGURA 2 - “UMA FAMÍLIA NUM DOS CARROS FERRO-VIARIOS ABANDONADOS”. FONTE: O NORDESTE, FORTALEZA, 12 JUN. 1924, p. 1.....	91
FIGURA 3 - PASSEIO DE AMIGAS NO PASSEIO PÚBLICO EM 1926. FONTE: PONTE, 2001, p.173.	138
FIGURA 4 – “SALADA DA SEMANA”. FONTE: O MALHO, 31 DE JANEIRO DE 1914. ANO 13 594 PG. 22 <i>APUD</i> NETO, 2013, p. 13.	165

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EM DEFESA DA FAMÍLIA CATÓLICA: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO JORNAL O NORDESTE EM PROL DO CATOLICISMO NO CEARÁ	21
2.1 DE ONDE ESCREVO?: O SURGIMENTO DO <i>O NORDESTE</i> , OS INTELECTUAIS CATÓLICOS E O SEU LUGAR SOCIAL	22
2.2 VENDE-SE UM JORNAL CATÓLICO: PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO DO <i>O NORDESTE</i>	37
2.3 RELIGIÃO, PATRIOTISMO, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA: OS PRINCÍPIOS DEFENDIDOS NAS PÁGINAS DO <i>O NORDESTE</i>	50
3 POR UMA CIDADE ORDENADA: O COMBATE AOS COSTUMES NÃO CIVILIZADOS	65
3.1 EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA: A APROPRIAÇÃO DO SABER MÉDICO NO DISCURSO DO <i>O NORDESTE</i>	66
3.2 VADIAGEM: A MÃE DE TODOS OS VÍCIOS	80
3.3 “DESRESPEITO AO DECORO DAS FAMÍLIAS”: O MERETRÍCIO NO DISCURSO DO <i>O NORDESTE</i>	104
4 OS MALES DA MODERNIDADE: O CINEMA, A MODA E AS DANÇAS.....	117
4.1 “A PERVERSÃO DOS CINEMAS”: O CINEMA COMO UM MAL PARA A POPULAÇÃO	118
4.2 MODA: “UM CRIME CONTRA A FAMÍLIA E A SOCIEDADE”	135
4.3 “SI AS CIVILIZAÇÕES FORAM CREADAS COM A CABEÇA, NÃO É ISSO RAZÃO PARA QUE QUEIRAMOS TRANSFORMAR... COM AS PERNAS”: O DISCURSO DO <i>O NORDESTE</i> NO COMBATE ÀS NOVAS DANÇAS	154
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
ACERVOS CONSULTADOS E FONTES.....	176
REFERÊNCIAS	177

1 INTRODUÇÃO

A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes – essa expressão de Clóvis Rossi define bem a atividade jornalística. Compete ao historiador reconstituir os lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem múltiplas personagens.

(Maria Helena Capelato)

Como Capelato afirma, a imprensa, composta pelos veículos que exercem o jornalismo, é possuidora de um grande poder de influência e de formação de opinião para com o seu público leitor. Além disso, sendo um meio pelo qual eram divulgados fatos do cotidiano de uma determinada época, ela transmite discursos e ideias que são parte de um processo histórico. Concordando com a autora, acreditamos ser função do historiador, a partir de uma análise crítica, trazer à tona, conhecer, analisar e problematizar a história existente no universo da atividade jornalística.

Nessa perspectiva, nos propomos, neste trabalho, a analisar os discursos publicados no diário católico *O Nordeste*, num período que vai de 1922 a 1927, a fim de perceber de que modo este foi utilizado pelos seus responsáveis como instrumento moralizador da população, buscando conciliar modernidade e religião nas condutas dos fortalezenses. Através de notícias, queixas, denúncias, campanhas etc., seus redatores, assim como leitores, criticaram os comportamentos indesejáveis e ditaram a maneira como se deveria agir no espaço urbano.

Como iremos ver no primeiro capítulo, este periódico foi fundado como forma de aproximar a Igreja Católica de seus fiéis, na intenção de conservar seu prestígio e sua influência na sociedade cearense. No entanto, para compreendermos as ideias defendidas em suas páginas, devemos percebê-lo não só como um instrumento de evangelização utilizado pela Igreja, mas também como um meio empregado por estes intelectuais laicos, membros das camadas abastadas, para defender seus interesses e seus valores. Visto desse modo, e compreendendo que, se tratando de historiografia, a contextualização temporal e a espacial andam juntas na delimitação de um objeto, consideramos necessário pensar na cidade de Fortaleza daquele período. Segundo Ítalo Calvino:

Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas

das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado. (CALVINO, 2006, p. 14).

Como sugere Calvino, o que interessa na cidade não é sua parte física, mas sim a relação entre seu espaço e seus habitantes. São as práticas sociais vivenciadas neste espaço e também os seus significados que fazem a história. Pensando nessa conexão entre a cidade e as práticas sociais nela existentes, compreendemos que, ao entender o momento pelo qual a cidade de Fortaleza passava, no início do século XX, perceberemos também muitos dos pensamentos, normas e valores nela difundidos por seus habitantes e pela sua imprensa. Afinal, o que se publicava nos periódicos era, de certo modo, reflexo do que estava acontecendo na cidade e no país naquele momento.

Na virada do século XIX para o século XX, com a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, as cidades brasileiras, principalmente as capitais, passaram por transformações, ocorridas nos campos político e econômico, que intensificaram o seu desenvolvimento e urbanização. Acentuou-se também, nos principais centros urbanos, uma busca em se alinhar com a modernidade, em que essas cidades deveriam, na perspectiva dos setores abastados e dos poderes públicos, ser remodeladas e disciplinadas. Nesse contexto, em Fortaleza a cidade e seus habitantes passaram a ser alvo de problematizações, surgindo a necessidade de organização do espaço urbano, o que implicava a imposição de novas regras de comportamento.

Conforme nos diz Ponte (2011), guardadas as particularidades de cada centro urbano, ocorreu mais ou menos o mesmo processo nas mais importantes cidades brasileiras, entre o final do século XIX e a década de 1930. Processo este em que, ao mesmo tempo em que se procurava remodelar estruturalmente o espaço público, tinha-se também a intenção de adequar o comportamento da população a ele.

Procurou-se inserir nas cidades novos hábitos, cuidados higiênicos, e interesse para o trabalho. A partir de então, todos os comportamentos que não estivessem nesses moldes, seriam considerados, pelos setores dominantes, obstáculos para a inserção do “progresso”. Ponte (Ibid.) nos diz que em Fortaleza, a partir da segunda metade do século XIX, com maior intensidade na Primeira República, ocorreram tentativas parecidas de modernização da cidade.

Maria Auxilidora Lemenhe (1991) aponta que nesse período Fortaleza conquistou, gradativamente, sua hegemonia, no Estado, com a exportação de algodão para outras cidades do Brasil e do mundo, concentrando, dessa forma, as rendas tributárias do Ceará.

Ricardo Oriá e Gisafran Jucá (*apud* SOUZA *et al*, 1995) afirmam que a pretensão

remodeladora da cidade se impulsionou a partir de 1860, com o aumento da exportação algodoeira, que proporcionou a emergência de novos grupos sociais formados por comerciantes enriquecidos com as importações e exportações e por profissionais liberais como bacharéis, médicos, engenheiros, jornalistas e literatos, formados nas academias de ensino superior do Brasil e da Europa. Estes compartilhavam de ideais de progresso e modernidade vindos dos grandes centros europeus e em voga nas cidades brasileiras naquele momento. Eles seriam, desta forma, idealizadores de uma remodelação para a cidade, na qual se incluiria a construção de novos equipamentos e serviços, como é o caso da instalação da iluminação a gás e da elaboração da “Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios” pelo engenheiro e arquiteto Adolfo Herbster, em 1875. De acordo com Sônia Menezes Silva (2000, p. 28), “tais obras visavam principalmente a romper com a estrutura rural de pequena vila que era a base da organização de Fortaleza”.

Desde a segunda metade do século XIX, Fortaleza experimentara, também, um crescimento demográfico considerável. Em 1813 a população era de aproximadamente 12 mil habitantes e, no final do século, chegou a mais ou menos 50 mil (ORIÁ; JUCÁ *apud* SOUZA *et al*, 1995). Na década de 1920, período por nós estudado, esse número subiu para aproximadamente 79 mil (IBGE, 1986).

De acordo com Ponte (2001), o crescimento da população nesse período deve-se aos seguintes fatores: o crescimento comercial, novos serviços urbanos, a industrialização, a abolição do trabalho escravo e as secas periódicas. Devido a esse aumento populacional, teriam crescido os problemas sociais, pois se dificultou o controle da população (Ibid.).

Por esse motivo, os poderes públicos teriam investido em medidas de disciplinarização da população, visando a implantação de uma nova ordem urbana, almejando assim o progresso e a modernização da cidade (ORIÁ; JUCÁ *apud* SOUZA *et al*, 1995).

Além disso, Diocleciana Silva (2004) assinala que apesar do desenvolvimento, Fortaleza era caracterizada, na década de 1920, também pelos altos índices de pobreza, pela forte tradição católica e pelos predominantes costumes rurais, ditos provincianos. Tais hábitos, que já eram combatidos desde o século XIX, seriam alvos de críticas e de medidas de controle com uma maior intensidade no início do século XX, principalmente nos discursos dos periódicos. Para a autora,

De fato, no mesmo momento que artigos se referem à modernização de equipamentos urbanos da cidade, havia reclamações sobre lixo e festas nas ruas, precariedade de bondes, mendigos nas praças, evidenciando a contradição entre a realidade social e o projeto de sociedade presente no seio de discursos, muitas vezes veiculados pela mesma fonte jornalística (SILVA, Ibid., p. 70).

Esses discursos, relacionados com os anseios por uma cidade urbanizada, estavam ligados às preocupações com sua organização, higienização e seu “progresso”, principalmente por parte dos setores dominantes e dos poderes públicos locais. Através dos textos publicados cotidianamente, tanto redatores como leitores de alguns jornais da cidade buscavam ajustar a conduta da população à civilização¹ por eles almejada. As queixas nos jornais, então, demonstravam a preocupação que seus organizadores tinham com alguns hábitos dos fortalezenses, que eram vistos como opostos à ordem na cidade.

É nesse cenário que está inserido a nossa temática. Buscando perceber *O Nordeste* dentro desse contexto, mas também observando suas singularidades, é que objetivamos problematizar seus discursos, publicados num período que vai de 1922 a 1927, a fim de perceber de que modo ele foi utilizado como estratégia para interferir na conduta da população.

Escolhemos o ano de 1922 como sendo o ponto de partida desse trabalho porque foi o ano de fundação do periódico aqui analisado. Desde este primeiro momento, percebemos bastante clara a intenção, tanto de seu fundador como de seus redatores, de defender os interesses católicos e de moralizar o público leitor.

Finalizamos nosso recorte temporal no ano de 1927, pois, diante de nosso trabalho de pesquisa, percebemos uma diferenciação no modo de proceder e até mesmo na confecção do jornal e dos assuntos abordados. Isso porque este foi um ano de crescimento para *O Nordeste*. Ele passa a ser o diário de maior assinatura do estado e começa a ter duas publicações diárias, uma de oito páginas pela manhã e uma de quatro páginas pela tarde, ou seja, seu número de páginas triplicou. No entanto, os textos que se referem ao comportamento da população diminuem consideravelmente ao mesmo tempo em que aumentam os espaços para a publicação de assuntos variados, como as notícias do país e do mundo, as sessões de contabilidade, de esportes, de literatura, e a página jurídica.

Acreditamos em uma mudança de estratégia dos redatores em relação às publicações do periódico, visando, provavelmente, conquistar um público maior e mais variado. Neste momento não é somente o porta-voz da Igreja Católica no Ceará, pois passa a enfatizar a transmissão de informações variadas para o seu leitor.

¹ Segundo Norbert Elias (1993), aconteceu, nas civilizações ocidentais modernas, um processo que resultou na transformação das condutas e dos sentimentos humanos, em que estes foram modelados. A esta o autor denominou “processo civilizador”.

Não estamos afirmando que neste ano *O Nordeste* perdeu totalmente a característica que tinha de aconselhar, criticar e tentar intervir nos hábitos dos fortalezenses, mas o que se via quase que diariamente no começo de suas publicações, a partir desse ano, passa a ser visto cada vez com menor frequência.

Além disso, Tânia Furtado (1990) aponta que na década de 1920 a religião teria ocupado um lugar de destaque nas suas páginas, no entanto, já no início da década de 1930 a folha passa a dar uma maior ênfase aos assuntos políticos.

Pela percepção dessas mudanças em relação ao conteúdo das publicações do *O Nordeste* é que acreditamos na pertinência do ano de 1927 como recorte final para o que temos nos proposto a analisar no decorrer de nosso trabalho.

A escolha temática dessa pesquisa é resultado de certo tempo de estudos em um projeto inicial sobre os discursos dos jornais fortalezenses nas décadas de 1910 e 1920. Inicialmente, objetivava-se analisar alguns jornais publicados nesse período, como o próprio *O Nordeste* (fundado em 1922) e, também, o *Correio do Ceará* (fundado em 1915) e o *Gazeta de Notícias* (fundado em 1927), a fim de percebê-los como instrumentos moralizadores da população fortalezense por parte dos grupos aos quais pertenciam. Estes tinham em comum o fato de publicarem textos nos quais era perceptível a intenção de corrigir a conduta da população, adequando-a aos padrões de comportamento desejados pelos intelectuais da época, assim como pelas camadas abastadas e pela administração pública. Para estes, condutas como a vadiagem, o alcoolismo, a prostituição, entre outras, eram tidas como transgressões, como práticas que deveriam ser evitadas, pois representavam atentados contra a ordem pública.

Porém, apesar dessas semelhanças entre os periódicos estudados, percebemos singularidades existentes no Jornal *O Nordeste*. Uma delas se refere à própria intenção do seu fundador no momento de sua criação. Este foi fundado por Dom Manoel, em 1922, como órgão ligado à Arquidiocese que deveria ser voltado para a difusão e defesa dos princípios do catolicismo no Estado, com o intuito de preservar seu poder de influência dentro da sociedade. Para realizar este trabalho, o arcebispo contou com a ajuda de intelectuais laicos a quem designou a função de organizar a folha. Estes se utilizariam do periódico também na disseminação dos seus pensamentos e dos padrões comportamentais por eles desejados para a população.

O Nordeste, então, desde sua fundação deixou claro seu papel de militância em prol dos ideais católicos, de moralização da população e de intervenção em seu modo de pensar e agir. Mas, além disso, teve como característica própria do seu discurso uma busca em

adequar as ideias de modernidade e de progresso, defendidas pelos intelectuais da época, aos princípios da religião católica.

Desta forma, percebemos a existência da dualidade entre a “civilização” que era desejada pelos seus redatores e a modernidade negada pelos mesmos. Ao mesmo tempo em que estes defendiam costumes civilizados para os fortalezenses, principalmente para os mais pobres, criticavam comportamentos tidos como modernos, praticados principalmente pelas camadas abastadas, os quais contrariavam a moral católica. Desta forma, o periódico buscou ajustar os hábitos da população de maneira que unisse civilidade e ensinamentos religiosos no modo de agir destas pessoas.

Outra característica que, no nosso ponto de vista, foi relevante para a escolha do *O Nordeste* como tema de pesquisa é a adoção do campanhismo como *estratégia* para que mobilizar a população e para recorrer ao poder público, a favor dos seus interesses. Ou seja, ele teve uma participação diferenciada em relação aos outros periódicos do mesmo período, pois ele não só divulgava suas ideias, mas também procurava outras formas de contribuir para que os “maus comportamentos” fossem combatidos, principalmente fazendo com que a polícia os reprimisse.

Assim, além de tentarem disseminar seu ponto de vista a respeito de como a população deveria agir, os redatores do periódico davam início a diversas campanhas moralizadoras, a fim de movimentar tanto os poderes públicos como a própria população para combaterem os “maus costumes”, que muitas vezes eram retratados como problemas sociais.

Desta forma, quando julgavam que determinada conduta deveria ser reprimida, lançavam tais campanhas e pediam a ajuda dos leitores para que denunciassem as pessoas que as praticavam e os locais onde elas aconteciam. Assim, estas campanhas consistiam na publicação de textos moralizadores a respeito do comportamento dos habitantes da cidade, e também em queixas e denúncias feitas tanto pelos redatores da folha como pelo seu público. Elas tinham também a intenção de cobrar das autoridades as providências necessárias para que tais hábitos fossem controlados.

Sendo assim, acreditamos que, com elas, os redatores do *O Nordeste* pretendiam influenciar a opinião pública (HABERMAS, 2003, p. 277), fazendo com que os problemas por ele apontados fossem assumidos pela sociedade e esta reivindicasse sua resolução. Habermas (Ibid.) defende que “a opinião pública reina, mas não governa”. Deste modo, caberia a ela demandar soluções por parte dos poderes públicos.

Era exatamente essa a característica que definia as campanhas do *O Nordeste*. Elas não eram somente denúncias. Eram mais que isso, porque tinham a intenção de mobilizar

a sociedade e, junto com ela, cobrar providências por parte da administração pública em prol da moralização. Com elas, *O Nordeste* tinha a pretensão de ser a vanguarda, o “baluarte do decoro e da moralidade” em Fortaleza.

É interessante observar também a relação de cumplicidade que o periódico tinha, ou demonstrava ter, com os seus leitores. Era muito comum em suas folhas as queixas da população a respeito de alguns fatos ocorridos na cidade. Algumas destas cartas eram anônimas ou assinadas apenas como “um pai de família”, ou “um leitor”. Não podemos afirmar se estas cartas haviam sido enviadas pelos leitores, ou se haviam sido escritas pelos próprios redatores do jornal na intenção de criar para si uma reputação de representantes do povo fortalezense. O fato é que era grande o esforço feito para passar ao público a ideia de que *O Nordeste* era seu porta-voz. O próprio jornal se dizia defensor dos bons costumes e das famílias.

Visto isso, é relevante, ao pensar a atuação do *O Nordeste* em Fortaleza e sua influência naquela sociedade, perceber que seus redatores se utilizaram de seu discurso como *estratégia* para a propagação de suas ideias na cidade e também para a disseminação de seus valores e interesses.

Entendemos por estratégia:

o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.) (CERTEAU, 1994, p. 99).

Portanto, a estratégia tem um lugar próprio de querer e de poder. Para Certeau (Ibid.), ela é o ambiente no qual são elaborados mecanismos com a finalidade de atingir alguém que está em um local exterior. Ou seja, as estratégias são planejamentos vindos de quem detém algum tipo de poder para os que não o detém. *O Nordeste*, então, seria este “lugar próprio” para os seus redatores, que se utilizavam de seu *discurso* como *estratégia* pensada com o fim de disseminar os princípios católicos para a população, assim como para construir para ela um padrão de comportamento condizente com suas visões de mundo.

Foi a partir deste, publicado em editoriais, notícias, queixas, denúncias, entre outros, que os intelectuais católicos defenderam seus interesses e buscaram moralizar os fortalezenses.

Para Foucault (2012, p.9),

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem, revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso — como a psicanálise nos mostrou —, não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que — e isso a história não cessa de nos ensinar — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, é o poder do qual nós queremos apoderar.

Ou seja, podemos perceber, através dos discursos publicados no *O Nordeste*, que seus redatores tinham o desejo de influenciar os seus leitores (e também os não leitores) a agirem e pensarem de acordo com os seus interesses. No entanto o próprio *discurso* pode ser visto como objeto de desejo já que ele mesmo é uma ferramenta de poder. No caso aqui estudado, o discurso seria uma *estratégia* utilizada para interferir na conduta da população.

No entanto, as fontes por nós analisadas apontam que, ao mesmo tempo em que haviam as *estratégias* de moralização, haviam também as *táticas* praticadas pela população, maneiras encontradas para continuarem agindo como de costume.

Para Certeau, a tática é:

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distancia, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” [...] e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesmo um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. O que ela ganha não se conserva. [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Criar ali surpresas. Conseguir estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 1994. pp.100 e 101).

As *táticas* seriam, dessa maneira, as astúcias praticadas pelos que não possuem um lugar próprio e que, portanto, não possuem poder. Apesar delas não aparecerem sempre de forma clara nos discursos publicados na folha, podemos perceber, nas entrelinhas, a sua existência, já que ao mesmo tempo em que vemos as críticas do jornal a respeito das condutas da população constatamos também que ela se utilizava de artifícios para continuar realizando tais comportamentos.

Sendo assim, mesmo que a nossa intenção seja perceber o discurso do jornal como *estratégia* para interferir nos hábitos dos fortalezenses, não podemos afirmar que ele tenha sido aceito de maneira passiva, já que algumas pessoas encontrariam maneiras de burlar o controle que lhes era imposto.

Desta forma, seguindo a linha de pensamento desenvolvida por Certeau (1994), temos que levar em consideração que o consumidor nunca é passivo, mesmo que o discurso do jornal tenha conseguido alcançar seus objetivos moralizantes em alguns casos, a população fortalezense não assimilou este discurso de maneira estática e imutável. Assim como já mencionamos, através de suas táticas, estes usaram suas astúcias e do não possuímento de um lugar próprio de poder para “jogar” e se apropriar da maneira que mais se adequasse a sua realidade cotidiana.

Para realizar nossas análises em torno do discurso do *O Nordeste*, pesquisamo-lo e também outros periódicos contemporâneos seus, como o *Correio do Ceará*, e o *Gazeta de Notícias*, a fim de cruzar seus olhares a respeito dos valores e do comportamento dos fortalezenses, procurando perceber as singularidades em relação às suas ideias e à sua atuação.

Pensando na percepção dessas singularidades, procuramos atentar-nos, para as seguintes questões: Como se davam as estratégias discursivas no jornal para conseguir difundir comportamentos adequados aos ensinamentos do catolicismo? Quais princípios morais eram difundidos para sociedade fortalezense por parte deste periódico? O que motivou *O Nordeste* a defendê-los?

Assim, dividimos este trabalho em três capítulos. Acreditamos que, para analisar os discursos publicados no *O Nordeste*, e a fim de compreender as ideias neles defendidas, em primeiro lugar, devemos conhecer quem eram seus responsáveis, quais seus interesses, e saber para qual público leitor era direcionado. Pensando nisso, concentramos essa discussão no nosso primeiro capítulo.

Deste modo, buscamos neste capítulo perceber de que modo se dava a atuação do *O Nordeste* em Fortaleza na divulgação dos ideais católicos. Para isso, dividimos em três tópicos. O primeiro tem a intenção de compreender quem era o jornal e qual o seu *lugar social* (CERTEAU, 1982) naquele período. Deste modo, analisaremos o processo que resultou na criação da folha, no intuito de saber com qual propósito ela foi fundada pela Arquidiocese; e discutiremos ainda quem eram os sujeitos “por trás” do periódico, ou seja, quem eram seus redatores, quais grupos o patrocinavam, para qual público era voltado, etc.

No segundo tópico, analisaremos o processo de produção, distribuição e consumo do *O Nordeste*. Discutiremos como se dava a sua confecção, os agenciamentos de compra e venda e quais grupos tinham acesso à folha. Com isso temos a intenção de discutir as estratégias realizadas para a propagação do jornal na cidade de Fortaleza no Estado, no

período estudado; e ainda qual era o seu público alvo, ou seja, para quem os discursos publicados em suas páginas eram direcionados.

No terceiro discutiremos as ideias de “família”, “religião” “educação” e “pátria”, defendidas na folha, e de que modo elas foram utilizadas como fundamentação para um discurso que argumentava a importância do catolicismo para o progresso do país..

Nos dois capítulos seguintes, problematizamos os discursos moralizadores do jornal a respeito do comportamento da população. No entanto, no segundo capítulo focamos nos hábitos já praticados pelos habitantes de Fortaleza, que foram alvos de reclamações por não se adequarem aos padrões desejados pelos setores dominantes: a falta de higiene, a vadiagem e a prostituição. Já no terceiro capítulo discutimos o discurso da folha em relação a novos comportamentos, considerados modernos na época, mas que foram criticados por não estarem de acordo com os ensinamentos católicos. Outro ponto que diferencia estes capítulos é que no segundo *O Nordeste* fala principalmente a respeito do comportamento das camadas populares, já no terceiro ele fala especialmente sobre os hábitos dos setores abastados.

No segundo capítulo temos como proposta perceber as estratégias discursivas do *O Nordeste* no combate aos comportamentos transgressores praticados na cidade, e, conseqüentemente, sua tentativa de estabelecer um padrão de comportamento moralizado para o cidadão católico fortalezense, condizente com a cidade moderna almejada pelas camadas abastadas, pelos intelectuais e pelos poderes públicos locais. Para isso, partindo da observação das fontes, resolvemos dividi-lo em três partes.

Na primeira discutiremos a participação tanto dos organizadores do jornal como dos seus leitores na divulgação do discurso médico e na tentativa de construção de uma cidade higienizada através de artigos, queixas e denúncias contra a falta de higiene pública.

Na segunda parte, analisaremos o discurso do periódico a respeito da vadiagem (onde se incluem a prática dos jogos de azar e o alcoolismo) e suas campanhas moralizadoras contra esta. Buscaremos perceber a ideia de “vadiagem” e de que maneira ela foi utilizada como discurso para a formação do trabalhador livre nacional após a Abolição da escravidão no Brasil. Dialogaremos também com Frederico de Castro Neves (2000) e Francisco Linhares Fonteles Neto (2005), a fim de perceber quem eram os “vadios” em Fortaleza no começo do século XX, e qual a ideia de vadiagem na cidade, visto que ela representava um incômodo para os grupos desejosos de uma cidade “higienizada” e ordenada.

Na terceira parte, analisaremos os discursos do periódico a respeito da prostituição na cidade e a sua utilização por parte de seus redatores e de seus leitores como

local de reclamações contra esta prática e como iniciador de uma campanha pela localização do meretrício longe do centro da cidade.

No último capítulo, traremos reflexões sobre como *O Nordeste* se posicionou a respeito dos novos costumes existentes na cidade, tidos como “modernos”, mas que iam contra os interesses da Igreja Católica. Percebemos, nas campanhas empreendidas pelo jornal, seu interesse em impedir a prática destes novos costumes.

No primeiro tópico discutiremos o discurso do *O Nordeste* a respeito do cinema em Fortaleza. Geralmente o jornal apontava os grandes males sociais modernos como consequências das exibições cinematográficas, entre eles os excessos da moda, a levandade dos rapazes e das moças, os escândalos nos bailes e avenidas.

No segundo, analisaremos as ideias do *O Nordeste* a respeito da moda em Fortaleza no período. Dessa maneira, nossas reflexões vão girar em torno do combate que era feito à moda feminina, tida como um mal para a família e para a sociedade.

No último tópico problematizaremos o discurso do periódico a respeito dos bailes e das danças tidas como “modernas” na época. Em seus artigos, reclama dos bailes da época dizendo que nem as mães nem as filhas católicas poderiam frequentá-los devido ao próprio ambiente, ao canto, às músicas, aos vestidos, aos movimentos, etc., todos estes aspectos eram retratados como imorais.

É nessa perspectiva que analisaremos de que modo o jornal *O Nordeste* buscou estabelecer um padrão moral e comportamental para a sociedade da capital cearense nos anos compreendidos entre 1922 a 1927, no que se refere ao estudo dos seus discursos. Partindo de nossas reflexões teóricas, buscaremos analisar as fontes aqui citadas, dialogando também com a historiografia local a fim de chegar a uma conclusão a respeito das questões aqui apresentadas.

No entanto, como acentua Chartier (1999), os leitores assumem o comando das obras as quais eles leem. Sendo assim, os textos não possuem um único significado, cabendo ao leitor a sua interpretação para, assim, formar um sentido para o conteúdo lido. Dessa forma, o trabalho aqui apresentado é a nossa interpretação a respeito dos discursos publicados no *O Nordeste*, e você, caro leitor, é nosso convidado a participar destas reflexões.

2 EM DEFESA DA FAMÍLIA CATÓLICA: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO JORNAL O NORDESTE EM PROL DO CATOLICISMO NO CEARÁ

Ao estudarmos a História do Brasil, podemos perceber que a Igreja Católica foi uma instituição de grande influência na sociedade brasileira, desde a colônia. Porém após a proclamação da República, com a nova constituição, que tornou o Brasil um estado laico, essa influência foi ameaçada, pois, juridicamente, ela não faria mais parte da esfera pública, e sim da vida privada da população, o que poderia diminuir o seu poder de influência na sociedade. Assim, com a separação entre a Igreja e o Estado, houve um interesse por parte daquela em buscar manter seu espaço como uma das principais e mais poderosas instituições do país. Dessa forma, o clero buscou novos meios de divulgação da religião e de aproximação com os fiéis.

Como estratégia para seu plano, foi dada uma atenção especial à imprensa, na intenção de obter uma maior influência na vida pública. Assim, as décadas de 1910 e 1920 tiveram como características a proliferação de jornais católicos em todo o país. Para realizar essa empreitada, os clérigos contaram com a ajuda fundamental de leigos que, na condição de redatores ou colaboradores das folhas confessionais, atuaram numa busca pela mobilização da população católica no cumprimento dos interesses da religião.

No Ceará, *O Nordeste* foi o principal jornal a exercer essa função. Intelectuais supervisionados pelo clero, a exemplo de Andrade Furtado, atuaram na confecção da gazeta contribuindo para a propagação dos ideais católicos pelo Estado, orientando a população, educando-a, moralizando-a e corrigindo-a.

Neste capítulo, buscamos perceber de que modo se deu a atuação do *O Nordeste* como representante da Igreja e defensor do catolicismo no estado, buscando estabelecer-se como o principal periódico da região e, assim, difundir os ideais católicos no Ceará. Para isso, no primeiro tópico, atentaremos para alguns aspectos, tais como o processo que resultou na criação do jornal pela Arquidiocese de Fortaleza, já que a partir daí poderemos perceber a intenção que esta instituição tinha de influenciar as ideias de seus fiéis.

Entendendo que um texto traz consigo muito dos interesses e valores de quem o escreveu, e com o intuito de compreender os significados dos discursos publicados na folha, analisaremos ainda o lugar social ao qual pertenciam os responsáveis pela sua confecção e a influência destes naquela sociedade.

No segundo tópico, estudaremos o processo de produção, distribuição e consumo do *O Nordeste*, na intenção de perceber como se deram as estratégias e agenciamentos do clero e dos responsáveis pela sua difusão pelo Estado, fazendo com que viesse a ser, posteriormente, o jornal de maior número de assinaturas. Consideramos importante também perceber quem era o seu público alvo e quem eram seus leitores, a fim de observar quais os grupos que a gazeta representava e para quem seus discursos eram direcionados.

Por fim, no terceiro tópico, iremos discutir quais os princípios defendidos nas páginas do periódico, a fim de perceber como, a partir dos discursos publicados, buscou-se criar a ideia de que a religião seria fundamental para o progresso da sociedade, defendendo, desta forma, o pensamento de que os leitores deveriam viver de acordo com os seus ensinamentos.

A maioria das fontes abordadas neste capítulo é de 1922, pois, por ser o ano de fundação do jornal, publicaram-se diversas notícias sobre o seu surgimento, além de editoriais que demonstravam qual seria a função do *O Nordeste* na sociedade e, também, quais seriam as ideias defendidas em suas páginas. Ademais, nesse mesmo ano, comemorou-se o primeiro centenário da independência do Brasil e, por esse motivo, foi propagado com maior intensidade o discurso que apontava o catolicismo como a salvação para o país.

2.1 DE ONDE ESCREVO?: O SURGIMENTO DO *O NORDESTE*, OS INTELECTUAIS CATÓLICOS E O SEU LUGAR SOCIAL

Como dissemos acima, após a Proclamação da República, em 1989, através de um decreto do governo provisório, foi estabelecida no Brasil a separação oficial entre a Igreja e o Estado. Com a promulgação da constituição de 1891, do ponto de vista jurídico, atribuições que faziam parte dos papéis prestados pela Igreja foram assumidas pelo Estado Brasileiro. A partir de então, de acordo com a legislação, a religião não faria mais parte da esfera pública, e sim da vida privada. De acordo com Francisca Rafaela Parga (2012, p. 19), “uma vez que a separação entre a Igreja e o Estado era fato consumado do ponto de vista jurídico, as ações para se reaproximar do poder temporal não tardaram a se efetivar ainda nos primeiros anos após a Proclamação da República”. A partir daí, a Igreja começou uma busca pela recuperação do seu prestígio na administração pública e também pela manutenção da tradição católica no país.

Com esse intuito de reaproximar a Igreja do Estado, os clérigos utilizaram-se de vários meios, como a negociação direta com as oligarquias locais, a ampliação da rede

católica de ensino, um restabelecimento de suas estruturas internas, o que possibilitou o aumento do número de dioceses e a associação com leigos e com a imprensa. Desse modo, a Igreja buscou formas de se adaptar à nova constituição, almejando reconquistar seu espaço dentro daquela sociedade. Isso foi feito tanto pela cúpula eclesiástica nacional quanto pelos dirigentes católicos locais. Parga (2012) destaca o empenho dos núcleos regionais nessa empreitada ao aduzir que houve, de certo modo, uma regionalização nas ações da Igreja, devido ao relacionamento entre os governos de cada unidade da federação e os dirigentes responsáveis por comandar a religião nessas regiões, contribuindo, assim, para que em cada estado fosse desenvolvida uma política religiosa própria. A autora assinala que, mesmo com a regionalização, os bispos e arcebispos procuraram, de certa forma, estabelecer uma relação nacional entre suas ações.

Pouco tempo após a promulgação do decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, o episcopado começou a agir. Os bispos brasileiros, então, foram convocados pelo núncio apostólico², Mons. Spolverini, para uma reunião com a finalidade de discutir a situação em que se encontrava a Igreja após a Proclamação da República, e de decidir os caminhos a serem seguidos para evitar que o catolicismo perdesse totalmente sua influência no país. Como resultado dessa reunião, foi lançada a primeira Carta Pastoral Coletiva do episcopado brasileiro no mesmo ano, na qual foi expressa a preocupação dos líderes da Igreja com o estabelecimento do caráter laico do Estado (GOMES, 2006). De acordo com Edgar da Silva Gomes (Ibid., p. 197):

Objetivamente a elite eclesiástica devia ter noção de que o decreto de separação Estado-Igreja não seria revogado, mas precisava lutar contra o fantasma do anticlericalismo que atormentou o catolicismo na Europa e garantir uma situação no mínimo mais cômoda no Brasil do que foi para os católicos a separação do poder secular no novo mundo.

Este documento foi lançado no dia 19 de março de 1890 com o título *O Episcopado brasileiro ao clero e aos fiéis da Igreja e do Brasil*. Como o próprio título diz, ele se dirigiu ao clero e aos fiéis católicos, trazendo uma reflexão sobre sua religiosidade naquele momento, e convocando-os a lutarem contra os males trazidos pela modernidade, em defesa do catolicismo no Brasil:

Oh! Que chegados somos, em verdade, a uma dessas tristes épocas, em que o triunfo da iniquidade sopea todo o sentimento bom e abocanha toda a virtude. (...) Que

² O núncio apostólico é o representante da Santa Sé que desenvolve uma missão diplomática perante os Estados e as igrejas locais.

fazer? Cruzar os braços na acídia, na frouxidão e calar? Ó Sacerdotes, ó católicos, fora um crime! Pois quando vemos as injustiças, em vez de bradar contra as injustiças, havemos de calar-nos? Pois quando a verdade é atacada, em vez de sairmos a público em defesa da verdade havemos de abafá-la e escondê-la debaixo do silêncio? Pois quando procuram por todos os meios destruir a nossa Religião, a nossa fé, que é o fundamento de todas as nossas esperanças no tempo e na eternidade, e de que depende o bem-estar e a felicidade nossa, de nossas famílias, de toda a sociedade, havemos de ficar indiferentes, invisíveis, como se nada fora conosco? É isto razão? É isto justiça? É isto valor? É isto honra? É isto espírito cristão? Ó Sacerdotes! Ó fiéis católicos! Que não suceda assim!

É hora de despertar do sono, de despertar da inércia, de estimular brios, de agir com valor e de concerto, de combinar um grande e generoso esforço para defender, restaurar e fazer reflorescer a nossa Religião e salvar a nossa pátria. (EPISCOPADO BRASILEIRO. Pastoral Coletiva, 1890 *apud* NEVES 2014, p. 90).

Como podemos perceber no texto, o Episcopado procura passar a ideia de que religião seria a solução para os problemas enfrentados pela sociedade naquele momento. Ou seja, para salvar o país seria necessário colocar o catolicismo como a fundamentação da sociedade. A nação deveria voltar-se para a religião para alcançar o sucesso e a felicidade. Deste modo, seria dever do clero, e também dos fiéis, a luta em prol da religião católica no Brasil, frente às ameaças ao poder da Igreja.

De acordo com Flávio Rodrigues Neves (2014), o documento apontava também a obrigação cristã de prover financeiramente a religião e de manter a imprensa católica por meio das assinaturas, visto que, com a instauração da laicidade, a instituição deixara de contar oficialmente com uma renda vinda do Estado.

Como dissemos anteriormente, um dos caminhos encontrados para difundir os ensinamentos aos fiéis foi a imprensa, devido ao alcance das folhas e a necessidade de propagação das suas ideias, e ao fato de ser um meio de luta contra os opositores. Por esse motivo, a Carta também convoca os religiosos a se dedicarem na sua manutenção:

Há, porém, uma forma que quiséramos ver-vos revestir hoje mais particularmente o vosso amor para com a Igreja; quiséramos ver-vos todos empenhados na difusão da imprensa católica, como um meio de atalhar quanto possível os estragos da imprensa ímpia (EPISCOPADO BRASILEIRO. Pastoral Coletiva, 1890 *apud* NEVES Ibid., p. 94).

O uso da imprensa foi, portanto, uma importante estratégia utilizada para defender os preceitos e a moral religiosa, para lutar a favor da Igreja e para se defender dos seus inimigos, como a citada “imprensa ímpia”, ou seja, a imprensa que defendia ideias contrárias às da Igreja. Já aí podemos perceber a dicotomia comumente estabelecida entre uma suposta “boa imprensa” e uma “má imprensa”.

Segundo Francisca Rafaela Parga (2012), as décadas de 1910 e 1920 foram fecundas para o surgimento de folhas confessionais no Brasil. Porém, a autora assinala que nenhuma publicação desse tipo conseguiu um alcance nacional, sendo estes periódicos limitados a um alcance local. Eles eram organizados pelas paróquias, dioceses e arcebispados. Seu êxito dependia da recepção e do engajamento da comunidade católica local.

Outra ação muito importante tomada pelos clérigos foi fortalecer o laicato, criando associações civis católicas, objetivando incentivar a população a exercer um catolicismo mais atuante, que não se restringisse à prática privada e sim que extrapolasse para um comportamento militante (Id., Ibid.). Essa ação está relacionada com o surgimento das folhas confessionais, visto que “coube a intelectuais leigos da classe média urbana brasileira a tarefa de divulgação da doutrina religiosa, porque faltavam, nos quadros do clero, sacerdotes com preparação suficiente para essa incumbência” (FURTADO, 1990).

Pelo motivo citado acima foi que, segundo Janilson Lima (2013), a Igreja a nível nacional intensificou sua busca por leigos, com o intuito de formar grupos de intelectuais católicos que pudessem fundamentar e propagar os princípios por ela estabelecidos, combatendo as ideias contrárias a essa religião. O autor cita um trecho da Carta Pastoral de 1916, na qual Dom Sebastião Leme, constatando que os católicos são maioria no país, afirma que ela é ineficiente na defesa da religião devido à ignorância religiosa dos fiéis, incluindo os intelectuais, e a falta de ação católica destes. Em seguida, o arcebispo adjunto do Rio de Janeiro convoca os párocos a trabalharem na formação tanto da intelectualidade quanto da população.

Lima (Ibid.), porém, afirma que esse pensamento não vinha diretamente de Dom Leme, mas que era uma diretriz vinda de Roma, visto que Pio X teria definido que a Ação Católica seria pautada no combate ao laicismo, incentivaria a participação de leigos e reagiria contra o individualismo, visando à obediência à hierarquia, e que Pio XI teria reforçado essa ideia.

A partir daí, percebemos como a Ação Católica foi realizada pelo clero brasileiro e de que modo ela funcionaria como uma maneira de defender a fé católica e combater o anticlericalismo no país, baseando-se na formação de uma intelectualidade laica, que buscaria uma ampliação da influência da Igreja na sociedade, e que se utilizaria da imprensa como ferramenta para realizar sua missão de difundir os ideais do catolicismo.

Em 1922, o Centro Dom Vital foi fundado, no Rio de Janeiro, por Jackson Figueiredo em parceria com Dom Leme, como uma associação civil de estudo, discussão e

difusão do catolicismo, subordinada à Igreja, que tinha o objetivo de atrair homens letrados para a religião e “formar uma nova geração de intelectuais católicos”³.

Em Fortaleza, porém, segundo Lima (2013), esse processo teria ocorrido antecipadamente, visto que Dom Manoel já teria iniciado algo em 1913, com a criação do Círculo Católico de Fortaleza, congregando um seleto grupo de intelectuais que atuariam em prol das ações da Arquidiocese e que continuariam assim mesmo depois do fim da agremiação em 1922.

Segundo Parga (2012), o Círculo era um espaço de debates sobre os mais variados temas. As conferências eram proferidas pelos próprios sócios ou por convidados, até mesmo de outros estados. A autora afirma que ele:

não era um simples ajuntamento de letrados unidos por uma afinidade espiritual. Tampouco era uma agremiação fechada que se propunha a restringir a seus associados as discussões ali realizadas. O grupo era guiado pela missão de fortalecer o catolicismo e disseminar o debate era um dos pontos desta proposta (PARGA, *Ibid.*, p. 47).

Ainda de acordo com a autora, as conferências tinham um sentido pedagógico, com uma plateia bastante diversificada, composta por estudantes, mulheres, autoridades civis, etc. Teve, como membros, militares, comerciantes, jornalistas e profissionais liberais, a exemplo de Barão de Studart, Menezes Pimentel, Fernandes Távora, Dolor Barreira, Gilberto Câmara, Leonardo Mota, Manuel Antônio Andrade Furtado e Álvaro da Cunha Mendes. Eles frequentavam espaços como a Academia Cearense de Letras, o Liceu do Ceará, o Instituto do Ceará, a Faculdade de Direito e também contribuía com a imprensa local. Alguns eram coordenadores de associações católicas.

Além do Círculo Católico, Dom Manoel atuou fortemente na criação ou no incentivo de várias associações leigas em Fortaleza no período do seu episcopado (1912-1941), como o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, a União dos Moços Católicos, a Liga das Senhoras Católicas, o Dispensário dos Pobres, a Liga Franciscana, a Sociedade São Vicente de Paulo, etc. Elas foram compostas por grupos variados, como trabalhadores, jovens, mulheres, intelectuais e profissionais liberais (Id., *Ibid.*). Parga (*Ibid.*)

³ Essas informações foram retiradas do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CENTRO%20DOM%20VITAL.pdf>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2015.

afirma que o movimento leigo católico teve grande vigor no Ceará na década de 1910 e que a década de 1920 foi, na verdade, um período de manutenção de uma obra já consolidada.

É oportuno salientar a importância dessas associações para a realização do trabalho de difundir as ideias católicas para a população, defendendo, assim, os interesses da Igreja, visto que, segundo Júlia Miranda (1987, p. 56), “eram os intelectuais os culpados pela disseminação das ideias contrárias à religião, às quais era preciso combater. Logo, deveria ser esse mesmo campo privilegiado para a luta”. Estes, através da imprensa, guiariam o povo para o catolicismo.

Pensando nisso, em 1913, D. Manoel discursaria sobre a necessidade de um jornal católico no Ceará, o que seria noticiado no *Correio Eclesiástico*: “Pretende pois o Sr. Bispo Diocesano, quanto antes fundar um JORNAL CATHOLICO, que será coadjuvado vigorosamente, como todos esperamos, pelos zelosos vigários e sacerdotes cearenses.” (CORREIO..., junho de 1913, p. 31 *apud* PARGA, 2012, p. 30). O próprio *Correio Eclesiástico* era o órgão oficial da Igreja Católica no Ceará. Porém era de circulação interna e expressava os direcionamentos da Diocese para os membros do clero. Desse modo, a intenção era fundar um jornal não oficial, direcionado para um público mais amplo, no qual os princípios da religião pudessem ser disseminados (PARGA, 2010).

Com esse intuito, foi criado o *Correio do Ceará*, em 2 de março de 1915, por iniciativa de Álvaro da Cunha Mendes, o qual era, ao mesmo tempo, diretor e proprietário desse periódico que circulava diariamente, às 15 horas. Porém, segundo Parga (*Ibid.*), em 1922, ano de fundação do *O Nordeste*, essa parceria entre a folha e a arquidiocese acabou. De acordo com Tânia Furtado (1990), o motivo da separação seria porque a gazeta teria assumido ao longo do tempo uma feição política. Já Geraldo Nobre (2006) afirma que “o interesse que na época despertavam os acontecimentos mundiais, em torno da Primeira Grande Guerra, lhe deu condições para evoluir firmemente no sentido de tornar-se um órgão ‘independente’, ou desligado de compromisso com grupos de opinião”. Parga (2012) afirma que, mesmo sem a proteção da igreja, o periódico continuou se autodeclarando um jornal de orientação católica.

Na quinta-feira, dia 29 de junho de 1922, foi fundado, então, *O Nordeste*, com o intuito de substituir o *Correio do Ceará* na função de defender o catolicismo cearense. No entanto, notamos que a intenção não era abranger apenas o Estado. Atentando para o próprio nome da folha, percebemos que se buscava conquistar leitores em toda a região. Atribuir a nomenclatura *O Nordeste* para um jornal que era do Ceará demonstra esse interesse de abrangência para além do local onde a folha atuava inicialmente. Constatamos também o intento de fomentar uma identidade regional através da fé católica a qual este buscava

propagar. No texto a seguir, publicado no primeiro número do jornal, podemos notar essa intenção:

Todo e qualquer atentado contra esse sacrossanto patrimônio, que constitue sem exagero algum, a condição mesma da vida, da propriedade, da paz e do futuro econômico da família nordestina, há de provocar e de atrahir a condenação unanime do povo.

A imprensa é um topo, já o affirmaram algures: - Os sacerdotes fazem della um altar, os carrascos, um pelourinho...

Quando se toma da penna para orientar a multidão no dinar de notavel patricio, alguém nos fita lá de Cima, alguém nos olha cá de baixo: - Deus e a consciência! (O NORDESTE, 29 de junho de 1922, p. 1).

A partir do que é dito, fica explícita a intenção de abrangência geográfica e também identitária, uma tentativa de colocar a religião como algo que poderia unificar a região Nordeste e ao mesmo tempo salvar seu povo, transformando-a em um exemplo de pátria católica para o restante do Brasil. A imprensa confessional, orientando seus leitores a seguir os ensinamentos católicos, é, desta forma, apresentada como o meio para que isso seja realizado.

Apesar de ter sido fundado com esse intuito, a folha não se declarava como órgão oficial da Igreja. Ainda na sua primeira edição, Dom Manoel da Silva Gomes publicou:

Nascendo sob os auspícios da religião, a cujos sublimes interesses vai se dedicar, ainda que sem a feição de um jornal puramente religioso, merece O Nordeste nossos aplausos e bençãos.

À semelhança do Correio do Ceará, também de orientação cathólica, não será ele orgam oficial da Archidiocese, conservando-se autônomo dentro dos limites da disciplina e dos ensinamentos da Igreja (MANOEL, 29 de junho de 1922, p. 1).

Como o próprio arcebispo diz, a folha, apesar de ter as bênçãos do clero, era considerada autônoma. Porém sua autonomia deveria se restringir a certos limites. Havia uma liberdade de publicação desde que não se contrariasse os preceitos da religião católica. A respeito disso, Luiz Sucupira, auxiliar de redação na época estudada e redator do *O Nordeste* por mais de quarenta anos, diz que Dom Manoel:

Dava inteira liberdade aos redatores porque eram pessoas de sua confiança que, quando emitiam uma ideia, uma opinião, estavam dentro da doutrina e do princípio cristão. Daí a razão pela qual o arcebispo e os padres não fiscalizavam o jornal. Não havia censura neste ponto.

[...] Só os assuntos religiosos, do ponto de vista dogmático, eram os padres que tratavam; é lógico que eles tinham interferência. Porque nós não íamos nos meter em assuntos que não eram da nossa competência⁴[...].

⁴ Entrevista realizada por Tânia Furtado no dia 10 de janeiro de 1990. Cf. Furtado, 1990, p.14.

Luiz Sucupira afirma que a arquidiocese dava total liberdade de expressão aos seus redatores por serem homens de confiança. De fato, ela não teria motivos para se preocupar com as publicações do periódico, visto que seus organizadores eram intelectuais católicos, membros de agremiações criadas exatamente pelo Arcebispo, onde eram discutidos diversos temas. Ou seja, os redatores eram homens reconhecidamente católicos, e muitas de suas ideias e pensamentos já eram de conhecimento de Dom Manuel. Por esse motivo, é muito provável que não houvesse divergências de opiniões entre estes e nem a necessidade de interferência por parte da arquidiocese.

Outro ponto que foi exposto neste primeiro número foi a intenção de se manter como um órgão apartidário:

O Nordeste acentua ainda que não está filiado a partidos nem defenderá agremiações eleitorais e defenderá o prestígio da Igreja Católica sob cujo influxo exemplar se modelou nosso caráter, se engrandeceram nossos destinos, se alcançaram as mais nobres conquistas da nossa civilização. (O APPARECIMENTO do “O Nordeste” e a imprensa local, 1 de junho de 1922, p. 1).

Acreditamos que esse posicionamento seria uma maneira da folha se manter independente de partidos políticos, e também de seus colaboradores atuarem com uma maior liberdade dentro daquela sociedade, sem criar inimizades com algumas autoridades. Essa neutralidade lhe permitiria circular e alcançar um público maior, independentemente do grupo político a que este pertencesse, ou do partido que estivesse no poder naquele momento. Além disso, Parga (2012) afirma que, apesar da folha se declarar apartidária, ela era marcadamente política; o argumento utilizado pela autora é de que o próprio redator, Andrade Furtado, participava ativamente da vida política local de seu tempo.

A observação da autora se faz pertinente pelo fato de que os jornais carregam com eles muitos dos valores, ideias, crenças e intenções dos seus organizadores, até mesmo os que se declaram neutros. Pensando nisso, faz-se necessário conhecermos os sujeitos que participavam do processo de confecção do periódico aqui estudado, a fim de compreendermos a sua atuação dentro daquela sociedade. Começamos por Andrade Furtado, visto que ele era o redator-chefe do *O Nordeste* e, portanto, seu responsável.

Manuel Antônio de Andrade Furtado, nascido em Quixeramobim, Ceará, no dia 28 de janeiro de 1890, foi um dos mais expressivos intelectuais católicos da época estudada. Era bacharel em direito, jornalista, poeta, professor e diretor da Faculdade de Direito do Ceará, professor da Faculdade de Filosofia e da Escola de Agronomia, primeiro vice-reitor da

Universidade Federal do Ceará, Secretário do Estado durante o governo de Menezes Pimentel, membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras. Passou ainda por várias organizações católicas da cidade, como o Círculo Católico, do qual foi um dos presidentes, e o Crédito Popular São José. Foi uma pessoa bastante influente na sociedade fortalezense, visto que teve participação ativa no meio político e cultural, incluindo sua atuação como militante do catolicismo no Ceará⁵. Segundo Montenegro, este:

Até o final da década de 50 dá o testemunho de uma presença combativa ao lado da Igreja, especialmente através de sua pena, e em artigos corajosos em que sempre exprimia comovente amor filial à instituição católica, numa fidelidade exemplar e que formou escola até os dias atuais (MONTENEGRO, 1992, p. 142).

O autor salienta a participação de Antônio Furtado no decorrer de sua carreira como aliado da Igreja Católica. Como vimos, de fato, este realizou diversas funções em órgãos ligados à instituição, como o Círculo Católico, o Crédito Popular São José, o jornal *Correio do Ceará*, do qual foi redator chefe, e o próprio *O Nordeste*. Participou ativamente da Ação Católica, defendendo a religião e advertindo seu público dos males existentes na sociedade de sua época. Através das suas palavras, fundamentou e propagou os princípios católicos, buscando intervir no cotidiano dos seus leitores, através das matérias, notícias e denúncias publicadas na folha, além de campanhas moralizadoras por ela lideradas.

No entanto, é interessante percebermos também que ele, assim como os demais que produziam *O Nordeste*, não falava apenas como um religioso, mas também como intelectual, membro das camadas abastadas, pessoa bem relacionada nos círculos sociais. Suas ideias eram religiosas, mas não apenas isso, eram também resultado das suas relações sociais, dos locais que frequentou, das instituições às quais pertencia, ou seja, do seu lugar social.

Michel de Certeau nos ajuda a pensar sobre influência do lugar social na escrita quando afirma que:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma tipografia de interesses, que os

⁵ As informações sobre o intelectual foram retiradas de Lima (2012), Parga (2012), do site da Academia Cearense de Letras (disponível em: < <http://www.academiacearensedeletas.org.br/membro.php?mem=64>>, acesso em: 10/05/2015), e do Portal de História do Ceará, disponível em: <http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2426:manuel-antonio-de-andrade-furtado&catid=293&Itemid=101>, acesso em 10/05/2015.

documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 2008, p.66-67).

Podemos aqui nos apropriar de sua argumentação para pensarmos também o trabalho do jornalista, ou do escritor. Assim como a pesquisa historiográfica, a escrita tem uma relação com o lugar socioeconômico, político e cultural no qual o autor está inserido. Esse lugar exerce influência sobre suas ideias, posturas e sobre seu modo de escrever. Assim, a construção do discurso estaria ligada às crenças, modos de pensar e valores, como também a interesses de quem escreve. Desse modo, cabe a nós historiadores considerarmos que os discursos carregam consigo muito da subjetividade dos seus autores.

Pensando nisso, conhecer o lugar social de Andrade Furtado é um ponto fundamental para compreendermos muitas das ideias propagadas nas folhas de *O Nordeste*, visto que ele era seu redator-chefe e, portanto, responsável por tudo que era publicado na gazeta. Janilson Lima (2012) ressalta que Furtado teve um papel de destaque na sociedade fortalezense, devido a sua atuação na Ação Católica, sua posição no interior da elite intelectual da época e frente ao poder político instituído nos anos de 1930. De acordo com Geraldo Nobre, em entrevista realizada por Simone de Souza, “doutor Manuel Antônio de Andrade Furtado, era um homem de muita cultura, empolgado pelo catolicismo, sempre escrevia dentro da orientação católica” (PONTE, 2004, p. 199).

Além do redator-chefe, outra pessoa que exerceu papel importante na produção do jornal foi José Martins Rodrigues, que era o redator secretário do periódico no período estudado. Este nasceu em 1901, em Quixadá, e, portanto, tinha apenas 21 anos de idade no ano da fundação do *O Nordeste*, já ocupando um cargo importante naquela redação. Formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará, ainda em 1922. No mesmo ano, foi secretário do Círculo Católico de Fortaleza. Foi também um dos mais jovens intelectuais a ingressar na Academia Cearense de Letras, em 1930, com apenas 29 anos, ocupando a cadeira de número 36. Era também advogado, sendo bastante comum encontrarmos anúncios do seu serviço nas páginas do jornal. Em 1934, conquistou a Cátedra de Direito Civil da Faculdade de Direito do Ceará. Como jornalista, colaborou ainda com o *Correio do Ceará* e fundou *O Estado*. Foi também importante na política, nela ingressando em 1925, como deputado estadual, tendo sido deputado federal por várias legislaturas, secretário de Justiça, secretário da Fazenda e secretário da Agricultura no governo Menezes Pimentel.

Ao noticiar o aparecimento do jornal, *A Tribuna*⁶ aponta Andrade Furtado como um jornalista “brilhante” e José Martins Rodrigues como “talentoso moço”. O *Diário do Ceará* também não economiza elogios aos responsáveis pelo *O Nordeste*: “O Nordeste é dirigido pelos drs. Andrade Furtado e José Martins Rodrigues, dois jornalistas de talento robusto e invejáveis predicados de cidadãos probos, e tem como administrador o espírito operoso e progressista do cel. Idelfonso de Araújo”⁷.

Como podemos perceber, de acordo com o texto, os dois redatores eram pessoas de influência não só no meio jornalístico, mas na sociedade fortalezense. Os dois têm muito em comum, pois frequentaram os mesmos círculos sociais. O seguinte trecho sobre a inauguração do *O Nordeste* demonstra quem eram as pessoas com as quais se relacionavam:

[...] Tivemos ensejo de receber significativas demonstrações de sympathia e apoio de elementos de relevo no nosso meio social.

Durante o dia recebemos muitas visitas de pessoas amigas, que nos trouxeram com palavras afectuosas, grande conforto para as árduas lutas da vida de imprensa.

Entre outras estiveram em nosso escriptorio os distintos sacerdotes Monsenhor Tabosa Braga, Vigário Geral dessa Archidiocese, padre Raymundo Hermes, secretário do arcebispado, Conego José Quinderé, padres Alboino Pequeno e Octavio Castro, dr. Barão de Studart, dr. Jose Lino da Justa, José Meneleu de Pontes, Antonio Ribeiro dos Santos, Acrisio Dantas, Marcos Silva, Francisco Angelo, dr. José Sombra, dr. Edgad Arruda, Rosendo Ribeiro, coronel Ivo de Mattos, dr. Anselmo Nogueira, Luiz Gonzaga de Figueredo Nogueira, Antonio d’Oliveira, Antonio Arruda, Gervansio Gurgel, dr. Beni de Carvalho, José Fonteneles, administrador das officinas d’ <O Diario do Ceará>, Carmerio Pamplona, administrador das officinas d’ <A Tribuna>, Edgard Pinho das officinas do <Correio do Ceará>, comissão do Circulo de Operários e Trabalhadores S. José, do Centro Artístico Cearense, e de varias associações catholicas desta capital (A INAUGURAÇÃO da redação e officinas d’ “O Nordeste, 30 de junho de 1922, p. 2).

Percebemos aí a presença de vários membros da Igreja, como o vigário geral da arquidiocese, Monsenhor Tabosa, que contribuiu bastante com a ação católica no período, o secretário do Arcebispado, Padre Raimundo Hermes, e o Padre Alboino Pequeno, que contribuiu com o jornal publicando seus textos, como os que tratavam sobre o alcoolismo, os quais serão abordados no próximo capítulo.

Notamos também a presença de pessoas significativas do meio intelectual, como o Barão de Studart, um dos fundadores do Instituto do Ceará (do qual também foi presidente), da Academia Cearense de Letras e do Centro Literário; Beni Carvalho, professor de direito, político e membro da Academia Cearense de Letras; José Sombra, membro do Instituto do Ceará e da ACL; assim como vários outros que pertenceram a estas instituições e ainda

⁶ Texto publicado no jornal *A Tribuna* reproduzido pelo *O Nordeste* em 04 de julho de 1922 na primeira página.

⁷ Notícia publicada no *Diário do Ceará* e reproduzida pelo *O Nordeste*, no dia 01 de julho de 1922, na primeira página.

atuaram no meio político. A notícia cita ademais a presença de jornalistas e de membros de instituições católicas. A partir daí, observamos que os dois redatores eram pessoas influentes no meio religioso, intelectual e político do período.

Além de redatores, foram membros também do Círculo Católico de Fortaleza, do qual Andrade Furtado pertenceu ao conselho de honra, no ano de 1922, juntamente com figuras importantes, como o Dr. Francisco de Menezes Pimentel e o já citado Barão de Studart, entre outros; e José Martins Rodrigues foi secretário no mesmo ano. Como citado anteriormente, o Círculo era composto por intelectuais católicos que se reuniam para discutir sobre temas variados e que atuavam na intenção de defender e fortalecer o catolicismo cearense, como, por exemplo, a organização da adoração diurna do Jesus Sacramentado na Igreja do Rosário.

Em um relatório elaborado pelo Dr. Raymundo Leopoldo Coelho de Arruda, presidente da associação no período, e publicado no *O Nordeste*, este afirma que a sociedade contava com pessoas consideradas eminentes:

[...] Felizmente, em seu seio [a sociedade conta com] elementos de alta valia intelectual e moral, capazes, por isso mesmo, de constituírem um penhor seguro de êxito e prosperidade crescente para os nobres e fecundos destinos que norteiam os nossos labores e acção associativa (A POSSE da nova directoria do “Circulo Cathólico de Fortaleza”, 18 de julho de 1922, p.1 – acréscimo meu).

Notamos, mais uma vez, o meio social no qual estavam inseridos os responsáveis pelo jornal ora estudado. Estavam sempre rodeados de outros importantes intelectuais católicos da época, além de pessoas influentes no meio político. Como o trecho acima afirma, pessoas vistas como “elementos de alta valia intelectual e moral”.

Outro responsável pelo periódico era A. Idelfonso de Araújo, seu administrador até julho de 1925, quando José Acursio Saraiva assumiu o cargo. Araújo era dono da Empresa Editora de Autores Católicos, que era responsável por edições e também mantinha uma livraria, na qual eram vendidos artigos de “moral e religião”, como livros, terços, medalhas, crucifixos, etc. (O NORDESTE, 30 de julho de 1922, p. 4). De acordo com Parga (2012), a tipografia da empresa também imprimia jornais como *Reação*, *O Maranguape*, *O Serrano* e o *Phenixista*. Os livros vendidos pela empresa eram de autores católicos, como seu próprio nome diz. Eram, em sua maioria, de temática religiosa.

Idelfonso de Araújo foi também um dos fundadores e presidente do Crédito Popular São José. Criado com o apoio da Arquidiocese, em 1920, era uma espécie de banco que realizava obras de caridade e fazia empréstimos para as classes populares, seria uma

“verdadeira acção social catholica”, de acordo com o relatório assinado por Araújo (O NORDESTE, 1 de julho de 1922, p. 2). A cooperativa tinha a intenção de “favorecer as classes desprotegidas dentro das normas justas e exequíveis” (INEDICTORIAES, 05 de julho de 1922, p. 3). Tinha a intenção de emprestar dinheiro aos trabalhadores quando seus vencimentos atrasassem, a fim de evitar que estes recorressem a outros bancos com juros mais altos (INEDICTORIAES, 12 de julho de 1922, p. 3). Outro plano era construir casas para os operários que morassem de aluguel. Estas seriam pagas com prestações que corresponderiam ao preço do aluguel, ou seja, ao invés de pagar por uma moradia que não era sua, o operário pagaria pela sua casa própria. Outro projeto era o auxílio aos agricultores, através de empréstimos, quando as colheitas não fossem boas. De acordo com os responsáveis pela cooperativa, era seu intuito “ir ao encontro das palpitantes necessidades das classes operosas, favorecendo-as de maneira eficaz e proporcionando-lhes meios para a obtenção de suas melhorias” (INEDICTORIAES, 17 de julho de 1922, p.3). Segundo eles, não tinham por objetivo exclusivamente os lucros materiais, mas a difusão do bem em larga escala.

Sobre a escolha dos seus organizadores, o relatório apresentado à assembleia geral do Crédito Popular São José, no dia 19 de março de 1922, traz a seguinte consideração:

Realmente prevaleceu, neste tanto, o pensamento de entregar os destinos do Credito Popular São José a homens de idoneidade moral reconhecida, de absoluta inteireza de caracter, escolhidos entre os melhores elementos catholicos do nosso meio. Os fundadores desta instituição não se distinguem pela sua riqueza, pela sua influencia nos altos círculos sociais de nossa capital. São, porem cidadãos de um passado limpo, portadores de nomes respeitados, catholicos sinceros, decididos, animados de boa vontade para trabalhar pela maior gloria de Deus (INEDICTORIAES, 01 de julho de 1922, p. 2).

Idelfonso de Araújo afirma que o critério para a escolha dos membros foi sua reputação de religiosos, assim como sua reputação como cidadãos. Mesmo afirmando que eles não foram escolhidos pela condição financeira, não nega que eram pessoas influentes e respeitadas na Igreja e na sociedade. O próprio autor do texto seria um desses, já que era o presidente da instituição. Algum tempo depois, Andrade Furtado também assumiria o cargo de presidente.

Luís Cavalcante Sucupira, foi outro intelectual que passou pela redação do periódico na década de 1920. Este nasceu em Fortaleza, em 11 de maio de 1901. Estudou no Colégio Cearense do Sagrado Coração e fez curso de Madureza⁸ no Liceu do Ceará. Foi

⁸ Curso de educação de jovens e adultos, que ministrava disciplinas dos antigos ginásio e colegial. Fixava em 16 e 19 anos as idades mínimas para o início dos cursos, respectivamente, de Madureza Ginásial e de Madureza Colegial (MENEZES; SANTOS, 2002).

funcionário da Receita Federal, professor de diversos colégios em Fortaleza e no Rio de Janeiro, fundador e mestre da Faculdade Católica de Filosofia, diretor do curso de Jornalismo e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFC e do Instituto Católico de Estudos Superiores do Rio de Janeiro; foi, ainda, membro do Instituto do Ceará e ingressou na Academia Cearense de letras no ano de 1930.

Sucupira exerceu intensa atividade jornalística, chegando, posteriormente, a ser redator-chefe e diretor do *O Nordeste*, mantendo duas colunas diárias intituladas *Pontos de vista* e *Fatos do dia*. Dirigiu o jornal *O Estado*, em Recife e *A União*, no Rio de Janeiro, onde foi secretário da revista *A Ordem*. Integrou o grupo fundador da Academia Cearense de Imprensa em 1925, da qual foi posteriormente presidente. No meio político, foi deputado federal, secretário do governo e interventor federal.

Francisco de Assis Arruda Furtado afirma ter sido Sucupira um homem:

Formado, segundo a pedagogia cristã das antigas linhagens, desenvolveu pelo esforço próprio, pelo estudo, pelo trabalho, a personalidade de escol que se manifestava, vigorosa, nos seus vários aspectos: o intelectual livre e consciente; o político do orientado por normas éticas; o administrador apegado ao cumprimento do dever; o professor que lustrava qualquer cátedra; o jornalista combativo, mas sempre veraz; o católico de fé muitíssimo esclarecida e de perfeita fidelidade à sua confissão religiosa; o pai de família que é exemplo dos mais raros à sua numerosa descendência, o cidadão que honrava, pelo seu excepcional sistema de vida, a sociedade e a Pátria.

[...] Esteve ele, diariamente, em três secções de “O Nordeste”, a produzir uma obra jornalística de subido valor, só possível À fecundidade de sua pena e à sua prodigiosa capacidade de trabalho.

[...] Como líder católico, Luis Sucupira atuou, intensamente, naquelas instituições auxiliares da Igreja[...]⁹

Sucupira seria, de acordo com a descrição, um intelectual religioso que defendia os interesses da Igreja e um exemplo de cidadão. Se compararmos suas qualidades às dos outros citados acima, profissionais que trabalhavam na redação do jornal, poderemos perceber que elas eram muito parecidas. Os intelectuais que participaram da redação do *O Nordeste* frequentavam os mesmos círculos sociais, visto que, além do fato de serem católicos e defenderem a Igreja, foram membros de instituições como o Instituto Histórico do Ceará e a Academia Cearense de Letras, além de atuarem também no meio político.

Foi de grande relevo, ainda, o papel do Monsenhor Antônio Tabosa Braga como participante ativo na militância católica e colaborador do jornal, publicando sempre textos que defendiam a moral católica, fazendo a publicidade da folha, e incentivando outros a fazerem.

⁹ Revista do instituto do Ceará, homenagem póstuma. Comendador Luís Cavalcante Sucupira de Francisco de Assis Arruda Furtado. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1997/1997-ComendadorLuisSucupira.pdf>>. Acesso em 11/05/2015.

Monsenhor Tabosa defendia que o verdadeiro católico deveria difundir a religião, fazendo propaganda da mesma (TABOSA, 25 de abril de 1924, p. 1).

Passaram também pela redação do *O Nordeste*, na década de 1920, Raimundo Menezes, Vasco Furtado, Rosendo Ribeiro, Ananias Arruda e Acúrcio Saraiva (PARÇA, 2012). Além destes, nas fontes analisadas, percebemos que outros contribuíram escrevendo textos que seriam publicados na folha: Jackson de Figueiredo, Alves Mendes, José Cursino de Senna (principalmente nas fontes referentes à moda), Padre Antônio Azevedo, Padre Arias Cruz, Julio Maciel e Soares d'Azevedo, correspondente no Rio de Janeiro e colunista fixo da coluna *Notas Cariocas*.

Como já foi apontado, esses intelectuais não ficaram restritos à participação somente em instituições religiosas, e nem tampouco ao jornalismo. Eles exerceram papéis importantes em Fortaleza e tiveram influência em vários meios. Participaram de agremiações religiosas, exerceram magistério, influenciando, desse modo, o meio acadêmico; foram fundadores e/ou membros das mais importantes instituições intelectuais, como o Instituto do Ceará, o Círculo Literário e a Academia Cearense de Letras; e ainda estavam presentes na política. Ou seja, além da imprensa confessional, que já era um importante meio de disseminação de ideias, eles atuaram divulgando e defendendo seus pontos de vista nos mais variados espaços da sociedade fortalezense. Ocuparam estes espaços e se utilizariam deles também para propagar seus discursos.

Percebemos agora o local de onde partiam estes homens, seu *lugar social*, espaço que influenciaria seus modos de pensar e sua atuação. Para além da religião, eles tinham em comum seu lugar de destaque na sociedade. Eram médicos, advogados, professores etc., que defenderiam interesses semelhantes, os ligados à sua religiosidade e também os não necessariamente relacionados a ela, tais como a higiene, a civilidade, etc.; ou seja, a maneira segundo a qual os fortalezenses deveriam se comportar no espaço urbano.

Para Dom Manuel, a participação desses intelectuais na ação católica e na realização do projeto de uma folha confessional cearense seria fundamental, visto que eram homens respeitados, que levariam os preceitos católicos para todos os locais por eles frequentados e dariam ainda mais credibilidade aos discursos em torno da moral, da religião, da família e da nação, os quais a Igreja precisava que fossem divulgados. Estes formariam um grupo militante em prol do catolicismo e no combate ao anticlericalismo, que buscava também intervir nas práticas culturais e sociais da população.

2.2 VENDE-SE UM JORNAL CATÓLICO: PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO DO O NORDESTE

Vimos acima como a criação do jornal *O Nordeste* esteve vinculada ao momento o qual a Igreja Católica, em âmbito nacional, atravessava. Era um período em que a instituição precisava defender sua influência na sociedade brasileira frente a um novo modelo político e social que se imprimia após a proclamação da República. Fazia-se necessário por parte do clero obterem-se meios para que o Catolicismo, apesar de não ser mais a religião oficial do país, de acordo com a lei, continuasse constituindo-se como ideologia fundamental na sociedade. Além disso, as novidades vindas com a modernização das cidades poderiam influenciar a mudança das condutas e ideias da população. Era também papel do Clero defender os princípios religiosos frente a ideias e comportamentos vistos como ameaças ao poder da Igreja. Nesse sentido a imprensa católica, com sua capacidade de disseminação de ideias, teria um papel fundamental.

No entanto, para que a imprensa realizasse essa função, era necessário que ela mantivesse um público leitor bastante amplo, e, para isso, era preciso que fosse realizado um trabalho de agenciamento que estivesse presente desde a produção do periódico até o seu consumo. Apesar da dificuldade encontrada em adquirir fontes que dessem conta de reconstruir esse processo, pretendemos, aqui, discuti-lo a fim de obter uma dimensão de como esse jornal era produzido e distribuído até chegar a seu público leitor.

Começamos a falar, então, sobre a produção do jornal. No ano de sua fundação, o endereço da redação e da administração era Praça General Tibúrcio, n. 156; o periódico não deixava claro se a oficina se localizava no mesmo lugar. Porém, a partir do final de 1923, a sede do *O Nordeste* mudou de endereço, passando a localizar-se na Rua Coronel Bezerril, no número 181. Ali funcionavam sua redação, sua administração e sua oficina.

Segundo Tânia Furtado (1990), no período aqui estudado, sua composição era realizada manualmente, à base de tipos móveis. A autora cita uma entrevista com Luiz Sucupira na qual ele destaca a rapidez dos tipógrafos afirmando que “pareciam uma máquina” (FURTADO, Ibid., p. 28). Ainda segundo ela, após essa fase de composição, era passada tinta nos tipos e colocava-se o papel molhado em cima, a fim de tirar-se a prova.

Havia um revisor responsável pela correção dos possíveis erros na folha. Por esse motivo, exigia-se desse profissional que fosse bem preparado e bom conhecedor da língua portuguesa. Sucupira assinala Vasco Furtado como sendo um ótimo revisor. Afirmação que é confirmada por Geraldo Nobre, em entrevista realizada pela Historiadora Simone de Sousa.

Eu estava na redação quando ele [Andrade Furtado] ia fazer todo dia, sendo Secretário do Governo do Estado, a leitura do seu artigo, a propósito de fazer revisão; na verdade, não fazia revisão, ele lia o artigo, em pé, ao lado da mesa onde eu trabalhava. Nunca sentou à mesa para fazer revisão. Apenas pegava as provas e lia em voz alta, e nunca o vi fazer um conserto; isso porque o jornal tinha um grande revisor de todo o jornalismo cearense, que era Vasco Furtado, parente em que ele confiava muito. Na verdade, de modo que se limitava a ler em voz alta os seus artigos (PONTE, 2004, p. 199).

Podemos observar que, desde essa primeira fase de produção do jornal, se tinha um cuidado muito grande com sua apresentação e com a maneira pela qual ele seria recebido pelo público. Isso é demonstrado através da preocupação existente em obter-se um revisor qualificado o bastante para impedir que algum erro passasse despercebido. No caso de Vasco Furtado, não se tratava de um revisor qualquer, mas de “um grande revisor do jornalismo cearense”, segundo Geraldo Nobre. Sucupira confirma a existência desse cuidado ao dizer que “O Nordeste fazia questão de se apresentar dentro de um português castiço”¹⁰, ou seja, exigia-se que a folha trouxesse uma gramática impecável. Isso, por certo, passaria uma maior credibilidade para o leitor.

Após a revisão, a folha era paginada e, em seguida impressa. Furtado (1990) nos diz que nos primeiros anos de funcionamento do periódico, a impressão era feita por uma máquina plana, que imprimia primeiramente um lado e depois imprimia o outro. O papel utilizado era um papel comum, não o de rolo, utilizado posteriormente. Esse processo era bastante demorado, necessitando-se, deste modo, de que a composição começasse cedo.

O tempo que demorava essa operação toda dependia da rapidez, não somente do compositor, mas também do paginador. Mas eram umas três quatro horas que eles gastavam. O jornal saía às duas da tarde. A gente ia pra lá à sete horas da manhã, de sete horas até meio dia. Meio dia, o pessoal ia almoçar e o jornal ficava sendo paginado. Às duas horas o jornal começava a rodar (Ibid., p. 28).

Algum tempo depois, porém, houve, segundo Furtado, uma evolução: a composição passou a ser feita com uma máquina chamada linotipo, que compunha por linhas, e não mais a mão. Outra mudança foi a introdução da rotoplana, o que aceleraria ainda mais o processo. Segundo Sucupira, esta máquina:

Era uma roda e, ao mesmo tempo, um plano. O plano era onde ficava a matéria já composta. A roda passava em cima do plano, com papel e lançava para o outro lado. Saía o jornal já prontinho, com as oito páginas ou só com quatro páginas. Isso durou

¹⁰ Entrevista realizada com Luiz Sucupira, em 10 de janeiro de 1990, por Tânia Furtado (Ibid., p. 29).

muito tempo ainda. Depois é que vieram as máquinas “off-set” (FURTADO, 1990, p. 29).

Podemos notar que a demanda pelo periódico provavelmente gerou a necessidade da aquisição de máquinas que acelerassem seu processo de confecção, possibilitando, dessa forma, a produção de uma maior quantidade de jornais e a futura venda de duas edições por dia. É interessante pensar, também, como provavelmente os organizadores do *O Nordeste* se interessaram em adequar a folha à velocidade e ao progresso que tanto se aspirava naquele período, utilizando-se de novas tecnologias e buscando entrar em sintonia com a evolução técnica.

No que se refere à organização do jornal e às sessões que o compunham, ele era organizado da seguinte maneira: na página 1, geralmente eram publicados artigos sobre religião, avisos eclesiásticos, e também notícias locais, nacionais, ou internacionais. Na página 2, continuavam as notícias, abordavam-se temas do cotidiano da cidade e eram publicados telegramas, os quais também continham notícias de outras localidades, principalmente do Rio de Janeiro e de países europeus. Era comum publicarem-se também, nessas duas primeiras páginas, matérias retiradas de outros periódicos, principalmente católicos. Na terceira página publicavam-se geralmente mais telegramas e faziam-se anúncios. A última página era reservada também para publicidade.

No ano de 1927, quando o número de páginas aumenta, há uma nova estruturação da folha. Surgem novas sessões: a de contabilidade, a charadística, a página dos municípios, a página jurídica, a página rural, a página literária, a página desportiva, a página feminina e a página colegial, além de um aumento no número de notícias e de anúncios. No tocante à estética, a folha passou por poucas reformulações no decorrer do período estudado. Seu formato não se diferenciava muito do de outros periódicos da época (*O NORDESTE*, 1922-1927). Acreditamos que isso se deva ao fato de a folha ter crescido, no sentido de se tornar um dos principais periódicos da cidade, e também ao seu interesse em aumentar o número de assuntos abordados a fim de conquistar um público mais amplo.

O Nordeste circulou diariamente contendo quatro páginas, desde o ano de sua fundação até o ano de 1926. Já no ano de 1927, dobrou o número de páginas publicadas, ou seja, passou de quatro para oito, e, posteriormente, passou a ter duas edições por dia – a matutina, com oito páginas, e a vespertina, com quatro. Podemos tirar daí duas conclusões. A primeira seria em relação ao processo de confecção do periódico. Percebemos que, certamente, a introdução de novas máquinas permitiu que a folha chegasse ao público com uma maior rapidez, possibilitando, assim, que fosse publicada duas vezes por dia. Porém, para

isso era preciso que ela tivesse uma grande aceitação por parte dos leitores, ou seja, um número grande de consumidores, o que garantiria as vendas tanto do matutino, quanto do vespertino. Daí vem a segunda conclusão: ao longo do tempo, *O Nordeste* se tornou um jornal de grande circulação na cidade. Ele próprio confirma isso em suas páginas, quando se diz ser o “Diário de maior assignatura do Estado” (O NORDESTE, 11 de outubro de 1927, p.1), ou seja, o de maior circulação.

Sua assinatura anual custava 30\$000 e a semestral custava 16\$000. Porém, em setembro de 1927 houve a alteração de preço, devido ao aumento do número de publicações diárias, de uma para duas. Além disso, as assinaturas vespertinas e matutinas passaram a ter valores diferenciados. A do matutino, como continha o dobro de páginas custava 40\$000 por ano, 25\$000 por semestre e 15\$000 por trimestre. A do vespertino, por conter menos páginas, custava 25\$000 anualmente, 15\$000 semestralmente e 10\$000 trimestralmente. Havia também a opção de assinarem-se as duas edições. Optando-se por essa alternativa, o leitor teria que pagar 60\$000 anualmente, ou 35\$000 semestralmente ou 20\$000 trimestralmente. Eram vendidos ainda os números avulsos, que valiam \$200 o do dia e \$300 o atrasado.

De acordo com Júlia Miranda (1987, p. 86), “O Nordeste ficou conhecido na História da imprensa cearense como o periódico cujo esquema de assinaturas funcionou realmente”. Isso porque ele contava com um grande número de assinantes, o que lhe gerava uma renda considerável. O sucesso de vendas do periódico, segundo Miranda (Ibid., loc. cit.),

Deve-se ao fato de que, cada leitor católico considerava seu dever, não apenas assinar o jornal, mas também persuadir quantos pudesse, no sentido de fazerem o mesmo. Além disso, cada pároco cearense funcionava como publicitário, comentando os artigos veiculados no jornal e concitando a massa dos fiéis a lê-lo sistematicamente.

Ou seja, havia um esquema de agenciamento de compra e venda no qual os envolvidos não eram somente os administradores da folha e nem os jornalheiros. Havia um grande esforço por parte do clero em divulgá-la, assim como em propagar as ideias nela defendidas para seus fiéis e, por esse motivo, até mesmo o leitor passava a fazer a publicidade, aumentando, assim, o número de assinaturas. Luiz Sucupira, em entrevista realizada por Tânia Furtado (1990, p. 25), reforça essa ideia ao dizer que “A difusão de *O Nordeste* se deve realmente ao clero. Porque o clero se transformava numa espécie de publicidade e divulgação do jornal”.

O entrevistado diz que os sacerdotes, por recomendação do Arcebispo Dom Manuel, faziam a divulgação do jornal, porque esta era uma maneira de torná-lo conhecido e

lido. De acordo com ele, esse agenciamento era realizado de forma espontânea, pois quando um assunto publicado pela folha merecia, do ponto de vista dos padres, uma atenção especial, estes faziam referência no próprio púlpito, não ao diário em si, mas ao tema abordado por ele em determinada edição.

No entanto, acreditamos que isso não se dava tão espontaneamente, como afirma o entrevistado. Essa estratégia de divulgação da folha pelos padres teria sido pensada antes mesmo da fundação do *O Nordeste*. É o que podemos perceber neste texto do Correio Eclesiástico:

Vem em primeiro lugar a Imprensa Catholica, de necessidade inadiavel, pois a par do progresso do Ceará, progride o mal e a protervia dos ignorantões engravatados. Pretende, pois o Sr. Bispo Diocesano, quanto antes fundar um JORNAL CATHOLICO, que será coadjuvado vigorosamente, como todos esperamos, pelos zelosos Vigarios e Sacerdotes Cearenses (CORREIO ECLESIASTICO, junho de 1913, p. 31 *apud* PARGA, 2012, p. 30).

Seria papel do clero, então, incentivar a leitura da folha, não apenas visando o lucro, mas visando, principalmente, propagar os princípios do catolicismo, defender sua religião e combater as ameaças a ela. Assim, era papel dos padres não somente incentivar os fiéis a lerem *O Nordeste*, mas também impedi-los de ler outros periódicos tidos como “ímpios”.

Lembremos aos Rvmos. Vigarios e a todos os sacerdotes da Diocese dever que tem de se oppor pela pregação, e pela propaganda indefectivel, á má imprensa. É necessario que falem, que ensinem ao povo, orientando-o. Assim Recomendamos (sic), em particular aos Parochos e Sacerdotes da Capital e das cidades, que insistam sobre a condemnação do “O MALHO” revista impia que calumnia e malsina a cada passo os ministros da religião, e ensinem que um catholico não deve ler nem assignar esta e outras semelhantes publicações (CORREIO ECLESIASTICO, maio de 1913, p14 *apud* PARGA, Ibid., loc. cit.).

Os párocos tinham, dessa forma, a missão de ensinar que um católico não poderia consumir qualquer leitura, e sim que deveria aderir a publicações católicas. Esta seria uma maneira de difundir ainda mais os ensinamentos da religião e impedir que os cearenses viessem a incorporar novas opiniões e comportamentos que não estivessem de acordo com ela. Tratava-se, deste modo, de uma forma de militância em prol do catolicismo na qual os sacerdotes e a imprensa se ajudavam mutuamente, na medida em que aqueles, durante as missas, combatiam às leituras concorrentes e faziam a publicidade da folha confessional, ao passo que esta defendia, em suas páginas, os interesses da Igreja. Essa atitude era retratada no próprio *O Nordeste* como uma boa ação para com a população:

É a esmola das idéas, dos conceitos, da doutrina que alimenta o espírito e o fortalece nos combates da vida. É a esmola do bom jornal, que entra na casa dos que soffrem, levando-lhes a caricia confortadora dos bons costumes e da virtude e apontando-lhes as bellas regiões do Céu (MARCELINO DE MILÃO, 7 de setembro de 1922, p. 4).

A leitura da folha católica seria, então, um alimento para o espírito daqueles que necessitavam de ajuda. Estes, ao lerem o jornal, aprenderiam com ele os valores do catolicismo, e isso lhes daria conforto e os guiaria para a salvação. Desse modo, induzir a essa leitura seria um tipo de esmola espiritual.

Monsenhor Tabosa, ao realizar esse tipo de ação, contribuiu bastante para a difusão do periódico não só na capital, mas também no restante do estado. É o que nos diz Luiz Sucupira¹¹:

Ele era um agitador do ponto de vista cristão. Era um pregador, um animador, de maneira que tinha grande influência em todos os meios. Ia para o interior fazer propaganda. Então, nos sermões, nas reuniões, ele recomendava as assinaturas. E quando vinha do interior, vinha cheio de assinaturas do jornal [...] (FURTADO, 1990, p. 25).

Apesar de Geraldo Nobre, em entrevista realizada por Tânia Furtado (Ibid.), afirmar que o Jornal era sustentado pela Diocese e também pelo Banco Popular¹², deixa claro em seu livro que “seu êxito foi devido, em grande parte, ao empenho com que Monsenhor Tabosa Braga recorreu às famílias católicas, tanto da Capital quanto do interior, para que assinassem o dito jornal.” (NOBRE, 2006, p. 18).

De acordo com Luiz Sucupira, havia uma mesa encarregada de remeter os jornais para o interior. Quando os exemplares saíam da impressão, os funcionários encarregados colocavam os endereços dos assinantes, faziam pacotes e transportavam para a estação ferroviária central, para que fossem, em seguida, levados e distribuídos pelos correios, via estrada de ferro, aos leitores residentes no interior do estado (FURTADO, op. cit.).

Entre a historiografia que trata sobre o tema, é consenso que o maior lucro do *O Nordeste* vinha das assinaturas, ou seja, grande parte dos seus leitores o adquiria por meio delas. Porém havia outra maneira de adquirir o periódico, que era comprando o número avulso. Segundo Sucupira, ele era vendido após as missas, nas próprias igrejas. De acordo com ele, na década de 1920 ainda não existiam as bancas de revistas que conhecemos hoje.

¹¹ Em entrevista realizada por Tânia Furtado em 10 de janeiro de 1990.

¹² O Banco popular foi instalado em 1920, com o nome de Cooperativa de Crédito Popular São José, a qual abordamos anteriormente.

Outra opção existente eram os vendedores ambulantes, que tinham como ponto de venda a Praça do Ferreira. Porém, como a intenção era difundir-lo por toda a cidade, um dos meios encontrado para facilitar sua aquisição foi o estabelecimento de agências em diversas ruas e não somente na Praça.

No intuito de facilitar aos nossos leitores dos subúrbios a aquisição do *O Nordeste*, sem o incommodo de vir à Praça do Ferreira, centro a que quase exclusivamente limitam os jornaleiros o pregão dos jornais diários, resolvemos estabelecer agências especiais assim localizadas:

Casa Fortuna de Ouro rua Dr. Nogueira Accioly (Outero), nº 170;

Ignacio Costa, Boulevard Visconde do Caiuhy (Benfica), nº 587

Cyriaco de Carvalho, Rua Santa Izabel, nº 235, esquina com a das Trincheiras

Mercearia Moraes, ruas General Sampaio n. 418 e General Clarindo de Queiroz, 320.

Com mais vagar iremos criando, nos demais bairros, novas agências de venda, de modo a que todos venham a ser servidos a contento próprio e nosso (AGÊNCIAS do “*O Nordeste*”, 3 de julho de 1922, p. 3).

Percebemos, desse modo, o interesse em vender a folha nos bairros afastados como o Benfica e o Outeiro, os quais na época se tratavam de subúrbios como diz o texto. Isso porque, como sabemos, no começo do século XX, Fortaleza correspondia praticamente ao bairro do Centro que conhecemos hoje. O estabelecimento dessas agências seria mais uma estratégia para aumentar o número de consumidores. Essa poderia ser também uma maneira de diminuir a concorrência de outros jornais, pois um leitor que morasse mais afastado do ponto onde os gazeteiros ficavam teria *O Nordeste* como uma opção mais viável, já que poderia adquiri-lo sem precisar de um grande deslocamento, ao passo que para comprar os demais deveria dirigir-se à Praça do Ferreira.

No ano de 1927, quando a folha aumenta o número de páginas publicadas, há novamente a divulgação de agências de venda espalhadas pela cidade:

Vende-se diariamente essa folha nas seguintes casas:

Art- Nouveau, Casa Joanna d’arc, Casa Guimarães, rua Cel. Guilherme Rocha, Rua general Sampaio, n. 129, Rua Cel. Guilherme Rocha, n. 353, Café Ivan, rua Senador Alencar e Casa João Baptista, calçamento do Outeiro. (AGÊNCIAS D “*O Nordeste*”, 21 de janeiro de 1927, p. 1).

Percebemos, mais uma vez, o interesse em espalhar pontos de venda por diversos locais da cidade, a fim de facilitar a aquisição da folha por parte da população. Eram estabelecimentos comerciais aos quais os leitores poderiam se dirigir para comprar *O Nordeste*. Dessa maneira, além de um acesso mais fácil, outro fator poderia influenciar o consumo: ao ir a uma loja ou a um café num momento de lazer, por exemplo, o indivíduo

poderia lembrar-se de adquirir a folha, ou se sentir atraído por uma notícia de primeira página e acabar por comprá-la. Ou seja, o fato do periódico ser vendido em locais que atraíam o público poderia influenciar sua venda.

Como já foi comentado acima, a venda no interior era outra estratégia para aumentar o número de leitores. Por esse motivo, ela era sempre incentivada, seja através do clero, ou de representantes, como em 1923, quando a folha publicou o seguinte anúncio: “seguiu para o interior em propaganda d’ O Nordeste, o Sr. Euclides da Silva Leite. Esperamos que os nossos bons amigos o auxiliem no trabalho de divulgação deste jornal” (O NORDESTE, 12 DE MARÇO DE 1923, p. 1).

Fica evidenciado, assim, o esforço feito pela administração da gazeta para conquistar cada vez mais um número maior de leitores. Não bastava somente esperar que os jornaleiros a vendessem. Era necessário levá-la o mais próximo possível dos leitores, onde eles estivessem, seja nos bairros afastados, seja no interior ou até mesmo fora do Estado, como podemos perceber na seguinte publicidade: “Representantes no Rio de Janeiro: – AZEVEDO, HOPPE & CIA, Avenida rio Branco, 110” (O NORDESTE, 11 de maio de 1927, p.1). Ou seja, não se poupavam esforços para vender *O Nordeste* e, conseqüentemente, divulgar os ideais católicos. Por esse motivo, obteve-se um enorme sucesso. Como diz Luiz Sucupira, a tiragem era entre 3 e 4 mil exemplares por dia, o que “naquele tempo era muito”, segundo o mesmo.

Além do lucro com as vendas, outro meio de arrecadar dinheiro foi a publicidade. De acordo com Júlia Mirada (1987, p. 87), “O Nordeste nunca manteve um setor de publicidade, mas os anúncios não faltavam, levados que eram espontaneamente pelos interessados”. Já Luiz Sucupira afirma que

O Jornal se sustentava mais com as assinaturas; a publicidade era pequena, porque naquele tempo não havia essas organizações publicitárias que hoje tem. O sujeito ia buscar o anúncio do comerciante. E daí ia agradar o comerciante. O pessoal botava aquilo como se fosse um favor [...]”¹³

Uma afirmação não elimina totalmente a veracidade da outra, pois Miranda está correta ao dizer que não faltavam anúncios. Nas fontes por nós analisadas, podemos observar a presença de publicidade em todas as edições. Porém também é verdade que o maior lucro vinha das assinaturas, e que não havia um setor publicitário na folha. Sendo assim, se comparássemos o dinheiro arrecadado com as assinaturas com o arrecadado com os anúncios,

¹³ Entrevista realizada por Tânia Furtado em 10 de janeiro de 1990. Cf. Furtado, 1990, p. 27.

este último, provavelmente, não teria um valor muito significativo. O mesmo ocorrerá se compararmos a publicidade feita no início do século XX com a atual. Mas isso não quer dizer que, para o período, a quantidade de anúncios existentes nas páginas do *O Nordeste* fosse insignificante.

Nos primeiros números publicados, os anúncios ficavam nas duas últimas páginas, que eram reservadas para esse fim. Porém, posteriormente, podem ser observadas publicidades em outras páginas, entre notícias, artigos, etc. Segundo Luiz Sucupira, ainda na entrevista realizada por Furtado (1990, p. 27), isso aconteceu porque

Isso aí é interesse do anunciante, para poder o anúncio dele ser lido. Se eu botar o anúncio na última página e as pessoas não tiverem interesse de ler a última página, então o anúncio não era lido. Por isso, o anunciante, embora pagando mais caro, preferia que botasse o anúncio dele entre as matérias [...].

Percebemos que havia um interesse em lucrar com os anúncios, que não se tratava apenas de favores. *O Nordeste* modifica sua estrutura inicial, na qual as publicidades se limitavam à última página, e passa a cobrar mais caro para publicá-las em outros locais. Os anunciantes com uma melhor situação financeira preferiam, pelos motivos explicados por Sucupira, divulgar seus produtos em meio às matérias. Anunciar em uma folha como *O Nordeste* era, com certeza, um bom negócio para um comerciante, devido ao grande número de leitores que a gazeta possuía, já que era a de maior número de assinantes do Estado e, portanto, a de maior circulação.

Em todas as edições, podemos encontrar uma variedade de anúncios de produtos e serviços. Eram bastante comuns as publicidades de automóveis, de pneus, de bancos, de loterias, de advogados, de médicos, de farmácias, de remédios, de colégios, de lojas, de alfaiates, de cervejas, de cigarros, etc. De acordo com o próprio jornal, todos deveriam ser pagos adiantadamente.

Tânia Furtado (Ibid.) estranha o fato de *O Nordeste* publicar anúncios de cigarros e de cervejas, já que era um jornal católico que dizia ter um compromisso com a moral. A autora (Ibid., p 27) afirma que “a impressão que se tem é de que, para conseguir anunciantes, o jornal deixava de lado sua rigidez de princípios”. Porém não concordamos com a autora neste ponto. O cigarro, neste período não era ainda conhecido por grande parte da população brasileira como um mal para a saúde. De acordo com Ester Ruas (2012, p. 12), “é nos idos dos anos de 1920, que o fumo começa a aparecer na mídia brasileira não mais pelos lábios glamorosos dos atores de Hollywood, mas pela fala legitimada da ciência como um produto

danoso a saúde”. Ou seja, o cigarro era conhecido mais como um artigo de luxo que como um mal.

A cerveja, assim como o cigarro, era tida como um produto elitizado. Diferentemente da cachaça, ela era apresentada como um produto saudável¹⁴. Observemos a seguinte publicidade:

É a cerveja Hanseatica que está dominando o nosso mercado, actualmente, a preferida, pelo seu sabor delicioso.
EXIGIR A CERVEJA HANSEATICA É UM DEVER
A unica cerveja que é escrupulosamente preparada coma excellente agua da fonte da Tijuca, do Rio de Janeiro. A agua aconselhada pelos mais abalizados médicos daquela Capital (O NORDESTE, 25 de setembro de 1922, p. 2).

A cerveja, aqui, é retratada como um produto higiênico e que faz bem à saúde, já que a água com a qual era feita era aconselhada pelos médicos. Nesse sentido, sendo vistos como produtos que não trariam malefícios para a saúde, e sendo produtos consumidos pelas camadas dominantes, talvez não fossem tidos como prejudiciais por parte da administração do jornal. Ou seja, o fato de serem publicados reclames desse tipo de produto, que possuía uma boa reputação, não quer dizer que não existisse uma censura em relação a outras bebidas alcoólicas. Como exemplo disso, podemos citar o fato de existirem vários anúncios de cervejas no *O Nordeste*, no período estudado, mas nenhum de cachaça.

Geraldo Nobre, na entrevista realizada por Tânia Furtado (1990, p. 16), lembra-se de certa vez em que a folha se negou a publicar um anúncio por ferir o decoro público. Isso porque ele continha uma imagem de uma mulher com as pernas para fora da rede e descobertas. Era a publicidade da fábrica de tecidos e redes São José, pertencente a Philomeno Gomes, segundo a autora.

Ao que se refere às imagens, era bastante comum encontrá-las nos reclames, como os de remédios, por exemplo. Porém nelas apareciam somente gravuras. Já as fotografias, geralmente apareciam nas notícias de primeira página, quando estavam relacionadas às personalidades importantes, como membros do clero ou políticos.

Em relação ao público leitor, sabemos que eram cristãos, católicos, já que se tratava de uma folha religiosa. Porém é preciso discutir com maior profundidade quem realmente eram essas pessoas e qual parcela da população tinha acesso a essa leitura.

Um ponto importante a se pensar é o grau de instrução dos cearenses no período estudado. De acordo com Ana Daniella Damasceno (2010), após a instalação do modelo

¹⁴ No segundo capítulo discutiremos esse tema com maior profundidade.

republicano de governo, houve uma expressiva expansão da rede escolar no Brasil, o que proporcionou o aumento das matrículas em variados níveis de ensino. No entanto, no Ceará, o índice de analfabetismo continuava muito alto, um dos maiores do país. Segundo a autora, “cerca de 80% da população não dominava os rudimentos da leitura e da escrita” (Ibid., p. 22). Ela ainda nos mostra que, em 1920, o Ceará tinha uma população de aproximadamente 1.325.827 habitantes (DAMASCENO, 2010 p.54). Destes, 245.966 seriam alfabetizados e 1.073.262 seriam analfabetos, sendo a porcentagem de analfabetos sobre o total da população de 81,4% e deste grupo 72,8% seriam pessoas de 15 ou mais anos (Ibid., p. 60). Ou seja, o Ceará tinha a maioria de sua população composta de pessoas analfabetas, principalmente adultas.

Outro fator que influenciaria no acesso à folha seria a condição financeira do consumidor. Sabemos que a maioria dos exemplares eram vendidos através das assinaturas. Porém nem todos os fortalezenses teriam dinheiro para pagá-las. Sendo assim, fica subentendido que os assinantes eram pessoas com um bom poder aquisitivo e que sabiam ler. De acordo com Janilson Lima (2012), *O Nordeste* seria destinado a professores secundaristas, professoras normalistas, ao público intelectual católico e aos padres. Mas será que somente estas pessoas teriam acesso aos discursos publicados pelo jornal? No ano de 1922, foi publicado o seguinte texto, do Monsenhor Tabosa, que trata sobre a difusão da leitura em Fortaleza:

Negar o poder da palavra escripta, o valor da imprensa, nos tempos que correm, é uma cegueira que não se pode acceitar.
As pessoas observadoras notam uma fome de leituras se alastrando no seio de todas as camadas sociaes.
Nos bondes, nos trens, nos vapores, nas praças, nas ruas e nas casas, por toda a parte encontramos os nossos semelhantes com livros, jornaes e revistas. Chreanças, moços, velhos, pobres e ricos, letrados e ignorantes, todos gostam de ler alguma cousa. A sêde de ler é mesmo devoradora.
A leitura mais propagada é a do jornal, porque varia com os dias e com as horas do dia; por que está ao alcance de todas classes e de todas as idades.
O operario ao sahir das officinas e até a cozinheira, depois de servir o jantar aos seus patrões, gostam tambem de se pôr a par das noticias do dia. E é muito razoavel o seu gosto (TABOSA, 5 de julho de 1922, p. 1).

De acordo com o texto, a leitura, principalmente de jornais, era um hábito disseminado pela cidade e praticado pelas mais variadas camadas sociais. Mas se, como vimos acima, a maioria da população não sabia ler, então como Monsenhor Tabosa pode afirmar isso? Acreditamos que o fato de grande parte da população ser analfabeta não impedia que as matérias chegassem a essa parcela da população, visto que uma pessoa alfabetizada

poderia ler o jornal e disseminar sua leitura para as não alfabetizadas. Desse modo, bastava que uma pessoa pertencente a determinada família, grupo ou instituição lesse a notícia e a espalhasse para os demais. Além disso, como já foi dito, quando um padre julgava que determinado tema publicado na folha deveria ser transmitido para seus fiéis, isso era feito. De acordo com Janilson Lima (2012), mesmo não sendo uma prática muito frequente, algumas vezes era solicitado pelo Arcebispo, no próprio jornal, que algumas notas fossem lidas na missa.

Além disso, era aconselhado, também na gazeta, que seus leitores propagassem os assuntos nela publicados, como nos demonstra a seguinte nota: “Assignar, auxiliar e propagar é a obra mais necessária e de maior alcance social em nossos dias” (O NORDESTE, 27 de dezembro de 1924). Assim, o leitor se sentiria induzido a divulgar a folha e seus discursos, já que essa conduta era apresentada como uma obra social necessária, para o bem da população.

Desse modo, assim como Lima (Ibid.), percebemos que *O Nordeste* tinha um público de assinantes majoritariamente católicos, alfabetizados e com condições financeiras de adquiri-lo. Porém tinha um alcance bem maior. Toda a preocupação em divulgá-lo e, conseqüentemente, em disseminar os princípios católicos, seja através dos agentes, seja através do clero, ou dos próprios leitores, teria feito com que a gazeta fosse difundida também no interior, e que abrangesse um público que extrapolava a condição de leitor, passando a adquirir também um público não leitor.

Lima (Ibid., p. 53) afirma não ter dúvidas de que *O Nordeste* “era produzido tanto por um seleto grupo de intelectuais (incluindo eclesiásticos e leigos) como também as mensagens e reportagens publicadas eram para esse grupo”, ou seja, segundo o autor, homens letrados produziam os discursos publicados na folha para pessoas da sua mesma posição social. No entanto, nos textos expostos no jornal, percebemos a presença da ideia de que esses homens teriam a “missão” de propagar os ensinamentos da Igreja para o restante da população. Vejamos o seguinte trecho:

O jornalista hoje deve ser um mestre, mas de doutrinas verdadeiras, de ensinamentos práticos, deve ser missionário da verdade e do bem. O povo precisa de orientação nítida da realidade da vida, não deve ser iludido com os sonhos irrealizáveis, com promessas efêmeras e tresloucadas; não deve ser afagado com suas paixões e vícios, como não pode ser violado em seus direitos e nas suas justas aspirações. A imprensa deve tomar a peito o levantamento moral de todas as classes, deve falar para todas as categorias. A imprensa também é um púlpito, onde são os jornalistas os pregadores (TABOSA, 5 de julho 1922, p. 1).

Os jornalistas, então, teriam o papel de orientar a população a agir de acordo com a moral católica, e de levar estes ensinamentos para todas as classes, ou seja, apesar do periódico ter um público leitor definido, suas ideias deveriam ser propagadas para variados grupos, e não somente para seus pares. Busca-se, através de seus discursos, disciplinar os fortalezenses, evitando que se entregassem às “paixões e vícios”. Sendo assim, suas ideias não deveriam ficar restritas a esse grupo de leitores citado. Lima (2012) afirma que as mensagens publicadas no jornal eram dirigidas a um público culto, ou, pelo menos, leitor, que contribuía para a divulgação dos seus valores morais e comportamentais ao público não leitor, de diversos setores sociais.

Quando analisamos os textos publicados no *O Nordeste*, percebemos que seus responsáveis buscavam interferir, também, nos modos de se comportar e pensar das camadas sociais mais baixas. O fato das camadas populares não saberem ler não impedia que os intelectuais católicos tentassem influenciar (mesmo que indiretamente) sua maneira de se comportar, pois, quando se procurava moralizar a população, era principalmente esse grupo que, na visão deles, necessitava ser moralizado.

Com a intenção, portanto, de moralizar a população e de disseminar as ideias católicas, o clero, assim como os intelectuais católicos responsáveis pela folha, se utilizaram de estratégias para conquistar um público (leitor e não leitor) cada vez mais amplo em Fortaleza, assim como no interior do Estado. Desse modo, não se contentaram apenas com a venda feita pelos jornaleiros da cidade. Em sua produção, foi feito um esforço em adquirir máquinas que acelerassem o processo, fazendo com que o impresso chegasse com maior rapidez ao consumidor.

Em relação à venda, foi feita uma série de agenciamentos com o fim de facilitar o acesso do leitor à folha, tais como a divulgação feita pelos padres na missa, a crítica feita aos concorrentes da folha, o incentivo à divulgação por parte dos próprios leitores, a instalação de agências nos bairros afastados do centro da cidade e o envio de representantes ao interior.

Fica evidenciado, dessa forma, o interesse em disseminar o periódico por todo o estado, e até mesmo fora dele, a fim de levar os ensinamentos da religião aos mais variados espaços e, assim, influenciar as ideias e o comportamento de um número cada vez maior de pessoas.

2.3 RELIGIÃO, PATRIOTISMO, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA: OS PRINCÍPIOS DEFENDIDOS NAS PÁGINAS DO O NORDESTE

Vimos que a imprensa confessional foi uma ferramenta utilizada pelo clero brasileiro em conjunto com intelectuais católicos leigos, após a Proclamação da República e a separação oficial entre a Igreja Católica e o Estado, para defender sua religião, combatendo as ideias contrárias a ela e propagando seus princípios e padrões de comportamento. Vimos também que no Ceará, especificamente, *O Nordeste* foi o veículo de informação utilizado para esse fim. Este teria o papel de orientar os cearenses e difundir os ensinamentos católicos não só na capital, mas em todo o estado.

Neste momento, faz-se necessário que conheçamos exatamente quais eram os ideais defendidos na folha e de que maneira tanto os responsáveis por ela quanto membros do clero utilizavam-se deles em seus discursos na intenção de reconquistar o lugar da religião na sociedade frente às mudanças vindas com a implantação do regime republicano.

Quando *O Nordeste* foi lançado, de acordo com Monsenhor André Viana Camurça, seu papel seria não só “divulgar as normas, as circulares, todas as determinações da Igreja local, como dar um noticiário seguro, sem interferência, sem uma inclinação ideológica¹⁵.” Porém sabemos que os discursos não são neutros. Eles carregam consigo as intenções e os interesses de quem os produziram. *O Nordeste*, como qualquer outro jornal, não seria totalmente desvinculado de ideologias. A partir do momento em que se pretendia divulgar as normas e as determinações da Igreja local, a folha teria sim uma inclinação ideológica.

Além disso, afirmar a falta de relação com qualquer sistema de ideias pode refletir que, na verdade, a folha se posicionava contrária às ideologias que começam a tomar corpo naquele momento no país e no cenário mundial. Parga (2012), por exemplo, aponta que *O Nordeste* se mostrava como opositor ao laicismo e também ao comunismo, visto que seriam possíveis perigos para a religião.

Já no primeiro número, o periódico deixou claro que não estava filiado a partidos nem a agremiações eleitorais, mas que defenderia, porém, o prestígio da Igreja Católica. Sendo assim, fica implícito que ele defenderia os preceitos do catolicismo e ideias que estivessem relacionadas com a importância da Igreja para o povo brasileiro. Nesse sentido, apesar de declarar-se neutra, a gazeta tinha seus ideais, que a caracterizavam como favorável

¹⁵ Entrevista realizada por Tânia Furtado em 20 de agosto de 1990. In: Furtado (1990, p. 10).

ao catolicismo e contrária às suas ameaças. Assim, afirmar neutralidade, do mesmo modo que defender seus preceitos, significaria também condenar aqueles presentes em outras ideologias.

Sabendo do poder de formação de opiniões que tinha a imprensa, o clero percebeu que usá-la a seu favor seria uma maneira bastante eficaz de manter sua influência naquele período no qual as cidades brasileiras passavam por inúmeras mudanças. É o que podemos perceber no seguinte artigo:

O mundo é governado pela opinião pública e esta pelo jornalismo.
 [...] Porque a eficácia e o domínio moral que as folhas diárias exercem sobre é maior que o da simples palavra diária. Nesta, entre outras cousas, discute-se entre dois por distração ou controvérsia, naquellas, porem, o jornal fala sempre constantemente e com tendência determinada á conquista de seu cliente, para infiltrar-lhe no animo suas ideias, enquanto o cliente escuta, cala-se e alimenta-se do que constantemente lhe vem servindo.
 Erro, mentira, maxima, por licenciosa e immoral que seja, sustentada pelo jornalismo dominante, não há força humana que se lhe opponha com efficacia. O único meio de conseguir algo nesse caso é apoderar-se do próprio jornalismo para voltar-o da propaganda do mal para a propaganda do bem.
 Não conseguiremos conquistar a opinião publica desnorteada sem primeiro conquistar preponderancia no jornalismo, único meio de paralisar-lhe o mal e impedir-lhe o contagio (SILVA, 10 de agosto de 1923, p.1).

No texto, fica explícita a ideia de que a imprensa exerce uma grande influência sobre as pessoas, e que dominar a opinião pública é também dominar suas ideias e, conseqüentemente, suas vidas. O autor assinala que a imprensa moderna seria uma má influência para a sociedade e que faria a propaganda do mal. Para a Igreja, o mal seria tudo aquilo que a afastasse de seus fiéis e, assim, diminuísse seu poder de influência. A maneira de se defender seria, então, apropriar-se da imprensa como instrumento de disseminação do bem – nesse caso, o bem seria o catolicismo. O mal trazido pela imprensa moderna é comparado a uma doença contagiosa. Apoderando-se do meio de contaminação, que seria o jornalismo, os católicos deveriam curar a doença da população. Ainda nesse texto, o autor propõe que seja criada a liga da boa imprensa, que seria difundida por todo o país, na intenção de que “se torne um centro de organização social em favor da Igreja e da Pátria”.

Assim como o autor propõe a criação da Liga como um centro de organização social, ou seja, com a intenção de “organizar” a sociedade de acordo com a Igreja, nas demais fontes analisadas, percebemos que os discursos tinham um cunho moralizador, ficando clara a intenção que se tinha de influenciar os pensamentos e os comportamentos dos leitores, orientando-os e educando-os de acordo com ideias religiosas, repreendendo as condutas indesejadas e combatendo os pensamentos anticlericais.

Na primeira página de cada edição, era sempre publicada uma frase que serviria de conselho para o leitor da folha. No dia 05 de outubro de 1922, por exemplo, foi publicada a seguinte frase: “A religião e a Moral são os primeiros bens de um homem livre” (WASHINGTON, 05 de outubro de 1922, p. 1). A moral e a religião são apresentadas como os principais valores que as pessoas deveriam cultivar. Quando se fala em religião nas páginas do *O Nordeste*, refere-se à religião católica, já que a função da folha era propagar a mesma, e quando se fala em moral, fica implícito qual a moral defendida. É uma moral religiosa, que deveria estar de acordo com os interesses da Igreja. A moral estava sempre presente como tema constante, em que se enfatizava a necessidade da religião e dos “bons costumes” para o bem das famílias, da sociedade e da pátria.

De acordo com Francisca Rafaela Parga (2012, p. 122),

A estratégia para formação de um movimento leigo atuante era consistente e articulada, direcionada a um público heterogêneo, abarcando vários segmentos de todas as camadas sociais. Investiu na mulher, para influenciar o espaço doméstico; na juventude, almejando preparar as futuras gerações nos moldes católicos; congregou operários para afastá-los da esquerda; arregimentou a intelectualidade, transformando-a em zelosa propagandista da causa. Junto ao Estado se esquivou do enfrentamento direto e da política partidária. O trabalho era nacional, mas seu êxito dependia do engajamento da comunidade católica local (leigos e clero). Adota a cautela no campo da crítica política.

Assim como a autora, notamos o esforço em conseguir um público cada vez maior e mais variado, o qual pudesse persuadir a pensar e agir de acordo com seus interesses e pontos de vista da Igreja. Procurou-se abordar temas que englobassem todos os campos da vida dos cearenses, ensinando como uma mulher deveria se comportar em casa e em público; como um homem deveria agir em relação à família e seu papel como cidadão; e como se deveria educar as crianças e a juventude, buscando passar a ideia de que elas seriam o futuro da sociedade e que por isso deveriam ser ensinadas a agir de acordo com os “bons costumes”.

No entanto, dos assuntos abordados nas páginas do *O Nordeste*, notamos a presença constante de quatro: a religião, a educação, a família e a pátria. Os discursos moralizantes publicados na gazeta giravam em torno dessas ideias. Todas elas, porém, se relacionavam e se complementavam na construção de uma única: a de que a religião era necessária para a configuração social que se formava naquele momento e para o futuro do país.

O intuito era passar para os leitores que a família era a base da sociedade e que, por isso, ela deveria ser valorizada e defendida dos males trazidos pela modernidade e pelo anticlericalismo, e que a maneira de fazer isso era através da religião, razão pela qual se devia

priorizar a educação religiosa nas escolas e em casa, a fim de formar uma sociedade moralizada, promovendo, dessa forma, o bem para toda a nação.

Buscava-se transmitir que mesmo com todas as mudanças que o país atravessava naquele momento, com a abolição do trabalho escravo, a proclamação da República, o estabelecimento do Estado Laico e a modernização dos centros urbanos, a Igreja Católica não deveria ser deixada para trás, visto que era a responsável pelos benefícios conquistados no país até o momento, e que seria também a promotora dos que viriam. Ou seja, a nação devia civilizar-se, mas com a ajuda da igreja e dentro dos limites estabelecidos por ela.

Ainda no primeiro número, essa ideia é transmitida, quando se diz que a folha “defenderá o prestígio da Igreja Católica sob cujo influxo exemplar se modelou o nosso character, se engrandeceram nossos destinos, se alcançaram as mais nobres conquistas da nossa civilização” (O NORDESTE, 29 de junho de 1922, p. 1). Ou seja, à igreja são dados todos os méritos das conquistas realizadas no país. A civilização teria sido alcançada a partir da religião. A religião, desse modo, não deveria ser vista como sinal de atraso, e sim como aliada do progresso e do bem da sociedade. Fica, assim, implícito que ao defender a religião, se estaria defendendo também o bem da nação.

O nacionalismo foi um tema muito presente no período pesquisado. Já no primeiro número fica exposto que a folha é um órgão nacionalista:

Somos nacionalistas; nossas columnas estão sempre abertas à campanha eminentemente civica de se espalhar no seio das massas a semente fecunda do sacrifício, da abnegação e do patriotismo, de que há lastimável carência, principalmente, nas altas cacadas políticas do paiz. (O NORDESTE, Loc. cit.).

Como foi dito nesse mesmo texto, *O Nordeste* não se posicionaria a favor de partidos políticos, porém demonstra o interesse pelo futuro do país e defende o nacionalismo, usando como justificativa para isso a falta de patriotismo da população e, principalmente, dos políticos. O nacionalismo é apresentado como a solução para os problemas do Brasil:

O nacionalismo é a causa da redempção do Brasil; só ele poderá provar, em breve, ao nosso povo quanto pode o amor do bem publico, o zelo das nossas instituições e o conhecimento dos nossos legítimos problemas para aquelles que collocam acima de tudo na vida a defesa nacional, sob os princípios incorruptiveis de Deus e da Patria, subjetivismo puro, que não impede tambem trabalhar intensamente, corajosamente, abnegada, pela nossa emancipação economica (DELAMARE, 7 de setembro de 1922, p. 5).

O nacionalismo seria a salvação da sociedade brasileira, visto que, zelando pelo bem público, conhecendo a fundo os problemas do país e se esforçando para solucioná-los,

melhorias poderiam ser conquistadas. Porém, o amor à pátria deveria unir-se ao cumprimento dos princípios religiosos. Estes eram princípios que estrariam interligados, pois estes trariam o bem para aquela.

O ano de 1922 foi repleto de matérias que abordavam o tema do nacionalismo, isso porque foi o ano do primeiro centenário da independência do país, e os redatores, então, lhe dedicaram uma atenção especial. Principalmente no mês de setembro, podemos encontrar artigos homenageando a independência, trazendo conselhos para o futuro da nação, criticando as condutas mantidas até então e sugerindo mudanças, assim como encontramos notícias a respeito das comemorações do centenário por todo o país.

A edição do dia sete de setembro foi quase exclusivamente dedicada ao assunto do centenário da independência. Logo na primeira página, podemos visualizar as imagens de Dom Pedro I, José Bonifácio, Dom Pedro II, e Epitácio Pessoa, além de textos sobre o tema. Na página seguinte, a folha traz as descrições das festas do centenário na cidade. Na página três, trouxe a programação das festas de comemoração do centenário e os hinos do Ceará, da Independência, o Hino Nacional Brasileiro e a Marcha do Centenário, esta última tendo sido composta por R. Donizetti e por Andrade Furtado, redator-chefe da folha.

Nas páginas quatro e cinco, foram reproduzidas as conferências promovidas pela gazeta, junto com o Círculo Católico de Fortaleza, nas quais foram discutidos assuntos relacionados ao centenário e que traziam como discussão principal a relação entre o catolicismo e o nacionalismo. Um exemplo é a reprodução de “A Influência do Catolicismo na Formação da nossa Nacionalidade”. Durante as conferências, este tema foi discutido tanto por padres como por leigos, a partir de palestras nas quais se colocava a religião católica como parte essencial da identidade nacional.

Até mesmo nos reclames, o tema do centenário esteve presente. Na página sete, por exemplo, anunciou-se a reinauguração do “Café Centenário”, antes denominado “Café Bemfica”, explicava-se que esta seria uma nova fase. A festa aconteceria em homenagem ao 1º centenário da independência. Foi publicada também a publicidade da loja “A Independência”, que teria uma variedade de produtos para a ocasião do centenário. Ainda na mesma página, encontramos o convite para um desfile cívico organizado pela sociedade Phenix Caixerla, também em homenagem ao centenário.

As publicações sobre o tema se seguiram durante o mês de setembro, e, ainda no mês de outubro, noticiava a procissão eucarística do Centenário, trazendo a primeira página completamente dedicada a discutir o assunto. Inclusive, trazia o seguinte texto publicado como editorial:

Somos um povo privilegiado, um povo de historia gloriosa, e o segredo das nossas conquistas e dos nossos reaes progressos na senda da civilização e da verdadeira democracia, está em que somos um povo forte, um povo temente a Deus, um povo que sabe zelar com carinho e reconhecido ardor a nacional e tradicional religião, a cujo influxo benefico devemos a formação civica desta grande nacionalidade, eminentemente chistã, que acaba de ver concluído, com tanto brilho, o primeiro cyclo secular de sua emancipação politica. Há um insopitavel ressurgimento de Fé e de Patriotismo em todo o Brasil.

[...] Salvé, o Brasil catholico! O Brasil invencível, que só teme a Deus! (ELOQUENTE afirmação de fé e de patriotismo, 3 de outubro de 1922, p. 1).

Mais uma vez a religião aparece como a causa dos progressos conquistados pelo povo brasileiro e como ponto importante para a formação da sua nacionalidade. Ainda no mesmo texto, é apontado o ressurgimento da fé e do patriotismo no Brasil. Isso teria acontecido devido a um sentimento de gratidão da população a Deus, por sua proteção ao país. As realizações da nação são apresentadas como obra de Deus, e esta realizada como resposta à religiosidade do povo.

Assim como se fazia a relação pátria-religião, relacionava-se também a pátria com a moralidade. O indivíduo patriota deveria agir de acordo com a moral estabelecida, caracterizada pela religiosidade e pelo recato na maneira de se comportar, visto que “a immoralidade degrada e avilta os homens, rebaixa e desonra a pátria” (O NORDESTE, 26 de maio de 1923, p. 1). A frase citada foi publicada na primeira página como um ensinamento para os leitores. Ao se agir de maneira imoral, além de estar fazendo o mal para si, se estaria fazendo o mal para a pátria. Essa relação também é demonstrada na seguinte frase de Montesquieu, publicada na primeira página do dia 23 de setembro de 1922: “O amor da Patria conduz aos bons costumes e os bons costumes ao amor da Patria!” (MONTESQUIEU, 23 de setembro de 1922, p. 1). A frase sugere que o cidadão patriota deve agir de acordo com o que é considerado como sendo um bom costume, e que, com a prática de bons costumes, o indivíduo estaria sendo levado também a ser nacionalista.

Sobre o amor à pátria, também foi publicado o seguinte texto:

O amor á patria é um [ilegível] grave, deve pesar na consciencia do cidadão, deve merecer-lhe todo respeito e acolhimento.

Cada cidadão precisa, nesse glorioso anno do centenário, examinar como tem procedido para com a sua extremecida patria, que tem feito para o seu engrandecimento, como se tem portado diante dos seus interesses palpitantes.

Quantas pessoas deslizam a vida sem consagrar um esforço á grandeza da patria?

Quantas têm uma existência inteira de transações iníquas contra o erário da nação?

Muita gente fala de patriotismo por toda a parte e não possui a noção preliminar de tão sagrado sentimento, de tão poderosa virtude.

Deixemos os programmas de fachadas, as plataformas ephemeras e ridículas, e videnciemos o nosso amor á patria na pratica do bem, no exemplo da virtude e no

trabalho incessante pela felicidade em *commum* (TABOSA, 31 de julho de 1922, p. 1).

Neste texto, Monsenhor Tabosa coloca o patriotismo como obrigação dos cidadãos, como algo que lhe deve pesar na consciência. O autor sugere que para expressar seu amor à pátria, o indivíduo deve ter algumas condutas, como praticar o bem, que é também um princípio da religião católica – a caridade cristã.

O civismo foi defendido nas páginas do *O Nordeste* até mesmo através da publicidade de livros vendidos em sua livraria:

Jeca Tatu e Mané xiquexique
 Por Idelfonso Albano
 Estudos sobre a resistência e patriotismo do cearense
 1 vol. com muitas gravuras 2\$000
 NA LIVRARIA DO
 “O Nordeste” (O NORDESTE, 26 de setembro de 1923, p. 4).

Como vimos, o nacionalismo foi um tema bastante presente nas páginas do periódico aqui analisado, seja em artigos, notícias e até mesmo nas publicidades. No entanto, ao se defender o amor à pátria, sempre se defendia também o amor ao catolicismo, o cumprimento dos seus princípios e um comportamento alinhado com a moral católica. A religião sempre era retratada como a causa do progresso e como a salvação para os problemas existentes. Buscava-se passar a ideia de que a religião ainda era importante para o país, mesmo ele sendo um estado laico. Buscava-se o reconhecimento do catolicismo como a religião dos brasileiros, como algo historicamente importante na construção da sociedade brasileira, e que ainda era essencial para ela. Defendia-se que amar o país era também amar o catolicismo, visto que ele traria os benefícios necessários para a sua prosperidade.

Porém, para melhorar o futuro do Brasil, outro ponto seria fundamental, de acordo com a visão da igreja, propagada pelo jornal: a educação. Atentemos para o seguinte texto publicado na primeira página do *O Nordeste*:

A educação é o mais serio dos nossos problemas.
 Quem quer que se interesse pela reconstrução social do Brasil, moral e economicamente há de voltar suas vistas para a questão por excellencia do pais:
 – A EDUCAÇÃO –
 [...] A educação plasma as sociedades e modela as nações, cujo progresso está na razão directa da cultura popular. Della é que a força vitalizadora dos povos, virilizadora dos homens e engrandecedora das pátrias, dependem todos os surtos e conquistas sociaes.
 [...] Assim, aquelle que se sentir impellido pelo amor à Patria e se interessar pelo nosso futuro; aquelle que aspirar um Brasil sadio, intelectual, physica, moral e economicamente; Aquelle que desejar uma reforma dos nossos costumes e almejar

saneamento na politica – ha de visar somente um alvo: educar o brasileiro (A EDUCAÇÃO do brasileiro, 3 de maio de 1927, p. 1).

A educação é apresentada no texto como a principal questão referente ao futuro do país. O autor aponta a importância da educação para sociedade e coloca como dever do cidadão patriota educar, visto que, a partir dela, a nação se reergueria tanto economicamente como moralmente, pois ela é representada como a causadora das conquistas obtidas pelos países. No entanto, o ponto que merece nossa atenção, nesse trecho citado, é o reconhecimento da educação como meio de modelar os indivíduos. Através da educação, pode-se influenciar a maneira de pensar e de agir das pessoas. Para a Igreja, naquele momento, ela poderia ser uma maneira de manter sua influência na sociedade, visto que, ao ensinar a religião desde a infância, estar-se-ia garantindo uma população católica no futuro, e, desse modo, mantendo o poder da Igreja em relação a esta.

Portanto, quando se fala em educação nas páginas do *O Nordeste*, refere-se a uma educação religiosa. Ao defender a educação, defende-se também o catolicismo e seu lugar naquela sociedade. Aí estaria a justificativa para a educação ser tema tão recorrente na folha, principalmente quando se trata de educação religiosa.

Com a laicização do Estado, viria também a laicização do ensino. Através do jornal, então, os intelectuais católicos, assim como membros do clero viriam a defender o ensino da religião católica nas escolas. Como a religião era retratada na gazeta como a salvação do país, o ensino religioso seria apresentado como o caminho para essa salvação:

Parecer da Comissão de Instrução Publica do Estado de Minas Geraes em resposta á solicitação do governo do Estado sobre o restabelecimento facultativo do ensino religioso nas escolas officiaes, pelo dr. José Augustodo Amaral:

- 1) A prosperidade, a grandeza e a felicidade de um povo dependem da verdadeira educação, cujo fim é formar o homem.
- 2) A religião é o meio *mais poderoso de educação*, porque é *a força da disciplina, a luz da instrução e a base da efficacia dos cuidados physicos*, necesarios para o desenvolvimento e a formação do corpo humano
- 3) *A escola sem Deus é prejudicial á juventude* e concorre para se formar *um povo orgulhoso e corrompido*, para o qual a felicidade consistirá só nas riquezas e nos prazeres
- 4) *A atmospheria da escola deve ser religiosa*, como disse o estadista historiador Guisot, *porque só a religião póde inspirar á mocidade os ensinamentos de respeito, de ordem, de virtude*, sem os quaes não haverá bons cidadãos.
- 5) *Fechar à religião as portas da escola é cortar uns dos meios mais efficazes de conservar a fé e combater a indiferença religiosa* – verdadeira calamidade social.
- 6) *Deve, portanto, ser ministrado nas escolas o ensino religioso*, o unico capaz de formar a consciencia, o coração e os habitos virtuosos na infancia, porque, como pondera o notavel publicista Liberatore, *a religião é o eixo de todos os conhecimentos, o principio vivificador de todos os actos a forma de toda a vida chistã* (A NECESSIDADE da religião na escola, 08 de julho de 1922, p.2. Grifos do autor).

Como podemos notar, este texto foi produzido pela Comissão de Instrução pública de Minas Gerais, e não pelos redatores do *O Nordeste*. No entanto, ele demonstra uma preocupação semelhante à dos responsáveis pelo jornal em relação ao ensino religioso, naquele momento em que, de acordo com a constituição do país, o Estado deveria ser laico e, portanto, o ensino religioso nas escolas não deveria ser realizado. Concordando com os argumentos expostos no parecer, o periódico publicou o mesmo na intenção de demonstrar a importância da religião nas escolas.

Analisemos a estrutura do discurso que argumenta a necessidade da educação religiosa. Primeiramente, é apontada a sua importância para uma nação, argumentando ser ela a responsável pelo crescimento e felicidade do povo. Somente após este argumento, aborda-se o tema religião. Notemos que os redatores do *O Nordeste*, ao reproduzir o texto, destacam em itálico os trechos que tratam especificamente sobre a religião. Percebemos que, ao fazer isso, se deseja que o leitor preste uma maior atenção nessas ideias. O destaque de trechos em itálico seria um artifício para manipular a interpretação do leitor a respeito do texto publicado. Fica implícita a intenção de induzir o leitor a reconhecer a necessidade da religião e do seu ensino nas escolas. Voltando ao texto, após se falar da importância da educação, argumenta-se que essa educação deve ser religiosa. A religião seria o único meio de formar pessoas disciplinadas e virtuosas; já a sua ausência causaria um mal irreparável, formaria uma sociedade problemática. Ou seja, o futuro do Brasil dependeria da religião e dos seus ensinamentos para a população, principalmente para os jovens.

O Nordeste promoveria, no ano de 1923, uma campanha a favor do ensino religioso nas escolas. No dia 23 de abril, é publicada a transcrição de um artigo do Conde Affonso Celso, no qual este discute o tema do ponto de vista jurídico. O autor cita o exemplo do estado do Paraná, no qual o tema fora discutido no Congresso legislativo. Cita vários exemplos de políticos que haviam criado projetos de lei a favor do ensino religioso facultativo nas escolas. O que todos tinham em comum em seus textos era o argumento de que o ensino seria realizado em horário diferente do expediente escolar e por padres, ou seja, não atrapalharia as aulas regulares das escolas e nem geraria gastos para o governo com o pagamento de professores, visto que eram os sacerdotes que iriam ministrar as aulas. Além disso, ele seria facultativo. Somente os alunos que quisessem participar das aulas o fariam. Estes também deveriam ter a permissão dos pais para assistirem às aulas de religião. Um dos argumentos utilizados no texto é o de que a maioria da população seria católica e que, por

isso, seria certo permitir essas aulas, visto que os próprios pais de alunos, em sua maioria, desejavam que seus filhos aprendessem a religião (CELSO, 23 de abril de 1923, p. 1).

Esse argumento também é utilizado no seguinte texto:

A actual reorganização do ensino publico no Ceará, fecunda por tantos títulos, não cogitou do problema religioso.
No Brasil, os administradores do regimen republicano, salvo uma ou outra exceção, sempre hostilizaram a entrada do catecismo no recinto da escola.
Escrupulos de constitucionalismo...
Entretanto o elaborador na nossa Carta Magna, o eminente conselheiro Ruy Barbosa, assignalou, em parecer luminoso a interpretação justa do texto constitucional que rege o assumpto.
O legislador não quis vedar o ensino do catecismo nas escolas publicas, mas, simplesmente não tornar obrigatório o seu estudo.
Acreditamos que Ruy Barbosa, espirito altamente liberal, como se prezava ser, não subscreveria, conscientemente, uma lei de tyrania, que negasse à quase totalidade da família brasileira o direito de educar os filhos na Fé tradicional de seus maiores.
[...] Si a constituição Republicana prohibisse taxativamente o ensino do catecismo nas escolas publicas, para usar a phrase veraz e enérgica de um publicista patricio, estaria evidentemente errada!
Não se pode legislar contra a vontade do povo (O ENSINO do catecismo nas escolas publicas, 21 de abril de 1923, p. 1).

O texto traz uma crítica aos políticos que não aceitam o ensino religioso nas escolas. Coloca esse fato como uma tirania, já que a maioria da população seria a favor. Essa proibição, desse modo, seria contra a vontade do povo brasileiro e estaria fugindo ao que Ruy Barbosa teria proposto na Constituição. Procura-se argumentar que mesmo o catolicismo não sendo mais a religião oficial brasileira, ainda é seguido pela maioria da população e que a constituição havia decretado que a Religião Católica nas escolas não era obrigatória, porém também não seria proibida. Sendo assim, ao impedir o ensino do catecismo na escola, estar-se-ia distorcendo o que dizia a Constituição, e ainda não se estaria respeitando o desejo das famílias brasileiras, já que o catolicismo não seria mais a religião oficial, mas seria a religião tradicional da população.

O mesmo editorial trouxe, ainda, respostas a indagações a respeito da não aceitação do ensino religioso nas escolas:

Que ensina o catecismo? A insubmissão contra a autoridade? O desrespeito ao império da lei? A discórdia das classes? O desprezo pelos que governam?
Não. O catecismo é a grande lição de abnegação e de fraternidade, no dizer de um luminar do jornalismo.
O catecismo ensina a não roubar, noção moral que é preciso arraigar no espirito das creanças para que não se tornem, mais tarde políticos desonestos.
O catecismo ensina a não mentir, necessidade imprescritível, em qualquer meio social, a fim de que a hypocrisia e a versatilidade de caracter não dominem como elementos devastadores da consciência humana.

O catecismo ensina a respeitar a honra do lar, as cãs da velhice, os andrajos do pobre!
 Porque, então banir o ensino da moral catholica do recinto das aulas? (O ENSINO do catecismo nas escolas publicas, 21 de abril de 1923, p. 1)

Como justificativa para a não proibição do ensino religioso, é argumentado que o catecismo só traria benefícios para os indivíduos que o aprendessem, já que formaria pessoas moralizadas de acordo com os ensinamentos da religião, impedindo assim desvios de caráter como a desonestidade e a hipocrisia. Sendo assim, não havia motivo para seu banimento, já que não prejudicaria, e, sim, ajudaria na formação das crianças e da juventude.

Como atentamos anteriormente, a educação da juventude foi uma grande preocupação da Igreja. Isso porque, através dela, os interesses do clero seriam defendidos. O ensino seria a maneira de garantir que os ensinamentos católicos não seriam esquecidos. A intenção era exatamente difundi-los cada vez mais. A juventude, desse modo, seria um público estratégico para a realização desse desejo.

Monsenhor Tabosa, realizando seu papel de defensor do catolicismo no Ceará, escreveu o seguinte texto para *O Nordeste*:

Penso que no seio da nossa pátria não existe problema mais serio que o da mocidade, salva esta, estão garantidas todas as instituições e amparados todos os esforços. A família a Patria e a Religião serão prosperas e felizes contando com a mocidade bem formada na intelligencia e na vontade, desabarão todas as bases da nossas esperanças futuras, continuando desestimulados os jovens, abandonada a mocidade.
 Formemos o moço e a nossa fé será robusta! Formemos o moço e a nossa patria será grande!
 Formemos o moço e estará salvo o Brasil (TABOSA, 26 de agosto de 22).

Tabosa defende que a formação da mocidade deveria ser um assunto ao qual os católicos deveriam atentar. Ele aponta os jovens como a esperança para o país, visto que eles proporcionariam prosperidade para a família, para a pátria e para a religião. Porém uma frase nos chama a atenção: “Formemos o moço e nossa fé será robusta”. Acreditamos que nessa frase está explícito o real motivo do interesse pelo ensino da juventude. Os jovens educados hoje de acordo com os valores católicos seriam os militantes do catolicismo no futuro, propiciando, dessa forma, o crescimento da religião no país.

O restabelecimento do ensino do catecismo nas escolas, e, conseqüentemente, a educação da mocidade, seria uma das mais importantes formas de restabelecer a influência e o poder da religião. A educação seria mais uma maneira de impor os ideais católicos, assim

como padrões comportamentais para a população, não somente a do presente, mas, principalmente, aos futuros brasileiros.

No texto acima, assim como em vários outros publicados no *O Nordeste* e que iremos ainda abordar nos próximos capítulos, podemos notar a presença do termo *família*. Acreditamos que este era mais um dos princípios defendidos na gazeta, e que serviria de justificativa para muitos dos discursos moralizadores publicados.

A família tinha uma dupla importância para a Igreja, de acordo com o que podemos observar em nossas fontes. Ela era o outro espaço, além da escola, onde se poderia educar as crianças e os jovens, a partir dos ensinamentos católicos, e também era retratada como um bem que deveria ser preservado. A família deveria ser protegida de todas as “imoralidades” existentes na sociedade.

A partir da visão da família como ambiente de educação, *O Nordeste* trazia ensinamentos sobre como cada membro desta deveria agir. O homem, pai de família, por exemplo, deveria dedicar-se somente a ela e ao trabalho, visando o seu sustento. A mulher, por sua vez, era uma peça fundamental na educação das crianças. Era dela a função de ensinar todos os valores morais que os filhos deveriam seguir.

Era bastante comum que a folha criticasse as leituras consideradas indecentes para as famílias, na maioria das vezes, qualificando-as de imorais. Já outras leituras eram indicadas por trazer exemplos de boa conduta e também ideias religiosas. Como foi o caso do livro intitulado “Zelia ou irmã Maria do S.S. Sacramento”:

Em todas as phases daquela existência privilegiada há ensinamentos preciosos para a formação do caracter moral das famílias.

Menina, modelo de ternura e bondade, perfeita virgem christã, esposa dedicada e bôa, mãe solícita e exemplar, viúva inteiramente consagrada ao apostolado da caridade [...]

Recomendamos ás famílias cearenses esse magnífico compendio de educação christã, para que nelle encontrem as lições tão sadias e tão proveitosas de moral evangélica

De livros, como <Zelia> muito carece a sociedade contemporânea preocupada com entretenimentos frívolos e essencialmente mundanos (UM LIVRO optimo, 22 de julho de 22, p. 1).

Percebemos, a partir dessa indicação, quais eram os padrões de comportamento que as famílias deveriam seguir. No caso, o texto se refere à mulher, que deveria preservar sua virgindade quando solteira, realizar seu papel de mãe dando bons exemplos aos filhos e realizar a caridade cristã quando viúva. As mulheres que não seguissem os padrões assinalados não seriam vistas com bons olhos pelos redatores do *O Nordeste*. A moral católica mais uma vez aparece como meta a ser seguida pelas famílias cearenses.

Como forma de justificar o controle comportamental que os intelectuais católicos buscavam estabelecer para a população fortalezense, as famílias foram representadas como um bem a ser preservado. A folha se declarava como defensora das famílias católicas no Ceará, e, com esse argumento, publicou denúncias sobre os mais variados acontecimentos do cotidiano dos fortalezenses. Como o seguinte texto a respeito do funcionamento de um bar na cidade:

Repetimos hoje o nosso brado protesto contra o funcionamento do <Bar Cearense>, centro de imoralidades e bachanaes, estabelecido na Fernandes Vieira, no meio das residências de distintas famílias.
 Estas (que miséria!) estão quase na contingencia de se mudarem, porque a policia não se resolve a mandar fechar aquela casa de perdição.
 O que é certo é que as famílias ali residentes não podem continuar a serem ofendidas com as torpezas que ali se clamam em vozes altas, nem perturbadas no socego do seu somno com as gritarias de todas as noites.
 Gritarias só, quando é o menos, porque, as vezes, os excessos chegam, como ante-hontem, a tiros, cacetadas, e quanto absurdo se possa conhecer de pior.
 É o cumulo (O BAR Cearense continua a escandalizar as famílias, 15 de julho de 1922, p. 2).

A reclamação contra o funcionamento do bar não acontece devido às pessoas que o frequentam e nem ao que praticam lá. A justificativa dada para o protesto é que o Bar Cearense estaria estabelecido em um local próximo às casas das famílias. Estas, do ponto de vida defendido pelo jornal, deveriam ser resguardadas de qualquer exemplo de “má conduta”. A preocupação era devido ao fato de que tal estabelecimento tiraria o sossego das delas, mas também está implícito que as palavras proferidas no bar, assim como os gestos dos seus frequentadores, seriam uma afronta por serem consideradas imorais e por darem maus exemplos. Seria, de acordo com esse pensamento, inaceitável que essas famílias vivessem em um ambiente próximo ao Bar, convivendo, assim, com os comportamentos, tidos como inconvenientes, dos seus frequentadores.

De acordo com os discursos presentes no *O Nordeste*, a família deveria ser protegida de tais atitudes, visto que ela seria a base da sociedade. Com as famílias moralizadas, significaria que a sociedade também estaria moralizada.

A partir de tudo o que vimos, percebemos que a folha confessional serviu à Igreja e aos intelectuais leigos como um meio através do qual estes disseminariam suas ideias e, conseqüentemente, estabeleceriam os tipos de comportamento que deveriam ser praticados pela população fortalezense. Através de discursos que se utilizavam de termos como *pátria*, *religião* e *família*, como valores que deveriam ser almeçados pelo cidadão católico, buscou-se intervir na maneira de pensar e de agir dos leitores.

A partir desses discursos, seria justificado o seu interesse em influenciar, principalmente, a juventude. Justamente com a ideia de que se estaria agindo para o bem das famílias e da nação, buscou-se continuar com a educação religiosa nas escolas. No entanto, sabemos que a juventude seria um público estratégico para que o intuito de manter a influência da Igreja na sociedade se consolidasse: esta seriam os futuros defensores da religião. A mocidade, porém, não seria o seu único público de interesse; as ações não se limitariam somente a sua educação. Com o pretexto de que seriam os protetores das famílias e da sociedade no geral, defendiam tipos de comportamentos desejados para os fortalezenses ao mesmo tempo em que combatiam outros.

A ideia de que a religião, principalmente através da educação, seria a única maneira de salvar o país dos problemas sociais pelos quais passava era, na verdade, uma tentativa de reconquistar o prestígio e o poder do catolicismo naquela sociedade.

Chegando ao fim deste capítulo, concluímos que a fundação do *O Nordeste*, assim como os discursos publicados nele, seria, no momento estudado, fundamental para a conservação dos fiéis da Igreja Católica e a disciplinarização destes, perante a separação oficial entre esta e o Estado. Teriam também um papel muito importante nessa empreitada os intelectuais leigos, os quais, aliados à arquidiocese, seriam os responsáveis pelo periódico e pela fundamentação das ideias nele propagadas. Estes seriam militantes da Ação Católica e estariam engajados no projeto de “recatolicização” da população. Sua participação teria uma grande importância para a causa católica no Ceará, visto que ocuparam um lugar social de destaque naquele período. Não eram somente jornalistas, mas também acadêmicos e políticos, em sua maioria, ou seja, sua ação não se limitaria somente às páginas do *O Nordeste*, e ainda se utilizariam de sua influência para legitimar a causa do catolicismo. Através de seus discursos, defenderiam uma moral religiosa para os habitantes de Fortaleza.

Sendo colocado por vezes como o porta-voz da Arquidiocese, e outras como o defensor das famílias cearenses, *O Nordeste* seria, então, uma das principais ferramentas utilizadas para influenciar os leitores, e, conseqüentemente, defender o catolicismo no estado, combater o laicismo e o anticlericalismo, assim como para divulgar os ideais dos intelectuais católicos, propagar suas visões de mundo, intervir no comportamento da população e combater as condutas indesejadas. Como veremos no próximo capítulo, os interesses desses homens não se restringiam apenas a questões relacionadas à religião, mas também a assuntos relacionados à cidade e aos desejos dos setores dominantes em construir uma Fortaleza civilizada. Representando o catolicismo, mas também os setores abastados da população, a

folha atuaria no combate às condutas que não se adequavam ao espaço urbano por estes idealizado.

3 POR UMA CIDADE ORDENADA: O COMBATE AOS COSTUMES NÃO CIVILIZADOS

Neste capítulo, temos como proposta analisar o posicionamento do *O Nordeste* a respeito dos comportamentos tidos como não civilizados e sua tentativa de estabelecer um padrão de comportamento católico, moralizado, mas também moderno e civilizado, condizente com a cidade almejada pelos setores dominantes, para o cidadão católico fortalezense. Buscaremos perceber as estratégias discursivas utilizadas pelo periódico na construção desse padrão comportamental na cidade de Fortaleza, no período estudado, assim como os tipos de comportamentos a serem evitados por não se adequarem ao almejado.

A partir da leitura dos discursos publicados no *O Nordeste*, notamos a presença de críticas tanto a hábitos já existentes no cotidiano da população, que, naquele momento, eram contrários à ideia de progresso e civilização existentes na cidade (assunto que discutiremos neste capítulo); como a condutas tidas como modernas e civilizadas, mas que iam de encontro aos ensinamentos da Igreja¹⁶. Desse modo, acreditamos em uma tentativa por parte dos redatores da folha de moralizar a população, de maneira que fossem conciliados os princípios religiosos com os ideais de progresso existentes naquele momento.

Como já falamos anteriormente, *O Nordeste* foi fundado na intenção de disseminar as ideias católicas e defender os interesses da Igreja. Porém, vimos também que ele era produzido por intelectuais leigos, com grande influência na sociedade fortalezense. Estes, além de divulgarem sua religião, disseminariam, de acordo com seus interesses e sua visão de mundo, o seu ponto de vista sobre variados assuntos relacionados ao cotidiano fortalezense. Desse modo, através dos seus discursos publicados na folha confessional, buscariam influenciar na maneira de pensar e se comportar da população.

Alinhamos o nosso entendimento a respeito dos *discursos* com a perspectiva de Michel Foucault, quando afirma que estes são “[...] práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos, mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. [...] É esse *mais* que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.” (FOUCAULT, 1986, p.56). Portanto, os discursos são práticas que possuem intencionalidades implícitas e o ponto de vista de quem os produziu. Eles contêm significados e são construídos com o objetivo de formar visões sobre os objetos de que falam.

¹⁶ Esse tema será abordado no próximo capítulo.

No caso analisado no presente trabalho, os discursos eram publicados com o objetivo de divulgar o ponto de vista de quem os produziu sobre o comportamento dos habitantes de Fortaleza. Dessa maneira, percebemos que os grupos que organizavam *O Nordeste* se utilizavam da imprensa para disseminar seu discurso moralizador na sociedade fortalezense, buscando não só mantê-la católica, mas também ordenada e condizente com o progresso desejado por alguns setores, como as camadas mais abastadas, os poderes públicos e os próprios intelectuais.

Nesse sentido, as práticas que não condiziam com essa ordem, foram intensamente combatidas nas páginas do jornal, sendo três os alvos mais frequentes de reclamações: a falta de higiene nos hábitos da população; a vadiagem, onde se incluem a ingestão de bebidas alcoólicas e os jogos de azar; e a prostituição.

Essas três condutas incomodavam não somente por estarem contra os valores defendidos pela Igreja, como também por serem contrárias aos anseios dos setores abastados da população de modernização e civilização da cidade. Essas práticas colocavam em questão os padrões de conduta estabelecidos por estes setores à medida que representavam hábitos indesejados por eles, por serem vistos como “imorais” e não civilizados.

3.1 EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA: A APROPRIAÇÃO DO SABER MÉDICO NO DISCURSO DO *O NORDESTE*

Um novo olhar sobre as cidades se desenha no Brasil, no final do século XIX. O saber médico, fundamentado em teorias europeias dos séculos XVIII e XIX repercute no espaço urbano brasileiro. “Nos modelos ideais de cidades, perpassa a utopia de uma cidade higiênica (física e moral), salubre, bela, harmônica, equilibrada, racional, eficiente, arborizada, ordenada, planejada, funcional, zoneada etc. onde seja garantido o bem-estar social da população” (COSTA, 2002, p. 62).

De acordo com Mello *et al* (2010), os discursos sanitaristas ganharam força no Brasil após a abolição da escravidão, que trouxe mudanças nas relações de produção e nas relações sociais, e também com o advento da Primeira República. Com a chegada desse novo regime, da urbanização e das novas relações sociais, as epidemias, endemias, e demais doenças passaram a ser problematizadas com maior intensidade, impulsionando novos modelos de saber sobre as doenças e suas causas.

Silva (2011) nos diz que, visando a solucionar os problemas que há tempos os médicos já indicavam, os engenheiros alinhados com os discursos sanitaristas passam a

discutir com mais intensidade a questão da higiene nas cidades, apresentando soluções. Desse modo, o espaço urbano passa a ser, com mais veemência, alvo de críticas e propostas em que as doenças são relacionadas aos males da cidade e se sugere um planejamento dos espaços públicos e privados.

A partir daí, segundo Iranilson Buriti de Oliveira (2003), foi lançado um novo olhar sobre a casa e a rua: as ruas deveriam ser largas, arejadas, com canais de drenagem, sistemas de esgoto, abastecimento de água potável, etc.; e as casas deveriam ter janelas nas alcovas, varandas e “terrasses”. Partindo desse pressuposto, priorizou-se a vigilância sobre os ambientes, que deveriam ser claros e ventilados, com espaços que dessem acesso tanto para o vento como para a luz do sol: “Médicos, químicos e engenheiros opinavam sobre os melhores métodos de arejamento das cidades e das residências e a salubridade tornou-se a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos” (Ibid., p.18). Assim, de acordo com Silva (2011), caberia à engenharia projetar reformas urbanas e o saneamento, e à medicina, o tratamento e a prevenção de doenças epidêmicas.

Desse modo, o discurso médico influencia a criação de planos urbanísticos, as reformas urbanas e a legislação. Assim, os códigos de posturas vão normatizar as edificações e o espaço urbano, na busca de organizá-lo e de disciplinar a população, visando à criação de cidades salubres, higiênicas e ordenadas (COSTA, 2002).

No caso de Fortaleza, um exemplo dessa preocupação com a salubridade e com a higiene pública foi a elaboração da “Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios” (1875) pelo engenheiro e arquiteto pernambucano Adolfo Herbster, inspirado nas reformas de Paris feitas pelo Barão de Haussmann, atualizando o traçado urbano em forma de xadrez – elaborado pelo português Silva Paulet, em 1818 –, facilitando, assim, o fluxo de pedestres, veículos e mercadorias, e também a vigília dos poderes públicos sobre os cidadãos (PONTE, 2001).

A partir dessa preocupação com a salubridade e das problematizações sobre as condições de vida é que, segundo Ponte (Ibid.), o saber médico concorreu para o surgimento da Santa Casa de Misericórdia (1861), do Lazareto da Lagoa Funda – para isolar os acometidos pelas epidemias – e para a criação do Asilo de Alienados e do Asilo de Mendicidade, em 1886, criando, assim, uma estrutura hospitalar para a cidade.

Com relação aos Códigos Municipais de Postura de Fortaleza, Margarida Andrade (1994) diz que já na primeira metade do século XIX, nas leis de 1835 e nas complementares de 1838 e 1844, pode ser percebido esse interesse pela saúde. Com o crescimento urbano, a partir da década de 1860, nos códigos de 1865, 1868 e 1879, pode-se observar a acentuação do interesse pelo binômio saúde-higiene. Porém, segundo a autora, somente com o Código de

1893 é que foram acrescentadas medidas inovadoras no que se refere à invasão das moradias para as vistorias, em nome da limpeza e da saúde. No final da década de 1910, o Estado aumenta o controle nas habitações, tendo sido elaborado, em 1918, um regulamento que decreta a inspeção sanitária das casas, estabelecimentos e logradouros públicos, exigindo uma série de medidas para esses locais.

Todas as casas novas ou reparadas, e as de aluguel que vagarem serão visitadas pelo Inspetor sanitário que verificará se oferecem ou não as condições indispensáveis de higiene e asseio para serem habitadas. [...] Não será permitida a habitação em casas ou cômodos chamadas de travessa, sem área livre ou quintal e sem instalação sanitária. [...] Não é permitida a habitação em porões e sótão que tenham iluminação e arejamento deficiente [...]¹⁷

Margarida Andrade (1994) afirma que essas medidas vieram como um reforço àquelas estabelecidas no Código de 1893. Elas também foram resultado do crescimento de Fortaleza e do número das habitações conhecidas como “casas travessas”¹⁸, que haviam se espalhado pela cidade. Ou seja, o interesse pela salubridade das instalações esteve presente em Fortaleza desde o início do século XIX, portanto, ainda no império, e intensificou-se com o crescimento urbano a partir da década de 1860, e ainda mais na Primeira República, a partir código de 1893.

Segundo Maria Célia Costa (2002, p. 68):

Estas normas sintetizam, em parte, os ideais da cidade salubre e da casa higiênica idealizada pelos médicos e urbanistas utópicos. O disciplinamento do espaço urbano, a escolha da localização e normatização das edificações, o tamanho dos compartimentos, a especialização dos espaços domésticos, o saneamento do solo visam a garantir iluminação natural, circulação do ar, da água e dos dejetos, impedindo, assim, uma constituição epidêmica, a formação de miasmas ou o surgimento de vetores responsáveis pela propagação das doenças.

Aqui percebemos quem eram os responsáveis por estabelecer as normas de higiene. Principalmente os médicos, respaldados pelo conhecimento científico, foram incumbidos de determinar as orientações para padronizar os espaços da cidade de maneira que a tornasse higiênica. Paralelamente a isso, difundiram-se no país interpretações da doença como um fenômeno social:

¹⁷ Regulamento da Diretoria Geral da Higiene, aprovado pelo decreto legislativo 1.643, em 08/11/1918, arts. 303,312 e 314 *apud* ANDRADE, Ibid., p. 6.

¹⁸ Tratava-se de casas sem ventilação e sem espaços ao ar livre, como jardins ou quintais.

A pobreza, o excesso de trabalho, a má alimentação, a falta de moral, a vizinhança de ambientes insalubres e outros fatores de tipo econômico social foram considerados de grande relevância para explicar o impacto de determinadas enfermidades. Depois de esquadriado o espaço físico foi a vez do espaço social. A doença podia ser resultado tanto do meio físico, quanto do meio social. Surge a teoria social da doença (COSTA, 2002, p. 65).

De acordo com o que diz a autora, a conduta da população, principalmente a dos mais pobres, também seria uma preocupação dos médicos, posto que as doenças seriam vistas como consequência tanto dos espaços por ela frequentados, como dos seus hábitos. Assim, de acordo com esse pensamento, seria papel da medicina não somente curar as enfermidades como preveni-las através do controle do comportamento da população, evitando que esta praticasse hábitos anti-higiênicos e também imorais.

Segundo Oliveira (2003), desde o final do século XIX, o saber médico investia no corpo familiar brasileiro. Após a proclamação da República, porém, intensificou-se a vigilância médica sobre os indivíduos. Para o autor, (Ibid., p.17), a medicina social, enquanto um dispositivo de saber/poder disciplinar, instaurou no país, nesse período, práticas sanitárias em nome da higiene urbana, social e individual, fazendo a prescrição dos locais os quais os membros da família deveriam ou não frequentar.

Nas primeiras décadas do século XX, essa discussão teria se ampliado. Com a chegada da República, iniciaram-se campanhas sanitaristas no país, a exemplo da promovida no Rio de Janeiro em 1904 por Oswaldo Cruz. Assim, “o corpo, o sexo e as relações afetivas foram alvo de cuidados médicos através de normas que regulavam o comportamento dos homens, das mulheres e das crianças” (Ibid., p.19).

O objetivo dos sanitaristas e higienistas era, então, normatizar. Nessa perspectiva, a sociedade deveria ser disciplinada, pois os excessos e os desvios também eram tidos como males para a sociedade (SILVA, 2011). O objeto da medicina social não era somente o indivíduo doente, mas também o “corpo social”, este visto como espaço de proliferação de doenças e de promoção da saúde (COSTA, 2002).

De acordo com esta perspectiva, entendemos que a medicina social urbana, ao estender o seu olhar clínico para a sociedade, irá percebê-la como um organismo vivo, apreendendo-a em seu olhar clínico e médico-higienista, fazendo um diagnóstico a fim de identificar suas mazelas, suas doenças sociais, causas maiores do não-progresso da nação. A medicina social irá ainda metaforizar os problemas da sociedade através do emprego de uma terminologia médica, expressa na utilização de termos como ulcera ou câncer social para se referir aos problemas da sociedade (OLIVEIRA *et al*, p. 8).

Porém, essa intervenção no meio social tinha uma função no Brasil naquele momento. Ela tinha o intuito de fazer com que a sociedade em formação se adaptasse ao novo modelo estrutural que estava sendo implantado com o advento da República.

O movimento sanitarista – como a saúde de um modo geral – tinha uma função determinada, esta iria a partir da intervenção direta no corpo social, integrá-lo à nova sociedade. Isso se daria mediante a reorganização espacial da urbanidade e/ou através de medidas que visavam higienizá-lo, discipliná-lo e organizá-lo para que os indivíduos pudessem ser moldados a luz do novo tipo de relações sociais que estavam em implantação na sociedade brasileira (MELLO *et al*, 2010, p. 98).

A partir da década de 1920, o governo federal começou a intervir mais intensamente no que tocava à higiene e ao saneamento, na intenção de combater doenças, como a febre amarela, a lepra, a sífilis, o impaludismo e a tuberculose. De acordo com Oliveira (2003), a medicina social foi utilizada, naquele momento, como um veículo de modernização para o país. Com a finalidade de transformá-lo em um local de progresso, de ordem e de higiene, e também de acabar com a imagem que o Brasil tinha de país atrasado aos olhos estrangeiros, foi proposta a modificação dos “hábitos tradicionais vistos como inadequados a uma nação que se pretendia capitalista e civilizada, penetrando no espaço doméstico das famílias – tanto as pobres quanto as ricas – (vacinando, medicando, prescrevendo) e impondo-lhes regras de higiene” (Ibid., p. 19).

Dessa preocupação em modernizar o país, veio um interesse maior com a estética das cidades e seu saneamento, e também com a higiene das habitações, visando à saúde da população, visto que se pretendia adequar o Brasil aos modelos dos centros urbanos europeus (SILVA, 2011). Assim, o discurso médico se impôs como forma de controle da sociedade e de intervenção, principalmente nas massas, por parte dos poderes públicos (MELLO *et al*, 2010). Desse modo, o Estado teria se apropriado do discurso médico com a intenção de disciplinar os indivíduos, tornando-os aptos a compor uma sociedade moderna e civilizada.

Em Fortaleza, segundo Ponte (2001, p. 76), ocorreu de maneira parecida:

À proporção que a cidade se adensava de gente e de construções, verificou-se, por parte dos segmentos econômico-políticos dominantes e da elite intelectual locais, toda uma produção de discursos problematizando o seu processo de urbanização. Davam conta do que ela e seus habitantes precisavam ter e fazer para atingir um desenvolvimento organizado, sistematizado, saudável e civilizado.

Nesse sentido, esses discursos defendiam, além da higiene pública, como cuidados com a água, a preocupação de instalação de um sistema de esgoto e a limpeza dos

logradouros, o cuidado higiênico com o corpo, ditando regras de conduta e influenciando a adesão de hábitos higiênicos para a população.

É nesse cenário que o jornal *O Nordeste* aparece como forte ferramenta de disseminação dessas ideias, que demonstram a intenção de intervir nos comportamentos dos fortalezenses, no sentido de torná-los indivíduos higiênicos. Visto isso, discutiremos a participação tanto dos organizadores do jornal como dos seus leitores na construção de uma cidade higienizada através de artigos, queixas e denúncias contra a falta de higiene na cidade.

No dia 18 de julho de 1922, o periódico publicou a seguinte denúncia:

Quem quer que passe pela praça Marquez de Herval, lado da rua Municipal, ou permaneça por algum tempo na Igreja do Patrocinio, sentirá insuportável fedentina devido a líquidos podres provindos do novo Quartel de Polícia Estadual, predio da Phenix, de onde ultimamente se mudou o Telegrapho. Faz-se mister que o sr. dr. delegado de hygiene volte suas vistas para tão perigoso vehiculo de moléstias. Esperamos que sejam tomadas providências a respeito (COM a Directoria de Hygiene, 18 de julho de 1922, p. 2).

Podemos perceber neste trecho a preocupação existente com as doenças e a sua relação com a sujeira e os maus odores. Mesmo o jornal não fazendo referência aos discursos médicos, podemos notar sua influência na argumentação feita na folha contra os líquidos vindos do Quartel.

Sobre isso, é importante notar como, em pleno século XX, o autor ainda fundamenta seu discurso centrado na ideia de que as doenças eram causadas pelos miasmas, ou seja, argumentando que o meio, caracterizado pelas águas fétidas, provocaria as moléstias nos indivíduos. Para essa época, esse já seria um pensamento obsoleto, já que a existência dos micro-organismos já havia sido provada (CORBIN, 1987).

Outro ponto interessante assinalado na fonte é a existência de um delegado que tratava especificamente de assuntos relacionados à higiene na cidade. Isso demonstra que, além dos organizadores do *O Nordeste*, os poderes públicos também se interessavam pela higiene naquele momento. Mesmo assim, a folha busca chamar a atenção da população para o tema, pois já no início da denúncia, sugere-se que se vá ao local para comprovar o fato sobre o qual se fala. A estrutura discursiva do texto faz-nos perceber a tentativa do jornal de demonstrar a veracidade do fato, a fim de ganhar o apoio dos leitores na cobrança da resolução do problema.

O seguinte trecho traz um discurso parecido: “A lama que sai do interior do <Restaurante Luzitano> exala um cheiro nauseante, prejudicando deste modo a saúde pública. Muitos outros pontos desta capital reclamam as vistas daquela distinta autoridade que muito

se recomendaria á gratidão publica, si levasse a efeito o necessário asseio urbano” (COM a prefeitura, 20 de junho de 1923, p. 3). Existia uma semelhança nas queixas e denúncias publicadas sobre o tema no que diz respeito à estrutura da redação dos textos. Quase sempre se apontava o local onde ocorria a falta de limpeza, depois se argumentava que aquilo era prejudicial à saúde pública e, em seguida, se pedia às autoridades responsáveis que resolvessem o problema. No caso citado acima, a “distinta autoridade” a que se refere o autor é a prefeitura.

Neste outro caso se pede ao inspetor de higiene que tome as providências:

É um sacrifício, um desprazer e um perigo grave contra a saúde transitar-se no trecho compreendido entre a rua Pedro Borges e a Municipal através da Coronel Bezerril, justamente onde se acha localizada esta redacção.

As sarjetas veem cheias de lama podre, porque alguns moradores não se importam de depositar, nellas, toda sorte de imundícies e de ali fazer o despejo de agua suja de suas casas.

Essa podridão passa a correr o dia inteiro, mesmo em frente da delegacia e chefatura de polícia.

Pedimos ao dr, inspetor de hygiene que tome as providências que o caso requer (FALTA de Hygiene, 14 de janeiro de 1924, p. 2).

Apesar da folha não citar quem eram os moradores, acreditamos que, provavelmente, se tratava de residências de famílias abastadas, já que estavam localizadas no centro da cidade, que, na época, era habitado principalmente por elas. O fato de a redação estar localizada ali próximo, demonstra o interesse direto dos redatores, na resolução do problema, já que, supostamente, sua saúde seria prejudicada. Fica claro na fonte que, para estes, despejar sujeira nas ruas era uma atitude que precisava ser corrigida.

O curioso é que o apelo é feito não para os que cometiam tal ato, mas para as autoridades, para que estas repreendessem os moradores; ou seja, existia uma lógica ordenadora para a cidade que não se restringia apenas aos poderes públicos, mas que se disseminava pelo social, estando presente entre outros grupos, como a imprensa no caso aqui citado, fazendo com que estes vissem a necessidade de ordenamento do espaço urbano e cobrassem isso das autoridades responsáveis.

Ao lermos não só essa queixa, mas também as anteriores, percebemos que na época eram frequentes os casos de águas sujas, vindas das residências e demais estabelecimentos, serem derramadas nas ruas da cidade. Podemos perceber também que esse problema era motivo de preocupações, pelo menos para os responsáveis pelo periódico, visto que eram comuns as reclamações a respeito do tema em suas páginas.

A esse respeito, Ponte (2001), ao citar um ensaio¹⁹ feito por Thomaz Pompeu de Souza Brasil, em 1896, nos diz que os quintais das residências, naquele período, eram verdadeiros focos de infecções, visto que neles eram depositados materiais fecais, águas pútridas e demais sujeiras, que fermentavam e contaminavam o ambiente familiar. O autor diz ainda que existia pouca água potável e que esta ficava restrita aos afazeres domésticos, pois provinha de poços feitos nos quintais. Essa água, no entanto, não era confiável, pois, ao redor dos poços, os solos estavam sempre úmidos devido ao despejo de águas sujas das lavagens de louças e roupas em suas proximidades. Dessa maneira, elas se infiltrariam, contaminando os poços.

Ponte (2001) ainda assinala a prática popular de se livrar dos restos domésticos jogando-os em córregos próximos às residências, como na queixa citada acima, e também o uso das fossas fixas, que eram buracos de dois metros por um de diâmetro, onde eram depositados os despojos fecais das casas. O material nelas depositado nunca era removido. Quando uma enchia, era tampada com areia e abria-se outra. Como os quintais eram pequenos, as fossas acabavam ficando muito próximas umas das outras. Pelas condições do solo da cidade, bastante permeável, acredita-se que os germes acabavam por se infiltrarem no lençol freático, infectando a água. Ou seja, as águas retiradas dos poços poderiam estar contaminadas, afetando a saúde de quem delas se utilizasse para beber.

Acreditamos que a realidade descrita por Thomaz Pompeu em 1896 não era exatamente a mesma no começo da década de 1920. No entanto, ainda era bastante precário o abastecimento de água e o escoamento dos dejetos em Fortaleza nesse período, já que apenas no final da década é que se efetivaram os projetos para um sistema de água e esgotos.

Ainda no mesmo ano da publicação do ensaio de Thomaz Pompeu, tendo sido eleito o Dr. Nogueira Accioly presidente do Estado, mandou abrir a concorrência para o serviço de esgotos de Fortaleza, contudo o único projeto apresentado não teria sido aprovado pela comissão de médicos e engenheiros. Em 1908, abriu-se, por lei, a nova concorrência pública para a execução das obras de abastecimento de água e esgotos. Porém a obra só foi concluída em 1924, e o serviço de abastecimento de água só teria sido inaugurado em 19 de novembro de 1927. Por esse motivo, a água era apontada em Fortaleza como a principal causadora de doenças entre a população e responsável pela maior parte dos casos de mortalidade infantil por infecção intestinal (Ibid.).

¹⁹ Trata-se do estudo *Importância da vida humana como fator de riqueza. O desenvolvimento da população de Fortaleza: sua natividade e mortalidade, taxa excessiva desta*. Publicado na *Revista da Academia Cearense*.

Além da questão da água, existiam outros problemas relacionados à higiene que apareciam como preocupações nas páginas do *O Nordeste*, um deles era o hábito que algumas pessoas tinham de jogar lixo e até animais mortos nas ruas. Como na seguinte queixa:

Pedimos ao sr. Prefeito que tome energicas providencias contra o costume de alguns moradores da rua Tristão Gonçalves e Travessa D. Pedro, que fazem o despejo de lixo e de animaes mortos naquelle recanto da cidade.
Ainda agora apodreceram ali um gato e uma galinha, exalando-se um mau cheiro insuportável.
Trata-se de um attentado á saúde do povo e por isso solicitamos as providencias, que se fazem mister (COM a prefeitura, 6 de dezembro de 1922, p. 2).

O jornal, então, reclama dos costumes da população. Porém, mais uma vez, a reclamação não é direcionada às pessoas que praticam esse hábito, mas à prefeitura, para que esta tome as providências necessárias. O periódico era um instrumento de divulgação dos comportamentos não higiênicos e de cobranças às autoridades para que estas combatessem essas condutas.

Outro ponto que queremos destacar é a relação constante que se faz da presença de maus odores com o perigo de transmissão de enfermidades. Nos trechos citados, por exemplo, usam-se expressões como “insuportável fedentina”, “cheiro nauseante” e “mau cheiro insuportável” para descrever a falta de higiene e para relacioná-la com doenças, justificando, desse modo, a reclamação apresentada. A seguinte queixa exemplifica isso:

Pessoa de responsabilidade, residente no Boulevard Visconde do Rio Branco, no quarteirão em frente ao <Gremio>, queixou-se nesta redacção de que num armazem naquele quarteirão, lado do sol existe não pequeno deposito de peixe em fardos, em estado de putrefacção, exalando mau cheiro e prejudicando, deste modo, a saúde publica (COM vistas á hygiene, 10 de março de 1924, p. 3).

Mais uma vez, se justifica a reclamação dizendo que o citado odor seria prejudicial à saúde pública. Essa relação estabelecida entre os odores e as doenças, segundo Alain Corbin (1987), ganhou destaque em Paris no final do século XVIII, quando os químicos apontaram a relação existente entre diversos tipos de gases e a percepção olfativa dos indivíduos. Desde então, químicos e médicos, teriam voltado suas atenções para a vigilância do ar. “Vigilância que, doravante, tem por múltiplos objetivos detectar os gases e principalmente os “ares” irrespiráveis, discernir e descrever os vírus, os miasmas, os venenos até então inapreendidos” (CORBIN, Ibid., p 24). Baseado na mesma ideia de que os gases exalados por matéria em putrefação infectariam os indivíduos que os respirassem e, dessa

forma, causariam as doenças, *O Nordeste* fundamenta muitos de seus discursos em nome da saúde pública.

É interessante notar, no entanto, que somente em alguns momentos as queixas e denúncias publicadas apontam para a ideia de infecção e de miasmas. Já em outros, apontam para a ideia de contágio, ou seja, que as doenças seriam causadas pelo contato com microrganismos e não simplesmente pelo mau cheiro. A folha se apropria desses dois discursos de acordo com os casos abordados e nos momentos em que lhe são convenientes. Como no caso a seguir.

Escrevem-nos:

<Illmo. sr. Redactor d'<O Nordeste>.

Peço-lhe encarecidamente o obsequio de chamar a atenção do sr. Director de Hygiene, para que lance suas vistas sobre as barbearias de nossa capital, pois, em muitas delas, não é observado o menor preceito hygienico. É costume da mór parte de nossos barbeiros attender a seus clientes, com as mãos impregnadas de desagradavel cheiro de fumo, e, peor que isso, durante o trabalho recebem e trocam dinheiro velho e imundo, e, sem submeterem suas mãos a uma lavagem ao menos ligeira, voltando a desempenhar o seu officio, conduzindo milhões e milhões de micróbios á casa dos fregueses.

Agradecidos pela publicação> (J.C. 15 de março de 1924, p. 3).

Nesse caso, diferentemente dos citados anteriormente, a queixa feita é direcionada a locais privados e a pessoas específicas, contra seus hábitos cotidianos. Não se trata de um ambiente com lixo, de lama suja ou de maus cheiros nas ruas, mas dos hábitos dos barbeiros em seus locais de trabalho, ou seja, dos hábitos de higiene de um indivíduo. Ao mesmo tempo em que reclama do cheiro de fumo no ambiente da barbearia, o autor se apropria do discurso médico para afirmar que, ao tocar no dinheiro e, posteriormente, tocar nos fregueses sem lavar as mãos, os barbeiros estariam prejudicando-os, passando já a ideia de contágio por micro-organismos e não mais de infecção pelo odor.

Porém diz também que isso é costume de maior parte dos barbeiros da cidade, o que nos leva a compreender que a higiene ainda não estava presente nos hábitos da maioria da população, que ela ainda não teria tão clara essa ideia de que os micro-organismos conduziram as doenças, e que o simples gesto de lavar as mãos as preveniria. A higiene, ao que parece, fazia parte de um discurso que buscava fixá-la na cidade através da correção dos hábitos da população, mas não estava ainda presente em seu cotidiano.

Como em outros locais do país, percebe-se uma busca em ditar novas regras de comportamento para os indivíduos. “O discurso médico-higienista, justificado pelo combate às doenças, acaba por produzir um adestramento dos corpos, em conformidade com um

projeto de civilização, produzindo, assim, um discurso que pretende normatizar os sujeitos e seus atos” (OLIVEIRA *et al*, p.7).

Na maioria das vezes, o discurso higienista aparecia no *O Nordeste* como justificativa para as reclamações a respeito da falta de higiene da população, com o intuito de cobrar que as providencias fossem tomadas pelas autoridades, como a diretoria de higiene ou a prefeitura. Porém, ao que nos parece, algumas vezes, a falta de limpeza era praticada exatamente por quem deveria combatê-la, como no caso seguinte:

Esteve em nossa redacção um cavalheiro que nos pediu reclamássemos da Prefeitura uma providência, contra o facto de terem sido despejadas, hontem, em pleno boulevard Dom Manoel, apenas um quarteirão aquém da estação de bondes da *Light*, três carroças de lixo.

É claro que, em tempo de tantos surtos epidêmicos, como o que atravessamos, tal desrespeito ás praxes de hygiene constitúe um serio perigo para a saúde publica. Ahi deixamos a reclamação pedida (QUEIXAS do povo, 17 de abril de 1923, p. 2).

Nesse caso, a pessoa que fez a queixa não especificou quem conduzia as carroças de lixo as quais foram despejadas no local. Existe a possibilidade de terem sido pessoas que tinham a função de recolher o lixo da cidade, pois, como observamos em nossas fontes, o serviço de recolhimento de lixo, promovido pela prefeitura, era feito em carroças. No entanto, não podemos sugerir de quem seria a responsabilidade, já que a queixa, não apresenta um culpado, e, mesmo que fosse uma das carroças da prefeitura, o condutor poderia ter feito isso sem o consentimento desta. Ele havia, então, despejado o lixo em um local inadequado, na área central da cidade, próximo à estação de bondes, bastante frequentada pela população. Mais uma vez, é demonstrada a preocupação com a saúde pública, e esta é apresentada como forma de justificar a reclamação.

Neste trecho podemos perceber também um dos motivos dessa preocupação: os surtos epidêmicos pelos quais a cidade passava desde o século XIX, como a lepra e a febre amarela, por exemplo. Ou seja, além do interesse existente em manter hábitos civilizados, condizentes com a modernidade almejada pelas camadas abastadas, havia também a preocupação com as epidemias que assolavam a cidade. Esses motivos, no entanto, estavam relacionados, pois uma cidade “moderna”, como se queria, além de civilizada deveria ser salubre.

Vale notar que nem sempre os anseios das camadas mais prestigiadas por uma cidade higienizada eram satisfeitos por parte das autoridades responsáveis pela limpeza da cidade. No texto seguinte, se faz uma reclamação a respeito da falta de carroças para o recolhimento do lixo nas ruas:

Nestes últimos dias chovem de todos os lados as reclamações contra a falta absoluta de carroças de limpeza pública nas ruas da cidade, afim de apanharem o lixo nas casas, que, por isso, se amontoa nos quintaes ou fica exposto, aos cães vadios e á furia das ventanias.

É o caso de perguntar-se se já foi extinta a Limpeza Pública. Paga a Prefeitura vuntuosa importancia pela efectivação desse serviço que foi sempre mal feito e desordenado. Assim é que ou passam carroças catinguosas, [ilegível] a collectar lixo, mas a espalhar fedentina, ou não passa cousa alguma mao grado os protestos dos prejudicados, que, no caso, é toda uma população de uma cidade que se diz civilizada.

No bairro do Outeiro, então, cumula-se o descaso dos encarregados da Limpeza (Que paradoxo!)

As ruas estão atulhadas de latas, caixões e outros recipientes, que, dias e dias, esperam a problemática carroça que nem sempre vem. Os habitantes daquelle bairro já não se incomodam de botar para dentro as vasilhas cheias de lixo e os magros cães (sócios talvez da limpeza, deliciam-se noite e dia num festim macabro, sujando ainda mais as tristes vias que nunca viram vassoura.

Mas a Prefeitura está bancando a <Bella adormecida no bosque>, dos contos da carochinha.

Quando virá o príncipe feliz desencanta-la?

Quem saberá? (TERÁ sido extinta a Limpeza Publica?, 14 de outubro de 1926, p. 4).

O texto busca mostrar que a ausência de preocupação da prefeitura com a limpeza da cidade significaria a sua indiferença em relação à saúde da população. Ao comparar, ironicamente, a prefeitura, com a “bela adormecida”, o autor insinua para o leitor que ela não estava cumprindo seu papel de preservar a saúde pública. Para que isso fosse feito, seria preciso o seu “desencantamento pelo príncipe”. Acreditamos que, ao se referir a este, o autor do texto falava do prefeito, Godofredo Maciel, demonstrando que ele deveria agir no sentido de fazer com que aquela instituição funcionasse de fato.

Outro argumento utilizado para fundamentar a crítica é a ideia de civilização. Como a cidade e seus habitantes poderiam se ordenar, higienizar e pôr fim as mazelas, se a prefeitura, responsável pela coleta, também não fizesse sua parte? Parece-nos que o discurso do jornal tenta deixar claro que a caminhada para a civilização deveria acontecer através da ajuda mútua entre população e o poder instituído. Não adiantaria um fazer sua parte e o outro não.

Para o autor, o fato citado não poderia ocorrer em Fortaleza, visto que uma cidade civilizada não poderia ser suja. Sendo assim, fica subentendido que a civilização era algo pretendido, mas que, naquele momento, não estava sendo concretizado como se queria, já que a cidade não possuía um serviço de limpeza eficiente.

Fortaleza deixava ainda muito a desejar no que dizia respeito à higiene. O recolhimento do lixo era feito de maneira precária, nas citadas carroças descobertas, que

espalhavam lixos e odores pelas ruas, não existia um serviço de água e esgotos e eram frequentes as epidemias que se espalhavam pela cidade.

Em Fortaleza, a propósito em nenhum momento entre 1889 e 1930 o discurso médico-higienista ficará satisfeito com o estado sanitário na Capital. A lista de intenções será sempre maior do que o rol de práticas realizadas. E os médicos não esquecerão de apontar os principais responsáveis pela falta de condições que lhes impediam atuação mais eficaz: a pouca sensibilidade do governo e a indiferença do povo, ambos em relação à saúde pública (PONTE, 2001, p. 96).

É por esse motivo que principalmente as camadas abastadas não pouparam esforços para modificar os costumes da população, principalmente dos mais pobres, buscando inserir na cidade noções de progresso, civilização e modernidade, associadas à higienização. A seguinte queixa nos ajuda a refletir a respeito disso.

Sabemos que no Benfica, contíguos à casa nº 887, há uns casebres, em alguns dos quaes, os seus moradores criam porcos nos seus respectivos quintaes. Agora, devido às chuvas que tem cahido e á habitual falta de limpeza dos aludidos quintaes, é insuportável para as vizinhanças. Dahi o mal cheiro impregnado de miasmas que se exala daquelle perigoso fóco de moléstias. Portanto chamamos a atenção da Directoria de Hygiene e do Prefeito Municipal, para que lancem suas vistas para o caso, pois deante do actual estado sanitário da nossa cidade e do inicio do inverno, a criação de porcos nos quintaes é uma ameaça terrível à nossa saúde pública (COM a Hygiene e a Prefeitura 1 de dezembro de 1922, p. 1).

A estruturação do discurso nesse texto, assim como a sua fundamentação, é bastante semelhante aos citados anteriormente. Nesse caso, no entanto, o autor deixa claro quem praticava a falta de limpeza: os moradores dos casebres, ou seja, pessoas pobres, que incomodavam a vizinhança, com seus costumes não higiênicos. Ao fazer essa relação da falta de higiene com a pobreza, o autor deixa implícito que se sente incomodado com os hábitos dessas pessoas que não compartilham de suas ideias a respeito da higiene e da saúde pública. Desse modo, percebemos que os discursos publicados no *O Nordeste* buscavam passar a ideia de que os mais pobres seriam uma maior ameaça ao progresso que se desejava, e, por esse motivo, deveriam ser disciplinados, como nessa denúncia na qual se pede providencias por parte da diretoria de higiene.

Assim, não bastava apenas a limpeza das ruas, o comportamento dessas pessoas também deveria ser higienizado. Oliveira *et al* (2012) assinalam a associação que se fazia, naquele período, entre a pobreza e a sujeira, e entre estas e a doença, a degenerescência física e moral, a perversão dos costumes e também o atraso, o antimodernismo e a insubordinação.

Conforme as representações do discurso das elites políticas, ou mais particularmente as dos discursos médico-higienistas do início do século XX no Brasil, a pobreza é compreendida mediante todo um complexo jogo de ações e mediações simbólicas e discursivas, como a causa maior para a ocorrência da degeneração física e, conseqüentemente, moral, dos indivíduos que (sobre) vivem em tais condições notadamente precárias de existência. Ora, segundo estas representações, se onde há pobreza parece haver sujeira e imundície, há também, e ainda mais, a prevenção dos padrões morais socialmente estabelecidos. (Ibid., p. 6)

Essa relação pode ser percebida na seguinte denúncia:

Chamam a atenção da Policia e da Hygiene contra alguns desocupados indecorosos que não as deixam em socego, pois, das ruinas das casas incendiadas ali, fazem centinas que não podem suportar.
Alem disso, palavrões obscenos a cada instante estão repetindo, com ofensa ao decoro das famílias (COM a policia e a hygiene, 9 de fevereiro de 1923, p. 3).

É interessante notar a nomenclatura que a folha utiliza como maneira de qualificar tanto quem faz a reclamação como quem é alvo delas e seus hábitos. Procura-se sempre passar uma ideia positiva de quem faz a denúncia, como nos casos citados anteriormente, nos quais o denunciante é retratado como “cavalheiro” e como “pessoa de responsabilidade”; já o responsável pela falta de higiene é retratado sempre de maneira negativa, como no texto acima, quando são tratados como “desocupados”.

Além deste termo ter sido utilizado como maneira de desqualificar os que praticavam a falta de higiene, foi empregado também como forma de reclamar não só da sujeira, mas também da vadiagem e dos palavrões que essas pessoas falavam, isso teria tirado o sossego e ofendido o decoro das famílias. Pedir providências por parte da higiene e também da polícia significa que não basta só combater a falta de higiene, mas que também se deseja uma *higienização* dos modos das camadas populares. Ou seja, pretendia-se não só higienizá-los fisicamente, mas também moralmente. Desse modo, a higienização também poderia ser sinônimo de normatização e disciplinarização. A noção de higienização na época se refere, portanto, ao indivíduo como um todo, aos seus hábitos e suas condutas.

Nessa perspectiva, acreditamos que o discurso medico-higienista, diagnosticando os problemas sociais e sugerindo suas soluções, teria sido apropriado em Fortaleza pelas classes dominantes associadas à imprensa e aos poderes públicos na intenção de formar cidadãos higiênicos, disciplinados, educados e produtivos, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade moderna e civilizada, por eles desejada.

O Nordeste, tendo como organizadores pessoas influentes entre esses grupos, foi utilizado como meio de propagação desses discursos, publicando textos que demonstravam a

relação da higiene com a saúde pública, como também com o ar de urbanidade que pretendiam criar na cidade. Para isso, fundamentou-se ora na ideia de miasmas, já ultrapassada para sua época, ora na ideia de contágio por micro-organismos, apropriando-se destas como argumentação para as suas críticas a respeito da falta de higiene da população.

No entanto, mais que higienizar seus corpos, buscou-se higienizar sua conduta, visto que a noção de higiene, naquele momento, se referia também aos problemas sociais. Foi nesse sentido que houve nas páginas do *O Nordeste* uma série de comportamentos combatidos, como a vadiagem, o alcoolismo, os jogos de azar e a prostituição. Os fortalezenses deviam, portanto, agir de acordo com os valores defendidos pelos setores dominantes: a higiene, a saúde e a produtividade para o trabalho.

3.2 VADIAGEM: A MÃE DE TODOS OS VÍCIOS

Na data de 7 de julho de 1922, *O Nordeste* trouxe em seu cabeçalho a seguinte frase: “O trabalho evita grandes males; o vício a necessidade e o tédio” (O NORDESTE, 07-07-1922, p. 1). Somente neste pequeno texto, percebemos o posicionamento do periódico a respeito da vadiagem existente na cidade naquele período. Ao mesmo tempo em que se incentiva o trabalho, é demonstrada a desaprovação a essa conduta. Desse modo, o vício aparece como um mal causado pela vadiagem, e o trabalho como o “remédio” para ele.

Sabemos que a religião católica desaprova os vícios e valoriza o trabalho. Porém, acreditamos que o combate do *O Nordeste* à vadiagem não era reflexo apenas de sua ligação com a Igreja Católica, mas também de um discurso, bastante presente no país desde o século XIX, criado como argumento para coagir os indivíduos a participarem do processo produtivo pelos meios formais de trabalho.

No Brasil, a utilização desse discurso se intensificou depois da Abolição, na tentativa de incentivar a formação do trabalhador livre nacional. De acordo com Kowarick (1994), durante a formação da mão de obra livre no Brasil, ocorreu uma série de problemas no que diz respeito à inserção do homem livre brasileiro no processo produtivo. Essas dificuldades surgiram porque o sistema produtivo brasileiro, desde a colonização, foi alicerçado no trabalho escravo, ocasionando a exclusão do trabalhador livre nacional desse processo, tanto por ser considerado preguiçoso e inapto para o trabalho, como por ele próprio considerar o trabalho manual disciplinado uma condição de escravos, portanto, inferior à de um homem livre.

Segundo o historiador, até o século XIX, a escravidão foi a forma dominante de trabalho. Isso fez com que durante esse período existisse uma enorme quantidade de pessoas que nunca haviam passado pela experiência do trabalho manual disciplinado. Eles não eram senhores e nem escravos, por isso não se transformavam em força de trabalho, visto que o trabalho regular e disciplinado era feito pelos escravos. Durante a escravidão, a mão de obra livre esteve presente onde o escravo não poderia estar, por causa dos riscos de fugas ou de acidente (KOWARICK, 1994).

Kowarick (Ibid.) assinala que, no final do século XVIII, quase a metade dos habitantes do Brasil era formada por livres e libertos de várias origens sociais, tendo em comum apenas o fato de serem considerados desclassificados para o trabalho nas propriedades agroexportadoras. Assim, alguns viviam em atividade de subsistência, outros viviam como agregados nas fazendas, e outros como mendigos, vagabundos, indivíduos sem moradia fixa, sendo, por este motivo, considerados “vadios”. A vadiagem, então, é vista pelos senhores como desamor ao trabalho, possibilidade do ócio e do festejo, algo que degrada ao homem.

Já entre os livres, segundo o autor, havia uma rejeição ao trabalho, em razão da ideia de que o trabalho disciplinado deveria ser feito pelos escravos. No Brasil, então, para os pobres livres, vadiar poderia representar a reafirmação do *status* de livres (Ibid.). Concordando com essa perspectiva, Walter Fraga Filho (1996) diz que a tendência do homem livre, nesse período, era a de fugir do trabalho se distanciando o máximo possível da escravidão. Kowarick (op. cit.) acrescenta que quem não era forçado a trabalhar, só o fazia em caso de extrema necessidade, ou seja, só se trabalhava o necessário para a subsistência.

Trabalhar sob as ordens de alguém significava se igualar ao escravo e aceitar essa condição. Por isso, os livres preferiam a miséria e a incerteza a se submeter às regras de um senhor. Desse modo, trabalhavam apenas para a subsistência ou entravam no mundo da mendicância e, assim, passavam a ser entendidos como vadios. Liberdade significava não apenas a possibilidade de se locomover para onde quisesse, mas também a possibilidade de desobedecer quando quisesse. Nesse sentido, segundo Kowarick (Ibid.), a vadiagem pode ser percebida como forma de não se submeter às condições exploradoras de trabalho.

Segundo o autor, em São Paulo durante o século XIX, mesmo com a independência e a introdução do café, a produção continuou estruturada no regime de escravidão, ficando os livres e libertos na mesma situação, com uma participação somente acessória e ocasional no processo produtivo, e considerados imprestáveis para o trabalho regular e disciplinado.

Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela “escola do trabalho”, sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho (KOWARICK, 1994, p. 43).

Já em outras regiões, o elemento nacional foi sendo incorporado no processo produtivo até o século XIX, à medida que crescia a necessidade de mão de obra. Cada província, a exemplo de Rio de Janeiro, de Recife e da Bahia, encontrou maneiras próprias de solucionar o problema da falta de mão de obra para o trabalho quando a Abolição se tornou inevitável (Ibid.). No Nordeste, segundo o autor, o trabalhador livre nacional foi incorporado aos poucos, a partir de 1850, conforme a necessidade de mão de obra aumentava devido à migração interna de cativos das lavouras de cana de açúcar para os cafezais no Sudeste, fazendo com que o escravismo perdesse sua força nessa região.

Para resolver o problema da falta de mão de obra no Brasil, foi necessário encontrar formas de submeter os brasileiros livres ao trabalho. Assim, além de fazer com que os indivíduos despossuídos de meios de produção precisassem trabalhar para sobreviver, era preciso fazer uma transformação cultural para que eles estivessem dispostos a trabalhar para outras pessoas (Ibid.).

Walter Fraga Filho (1996) aponta que no século XIX, a sociedade brasileira vivia uma dicotomia em relação aos mendigos. De um lado existia a caridade cristã, tradição religiosa que levaria à salvação; de outro, a concepção de que essas pessoas, por estarem fora do processo produtivo, deveriam ser consideradas desviantes. Essa ideia, porém, passou a se sobrepor à caridade cristã nas cidades que se pretendiam modernas e civilizadas. A figura do mendigo, a partir de então, passou a ser ligada à figura do vadio, visto que os dois viviam na ociosidade. Os pobres iam de encontro à imagem moderna que se pretendiam das cidades.

O termo vadio, de acordo com o autor, remetia a pessoas pobres desempregadas ou sem emprego e/ou moradia fixos. Sobreviviam de trabalhos provisórios, da mendicância, do roubo e, no caso das mulheres, da prostituição. Muitas vezes, pessoas que possuíam empregos temporários mendigavam nos períodos de desemprego. Entre os vadios existiam categorias que os distinguiram dentro do grupo. A categoria dos delinquentes consistia em pessoas que, para sobreviver, se utilizavam de atitudes ilícitas, como é o caso do jogo e do roubo (Ibid.).

A vadiagem era vista como um peso para a sociedade, pois ela representava uma ameaça contra a ordem pública, sendo considerada “a mãe de todos os crimes”. A criminalização da vadiagem, muitas vezes, servia como recurso das autoridades na intenção

de coagir essas pessoas aos meios formais de trabalho (FRAGA FILHO, 1996).

Vimos que desde a colonização, a mão de obra livre nacional foi deixada em segundo plano, pois o trabalho disciplinado e regular, durante a escravidão, era realizado pelos escravos. O trabalho organizado, ligado à escravidão, era visto pelos nacionais como atividade inferior. Por esse motivo, os nacionais sempre foram vistos como inaptos para o trabalho e como vadios. A partir da Abolição, porém, aumenta a necessidade de incorporar esses trabalhadores nacionais ao processo produtivo.

Então, para suprimir a falta de mão de obra, procura-se “recuperar o trabalhador nacional”. Assim, inicia-se uma elaboração de discursos a respeito do trabalho, procurando representá-lo com uma visão de atividade positiva, resultando na implantação de uma nova imagem a seu respeito, a qual o homem precisa do trabalho, que o engrandece e que deve ser visto como um valor. Com isso, passa-se a tentar introduzir nesses indivíduos a representação da vadiagem como algo degradante, e do trabalho como algo glorificante e necessário para o homem civilizado que aspira a ordem e o progresso (CHALHOUB, 2008).

Nesse contexto, de acordo com Sidney Chalhoub (1990, p. 5):

No Brasil, ainda no Império, vamos encontrar o conceito de *classes perigosas* como um dos eixos de um importante debate ocorrido na Câmara dos Deputados, nos meses em que se seguiram à lei da abolição da escravidão, em maio de 1888. Na ocasião, os deputados estavam preocupados com as consequências da abolição para a organização do trabalho, e discutiam um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade.

Depois da Abolição, portanto, a partir das preocupações com a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública, houve uma maior necessidade de reprimir a ociosidade e de incorporar esses trabalhadores nacionais ao processo produtivo.

Florisvaldo Ribeiro Júnior (2009) defende que, durante o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, alguns hábitos como praticar jogos de azar, frequentar casas de prostituição ou prostituir-se e ingerir bebidas alcoólicas foram censurados. Essas censuras teriam seu fundamento em uma moral, através da qual se buscou introduzir algumas representações que recriminassem as citadas práticas, pois eram tidas como desviantes do trabalho. Segundo o autor, nesse momento, “separa-se o trabalho dos elementos lúdicos que o caracterizavam, e transubstancia-se os corpos dos trabalhadores em utilidades econômicas e morais, tanto nos momentos em que trabalha quanto naqueles em que se diverte, ou vive” (Ibid., 2009, p.180).

Acreditamos que este discurso, de certo modo, também se fazia presente nos artigos, queixas e denúncias publicadas nas páginas do periódico aqui estudado, à medida que ele demonstrava grande preocupação com o tema e que eram frequentes as reclamações sobre o assunto. A vadiagem, por fazer parte da vida improdutiva, era retratada pelo periódico como um grande mal para a sociedade, visto que demonstrava o desamor ao trabalho e representava o desvirtuamento dos trabalhadores. Era tida como “a mãe de todos os vícios”, e a “escola” para o crime, principalmente quando relacionada aos “menores vagabundos”.

Ao relatar a prisão de dois menores, de 12 e 14 anos de idade, por terem praticado roubos, o periódico afirma: “Estão já aparecendo os efeitos malefícios da nefasta educação das ruas, em que menores de pouca idade se perdem tornando-se desde cedo criminosos” (A EDUCAÇÃO da rua. Mais 2 menores gatunos, 04 de julho de 1924, p. 2).

Com esse argumento, de que as ruas seriam escolas para os vícios e os crimes, foi que *O Nordeste* iniciou, no ano de 1924, uma campanha moralizadora contra a “vagabundagem” dos menores em Fortaleza. O seguinte trecho relata a sua criação: “Há dias em reportagem de sensação retratamos flagrantes da vida aventureira de menores vagabundos em fortaleza. E assim demos início a uma campanha moralizadora em favor dos menores, que nas ruas da cidade se entregam a vagabundagem” (RIBEIRO JÚNIOR, 2009).

Essas campanhas consistiam em publicações feitas nas páginas do jornal a respeito de um determinado tema considerado pelos seus redatores como um problema que merecia a atenção e a mobilização da população e dos poderes públicos. As publicações continham, na maioria das vezes, reclamações ou denúncias feitas por leitores ou pelos próprios organizadores do jornal, a partir das quais se combatia certas práticas (neste caso específico, por exemplo, se tratou da vadiagem) e cobrava providências por parte das autoridades.

Podemos notar que os redatores do *O Nordeste* não se contentavam apenas em criticar a vadiagem existente na cidade. A folha exerceu papel ativo no combate a essa prática, não apenas com suas críticas, mas também na liderança de campanhas moralizadoras e na cobrança de providências por parte das autoridades:

É o governo que não toma medidas sobre este momentoso problema de menores abandonados.

Ainda não possuímos como os grandes estados, um Patronato Agrícola da Infância, onde sejam educados os pequenos vagabundos, trabalhando, no cultivo dos campos, e, assim, retirados da vida intensa das urbes, onde se vão treinando para o vício e para o crime, dando-nos desses espetáculos tristes de miséria, em pleno centro de uma das mais populosas e mais lindas cidades do coração do Nordeste! (Á LUZ

Meridiana! Os pequenos vícios das ruas – Menores criminosos – Rápidos aspectos da cidade, p. 1, 12 jun. 1924).

Mais uma vez, é passada a ideia de que o fato de viver nas ruas, e, principalmente, de não serem educados de maneira que partilhassem da lógica do trabalho, influenciaria as crianças a cometerem crimes. Aqui, o governo, representado pela pessoa de José Moreira da Rocha²⁰, é responsabilizado por não tomar providências a respeito do problema dos menores abandonados na cidade. Um discurso muito presente entre as publicações do *O Nordeste* foi o de que o trabalho seria a solução para os vícios e os crimes da população, e também funcionaria como um meio de educação para os menores abandonados. . O trabalho desde a infância aparece em contradição à vadiagem. Este é retratado como a solução para evitar que futuramente estas crianças cresçam como pessoas ociosas e, assim, propaguem a miséria e demais problemas sociais. Se utilizando desse argumento, a folha toma a frente na campanha pela criação de espaços para a recuperação dos vadios a partir da disciplina do trabalho.

É interessante notar que o agravante para a crítica à presença dos menores nas ruas é o fato dela ocorrer no centro da cidade, retratada como “uma das mais populosas e mais lindas do Nordeste”. Ou seja, nessa linda cidade não teria lugar para tais práticas, visto que elas seriam inadequadas ao *status* que Fortaleza tinha, ou sua população desejava que tivesse, em relação a outras da região.

Essa preocupação e a reinvidicação por providências por parte das autoridades estavam presentes desde o ano de lançamento do jornal, quando já eram frequentes reclamações sobre o tema:

Chamamos a atenção da policia para certas cessões que se realiza a muito tempo, todas as noites, no Trilho de Ferro, entre as travessas S. Bernardo e D. Pedro. Pelas calçadas reúnem-se magotes de repazolas desocupados que levam ate tarde em terrível algazarra, perturbando o socego das famílias. Muitas das vezes nessas sessões explodem em gargalhadas acapadoçadas que nos dão idéa perfeita de tratar-se de um coito de vagabundos.

É justo que a policia lance as suas vistas moralizadoras para esta zona outr’ora tão sossegada (AJUNTAMENTOS desagradáveis, 27 de outubro de 1922, p. 2).

Como foi visto, o fato denunciado já era costume no local citado, porém incomodava aos moradores do lugar. É interessante observar que o fato incomodava por estar acontecendo numa zona antes sossegada, e por perturbar as famílias ali residentes. Que famílias eram essas? Acreditamos que, pela localização das travessas, entre as atuais ruas Pedro Pereira e Pedro I, as famílias que ali moravam fossem abastadas, visto que aquele era o

²⁰ Governou o Ceará de 12 de junho de 1924 a 19 de maio de 1928.

perímetro urbano, onde residia principalmente essa camada da população naquele período. Compreende-se que o próprio jornalista se sentia incomodado com o ocorrido nas travessas, mas a sua reclamação afirma que era essa parcela da população a grande prejudicada pelos rapazes. Logo, o autor não fala em seu nome, mas busca demonstrar que fala como um representante das citadas famílias. Sendo assim, a folha defendia os interesses não somente da Igreja, mas também desses setores. No entanto, como percebemos, a função do jornal era a mobilização da população e das autoridades através do seu discurso, já que no texto, a polícia é quem aparece como detentora do poder prático de ação e de disciplinarização dos jovens citados.

Um ponto fundamental, para compreender o discurso do *O Nordeste* em relação à vadiagem nesse período, é fazer a ligação entre esse discurso e o contexto em que ele estava inserido. Em Fortaleza, foi significativo o número de imigrações de sertanejos nos períodos de secas (1877, 1889, 1900 e 1915), o que ocasionou, conseqüentemente, o aumento do número de mendigos e ociosos pelas ruas da cidade. A população fortalezense aumentou de maneira rápida e a cidade não tinha as condições necessárias para comportar essa quantidade de pessoas. Muitos ocuparam a cidade indiscriminadamente e outros, sem empregos e sem residência, passaram a vagar pelo espaço urbano. Essa presença de ociosos nas ruas da cidade passou a incomodar, principalmente as camadas mais abastadas, que desejavam habitar em uma cidade civilizada, organizada e higienizada²¹.

Nesse período, os sertanejos, na luta pela sobrevivência e fugindo das secas, saíam de suas cidades de origem em direção à capital, vagando a pé pelos sertões durante dias, sujeitos a morrer de fome, de doenças ou de cansaço. Quando não morriam nas estradas, famintos e sem condições físicas para o trabalho, devido a grandes caminhadas e à falta de nutrição (NEVES, 2000). “Além disso, muitos acabavam por não voltar para os locais de origem, tornando-se mendigos, vadios, prostitutas, meninos de rua e envolvendo-se com jogos proibidos, álcool e prostituição. Encontravam, nessas práticas, formas de sobrevivência” (FONTELES NETO, 2005, p.28).

De acordo com Frederico de Castro Neves (op. cit.), esses retirantes, quando chegavam a Fortaleza, dificilmente eram incorporados ao mercado de trabalho, passando, junto com os pobres urbanos, a representar um grande problema para as camadas mais abastadas. Passavam a morar nas ruas e nas praças e também mendigavam. Eles entraram na cidade com suas doenças e seus hábitos não normatizados, como a falta de higiene, os vícios e

²¹ Cf. NEVES, 2000.

os crimes, e atingiram o espaço urbano civilizado que as camadas de melhor poder aquisitivo imaginavam estar construindo naquele período. Passaram, então, a serem vistos como uma ameaça à moral estabelecida, visto que seus hábitos eram incompatíveis com os novos costumes trazidos pela modernidade que pretendiam inserir em Fortaleza naquele momento:

A ocupação indiscriminada do espaço urbano pelos famintos incomoda especialmente as elites de Fortaleza, ocupadas em acompanhar o ritmo da civilização e do progresso. [...] A “grande seca” de 1887 trouxe para dentro de Fortaleza a presença impactante de multidões de retirantes esfaimados e andrajosos a implorar por ajuda, “contaminando” a cidade com sua miséria explícita, suas doenças, seus “vícios”, sua fome, seus crimes e sua ofensiva ameaça à civilização (NEVES, p.52, p. 25).

Desse modo, segundo Neves, os sertanejos que, logo que as secas eram declaradas, saíam de suas cidades de origem para tentar a sobrevivência na capital, muitas vezes eram vistos como vagabundos e preguiçosos (Ibid.). Então, como forma de disciplinarização social, ao retirante, muitas vezes era imposto o trabalho. Logo, a assistência por parte do Estado “foi transformada pelas elites locais num instrumento de coerção ao trabalho” (Ibid., p.81).

Dessa maneira, Neves aponta que se acreditava, naquele momento que o trabalho do retirante seria uma espécie de investimento para o futuro civilizado que se esperava da cidade, visto que além de ordenar e aformosear o espaço público, modelava o comportamento dos sertanejos de acordo com as normas de conduta tidas como civilizadas. Por isso, o trabalho teria, nesse período, uma função moralizadora (Ibid.). Porém, é interessante perceber também que ele não era só uma maneira de moralizar estas pessoas, mas também uma forma de torná-las produtivas, explorando sua mão de obra, com um custo baixo. O próprio autor aponta obras públicas²² nas quais o governo explorou o trabalho dos retirantes como forma de não ter dispêndio com salários, já que pagava estes retirantes apenas com alimento e vestuário (Ibid., 2000).

Com a mesma argumentação de utilizar o trabalho como forma de disciplinarização, o intendente Idelfonso Albano, responsável pela administração do município durante o governo de Franco Rabelo (1912 – 1914), formulou a ideia de se criar vilas operárias, ou “cidades jardins”, que, além de resolver o problema da insalubridade das casas populares, objetivava disciplinar os trabalhadores. As vilas deveriam incentivar os operários a sair do trabalho direto para suas casas, evitando assim que estes ficassem nas ruas,

²² De acordo com o autor, tanto os calçamentos das ruas centrais da cidade como os trilhos da estrada de ferro de Baturité foram obras implantadas nestas condições de trabalho.

nos bares e nos bordéis, e ainda evitando que contraíssem doenças ou se envolvessem em acidentes fora de casa. Assim, além de um operário disciplinado, ter-se-ia também um operário produtivo. Essa ideia do intendente, porém, não foi realizada, pois as obras de construção de uma vila operária teriam sido interrompidas pela sedição do Cariri. (PONTE, 2001).

Segundo Fonteles Neto (2005), alguns setores conservadores da sociedade, como o setor comercial dominante e, principalmente, a Igreja Católica, incomodados com o número de vadios nas ruas, e preocupados com a moralidade pública e o pudor, começaram a exigir do Estado medidas que ajudassem a resolver o problema, mantendo o controle desses indivíduos. O autor cita, para exemplificar o que foi dito, o surgimento de instituições filantrópicas, como no caso do reformatório para menores Santo Antônio, em 1928, e também a criação de colônias de trabalho dentro da cadeia pública. Estas instituições teriam sido fundadas na intenção de controlar as classes populares, tornando-as aptas para o trabalho.

O trecho a seguir, retirado do texto intitulado “A educação da rua”, publicado no *O Nordeste* no dia 5 de junho de 1924, fala a respeito do problema dos menores abandonados e cobra providências do Estado para que solucione o problema:

Impõe-se as providencias do Estado para cuidar da assistência aos menores.
[...]Mas é preciso curar igualmente e sobretudo, da educação, dando-lhes uma base moral, solidaria, aproveitando-lhes os recursos da inteligência muitas vezes tão [ilegível] e apta a desenvolver e produzir frutos optimos, e, por fim, apresentando os para as profissões formaes, pelo cultivo, em meio apropriado de suas aptidões[...]
Não convem que o governo espere da iniciativa particular o mesmo esforço que esta exerceu para resolver, como em grande parte, e, lovavelmente está fazendo, o problema da mendicância ambulante (A EDUCAÇÃO da rua, 5 de junho de 1924, p. 1).

Como nos demais casos citados, ao se reclamar a respeito da grande quantidade de menores nas ruas da cidade, pede-se que o Estado tome providências, porém a intenção não era apenas oferecer-lhes assistência com a doação de comida e roupa, como era feito pelo Estado, segundo o próprio texto acima em uma parte anterior. Intencionava-se induzi-los a uma moral, tida como adequada à cidade naquele momento, e ao trabalho formal e organizado, através da educação. Desta forma, o trabalho é apresentado como uma caridade, uma ajuda para essas pessoas se reestabelecerem.

Outro ponto a ser observado é que, de acordo com o texto, mais que uma preocupação do governo, a vadiagem era uma preocupação particular. Alguns setores da população se incomodavam com a presença dos mendigos no espaço urbano e, por isso, teriam se esforçado para resolver o problema. No entanto, para os redatores de *O Nordeste*,

essa deveria ser uma iniciativa do Estado, de modo que é feito o pedido para que ele tome as providências a fim de extinguir a mendicância ambulante. Dois anos antes, fora publicada uma notícia com o título “O problema da mendicância e o dispensário dos pobres”, em que é relatada a atuação da sociedade “Dispensário dos Pobres” na arrecadação de recursos para impedir a mendicância em Fortaleza:

Esta benemérita sociedade, necessitando de mais amplos recursos para socorrer os pobres nos seus domicílios e eliminar o pedido de esmolas dos mendigos, de porta em porta, esta obtendo contribuições, em forma de mensalidades, com o resultado de cujos donativos, certo, resolverá o momentoso problema.

A comissão que tem trabalhado em prol dessa ideia meritória é composta de Donas Carminha Menescal Campos, Maria Amélia da Frota Gentil e Quininha Frota.

As mensalidades de 100\$000 até 10\$000, serão recebidas mensalmente e as de 5\$000 até.... 15\$000 por trimestre.

Têm assignado as alludidas subscrpções não somente os comerciantes, mas também os particulares, que não se deixaram vencer em generosidade (O PROBLEMA da mendicância e o dispensário dos pobres, 12 de dezembro de 1922, p2).

Parece-nos que o jornal tenta construir um discurso baseado na solidariedade e argumenta, principalmente, a responsabilidade da população para por fim ao problema da mendicância. A sociedade, através das doações, aparece como peça fundamental para a ordenação física e moral dos ociosos. Desta maneira, a caridade cristã é apontada no texto, implicitamente, como uma solução para o problema e também como justificativa para o trabalho de arrecadação de recursos feito pelo Dispensário dos Pobres.

Porém, se prestarmos uma maior atenção ao texto, percebe-se que a intenção é eliminar os pedidos de esmolas de porta em porta. Entendemos, então, que a intenção não era somente exercer a caridade cristã, e sim impedir que estes mendigos incomodassem as pessoas batendo na porta das suas casas, ou seja, eliminar a presença indesejável dos mendigos.

Nesta notícia podemos observar também quem eram os incomodados com o problema da mendicância: “não somente os comerciantes, mas também particulares. A própria comissão era composta por três mulheres pertencentes às famílias Frota e Gentil, estas unidas fundaram a firma ‘Frota & Gentil’”. É publicada na mesma notícia uma lista dos contribuintes, em que, além da colaboração da firma citada, podemos constatar a da Boris Frères & Cia, da Quixadá & Cia, entre outros comércios, e de pessoas que contribuíram individualmente, mas que também pertenciam a famílias de comerciantes, como o Dr. Amancio Philomeno e Raimundo Frota. No entanto, como o texto fala também de particulares, podemos imaginar que os próprios redatores dos periódicos poderiam estar

inclusos nesse grupo. Na intenção de livrarem-se da mendicância em suas portas, esses doadores contribuíam com as quantias acima citadas por mês ou de três em três meses.

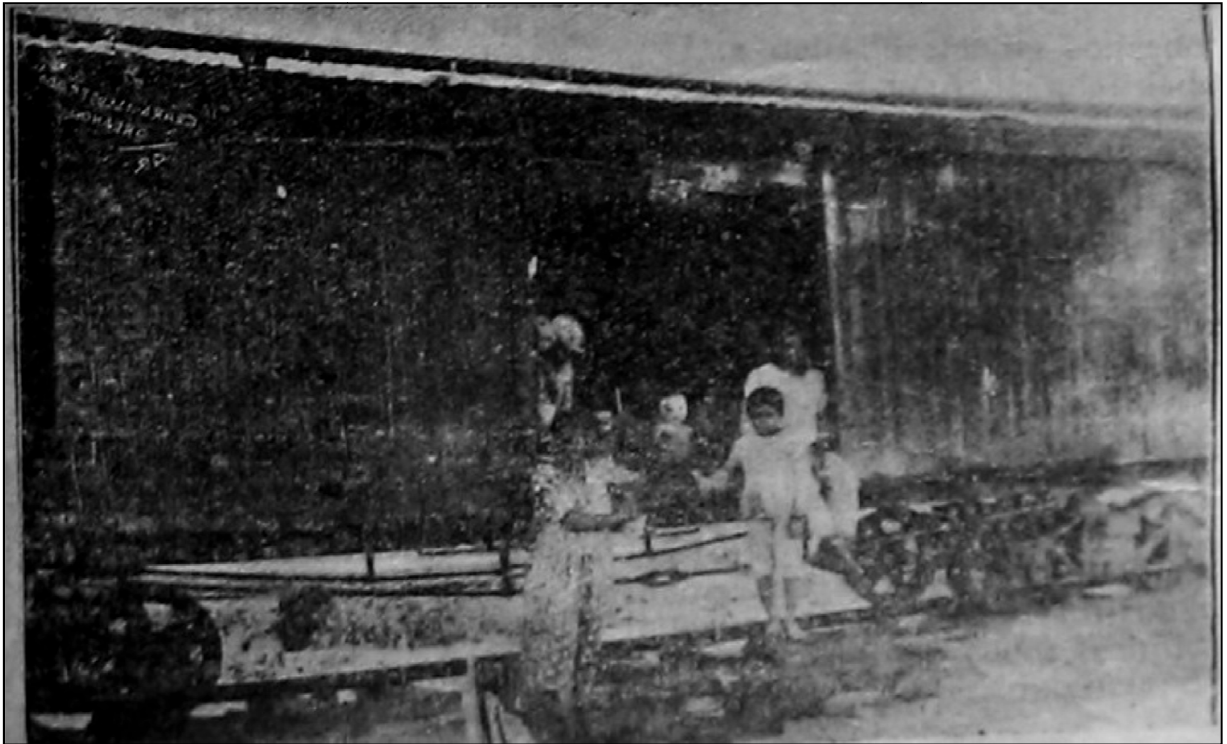
Além das notícias, das queixas de leitores, das denúncias, etc. publicadas, encontramos também, no jornal *O Nordeste*, fotografias publicadas em uma matéria de primeira página em que eram mostrados vadios que viviam em Fortaleza:

Figura 1 – “Vagabundos, na rua da Praia, na luta pela vida”



FONTE: *O Nordeste*, Fortaleza, 12 jun. 1924, p. 1.

Figura 2 - “Uma família num dos carros ferro-viarios abandonados”



FONTE: O Nordeste, Fortaleza, 12 jun. 1924, p. 1.

Como podemos observar nas imagens, as pessoas que o jornal chamava de vagabundos eram famílias inteiras, compostas por homens, mulheres e crianças que, provavelmente por não terem onde morar, passavam a viver em locais inadequados, sem as condições sanitárias necessárias e, às vezes, sem a estrutura de uma casa. Na segunda fotografia, por exemplo, toda a família mora em um vagão de trem, ou seja, não se tem banheiro e o único espaço poderia servir de cozinha, quarto, sala, etc.

Essas fotografias foram publicadas em uma grande reportagem sobre os menores vadios da cidade, que ocupou quase toda a primeira página do jornal. A reportagem inicia com a carta de um leitor que elogia o jornal por ter pedido providências à polícia contra o jogo praticado por menores. Logo após, o jornal apresenta uma reportagem em que um jornalista, que saiu pelas ruas da cidade retrata o que viu e, em determinado trecho, o autor fala sobre a “vagabundagem” na praia. As fotografias, então, aparecem como demonstração da vida na Rua da Praia, onde viviam menores abandonados, mulheres e até famílias completas. Eles, segundo o autor, moravam em vagões de trem abandonados, todos tirando o sustento de roubos de mercadorias. Todo o registro termina com o pedido para que o governo solucione o problema (Á LUZ Meridiana! Os pequenos vícios das ruas --- Menores criminosos – Rápidos aspectos da cidade, 12 de junho de 1924, p1).

Além da mendicância e dos “menores vadios”, outros problemas ligados à vadiagem, que incomodavam principalmente as camadas mais abastadas, eram alvos de críticas constantes nas folhas do *O Nordeste*. Um deles era a prática dos jogos de azar. De fato os jogos eram muito presentes na cidade e iam contra os valores defendidos pelo jornal. A prática dos jogos eram infrações proibidas por lei, com punições previstas tanto para quem a exercesse como para quem a incentivasse. Eram considerados jogos de azar, de acordo com o artigo 130 do Código Penal Brasileiro²³, aqueles em que o ganho e a perda dependessem exclusivamente do fator sorte.

Na notícia intitulada “Escola de jogo – Ociosidade censurável”, o autor relaciona a ociosidade de alguns meninos à prática de jogos: “Querem-nos para o jogo. Vão perder o tempo nas esquinas, com o cara ou coroa, a troco de *coupons*. Lezam a pobreza com o desvio que fazem dos *coupons* e, ao mesmo passo, alimentam a ociosidade – mãe de todos os vícios” (ESCOLA de jogo – Ociosidade censurável, 21 de janeiro de 1926, p1). Reclama, então, de “meninos de rua” que disputavam e invadiam os carros da “Light” a procura dos cupons de bondes. Tudo isso para jogarem o “cara ou coroa”, a troco de cupons, nas esquinas. Além de criticar a prática porque os meninos desviavam os cupons que poderiam ser doados para a Sociedade São Vicente de Paulo, para o auxílio aos pobres, a criticava também por alimentar a ociosidade, que seria a “mãe de todos os vícios”.

Considerada, tanto pela camada de maior poder aquisitivo da população como pelos poderes públicos como conduta transgressora, jogar era uma prática bastante difundida na cidade, e ia de encontro com seus ideais de civilização e de progresso, apresentando-se como um problema social e um atentado aos “bons costumes”. O jogo como atividade realizada no momento de ócio era uma prática que, na perspectiva das camadas abastadas, deveria ser evitada, pois o vício era tido como hábito degradante para o homem. Nesse sentido, para essas pessoas, o homem trabalhador deveria ser voltado para as atividades relacionadas ao trabalho e à família (GOMES, 2012).

Na lógica capitalista, em que tempo é dinheiro, não se deveria perder o tempo que se poderia estar produzindo, com atividades improdutivas. O jogo, como atividade sem benefício, demonstrava-se contrário ao trabalho, visto que era realizado por quem não trabalhava, ou seja, pelos vadios. Já no caso de quem trabalhava, era praticado nos momentos de ócio ou de lazer, representando uma fuga das atividades produtivas.

²³ Dec. nº 847, de 11 de outubro de 1890. **CODIGO PENAL BRASILEIRO**, 2º edição. Livraria Acadêmica Saraiva & C. Largo do Ouvidor 5 – B SP – SP. 1928.

Além disso, o jogo era tido como a imagem do gasto e não da aquisição, pois as probabilidades de perda eram bem maiores que as de ganho, e mesmo que houvesse aquisição, ela não tinha origem no trabalho. Então, não deveria ser uma prática valorizada, visto que é “o trabalho que dignifica o homem”. Neste momento em que tanto as camadas mais abastadas como os poderes públicos procuravam ordenar a cidade, disciplinar seus habitantes e torná-los produtivos para o trabalho, o jogo passou ser visto como uma prática que se deveria combater (GOMES, 2012). Para tanto, muitas vezes, foram publicados textos que falavam dos males trazidos pelo jogo. Os escritos tentavam sensibilizar o leitor e induzi-lo a não jogar. Um exemplo disso é o seguinte texto de Ruy Barbosa, publicado no dia 28 de setembro de 1923:

Diathese cancerosa das raças anemizadas pela sensualidade e pela preguiça, ella entorpece, e calleja, desviriliza os povos, na fibra de cujo organismo (ilegível) o seu germen, proliferante, inextirpável.

Os desvarios do encilhamento dão e passam como rápidos temporaes. São irregularidades violentas das epochas de prosperidade e esperança. Só o jogo não conhece remissões: com a mesma continuidade com que devora as noites do homem occupado e os dias do ocioso, os milhões do opulento e as migalhas do operário, tripudia uniformemente, sobre a sociedade nas quadras de fecundidade e de penúria, de abastança e de fome, de alegria e de luto.

É a lepra do vivo, o verme do character (O JOGO, 28 de setembro de 1923, p. 1).

O jogo aparece como um ser abominável capaz de devorar tudo que é considerado ordenado na sociedade, a exemplo do trabalho. Insaciável, se alimentaria dos homens que se perderiam no seu caminho, assim causando diversas misérias. Deste modo, o homem parece ser devorado por algo maior do que suas vontades, as quais são vencidas e destruídas, cabendo a ele lutar e superar este infortúnio.

Entendemos que, se o periódico teve o interesse de publicar tal texto, ele queria que seus leitores tivessem acesso ao mesmo e às ideias defendidas nele. Nesse sentido, acreditamos que a opinião dos responsáveis pelo jornal estava em consonância com a de Ruy Barbosa a respeito do mal que o jogo poderia causar para o indivíduo e para a sociedade. Sendo assim, buscou-se passar para os fortalezenses uma imagem negativa a respeito da prática.

No discurso publicado, a prática seria um mal até mesmo para o indivíduo que trabalha, pois, mesmo que não o desvirtuasse do trabalho durante o dia, roubaria suas noites. Ou seja, o dia do homem deveria ser voltado para o trabalho, e as noites para o seu descanso, tornando-o produtivo para o trabalho no dia seguinte. Para o ocioso seria igualmente um mal,

pois roubaria o seu dia, quando deveria estar trabalhando. Era também sinônimo do gasto e de desperdício, visto que roubaria “os milhões do opulento e as migalhas do operário”.

São utilizadas, também, metáforas que passam a ideia do jogo como sinônimo de doença, quando diz que o jogo seria uma “diathese cancerosa²⁴”, uma doença que afetaria o caráter do homem, seria “a lepra do vivo, o verme do character”. A utilização de figuras de linguagem como a metáfora era uma característica bastante presente nos discursos do “O Nordeste”. Através dela eram feitas comparações implícitas de algumas práticas, como jogar e ingerir bebidas alcoólicas, com males como as doenças, por exemplo. Deste modo, pretendia-se passar a ideia de elas seriam mazelas para a família e para a sociedade.

No ano anterior à publicação do texto acima citado, em 1922, o periódico começou uma campanha contra a jogatina existente na cidade em que, quase todos os dias, eram publicadas denúncias de casas de jogos e pedia providências das autoridades policiais para solucionar o problema.

As ruas de Fortaleza, ás imediações do Mercado Publico, oferecem espetáculo deprimente e contristador, o que absolutamente não condiz com nossos fóros de capital policiada.

O jogo, com todo seu cortejo de miséria e degenerescência lavra entre creanças e velhos da plebe, sem que se tome providencia necessária.

Quem disto quiser prova cabal procure dirigir-se ao passeio do edifício da Assembleia, onde um grupo, em sua maioria meninos, se entrega quotidiamente a uma jogatina desenfreada.

Isto muita vez é o que justifica os constantes roubos [praticados por menores que, no latrocínio, vão procurar meios com que alimentem o vício.

Em diversos pontos da cidade funciona um sem numero de roletas, jaburus e outras sortes de jogo, onde são explorados, sem piedade, aquelles que jugam encontrar no *azar* um meio fácil de ganhar dinheiro.

Esperamos que o sr. delegado de policia tomará prontas e enérgicas providencias, no sentido de Fortaleza curar-se do cancro da jogatina (O JOGO, exercido impunemente, perverte creanças e velhos, 4 de julho de 1922, p. 1).

Como em outros textos publicados no *O Nordeste*, o autor constrói seu discurso com uma reclamação sobre a realidade da cidade, no entanto, sua crítica é fundamentada articulando como ela deveria ser, ou como se desejaria que ela fosse. Fica claro que se desejava uma cidade ordenada com uma população disciplinada e que o que acontecia, naquele momento, era o oposto. O texto menciona que a cidade era tida como policiada e, desta forma, os jogos não poderiam acontecer, já que era função da polícia reprimi-los. Nesse sentido, o combate ao jogo de azar é apresentado como uma obrigação dessa instituição, para que seja preservado o *status* que, de acordo com o texto, a cidade possuía.

²⁴ A diátese é uma predisposição do organismo a ser atacado por determinada doença. No caso do texto citado, o autor comparou o jogo com uma predisposição do organismo a adquirir um tipo de câncer do caráter.

Porém, o discurso é estruturado de maneira que não somente denuncie o fato, mas também induza o leitor a formar uma opinião a respeito desta prática, ou seja, não é dada apenas a opinião de quem escreveu o texto, mas busca-se conduzir o leitor a ter mesma ideia propagada pelo jornal. Primeiro cita-se o fato de onde ele ocorreu, em seguida são dadas qualificações para ele, e depois o texto solicita uma solução para o problema. Essa estrutura era bastante comum nas denúncias publicadas no *O Nordeste*.

Outro ponto que interessa observar, no começo do texto, é a relação que se faz da prática de jogos com a pobreza. Ao se fazer essa associação, é passada, implicitamente, a ideia de que o jogo traz o gasto e o desperdício, causando, desse modo, a miséria de quem o pratica, e, por esse motivo, ele deveria ser evitado. Essa relação também é feita quando se cita quem o praticava. Não se tratava de qualquer criança e nem de qualquer velho. O texto deixa claro que eram crianças e velhos da plebe, ou seja, de baixo poder aquisitivo. O jogo, dessa forma, é representado como algo degradante e que causa a pobreza. Sendo assim, *O Nordeste* defendia uma ideia contrária à que os jogadores tinham a respeito da prática, já que estes buscavam ganhar dinheiro jogando.

Quando a expressão “ganhar dinheiro de forma fácil” é usada, percebe-se o que, na verdade, incomodava quem escreveu a denúncia. Não era apenas o fato de se estar jogando, mas, além disso, essas pessoas não se estavam ganhando dinheiro através do trabalho. Esse dinheiro, por ser ganho sem o esforço do trabalho, é retratado de forma negativa, como algo que degenera.

É interessante perceber, também, como o jogo é constantemente relacionado aos crimes nas páginas da gazeta, pois, de acordo com seu discurso, o homem trabalhador gastaria seu dinheiro com o jogo, o que seria um mal. Além disso, os que trabalhavam, mas não tinham dinheiro suficiente para jogar, ou os que não trabalhavam, como os menores citados, cometeriam crimes para sustentar o vício do jogo. Isso seria um mal ainda pior, já que além de prejudicar o indivíduo, estaria prejudicando a sociedade como um todo.

Durante todo o ano de 1922, foram publicadas, em quase todas as edições, matérias, notícias e denúncias sobre os jogos de azar, além de textos que tinham a intenção de moralizar os leitores, criticando a prática e apontando os males trazidos por ela. Procurava-se passar a seguinte ideia: “o jogo arrasta todos os vícios e bem cedo a esteira de crimes irremediáveis pesará, como chumbo, na consciência dos que, podendo evitar consentem a tamanho atentado aos bons costumes da nossa terra” (JOGATINA sem freios, 14 de outubro de 1922). Ou seja, na intenção de impedir que seus leitores jogassem, era passada a ideia de que o jogo induziria o indivíduo ao vício e a praticar crimes. Nesse trecho apela-se, inclusive,

para o lado emocional do leitor, dando a entender que quem não evitasse o jogo teria a consciência pesada por atentar aos bons costumes da cidade.

Após as denúncias feitas através do jornal, começaram a ser publicadas, com frequência, notícias de que a polícia começara a tomar algumas providências, o que nos leva a entender que o discurso da folha a respeito do jogo estava ganhando força, e que ele tinha repercussão no cotidiano da cidade:

Ainda bem que não ficou sem as atenções devidas o apelo que fizemos às autoridades competentes sobre a extinção da jogatina desenfreada que ora reina em nossa capital.

Estaremos sempre a postos para combater o mal e propugnar com desassombro por tudo quanto for em benefício social.

O sr. dr. Delegado de polícia já começou a encetar a sua campanha benfazeja contra o jogo.

Conforme ontem noticiamos aquela autoridade fechou nove casas, onde se explorava criminosamente as economias dos incautos e promete prosseguir energicamente no sentido de sanear essa praga.

De nossas columnas apontamos as espeluncas que acaso fujam á vigilancia policial, para que com mais facilidade possa agir a autoridade (O JOGO – Deliberações tomadas pelo sr, dr. delegado de polícia, 6 de julho de 1922, p1).

Fica clara a função do jornal de combater o jogo na cidade e também que ele não economizaria esforços para que seu plano fosse concretizado. Nessa notícia, especificamente, não se pede à polícia que tome providências. No entanto, deixa-se implícito que se isso não for feito, a folha cobrará que o problema seja resolvido. Fica evidente o alívio, pois as autoridades deram atenção ao fato. Entretanto, podemos constatar também que a extinção do jogo naquele momento, como se planejava, era uma tarefa difícil, visto que parecia bastante disseminado na cidade. Era uma prática “desenfreada”.

Como forma de divulgar o trabalho feito pela polícia, sempre uma casa de jogos era fechada pelas autoridades, fazia-se questão de publicar a notícia no jornal. Durante todo o ano de 1922 e nos anos seguintes, continuaram as denúncias no periódico e as consequentes respostas da polícia.

É interessante notar que a população sempre é retratada como a vítima dos jogos e que *O Nordeste* justifica as críticas a essas práticas afirmando que estaria agindo em sua defesa. Mas será que ela queria realmente ser defendida? Se os jogos eram tão disseminados é porque os fortalezenses gostavam deles e não pretendiam evitá-los. Percebemos, desse modo, que havia uma repressão por parte da polícia e uma tentativa de moralização por parte dos intelectuais católicos, porém a população continuava a praticar os jogos, encontrando

maneiras de seguir com esse hábito, já que era uma prática muito disseminada na cidade e bastante arraigada entre os costumes da população.

Ainda no mesmo trecho, observa-se também a relação que comumente se fazia do jogo com doenças, quando o texto afirma que a polícia promete agir no sentido de “sanear essa praga”. Deste modo, a prática é apresentada como sinônimo de doença e a polícia como o seu remédio.

Outra estratégia utilizada em suas publicações foi fazer uso do discurso médico para legitimar a opinião de que o jogo era prejudicial à sociedade:

Tenho o jogador como um elemento pernicioso á sociedade, e eis como se manifestam as pessoas autorizadas, sobre a pathologia dos jogadores: – <<Segundo os últimos trabalhos dos psychologos, o fato se ser jogador denota uma gravíssima degenerescencia mental.
O exame de qualquer individuo afeiçoado ás cartas revela particularidades pathologicas predominentes.
Em primeiro lugar está a fraqueza intelectual.
[...] Realiza os para ocupar a sua ociosidade, para matar o tempo, para se divertir, como a creança com seus brinquedos.
Pela sua puerilidade puder-se-ia considerar como affectado de uma tendência de regressão mental (O JOGO, 25 de janeiro de 1924, p.2).

A utilização de um saber científico pode ser vista como mais uma maneira de influenciar os leitores a não praticarem os jogos. Além disso, o discurso médico seria uma maneira de legitimar a campanha contra a jogatina feita nas páginas do periódico. Um médico seria, neste sentido, uma referência de autoridade e o seu discurso tido como uma verdade.

Para o autor do texto, o jogador seria um indivíduo perigoso para sociedade. Este utiliza os resultados dos trabalhos de psicólogos para legitimar sua opinião. Dessa maneira, é passada a imagem do jogador como portador de uma patologia e, portanto, perigoso. Ao indivíduo que jogava jogos de azar foi dado, então, o diagnóstico de doente mental, e *O Nordeste* divulgou essa ideia na intenção de impedir a disseminação dessa prática em Fortaleza.

Outra ideia utilizada para justificar a repressão ao jogo é a de que ele seria uma atividade não “civilizada”. Esse argumento pode ser visto na notícia publicada no dia 7 de julho de 1922, quando é informado o fechamento de casas de jogos pela polícia:

Fortaleza, cidade das maiores do Norte, com foros de civilizada, não podia, absolutamente, continuar á mercê de tão triste e deplorável estado que lhe vinha emprestando a jogatina.
Além de casas estabelecidas publicamente, funcionando dia e noite, os passeios dos edifícios, o Mercado público e os pontos menos visitados da Capital eram theatro

diário de perdição e miséria (A PERSEGUIÇÃO ao jogo – A acção da policia, 7 de julho de 1922, p.1).

Infere-se do texto que o fato citado deveria ser combatido, porque ele não condizia com a qualidade de “civilizada” que a cidade possuía. O jogo de azar não poderia ser exercido, muito menos nos lugares públicos, pois contrariava a ideia de civilização. Seria, dessa forma, papel da polícia impedir que isso acontecesse.

Assim como o jogo, o álcool representava o gasto e também o ócio, o que ia de encontro aos valores defendidos pelo jornal e, principalmente, pelas camadas dominantes. Esses valores giram em torno das ideias de civilização, de disciplina e de produtividade para o trabalho. De acordo com eles, caberia ao homem ser o provedor da família, devendo assim evitar gastos e poupar o salário que deveria ser destinado ao sustento da família. Além disso, essa ideia de poupar estava ligada não somente ao aspecto financeiro. Seria papel do “pai de família” resguardar também sua vida, pois suas energias deveriam ser gastas somente com o trabalho e com a família, da mesma forma que as doenças deveriam ser evitadas. Assim, toda atividade que desviasse o homem dos caminhos do trabalho, gastando suas energias, fazendo perder o tempo em que deveria estar produzindo, ou tirando-o do sossego do lar, era retratada como atentado à moral e aos bons costumes, como conduta não civilizada e como problema social.

Como falamos anteriormente, a década de XX, no Brasil, tem como características as transformações urbanas em prol do “progresso” e sua relação com o saber médico em ascensão, que ganhou posição de destaque na sociedade da época. Assim, como outros hábitos sociais, o consumo de bebidas alcoólicas sofreu forte intervenção médica nesse período. A influência deste saber foi fundamental para a formação do discurso antialcoólico bastante presente nos centros urbanos naquele momento.

Segundo Ana Lúcia, o alcoolismo era descrito pelos médicos como uma ameaça não só à saúde de quem bebia, mas também como uma ameaça ao desenvolvimento e à higiene pública, ou seja, era visto como um problema social. Por esse motivo, foram criadas medidas de intervenção social, direcionadas ao combate do consumo de bebidas alcoólicas (ROSA, 2003).

No entanto, além da preocupação com a higiene pública, havia outra apreensão relacionada ao consumo de bebidas alcoólicas: a questão do trabalho. De acordo com Raul Costa (2009), em Fortaleza, assim como em outras cidades do país, circularam discursos que associavam o álcool à doença e ao crime, buscando formar um trabalhador sóbrio e produtivo, cidadão da sociedade civilizada e ordenada a qual se desejava.

O álcool era uma ameaça à estrutura social, pois era considerado um veneno corruptor dos trabalhadores, em sua maioria homens, cujas exigências sociais lhes cobravam o exercício da paternidade, da chefia militar, da civilidade e do patriotismo. O trabalho era considerado a peça fundamental para o progresso da nação, sendo o trabalhador o elemento básico de toda essa estrutura. De acordo com a lógica antialcoólica, um operário alcoólatra implicava no comprometimento de toda a ordem social” (COSTA, p. 15).

Costa afirma que essa preocupação com a embriaguez pública, em Fortaleza, esteve presente no discurso governamental desde o final do século XIX. Essas preocupações e a ideia de álcool como veneno e como uma doença social teriam se intensificado nas primeiras décadas do século XX, quando foram fundadas instituições como o Centro Médico Cearense (1913), o Círculo Operário São José (1915), a Inspetoria da Saúde Pública (1917), e o Serviço de Saneamento Rural (1921), todas intencionadas a combater o consumo popular (Ibid., 2009).

Outros fatores, porém, possivelmente contribuíram para a intensificação do combate ao alcoolismo. No ano de 1918, ocorreu o restabelecimento da chefatura de polícia (Ibid.), que possibilitou o aumento do número de prisões relacionadas à embriaguez. Mais ou menos nesse mesmo período, surgiram jornais como o *Correio do Ceará* (1915) e *O Nordeste* (1922), que passaram a noticiar as prisões ocorridas na cidade.

No caso do *O Nordeste*, existia uma coluna reservada para a divulgação das ocorrências policiais. Nos primeiros números do periódico, este espaço não tinha um título definido, sendo denominado às vezes como “Pela Polícia”, e outras como “Na Polícia”. No ano de 1927, esta coluna ganhou um nome definitivo: “No mundo policial”. Desta forma foi criada uma espécie de parceria entre a polícia e os redatores do periódico, na qual uma cumpria seu papel de prender os bêbados e os demais divulgavam o ocorrido. No dia 20 de fevereiro de 1925, por exemplo, a seguinte notícia foi publicada no quadro “Pela Polícia”:

Hontem, cerca de 23 horas, José Dornellas Campos andava bastante alcoolizado no Calçamento de Mecejana. Ao entrar no beco Dionysio Torres, encontrou-se com José Eufrazio da Costa, com quem trocou palavras ásperas resultando forte pancadaria de bengala.
José Dornellas recebeu vários ferimentos na cabeça no rosto.
Banhado em sangue foi transportado pelo auto ambulancia da Assistencia para o hospital da S. Casa, onde recebeu curativos.
Na policia foi instaurado o inquérito, tendo sido preso o agressor (PELA polícia-Ferimentos leves, 02 de fevereiro de 1925, p. 3).

Pelo que foi noticiado, José Campos agiu violentamente contra José da Costa sem um motivo aparente. Logo no início do texto, é salientado que o agressor andava “bastante

alcoholizado”, levando o leitor a entender que a agressão foi um efeito da bebida, ou seja, por ter ingerido álcool, José Campos ficou violento e por isso discutiu e bateu na vítima. A relação que se fazia entre a embriaguez e os crimes, como portes de armas e, principalmente, as desordens e os ferimentos, era muito comum nas notícias publicadas no *O Nordeste*. Seu discurso contribuía para a formação da imagem do bêbado como um criminoso, buscando alimentar o temor e a repulsa a este por parte da população.

Além das ocorrências policiais, também eram publicados outros textos de cunho moralizador, na intenção de inibir os leitores de consumir as bebidas alcoólicas. No texto a seguir, baseado em estudos médicos, o padre A. Pequeno fala sobre os males trazidos pelo consumo de bebidas alcoólicas e faz a ligação do consumo de álcool dos pais com muitos problemas dos filhos, entre eles doenças genéticas e problemas mentais:

Há uma campanha salutaríssima que toda imprensa moralizada seccudá-la com empenho: a campanha contra o abuso do álcool.

Dentre os problemas sociaes da hora presente que mais reclamam atenção e carinhosa vigilância dos governantes, avulta-se o vicio damninho da embriaguez, os abusos satânicos do álcool.

O dr.Bourilhou, notável medico e exímio pscologista declara peremptoriamente: “o álcool faz do honesto chefe de família um ser mau e terrível, faz sofrer os seus. Imprime as suas taras no corpo e na alma dos filhos, que serão degenerados, débeis, sem forças e sem virtudes.

[...] O dr. Austrgesilo, nos seus variados estudos clinicos sobre doenças mentaes apela para os degenerados paes alcoolicos a responsabilidade das variadas moléstias orgânicas dos filhos

As características, porem, falam mais alto do que os preceitos clínicos em 362 filhos de alcoolicos, 23 nascem mortos, 107 morrem entre convulsões, 96 são epiléticos, 16 histericos, 41 idiotas ou loucos e apenas 70 normalmente constituídos.

Nas escolas da heroica Belgica, estão inscriptos nos frontespicios estes salutarez dizeres: < a porta de taberna conduz á prisão e ao manicômio; previni- vos do uso do álcool (PEQUENO, 25 de outubro de 1922, p.3).

O padre demonstra seu apoio, assim como do *O Nordeste*, a favor da campanha antialcoólica realizada no Estado naquele período, em diversas instituições, como o sindicato dos trabalhadores do porto e aliança artística e proletária de Quixadá, por exemplo. Já no início do texto, podemos perceber a influência do discurso médico no combate ao álcool, contudo, além disso, são utilizadas outras estratégias discursivas para passar a ideia de que álcool é uma coisa ruim como, por exemplo, citá-lo como um dos maiores problemas sociais e ainda retratar o ato de beber como algo satânico, o que, provavelmente poderia induzir o leitor religioso a não mais realizá-lo. Após dar a sua opinião a respeito do alcoolismo, o padre começa a falar dos resultados das pesquisas médicas, reforçando a ideia de que álcool traz malefícios e legitimando o seu discurso com o saber científico.

É interessante notar que o discurso antialcoólico sempre colocava a família como a vítima do álcool, sendo este, portanto, um ato perigoso. A família sempre era retratada como uma instituição muito importante para aquela sociedade. Para os católicos ela era a base. De acordo com esse pensamento, álcool como um “destruidor” das famílias, ele seria também um perigo para a sociedade.

A destruição da família, e consequentemente da sociedade, ocorreria a partir do consumo de álcool individual, que traria uma série de problemas físicos para os filhos, ou seja, os efeitos do álcool seriam hereditários, e, além disso, traria males morais que contribuiriam para os problemas sociais. O periódico, baseado nos discursos médicos, sempre buscava passar a ideia de que o álcool fazia mal para a saúde e corrompia os costumes dos que o consumiam, prejudicando a sociedade como um todo.

De acordo com esse pensamento,

O Bêbado é a doença e a imoralidade somadas, entre a libertinagem popular dos botequins e tavernas. Nos textos e receituários de saúde e higiene do período paira a preocupação com o uso do álcool e da intemperança como propagadores do desequilíbrio orgânico e moral, das doenças e da loucura. O costume e o hábito não regrado trazem a desgraça (CAMARGO, 2012, p. 94).

Porém, o periódico sempre apresentava a embriaguez como um vício característico da população pobre. Segundo Raul Costa (2009), havia uma diferenciação dos espaços, das bebidas e das formas de consumo de acordo com cada seguimento social. As bebidas importadas eram vendidas por grandes mercearias, casas importadoras e agentes comerciais. Seus espaços de consumo eram os cafés, os bares, os restaurantes e os clubes, onde se reuniam literatos, boêmios, políticos e profissionais liberais.

Já a cachaça, que era produzida principalmente nas regiões serranas, circulava na cidade através dos “aguardenteiros” e dos vendedores ambulantes. Era um mercado informal, cuja distribuição era feita nas bodegas frequentadas pelas camadas populares, que vendiam as bebidas a “retalho”, ou seja, em pequenas quantidades (Ibid.).

Nesse período, de acordo com o autor, ampliaram-se as importações de bebidas de outros estados do país e estrangeiras, como cervejas, vinhos e licores e whiskys. Essas bebidas eram comercializadas como produtos higiênicos e elitizados. A cachaça passou por um processo de industrialização, visto que, apesar dos discursos antialcoólicos, era um produto de consumo local e também de exportação. Porém, dentre as bebidas alcoólicas, ela era a mais combatida.

Nas ocorrências policiais publicadas no *O Nordeste*, era comum relacionar os crimes ocorridos com a ingestão de cachaça por parte dos acusados, como no caso de Manuel Mendes:

Manuel Mendes de Araujo andava hontem muito <molhado>.

Ao passar pela rua General Clarindo, apertou-lhe novamente a sede e ao avistar a primeira mercearia, para lá se dirigiu. Ali chegado, foi pedindo a um menino, que estava no balcão, lhe vendesse aguardente.

O rapazinho vendo o seu estado procurou demovê-lo do intento:

– Não faça isso senhor. Eu não lhe posso vender a cachaça!

– Quê? Pois veja lá! – E lançou na mesa um punhal que era um bruto.

– Dê-me logo quatrocentos reis da <branquinha>.

Nesse momento, o sr. Raul Bastos, dono da mercearia, chegou e imediatamente se comunicou com a policia, que prendeu o insólito freguês. (NO MUNDO policial – Um ébrio insolente, 27 de abril de 1925, p. 8).

Com um ar cômico, o autor narra o caso de Manuel, dizendo que ele já se encontrava embriagado quando resolveu voltar a beber. Mais uma vez as agressões e o uso de armas são retratadas como resultados do consumo de álcool. Narrando o caso, provavelmente o redator buscava, além de dar a notícia, prevenir o leitor a respeito dos males da bebida, induzindo-o a não consumi-la, já que beber cachaça era visto pelo discurso médico como um ato pouco higiênico e civilizado. De acordo com Rosa (2003, p. 18), existia uma “associação dessa bebida ao alcoolismo e também a um determinado grupo social, o dos homens pobres, aqueles que, por sua condição social, já eram vistos como suspeitos”.

Raul Costa (2009) assinala, além dessa diferenciação entre as camadas sociais em relação ao consumo, outra distinção que se fazia entre os consumidores. Trata-se do dualismo “cidadão ordeiro” x “ébrio habitual”. De acordo com relatos de vizinhos, amigos e inimigos, traçava-se o perfil do bêbado preso. O cidadão ordeiro era o “homem honesto”, “de família”, que não bebia com frequência e não se envolvia em desordens. Já o ébrio habitual era o que bebia de maneira recorrente e não trabalhava. Era, portanto, o “cachaceiro” que se metia em confusões, em arruaças, “perturbando o sossego das famílias”. Esse era tratado como um problema social que precisava ser resolvido e, na maioria das vezes, era caso de polícia. Como na notícia a seguir:

Em execução ao edital ultimamente publicado, a policia fez recolher á Cadeia Pública desta capital, de onde serão removidas para o interior do Estado pelo primeiro trem, a fim de se dedicarem ao cultivo do campo, as seguintes pessoas desocupadas, vagabundos e bêbados, encontrados nas ruas desta cidade:

José Gonzaga, Virgílio Ferreira, João Pedro de Carvalho, Mario Gonçalves de Castro, José Alves, Antonio Luiz de Paula, Francisco Saraiva, Luis José Baptista, Hermelito Barbosa, Raymundo Pereira da Silva, Ovidio Pereira, Casimiro dos Santos, Raymundo Paula da Silva, Raymundo Franklin de Sousa, Santiago Pereira

da Silva, Antonio Gondim, Manoel de Araujo, João Antonio da Silva, Severino Ribeiro da Silva, Maria de tal, Francisca Ricarda, Anna Pereira de Souza, Maria do Carmo e Anna Quiteria (DESOCCUPADOS e ebrios habituaes, 15 de setembro de 1922,p2).

A polícia recolheu estas 26 pessoas, em sua maioria homens, simplesmente por estarem nas ruas da cidade. Como o título diz, eram “desocupados e ébrios habituais”, e por isso foram presos. Mais uma vez o trabalho aparece como a solução para o problema. Nesse caso, o cultivo no campo seria uma solução pertinente, visto que além de educar essas pessoas para o trabalho, estaria as retirando do meio urbano, ou seja, tirando-lhes das ruas e do convívio com as famílias residentes, principalmente no centro da cidade.

Os discursos publicados no *O Nordeste* buscam passar para o leitor a ideia de que o consumo de bebidas alcoólicas e a prática de algazarras eram hábitos de pessoas vadias ou pertencentes às camadas populares, dando a entender que estes seriam perigosos.

De acordo com Raul Costa (2009), havia outra tipologia de consumidor que não tinha a mesma fama dos outros: o “boêmio”. Esse era avesso ao trabalho convencional e tinha o hábito de consumir bebidas alcoólicas, porém trazia uma inclinação para as artes. Eram poetas, literatos, músicos, etc. que frequentavam os cafés e os bares da cidade. Eles, porém, na maioria das vezes, não eram criminalizados, pois não eram considerados problemas sociais, visto que:

De acordo com o pensamento da elite dominante, seriam os pobres mais propensos aos vícios e, como consequência, ao crime, de modo que, para esses indivíduos, a cachaça, o estado de embriaguez funcionava como um duplo estigma social, pois que os ébrios vinham a aumentar o número da “escória social” sendo vistos, como indivíduos de alta periculosidade, casos de polícia (ROSA, 2003, p. 18).

Os pobres, na maioria das vezes vadios, foram retratados nas páginas do *O Nordeste* como um problema social a ser resolvidos. Nesse sentido, a folha se posicionou a favor do trabalho na tentativa de solucionar a vadiagem presente na cidade. Na intenção de promover a incorporação destas pessoas ao mercado de trabalho, *O Nordeste* propagou discursos que representariam a vadiagem como uma das grandes causadoras dos males da sociedade. Desse modo, ela foi retratada pela folha como uma ameaça à ordem pública e como incentivadora dos crimes e dos vícios, a exemplo do jogo de azar e do alcoolismo. Esses seriam, portanto, representados como hábitos que degradavam os indivíduos que os praticavam, já que os desviavam do trabalho.

Como o discurso médico era um dos saberes científicos em destaque na sociedade naquele período, ele contribuiu muito para a luta contra estas atividades. O médico tinha o

papel de conselheiro, mais do que curar as enfermidades, ele, através do seu discurso, ensinava aos indivíduos as regras de higiene a serem respeitadas, em benefício de sua saúde e da saúde pública. Portanto, investir na saúde pública significava ter cuidado não só com as doenças, mas também com os comportamentos, que incluem desde a organização dos espaços, o comer e o beber, até a sexualidade. É nesse contexto que se insere outra prática bastante criticada no periódico em estudo: a Prostituição, tema que será discutido a seguir.

3.3 “DESRESPEITO AO DECORO DAS FAMÍLIAS”: O MERETRÍCIO NO DISCURSO DO O NORDESTE

Como vimos, no final do século XIX e começo do século XX, as cidades brasileiras, principalmente as capitais, passaram por transformações que influenciaram a intensificação do seu desenvolvimento e urbanização. Como consequência, intensificou-se também, nos principais centros urbanos, uma busca pela modernização e disciplinarização dos habitantes da cidade. Assim, não só o espaço urbano, mas o comportamento da população passou a ser alvo de problematizações que demonstravam a necessidade de organização desse espaço. A partir desse interesse pela disciplinarização, buscava-se formar um cidadão trabalhador e civilizado, exigindo que ele deixasse de lado seus “velhos hábitos”, não condizentes com o “progresso” que se pretendia para a cidade. Logo, as condutas que “desvirtuavam” o homem do trabalho e da família, como a prostituição, o alcoolismo e a prática dos jogos de azar, sinônimos de vadiagem, passaram a figurar como as maiores preocupações das camadas mais abastadas e dos poderes públicos no início do século XX.

Dentre essas condutas, acreditamos que a prostituição tinha um diferencial. Apesar de ser também considerada uma forma de vadiagem, ela era praticada por mulheres, o que naquele período poderia ser considerado um agravante, visto que:

Desde o fim do século XIX e início do XX, postulava-se um padrão comportamental para as mulheres, que deviam ser premedadas, submissas, laboriosas, a fim de que, desde a mais tenra idade, fossem instruídas a cumprir deveres para com o marido, filhos, lar e, por conseguinte, com a sociedade. Suas atividades deviam ser unicamente domésticas, fugir desse modelo era um passo para cair nas malhas do preconceito vigente (FONTELES NETO, 2005, p. 72).

De acordo com as ideias sanitaristas, naquele período, a mulher tinha um papel fundamental na sociedade. Ela deveria ser voltada para os afazeres domésticos e para a educação dos filhos e familiares, formando futuras gerações aperfeiçoadas físico e

moralmente, contribuindo assim para o “progresso” do país. Dessa maneira, a sua importância extrapolava os limites do lar, se estendendo assim para a sociedade, ou seja, educando moralmente seus filhos, ela estaria formando uma sociedade moralizada. Acreditava-se que as crianças seguiam os exemplos dos adultos e, no caso, a mãe era o adulto mais próximo das crianças. Assim, a mulher/mãe seria um “espelho” para os filhos, que modelariam seus comportamentos de acordo com os de suas mães. A mulher deveria lhes ensinar seus valores e reprimir seus “maus comportamentos” (DOMINGUES, 2007).

Sendo assim, o que a prostituição representaria? Ela seria uma prática avessa ao que se esperava de uma mulher naquela época. Ao prostituir-se, a mulher estaria rompendo com o seu papel de esposa e de mãe, zeladora da família. A prostituta fugia do padrão ideal de mulher, representava o perigo de degeneração da família e da sociedade como um todo (ENGEL, 1988).

Era também uma prática fortemente ligada à ideia do desperdício, pois seria um dos fatores destruidores do patrimônio das famílias. A prostituição era, de acordo com o discurso médico, o foco de degeneração do trabalho e da propriedade do homem/pai, pois estaria gastando o dinheiro, fruto do seu trabalho, que deveria ser repassado ao lar, com uma prática física e moralmente degradante (Ibid.).

Além disso, apesar da prostituição não ser caracterizada como um crime pelo Código Penal Brasileiro, ela era vista pelos médicos como um sinal de doenças e de perigos tanto para o indivíduo, como para as famílias e para a sociedade como um todo. Com a busca pela higienização das cidades, fortaleceu-se a presença de um discurso médico que buscava combatê-la, visto que o espaço urbano deveria ser organizado e higienizado. Desse modo, passou a ser vista como uma doença social (Ibid.).

A prática era tida como ameaça à saúde física do trabalhador, pois a sífilis, principal doença ligada à prostituição na época, era retratada como uma enfermidade que causava a degradação da sua força física. A prostituição, tida como a fonte de contaminação da sífilis, é “concebida como um perigo escondido nos antros e coberto por um véu” (Ibid., p. 66).

Á medida em que a prostituição é vista como doença, como ameaça á saúde física, moral e social do conjunto da população urbana, e o médico como detentor da verdade científica, o discurso sobre a prostituição traz implícito um projeto de normalização higiênica do corpo, concebido não apenas num sentido físico, mas, também, num sentido moral e num sentido social (Ibid., p. 69).

Em Fortaleza, esse pensamento também esteve presente no momento deste estudo. Segundo Fonteles Neto (2005), dois setores foram bastante ativos no combate ao meretrício: a Igreja Católica e os médicos higienistas. A Igreja, como defensora das famílias, do pudor e da moral, via na prática da prostituição um atentado aos bons costumes. E os médicos a viam como “poços de doença”. Acreditavam que os bordeis deveriam ser combatidos, pois seriam eles os propagadores do alcoolismo e de doenças perigosas na época, como a tuberculose e a sífilis, contaminando as pessoas que os frequentavam.

Pensando nisso, neste tópico será discutido o discurso do *O Nordeste* a respeito da prostituição na cidade e a sua utilização tanto por parte de seus redatores como de seus leitores como local de reclamações contra esta prática. No ano de 1923, o periódico deu início a uma campanha moralizadora contra a prática em Fortaleza:

[...] Mas nós estamos dispostos a fazer agir a policia, leva-la ao cumprimento de seu dever, em que ella é tão lamentavelmente negligente.
Com esta nota de hoje, iniciamos uma campanha viva de moralização social, na qual esperamos contar com o apoio dos leitores dignos.
Estes tem a obrigação moral de collaborar connosco para esse *fim*.
Portanto devem trazer-nos para que denunciemos todos os factos que para tal possam concorrer, bem como o rol das casas de perdição que chegarem ao seu conhecimento, de modo a que possamos aponta-las a vigilância das autoridades policiaes (UM BRADO de alerta pela moralidade pública – O meretrício e o castismo, 26 de maio de 1923, p1).

O Nordeste, desse modo, toma a frente no combate à prostituição na cidade. A justificativa para seu empenho em denunciar a prática foi por causa da insuficiência da polícia em cumprir o seu papel de combatê-la. Uma reclamação publicada no jornal daria uma maior visibilidade ao fato. Deste modo, a população também passaria a reclamar com uma maior intensidade. O próprio jornal pede a colaboração dos leitores “dignos”, que teriam a obrigação moral de fazê-lo. Implicitamente, o autor diz que quem não colaborasse não era digno, não teria moral. Com essas denúncias por parte da imprensa e da população, a polícia se sentiria pressionada a realizar seu papel na luta contra a prostituição. Durante o ano de 1923, as denúncias apareceram mais veementemente, pois *O Nordeste* liderou, nesse ano, uma campanha moralizadora no combate a essa prática. Elas eram publicadas em um quadro chamado “Pela moralização social”.

Durante os anos seguintes, era comum encontrar as denúncias de prostituição na cidade e reclamações a respeito do comportamento tanto das prostitutas como de seus clientes em quadros como as “Queixas do Povo”, que era um espaço reservado para as reclamações dos leitores a respeito dos problemas da cidade, e em “Com a Polícia”, que era reservado para

os apelos, tanto da população como dos próprios redatores, para que a polícia tomasse providências em relação às transgressões ocorridas em Fortaleza. A contribuição dos leitores no combate ao meretrício foi bastante presente, principalmente através de cartas anônimas publicadas nesses dois quadros do jornal:

Sr. Redator,

Este pedaço da capital, que chamam Rua da Alfândega, pode ser comparada com qualquer ilha de correção, onde estão condenadas as famílias a assistirem, quotidianamente, degradantes cenas de obscenidade, apresentadas em plena rua, pela famigerada "Pensão Mimi", dirigida por uma não menos célebre decahída.

O baixo escrúpulo, a degeneração, cria para isso, sr. Redator, indivíduos de educação péssima e costumes infames que, abusando da moral pública, se exibem em plena calçada da dita pensão, em companhia de infelizes iguais a eles próprios. As famílias desta rua estão escandalizadas, as crianças presas em casa, a moral ofendida, enquanto a vagabundagem devassa, afronta, sarcasticamente, o direito sagrado.

O sonho da localização do meretrício cada vez mais se esvai no conceito público máximo, agora que a praia esta juncada de rameiras que, com bacanais desenfreados, mofam da própria autoridade.

Esperando a publicação desta, sou muito agradecido, seu constante leitor U.V (QUEIXAS do povo, 29 de junho de 1925, p. 4).

Se repararmos no texto, a indignação do leitor é demonstrada não pela prostituição em si, mas pelo fato dessas mulheres junto com seus “clientes” transitarem livremente na calçada que se localizava em uma área também frequentada por famílias. Ou seja, o maior problema era a visibilidade que essas famílias tinham da prostituição, já que ver de perto as prostitutas poderia escandalizá-las ou passar uma má influência, principalmente para os mais jovens.

É interessante observar também que o autor não se poupa de qualificar de maneira ruim tanto as meretrizes como os homens que frequentavam os bordéis. Eles são retratados como “indivíduos de educação péssima e costumes infames” e elas como decaídas e “infelizes”, formando a ideia de que seriam pessoas inferiores àquelas famílias e indignas de compartilharem o mesmo espaço na cidade. Suas atitudes também são retratadas de maneira pejorativa, sempre passando a ideia de propiciarem o mal para a sociedade.

Novamente a família é citada como vítima da prostituição, nesse caso, apenas pelo fato de presenciá-la. O mal, nesse como em muitos discursos publicados no *O Nordeste*, não é a prostituição em si, mas a inexistência do meretrício localizado. O que prejudicaria as famílias seria a presença das prostitutas e a convivência com as mesmas. Desse modo, não se fala em extinguir a prostituição e sim em localizá-la longe do olhar das famílias.

Um fato curioso foi que esse leitor deixou claro que já havia enviado a mesma carta anteriormente a outro local que se “limitou a enviá-la para a cesta de papéis sujos”. Isso

demonstra a sua esperança de que *O Nordeste* a publicasse e também o esforço que o jornal fazia para publicar as queixas e denúncias de seus leitores a respeito das transgressões ocorridas na cidade. Não podemos dizer que a carta realmente tenha sido enviada por um leitor, porém o fato dela ter sido inventada pelos redatores não negaria a intensão do jornal de defender os interesses de algumas famílias. Ele próprio se dizia defensor dos bons costumes e das famílias.

Nessa carta é feita ainda uma insinuação de que a localização do meretrício não teria sido feita por ineficiência das autoridades, possivelmente da polícia, visto que as “rameiras [...] com bacanaís desenfreados mofam da própria autoridade”. Essa afirmação também nos faz perceber que apesar da repressão, as prostitutas resistiam e exerciam suas atividades, inclusive, com uma certa liberdade. Ou seja, havia o combate a presença das “rameiras” por parte do jornal católico e dos próprios fortalezenses, mas existia também a resistência por parte delas.

Segundo Fonteles Neto (2005), a polícia, como zeladora da moralidade pública, naquele período, tinha o dever de localizar as zonas de meretrício na cidade e afastá-las o máximo possível do centro, buscando localizá-las em locais específicos e limitando o horário em que podiam circular nas ruas. Porém, mesmo com toda essa tentativa de controle, a polícia não conseguia conter o avanço da prostituição em Fortaleza.

A respeito disso, a seguinte carta traz a opinião de um leitor do *O Nordeste*:

Eu que classifico O Nordeste como sendo o baluarte do decoro e da moralidade, venho por isso pedir-vos a publicidade dessa queixa, uma vez que as autoridades a quem confiamos a manutenção da ordem, da moralidade pública e do decoro deixam-se iludir nesse mister por auxiliares que não se compenetraram das funções que exercem.

Trata-se do seguinte: No Boulevard Duque de Caxias, entre as ruas B. do Rio Branco e General Sampaio, existem diversos antros de decahidas dos quaes se destaca a pensão da infeliz joaninha, cheia de meretrizes de baixa esphera, as quaes tomaram conta por completo daquelle trecho da via pública, e em pleno dia se assentam na calçada seminuas a dizer toda a espécie de immoralidades, não respeitando as famílias que passam para a Igreja do Carmo, nem as que ali residem.

Entre as decahidas que ali habitam existem uma de nome soledade, que bateu o recorde em atrevimento, embriaguez, [ilegível] e immoralidades não respeitando ninguém e gritando ainda <que tem protecção na policia e por isso não respeita alguém.>

Durante a noite, sr. redactor, ali é um verdadeiro inferno, pois reúne-se ao barulho das [ilegível] o barulho dos automoveis que por ali permanecem ou passam, buzinando, tendo-se a impressão de que estamos em um mercado e não no perímetro urbano de uma cidade que consideramos civilizada.

Sem mais,

UM LEITOR amigo> (COM a Polícia, 6 de outubro de 1927, p. 2).

O leitor inicia seu discurso fazendo um elogio à atuação do *O Nordeste* no combate à prostituição, passando a ideia de que o jornal se preocupa mais com o problema que a polícia, pois naquele momento a folha atuava intensamente contra essa e outras transgressões realizadas pela população. Notamos que é grande o interesse de seus redatores em formar a imagem de que a gazeta lutava pelos interesses da população e em sua defesa, através da disseminação de uma moral católica, a qual os fortalezenses deveriam seguir. Nessa carta, por exemplo, o leitor parece confiar mais no periódico do que na polícia na repressão à prostituição. Esse pensamento do leitor seria um reflexo da autoimagem de preservador do decoro público, que o periódico se preocupava em transmitir nas suas publicações. No entanto, o próprio fato de *O Nordeste* publicar essa carta, especificamente, confirmando a imagem que seus redatores queriam passar, demonstra sua intenção de se consolidar como “baluarte” do decoro público.

É interessante notar também que mesmo que a carta critique a polícia, ela preserva seu chefe, responsabilizando os soldados pela falta de repressão. Isso demonstra que ao mesmo tempo em que se pretende reclamar do trabalho da instituição, busca-se manter uma boa relação com o seu chefe, pessoa influente naquela sociedade e que possuía um poder que não podia ser desconsiderado.

O discurso em relação às prostitutas, aqui, é semelhante ao da carta supramencionada. Ele classifica as meretrizes como pessoas inferiores, e, no caso desta pensão particularmente, as mulheres seriam “meretrizes de baixa esfera”, ou seja, “baratas”, pobres, de um nível ainda mais baixo que o das demais, que já possuíam uma imagem ruim.

A citada prostituta Soledade é retratada como a mais atrevida de todas, por estar embriagada e por faltar com o respeito com as pessoas. O fato de ela estar bêbada seria um agravante para a sua condição, já que prostituição e alcoolismo estavam presentes entre os comportamentos de uma única pessoa, o que, em conjunto, poderia ser vista como uma transgressão ainda maior.

Mais uma vez é importante notar que ao mesmo tempo em que havia as estratégias de repressão à prostituição, existiam as táticas utilizadas para garantir a continuidade da sua realização. O fato de as meretrizes se aliarem aos soldados, que eram os que deviam repreendê-las, conseguindo, ao invés disso sua proteção, é um exemplo disso. Através de suas astúcias, essas mulheres continuavam a exercer suas atividades consideradas imorais, e sobrevivendo, desta forma, mesmo contra a vontade de parte da população. Esse seria o motivo da reclamação no caso citado, pois, se a polícia, que era a responsável pela

manutenção da ordem, não reprimia à Soledade ninguém mais poderia fazer isso. Ela estaria livre para agir da maneira que quisesse.

O autor termina sua carta citando mais um problema relacionado ao local onde ocorre a prostituição que é o barulho dos automóveis. A comparação com um mercado, aqui, é feita para passar a ideia de desordem. Essa desordem, na sua concepção, não condizia com a civilização que acreditava que a cidade possuía.

Com a publicação da carta, autor pretende denunciar o que chama de imoralidade, mas, além disso, sua principal intenção é denunciar a proteção da polícia a estas prostitutas, quando ela deveria estar reprimindo-as. De acordo com Francisco Fonteles Neto (2005, p. 78):

As exigências expressam o desejo no rigor do policiamento no comportamento sexual, das prostitutas e dos clientes que freqüentavam seus estabelecimentos. O policial tinha que criar formas de coexistência pacífica e benéfica para ambas as partes, fugindo de ação meramente repressiva e mostrando que relações clientelistas podiam se construir em torno de proibições.

Além dessa intenção de “apaziguar” a situação por parte dos policiais, outro motivo contribuiu bastante para a falta de eficiência no combate a essa prática. O fato era que boa parte do efetivo estava envolvido no mundo da prostituição. Existiam aqueles policiais que desfrutavam das relações amorosas com as prostitutas, aqueles que faziam “vista grossa” mediante o pagamento de propinas e até aqueles que sigilosamente recebiam dinheiro para fazer a sua segurança (Ibid.).

Em outra carta em que o autor assina somente como “Um pae de familia”, é feita a denúncia de um grupo de prostitutas que planejavam alugar um sobrado na Praça do Ferreira:

Illmo. sr Redactor d<O Nordeste>.

Como tem sido este órgão o único a fazer campanha contra a indecência praticada por mulheres de vida alegre, venho por meio desta comunicar-lhe que um grupo de mulheres pretende alugar o sobrado n. 215, á Praça do Ferreira, para se estabelecer,e, como só pode, ofender o decoro da nossa sociedade, é mister que v.s. chame a atenção das autoridades para este facto.

Certo de que fará v.s. mais um beneficio às famílias que frequentam a Avenida 7 de Setembro subscrevo me attenciosamente. (UM PAE de familia, 16 mai. 1924, p. 2).

Mais uma vez, o texto publicado confirma a ideia a qual *O Nordeste* defende em suas páginas, de que seria um dos únicos órgãos que lutavam pela preservação da moral na cidade e pela defesa da família. A polícia era a responsável pela manutenção da ordem e, ao mesmo tempo, era a única que possuía poderes para isso. Mas, ao constatar a ineficiência

desta, apela-se para o periódico e para seu poder de difusão de ideias. Nesse sentido, notamos a diferença entre os papéis da polícia e do *O Nordeste* no combate à prostituição. Recorria-se à folha quando se constatava a falha da polícia. No entanto o periódico era utilizado para cobrar que providencias fossem tomadas por aquela instituição a respeito do assunto e também para argumentar-se sobre a prática.

Desse modo, então, pede-se ao redator que este chame a atenção das autoridades para que estas não deixem as citadas mulheres alugarem o sobrado. Ou seja, queria impedir a prostituição naquele local antes mesmo de que ela se consumasse. Em outros casos era o próprio periódico quem fazia suas denúncias a respeito da prostituição e que exigia que a polícia tomasse providencias:

O <City Club>, o <Internacional>, o <Cearense> e outros antros miserandos de perdição social, continuam abertos, apesar dos protestos constantes e veementes das famílias pela voz da imprensa.
Apellar-se para que a polícia, lembrada dos seus deveres de moralização dos costumes, mande trancar essas casas infamantes, é perfeitamente inútil.
Os brados tem sido reiteradamente erguidos.
Mas a policia quando não de sentisse com a força moral para tanto, ao menos devia providenciar porque em taes centros de imoralidade se respeitassem o decoro publico da cidade.
Pois nem disso é capaz?
Ainda ontem, por exemplo, o <City Club> fez-se o posto de escândalo publico, ofendendo as claras o decoro das famílias.
Frequentadores desavergonhados, com mulheres de vida airada, ostentavam, cedo ainda da noite, scenas indecentes nas janelas do Club situado na Praça do Ferreira!
As famílias passam corando de vergonha e indignadas da andancia dos taes e da [ilegível] inqualificável da policia.
E é para esta que apellamos fazendo-nos eco duma ira fortíssima (ESCANDALOS no “City Club” – A Policia não vê isso?, 26 de agosto de 1922, p. 1).

Ao perceber que a prostituição não seria extinta, há o interesse em seu afastamento das famílias. Novamente, o maior motivo das reclamações é a convivência dessas mulheres com o restante da população. O que incomodava era a sua presença nos mesmos espaços onde estavam as residências.

Acreditamos que, neste caso, respeitar moralidade pública seria não deixar que as famílias vissem a prostituição acontecendo. Ou seja, as meretrizes deveriam atuar, se não longe dessas famílias, pelo menos longe da visão delas, às escondidas. Fica implícito, neste caso, que, para solucionar o problema, bastava apenas que a prática fosse realizada de maneira discreta.

Isso pode ser percebido na maioria das queixas. A prática incomodava por “ofender” a decência das famílias que a presenciavam. Por isso, como falamos anteriormente,

o que se cobra da polícia, na maioria das vezes é a localização do meretrício e não sua extinção:

[...] Que providencia séria já tomou a policia para obrigar as meretrizes a se localizarem em determinado ponto, longe do contacto das famílias, de que são indignas, e cujo pudor offendem com suas exhibições indecorosas?

Nas principaes ruas, aqui e ali, se vêem casas de decahidas situadas entre as familias honestas, que, de quando em vez, deixam explodir o seu mal-estar, clamando, pela imprensa, contra o constante desrespeito ao seu decoro, por aquellas praticado.

E estas casas são, ao mesmo tempo, muitas vezes, centros também de bebedeiras e jogatina, que fugindo á perseguição da policia, ali vão se refugiar.

[...] No entanto á policia cabia a obrigação de impor a sua retirada para os pontos afastados da cidade. Dentro das suas atribuições legaes. Não lhe falta meios para agir (UM BRADO de alerta pela moralidade pública – O meretrício e o caftismo, 26 de maio 1923, p1).

O autor denuncia a presença dos bordeis na cidade, citando alguns fatos que agravariam o problema. Um deles é que essas casas estavam situadas nas principais ruas, ou seja, nas ruas onde residiam as famílias mais abastadas da cidade naquele momento. Notamos assim quem eram as famílias as quais a folha dizia defender. Estas, denominadas honestas, ao se sentirem incomodadas com o meretrício reclamariam dele por meio da imprensa. As “famílias honestas”, citadas na fonte, portanto, eram as que habitavam a área mais nobre da cidade, que eram também as mesmas que tinham interesses em comum com os redatores do periódico, visto que ele era seu “porta-voz”.

Cita-se ainda, como males relacionados ao meretrício, a prática dos jogos de azar e o consumo de bebidas alcoólicas, o que seria outro agravante, visto que também eram comportamentos transgressores, fortemente perseguidos naquele período. De acordo com ele, os bordéis serviam de refúgio para os jogadores e consumidores de bebidas alcoólicas, ou seja, eram considerados locais de perdição para os indivíduos que os frequentavam. Estes abrigariam variados tipos de imoralidades, e neles o homem, trabalhador e pai de família, estaria se desvirtuando moralmente. Além disso, a presença dos homens nos bordéis poderia trazer más influências para o restante da família. Por esse motivo, estes locais deveriam ser afastados das residências, principalmente as das parcelas abastadas da população.

Sendo assim, porque se pede o afastamento e não a extinção da prostituição? Os discursos do *O Nordeste* apontam para um motivo, que é a constatação da ineficiência da polícia no combate à prática. Sendo assim, já que não se poderia acabar com ela, pelo menos se deveria tirá-la da visão das famílias.

Essa dificuldade de repressão da prática poderia estar ligada à ideia de que a prostituição seria um “mal necessário”. Ela, de acordo com Maria de Lourdes Santos (2011), é

bastante comum na literatura acerca da prostituição. Deste modo, segundo Magali Engel (1998, p. 110), a prática se apresentaria como uma “válvula de segurança” e uma “válvula de escape”. Uma atividade que não poderia ser evitada, apenas controlada. Isso porque ela saciaria “as exigências dos instintos incontroláveis” dos homens, preservando, assim, os valores e os padrões comportamentais das “mulheres de família”, como a virgindade e a fidelidade. Válvula de escape porque teria a “capacidade de conter, ou pelo menos restringir, perversões sexuais consideradas mais graves”. E válvula de segurança por preservar a família e manter a ordem social.

Deste modo, as prostitutas deveriam existir para que a ordem familiar fosse mantida. Por isso elas deveriam realizar suas atividades, desde que fosse em um local afastado dos espaços de sociabilidade das famílias. Pois, para algumas pessoas, o comportamento da prostituta, sendo o oposto do esperado para as “mulheres de família”, poderia influenciá-las a se comportar de maneira parecida. Sendo assim, a prática poderia ser tolerada, desde que reservada em uma localização específica (SANTOS, 2011).

Outro motivo para a dificuldade de extinção do meretrício seria o fato de a atividade gerar a circulação de capital. Segundo Fonteles Neto (2005), a atividade teria criado uma “complexa rede de relações, pois a prostituição propiciava dinheiro para acentuado número de pessoas, desde agenciadores, meretrizes e funcionários, até policiais que recebiam propina para garantir o funcionamento do recinto”.

A respeito dos agenciamentos, o periódico também traz sua denúncia:

[...] Outro ponto em questão é o cativeiro e casas de recursos.
 Infelizmente, Fortaleza vê desenvolver-se, sem peia, essa indústria ignóbil, ilegal, indecente que consiste na sedução de mocinhas pobres para entrega-las ao vício, e, depois, explorá-las torpemente.
 Vem-se praticando tal, entre nós.
 Há mesmo mulheres vilíssimas, almas de lama, que descem á profissão infame de levar mocinhas incautas para o crime e para o vício, vendendo-lhes a pureza e a virgindade. Há-as até profissionaes do adulterio, que desviam esposas do caminho puro da honra do lar!
 A policia sabe, a policia deve saber disso. E, no entanto, não se processa de quem assim age (UM BRADO de alerta pela moralidade pública – O meretrício e o cativeiro, 26 de maio 1923, p1).

É interessante notar que, além de denunciar os envolvidos no aliciamentos dessas mulheres, o autor também afirma que a polícia sabe o que ocorre e, no entanto, nada faz para combatê-lo. Isso nos induz a pensar que, como afirma Fonteles Neto (Ibid.), alguns policiais também poderiam estar envolvidos no mundo da prostituição.

De acordo com o discurso do *O Nordeste*, as prostitutas não seriam as culpadas pelo problema. Elas seriam as vítimas desses agenciadores, visto que por culpa destes elas estariam perdendo sua pureza, sua honra. Mas quem seriam essas prostitutas? Por que elas se submeteriam a essa prática? Acreditamos que essas mulheres, em sua maioria, faziam parte das camadas pobres da população. Muitas delas eram retirantes que vinham para a capital nos períodos de seca, lutar pela sobrevivência. A prostituição seria uma alternativa para essa mulher pobre, que, ao se deparar com a falta de emprego ou com baixos salários, optava por prostituir-se.

Outra resposta à questão acima seria o que sugere Engel (1998). Essa atividade poderia proporcionar para algumas mulheres uma condição mais autônoma e independente. Desse modo, a prática poderia ser vista como um meio de resistência da mulher à ideia de que ela deveria ser frágil e submissa.

Apesar disso, na maioria das vezes, nos discursos do *O Nordeste*, a prostituta aparecia como imoral, infeliz, decaída, etc. Ela era associada à transgressão e à indecência. Como afirma Rago (1992, p.42, *apud* SANTOS, 2011, p. 2), existia, naquele momento,

Uma visão corrente entre os médicos do período, a prostituta “tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada (...) simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída de senso moral. “Tem um “apetite sexual exaltado, (...) inato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito.” “Limitadíssimos são os seus recursos intelectuais, raríssimas mulheres poderiam sustentar uma conversação em que seja necessário o manejo do raciocínio ou pequena contribuição lógica...”

Essa relação da prostituta com a promiscuidade muitas vezes apareceu nas páginas do *O Nordeste*, principalmente relacionando-a à falta de pudor, citando casos de nudez em público e de pronúncia de palavrões. Como no seguinte caso:

Mais uma vez recorremos á Polícia, clamando repressão á immoralidade com que gente sem honra e sem compostura desrespeita o são decôro publico.
 Distincto cavalheiro trouxe-nos o pedido de que clamassemos junto ás autoridades, pela providencia que se impõe, no sentido de impedir que mulheres de vida airada tomem banho no Pajehu, em pleno dia, offendendo a moralidade e affrontando a dignidade das famílias.
 Ante-hontem na travessa do Pocinho, entre as ruas Senna Madureira e do Sampaio, duas dessas infelizes banhavam-se absolutamente despidas, a dirigir pilherias a quem transitava pela referida travessa.
 Ao pé da cêrca varios meninos e algumas pessoas que não se presam assistiam á tamanha indecência.
 Pedimos ao nosso illustre amigo, dr Abilio Martins, chefe de Policia, que como digno pae de família que é sabe pesar muito bem a gravidade desses atentados ignobeis á moral publica, que tome as medidas severas que tal torpeza reclama, para

que se não repitam actos tao deponentes e que são um ludibrio à sociedade de nossa terra (REPRESSÃO à imoralidade, 18 de setembro 1922, p1).

Como se pode notar, antes mesmo de relatar o que ocorreu, já se afirma que essa imoralidade seria praticada por pessoas “sem honra e sem compostura”, e, em contrapartida, assinala-se que a reclamação teria sido feita por um distinto cavalheiro, ou seja, queria-se passar uma imagem ruim das pessoas citadas ao mesmo tempo em que se queria passar uma boa imagem de quem era contrário ao comportamento “despudorado”. Esse cavalheiro do qual se fala deveria ter uma credibilidade maior que as citadas pessoas. Só depois se denuncia o fato.

Como nas demais reclamações citadas neste trabalho, o incômodo não era devido ao banho em si, mas ao fato de ele ocorrer de dia e na frente das famílias, já que isso ofenderia a dignidade desta. Reclama-se também das pessoas que olhavam para essas mulheres. O fato de olhar, de acordo com o texto, significaria que essas pessoas não se presavam, ou seja, não seriam pessoas honradas, apenas por estarem observando as meretrizes. Por fim, o autor apela para a reputação do chefe de polícia dizendo que, como esse era um indivíduo respeitável, deveria tomar as providências para que o fato não se repetisse, ou seja, um pai de família não deveria ignorar o problema da prostituição na cidade.

Como vimos, as queixas e denúncias a respeito da prostituição, publicadas no periódico em estudo, tinham um padrão discursivo bastante parecido. Primeiro, reclamava-se da prática, citando um fato ocorrido, muitas vezes utilizando adjetivos negativos – como infelizes, descaídas, etc. – para qualificar as meretrizes e seus clientes; depois, justificava-se que a prática ofendia a moral e as famílias; e, por fim, pediam-se providências por parte da polícia.

O combate a essa atividade, no entanto, não se restringiu apenas às denúncias publicadas na imprensa. Como aconteceu em relação aos menores abandonados, houve também uma tentativa de extinguir a prostituição e inserir as meretrizes no mundo do trabalho. Isso aconteceu em 1928, quando foi criado o asilo Bom Pastor, fundado e mantido pela Igreja Católica, para a “reabilitação” das prostitutas “arrepentidas” (FONTELES NETO, 2005). Ou seja, foi importante a atuação da Igreja no combate ao meretrício, não somente através dos discursos publicados no jornal católico, mas também na criação e manutenção de uma instituição filantrópica com o mesmo fim.

Como vimos, naquele momento a cidade passava por um crescimento econômico que influenciou os anseios dos setores dominantes e dos poderes públicos pelo progresso e pela civilização. Para estes, porém, isso só aconteceria com a organização e a higienização do

espaço público. O saber médico ganhou bastante credibilidade, ditando regras de comportamento para formar um cidadão trabalhador, higiênico e saudável. Então, as condutas que transgrediam essas regras, como a vadiagem – em que se incluem a prostituição, o alcoolismo e a prática dos jogos de azar –, passaram a ser combatidas com maior intensidade. O discurso médico propagado pela imprensa tinha o objetivo de educar os cidadãos, tanto fisicamente como moralmente, transformando em ordem aquilo que era visto como desordem.

A Igreja também contribuiu para a moralização dessa população, na medida em que fundava ou apoiava a fundação de casas de recuperação para os “transgressores”, buscando transformá-los em cidadãos trabalhadores.

O Nordeste, como divulgador do discurso médico, defensor dos interesses da Igreja Católica em Fortaleza e porta-voz das famílias abastadas da cidade, teve um papel muito importante na luta contra essas atividades. Através de suas campanhas moralizadoras, das denúncias, das cartas dos leitores, das notícias policiais e de demais textos, ele buscou ajustar os comportamentos dos fortalezenses à cidade civilizada que estes grupos desejavam.

No entanto, essa civilização almejada principalmente pelos setores dominantes também traria com ela comportamentos tidos como modernos, mas que iam de encontro à moral católica e aos ensinamentos da Igreja, por serem por ela considerados imorais, perversores, degeneradores, etc. Realizando seu papel de defensor do catolicismo cearense, *O Nordeste* atuaria no combate a esses novos hábitos que, para alguns grupos, seriam sinônimos de urbanidade.

4 OS MALES DA MODERNIDADE: O CINEMA, A MODA E AS DANÇAS

Há nestas linhas um feixe de conceitos que precisam ser meditados pelos pais de família que tento se desinteressam, hoje em dia, pelo futuro dos seus filhos. A educação do cinema perversor, das modas indecorosas e das dansas sensuais vae levando a sociedade, do ponto de vista moral, ao abysmo de uma ruina irreparavel (OS DESERTORES da vida 13 de fevereiro de 1926, p. 2).

O texto acima foi retirado das páginas do *O Nordeste* e retrata sua posição a respeito de algumas das novidades que chegaram com a urbanização de Fortaleza e com os anseios por modernidade que as camadas abastadas tinham naquele momento: o cinema, a moda e as danças. Estas três práticas foram alvo de críticas, nas páginas da folha, a partir das quais se buscou de diversas formas impedir que a população aderisse a elas, sendo retratadas na maioria das vezes como imorais e perversoras, principalmente quando relacionadas com os jovens e com as mulheres.

Com uma maior aproximação comercial entre Fortaleza e outros centros urbanos brasileiros e, principalmente, europeus, existente desde meados do século XIX e intensificada no início do século XX, os setores dominantes passaram a buscar se aproximar cada vez mais da civilidade, da urbanidade e da modernidade, espelhando-se principalmente no modo de vida existente nas cidades europeias, a exemplo de Paris.

No entanto, aquele também foi o momento em que a Igreja Católica buscou manter-se como uma das instituições mais influentes na sociedade brasileira, já que não era mais a religião oficial do país. Desta forma ela se utilizou de ferramentas que pudessem lhe auxiliar nessa tarefa, a imprensa foi uma delas. Através da imprensa a Igreja orientava a população a pensar e agir de acordo com os seus princípios, ao mesmo tempo em que combatia as ideias e comportamentos que desviassem os fiéis do seu caminho.

O cinema, a moda e as danças “modernas” foram vistos pela instituição como fortes ameaças ao seu poder de influência e como inspiração para a descristianização da nação brasileira. Por esse motivo, através dos artigos, notícias, etc., *O Nordeste*, representando o catolicismo, atuou criticando estas novas práticas, aconselhando os leitores a não aderir a elas, e dando exemplos dos males que elas poderiam proporcionar para o indivíduo e para a sociedade.

Através da análise dos textos publicados na folha, notamos seu interesse em impedir a prática destes novos costumes. Desta forma, tendo percebido a reincidência insistente destes assuntos e ainda compreendendo que eles se relacionavam entre si, no

sentido de representarem ameaças ao catolicismo, trazidas pela modernidade, resolvemos discuti-los neste capítulo.

Aqui, discutiremos o discurso do periódico em relação a estas práticas, assim como a sua atuação no combate a elas, que eram consideradas imorais por romperem com os padrões morais definidos pela igreja, caracterizados, entre outras coisas, pela religiosidade, pelo recato e pelo decoro.

Para isso, no primeiro tópico será analisado o discurso da folha a respeito do cinema em Fortaleza, já que este era apontado pela mesma como uma das causas para os excessos da moda, a promiscuidade da juventude e para as danças consideradas escandalosas exercidas nos bailes da cidade. Seguimos, no segundo tópico, discutindo o posicionamento do *O Nordeste* sobre a moda, tida pela Igreja como um mal para a sociedade, por ser caracterizada como imoral e perversora, principalmente em relação às mulheres. No último tópico, analisaremos o discurso da folha a respeito das danças tidas como modernas naquele momento, mas que eram qualificadas pelos católicos como indecentes devido à liberdade de movimentos e à proximidade dos corpos ao executá-las.

4.1 “A PERVERSÃO DOS CINEMAS”: O CINEMA COMO UM MAL PARA A POPULAÇÃO

Há poucas semanas matou-se, lá para as bandas do Andarahy uma jovem de 17 annos para quem todas as venturas corriam, começando pela idade.

[...] Frequentava os cinemas – outra perversão moral, que está a pedir um paradeiro – Via aquelles beijos lascivos, aquellas atitudes concudiscentes, aquelas maneiras impróprias dos meigos olhares dos seus 17 annos e comprehendia que era preciso que fosse feita de pão para não perverter.

Sem fé, sem a verdadeira intuição do que seja a crença em Deus, porque ia aos domingos à Igreja, como aos sabbados à avenida Rio Grande, esta louquinha, viu um dia um almofadinha que lhe fez a corte, apaixonou-se por elle e, como os Paes dessa vez a contrariaram, fez como no cinema, para fazer descer o panno do último acto da comedia da sua vida, ainda ao desabrochar (OS DESERTORES da vida 13 de fevereiro de 1926, p. 2).

O caso relatado acima foi publicado no *O Nordeste* na intenção de discutir o suicídio de uma moça, mas também a má influência dos novos costumes principalmente para a juventude. O autor aponta que a suicida gostava das danças modernas e que frequentava cinemas. Entre outros fatores, estes teriam induzido-a ao suicídio. Essa era a mensagem que o jornal queria passar. No entanto, o foco principal ocorre na questão do poder do cinema em perverter as pessoas, de levá-las ao pecado, fazendo o mal para si e para a sociedade.

As películas reproduzidas nos cinemas exibiam cenas que, do ponto de vista da Igreja, poderiam influenciar os espectadores a perderem seus valores morais e a imitarem os erros cometidos nos filmes, ou seja, a entregarem-se ao pecado. Eram cenas de danças libidinosas, brigas, embriaguez, jogos, nudez, futilidades, divórcios, violências, assassinatos, suicídios, ciúme, conversas maliciosas, bordéis, descrenças, paixões exageradas, etc. (LIMA, 2012).

A primeira sala de cinema fixo de Fortaleza fora inaugurada no dia 26 de agosto de 1908, foi o cinematógrafo "Art-Nouveau". De acordo com Francisco Gildemberg Lima (Ibid.), em poucos anos ocorreu um aumento considerável no número de salas dedicadas a exhibições de filmes existentes na cidade. Em 1920, já existiriam aproximadamente 14 cinemas. Em pouco tempo os cinemas ganharam destaque como espaços de diversão e sociabilidade para a população. Dioclecioana Silva (2004) afirma que na década de 1920 o costume de frequentar os espaços destinados à projeção de películas cinematográficas teria se consolidado como um hábito cultural. Este seria o motivo para o aumento tão significativo num curto espaço de tempo. Na década de 1920, então, o cinema era uma das principais formas de lazer existentes em Fortaleza.

Haviam cinemas que poderiam ser considerados de classe média ou populares, como o Polytheama, o Riche, o Cinema da Estação e o Cine Beira-Mar, localizados no centro e no Passeio Público (Ibid.). Lima (2011) aponta que a estrutura física das primeiras salas era precária, devido à falta de normas de segurança que definissem como estes locais deveriam ser. Deste modo galpões e prédios abandonados seriam utilizados como exibidores, sendo adaptados para a projeção de filmes e para receber o público. Essas condições, em conjunto com o comportamento às vezes inadequado do público, teriam contribuído para reclamações e exigências para que os poderes públicos tomassem medidas que visassem melhorar a segurança e a higiene desses locais.

Silva (op.cit) afirma, porém, que, à medida que as camadas abastadas viam a necessidade de cinemas mais sofisticados e restritos a elas, tais locais foram sendo fundados. Desta forma, para atender aos setores em ascensão naquele momento, foram fundados dois grandes cinemas: O Cine - Theatro Majestic Palace e o Cine Moderno. Marcio Inácio da Silva (2007), aponta que a criação de salas de cinema luxuosas era uma tendência mundial naquele momento e que Luiz Severiano Ribeiro a teria adotado em Fortaleza, afim de atender as demandas das camadas abastadas. Tais salas se localizariam na Praça do Ferreira, que era o centro de maior efervescência na cidade.

O Cine Majestic foi fundado em 1917 e era o mais luxuoso cinema da cidade até sofrer um incêndio em 1955. Para seus frequentadores ele seria, então, um símbolo de modernidade. O Cine Moderno foi fundado em 1921 e teria sido muito frequentado pelos jovens da época. Era luxuoso, porém considerado inferior ao Majestic pelas pessoas mais tradicionais (D. SILVA, 2004).

Na década de 1920, existia uma única empresa fornecedora de fitas para todas as salas de exibições em Fortaleza, que era a pertencente a Luiz Severiano Ribeiro. Nessa década ele seria o mais importante nome relacionado à exibição e distribuição de filmes. Isso porque ele teria feito acordos com as empresas estrangeiras, principalmente as norte-americanas, conquistando o direito de exclusividade na exibição dos seus filmes. Desta forma, todos os filmes seriam lançados primeiramente nas salas de sua propriedade - Cine-Theatro Majestic Palace, Cine Moderno e Cine Polytheama - e somente depois seriam distribuídos para os cinemas de bairro e os ligados às associações religiosas, já que Severiano Ribeiro durante essa década teria acabado com a concorrência dos cinemas comerciais no centro da cidade, como o de Júlio Pinto, José de Oliveira Rola e Henrique Messiano. Sendo assim, lucraria de duas maneiras, além de ser o único proprietário de cinema do centro, se beneficiaria dos cinemas de bairro e dos religiosos, já que era o único distribuidor de fitas (M. SILVA, 2007).

Marcio Silva (Ibid.) afirma que os melhores filmes eram lançados no Moderno, e só depois eram exibidos nas outras salas da cidade. Os lançamentos ocorriam em sessões específicas, às quartas-feiras e aos finais de semana.

Como podemos perceber, na década de 1920 o cinema era uma das principais formas de lazer existentes na cidade. Com a fundação das salas de luxo, os setores da população que possuíam um melhor poder aquisitivo os frequentariam como forma de distinção social, já que eles cobravam um valor de ingresso mais alto que os demais.

Além de representarem a modernidade pela sofisticação das suas instalações, os filmes estrangeiros também poderiam ser vistos como diversão civilizada e às vezes como demonstrativo de comportamentos a serem seguidos (LIMA, 2011).

Foi exatamente por esse motivo que a Igreja Católica o viu como uma ameaça, como um meio de perversão para a população, pois ele traria maus exemplos os quais o público seguiria. É o que nos demonstra o seguinte texto:

Os grandes males sociais modernos, no ponto de vista da corrupção dos costumes, o excesso das modas, a leviandade lamentável dos rapazes e, sobretudo, das mocinhas, os escândalos dos bailes e das avenidas, nós os demos, incontestavelmente, e antes de tudo, à perversão do cinema.

O povo é, verdadeiramente, o que o virtuoso Mons. Tabosa chama com mais lata accepção, o escravo das platéas; mas, particularmente, o súbdito das exhibições cinematographicas ou theatraes que se infiltram e peneram nas consciências, avaliando-as, denegrindo-as, anulando-as.

E o que se percebe a cada instante, o que em todos os momentos se verifica, até mesmo em Fortaleza, onde a seducção do máo theatro e do máo cinema dia a dia mais e mais se intensifica, com doloroso desencanto para os que acompanham o desenvolver da nossa sociedade. (A PERVERSÃO do cinema, 9 de setembro de 1924, p.1).

O cinema é representado como degradante para o indivíduo e como uma decepção para os que acompanham o desenvolver da sociedade. É interessante perceber que o autor aponta como males sociais a moda e os bailes, que naquele momento, juntamente com os filmes, eram vistos pela parcela abastada da população como sinônimo de modernidade. No entanto o cinema, acompanhado do teatro, é retratado como o maior perversor, pois era através dele que as pessoas viam exemplos de comportamentos, de vestimentas, entre outros. Sendo assim, do ponto de vista da Igreja, era através dele que as pessoas aprendiam a seguir a moda, a dançar os ritmos modernos e a praticarem "maus comportamentos".

Com esse pensamento, *O Nordeste* buscou chamar atenção dos pais, para que não permitissem que seus filhos frequentassem as salas de exibição, e da administração pública para que tomasse providencias, principalmente realizando a censura do conteúdo das fitas, impedindo assim que os filmes viessem a trazer más influências para seus espectadores.

Esse tipo de discurso foi publicado principalmente entre os anos de 1924 e 1927. Acreditamos que o motivo da predominância do tema nesse espaço de tempo seja porque esse era o período em que as salas de cinema se popularizavam como locais de diversão tidos como modernos. Já que pelo menos os dois cinemas mais luxuosos da cidade, Majestic e Moderno, haviam sido inaugurados há poucos anos, 1917 e 1921 respectivamente.

No trecho seguinte, a folha faz um apelo às mães para que não deixem seus filhos frequentarem o cinema, ao mesmo tempo em que as culpa por permitirem que estes frequentem o local:

Ai de vós, ó mães, que descudaes da educação christã dos vossos filhos!

[...]

E, ao invés de, nessas horas, receberem os filhos os ensinamentos maternos, e, como outrora, balbuciarem, aprendendo, as palavras divinas do Padre Nosso, são, agora, do ambiente mortífero do cinema, testemunhas assíduas dos espetáculos mais horripilantes, das horripilâncias mais abomináveis.

Desgraçadas mães!

Terrível castigo vos espera talvez ainda neste mundo, em que os mesmos filhos serão instrumentos da justiça divina para vos amargurarem os últimos dias.

Um dia haveis de chorar lágrimas de sangue!

Vossos filhos, creados sem Deus, nascidos na descrença, alimentados pelo mundanismo, tonificados pelo vinho inebriante e seductor do vosso exemplo

pevertido, serão os espinhos – muito mais – os cravos lancinantes que lhes irão de crucificar no madeiro aspérrimo de uma velhice.
[...] (VERDADES, 24 de dezembro de 1927, p. 5)

Percebe-se a importância que as mulheres tinham na educação dos filhos e, ao mesmo tempo, a responsabilidade que elas carregavam com isso. Para a Igreja, era papel da mãe ensinar os filhos a agirem de acordo com a moral cristã, a partir do momento que ela adere ao modo de vida tido como moderno, classificado como imoral, e permite que seus filhos que também o façam, ela passa a ser vista como uma das principais culpadas pela desmoralização da sociedade.

Como maneira de tentar persuadi-las, o autor procura amedrontá-las afirmando que elas seriam castigadas por Deus e que os próprios filhos seriam os instrumentos de seu sofrimento. Ele utiliza elementos do próprio imaginário católico, que remetem a ideia de punição, na intenção de causar o temor a quem lê. Podemos identificar, como exemplo disso no texto, a alusão feita à crucificação de Cristo e à justiça divina, ou seja, expressões que tinham um significado forte de sofrimento para os membros da religião.

Notamos, desta forma, que *O Nordeste* utilizou-se de estratégias para coagir os leitores a não frequentarem os cinemas e a impedirem que outros frequentassem e também para convencê-los dos males que eles poderiam causar.

Uma destas estratégias foi a crítica cinematográfica feita dos filmes que seriam exibidos na cidade. Estas traziam descrições ou justificativas para que os leitores não assistissem os filmes considerados indecentes:

O filme que o cinema Moderno anda anunciando com figuras desnudas pelos jornaes e nos seus cartazes não passa de um acervo de indecências mascaradas com o já paulificante nu artístico.

As famílias não devem assistir a baboseiras dessa espécie, que, em cidades onde existe policia de costumes, não são levados para toda gente, mas com nota para cautela dos desprevenidos (O FILME "O Sporte e a Belleza" é indecente, 29 de outubro de 1927, p. 5).

Nesse caso, a crítica foi feita a partir dos cartazes que faziam a publicidade do filme. Os filmes os quais a folha censurava traziam consigo cenas que poderiam escandalizar os espectadores mais conservadores, poderiam influenciar outros a se comportarem de maneira inadequada do ponto de vista dos católicos, ou ainda poderiam tirar o pudor dos mais inocentes. No caso acima citado, o filme continha cenas de nudez. Por esse motivo, *O Nordeste* cumprindo seu papel de "defensor das famílias" aconselhava estas a não assistirem à sua exibição.

Como podemos perceber, havia um trabalho de pesquisa feito pelos responsáveis pelo jornal na intenção de saber quais os filmes que eram divulgados nos outros periódicos da cidade assim como nos cartazes dos cinemas. Ou seja, para que as críticas fossem feitas era necessário que se soubesse quais as produções a serem exibidas e o seu conteúdo, antes que o público pudesse ter acesso às mesmas.

Na crítica acima, o cinema é colocado como algo que deve ser policiado, ou seja, como uma atividade que deve ser controlada, disciplinada. Nesse sentido a polícia dos costumes, citada no texto, não teria a função de extinguir os cinemas, mas sim de controlar as cenas que seriam exibidas e o público ao qual elas seriam destinadas. Ou seja, está claro que o que o autor deseja é a censura dos filmes. Contudo, mesmo com as críticas feitas pelo jornal, e com o cuidado tido com o conteúdo das películas, muitas vezes acontecia o contrário do que a folha pretendia. Ao saber da indecência presente nos filmes, o público ficava curioso e acabava por interessar-se em assisti-lo. É o que podemos observar no seguinte trecho:

Um exemplo, entre muitos, bastará para assegurar-nos a firmeza da asserção. De ultimo, a unica empresa cinematographica de Fortaleza annunciou a exhibição dum *film* que se dizia sensacional: Fascinação; protagonista, Mae Murray. Logo depois, este órgão, procurando fazer as famílias cattolicas de nossa terra um benefício moral, annunciou que a fita era inconveniente para as mesmas, continha passagens indignas duma assistência honesta. Que deveria resultar dahi? Absterem-se os frequentadores dos nossos cinemas de comparecer à focalização do film, contra o qual, na melhor das hypotheses, havia, pelo menos, uma suspeição, arguida por pessoas serias. Que foi, porém, o que se viu? Apesar de haver sido elevado ao duplo os preços das cadeiras, o Moderno encheu-se de [ilegível]. Homens só? Não: senhoras, moças e meninas ali estiveram também, esquecidas da recomendação e aviso oportunos que haviam tido. E, depois disso, ainda há quem diga que a fita é boa, que não viu cousa demais, que a peor do que aquilo já tem assistido. Não duvidamos, um instante, da verdade do asserto: peor do que aquilo, não de levar, constantemente, os cinemas de Fortaleza, que muita gente boa frequenta sem escrúpulo! E é justamente por isso, por assistirem as cousas más, que o gosto de nossa gente se lhes foi affeçoado de tal forma que já lhes não trava o amargo ou acidez das semelhantes, nem lhes dói a consciencia presenciar outras, mesmo um pouco peores. O maior mal está, precisamente, neste embotamento da consciência, que dahi provem. A perversão do cinema deu-se e se dá lentamente, insinuando-se a pouco e pouco nós [ilegível] de todos, que se a principio não reagem, não tarde não se sentem com forças para o fazer, , nem talvez sentem que o deve fazer. Estamos convencidos de que muita gente vae ali de boa fé, embora seja uma bôa fê curiosa essa! O que se impõe é a reacção dos Paes, dos responsáveis contra este estado de cousas. Urge impedir a perversão das [ilegível], ao contacto, ignobil para sua consciência delicada, que scenas de film degradantes e [ilegível] Do contrario, vamos, sem remédio, à derrocada do lar e da sociedade. (A PERVERSÃO do cinema, 9 de setembro de 1924, p.1).

Percebemos que, ao publicar a crítica ao filme, o jornal esperava que a população automaticamente não comparecesse a sua exibição. Todavia, a sua expectativa não foi alcançada, pois mesmo com a recomendação feita, e com a elevação do valor da entrada, o cinema teve sua lotação atingida.

É interessante observar que nem todas as pessoas concordavam com a opinião da folha a respeito das imagens contidas na película. Seu próprio discurso nos mostra exatamente que muitas pessoas os consideravam inofensivo. Como justificativa para isso jornal sugere em seu discurso determinado estado de “dormência” da população. Assim, as pessoas que assistem a esses filmes aparecem como desorientadas e sem força para escolher o caminho considerado certo pela religião, desta forma, restando ao periódico à obrigação de orientá-los. O cinema exerceria um poder sobre o público, fazendo com que ele não conseguisse reagir. Estas pessoas não frequentariam as salas de exibições com más intenções, mas seriam ludibriadas pela sedução dos filmes.

No entanto, se o jornal fazia as recomendações negativas em torno destes filmes e mesmo assim o público continuava assistindo a estas produções, seria porque, provavelmente, estes mesmos cientes optaram pelo acesso ao filme. Assim, a força do discurso do periódico não esbarrava somente na falta de censura das empresas e do afincamento monetário, ele se deparava com a vontade das pessoas em assistirem essas produções, mesmos contrariando as recomendações da folha.

Desta forma, percebemos determinada contradição no argumento da folha a respeito da falta de orientação e da força do público para escolher o caminho direcionado por ela. A população não nos parece tão inerte como o jornal tentou transparecer, inclusive fazendo a escolha de assistir ao filme criticado.

Ao pedir ajuda aos pais para que estes impeçam seus filhos de entrarem em contato com a “perversão” dos cinemas, o jornal acaba deixando transparecer uma consciência da sua incapacidade de impedir o acesso deles às salas de exibição. Na prática, o jornal não poderia fazer nada mais além do que recomendações negativas acerca do seu conteúdo, dessa forma, seu poder de censura estaria reduzido ao discurso manifestado em suas páginas. Assim, o articulista acaba apelando aos pais, que seriam os que, de fato, poderiam impedir o acesso dos filhos às salas de cinema, para que agissem em favor da moral católica, a qual, na visão da Igreja, era ameaçada pelas práticas exibidas nas telas. O autor, então, procura convencê-los de que o cumprimento das suas orientações seria o remédio para a não derrocada do lar e da sociedade.

Além do que foi observado, este texto traz outros aspectos do cinema da época. Nesse período, mudanças ocorreram na produção dos filmes, visando atrair um maior público. Os filmes passam a ser mais longos e com melhores narrativas. Além disso, passaram a dar um maior destaque aos protagonistas, fazendo com que o público simpatizasse com as "estrelas de cinema" (M. SILVA, 2007). Na citação acima, por exemplo, é mencionada a protagonista Mae Murray. Este sistema se consolidou com o domínio norte-americano na indústria cinematográfica, juntamente com sua ascensão como potência econômica após a I Guerra Mundial. Nesse período o cinema Europeu teria entrado em decadência, devido à redução do seu mercado externo isso teria possibilitado a ascensão do cinema norte americano (Ibid.).

Outro ponto citado é a presença de mulheres nas sessões, fato que causou o espanto do autor. Segundo Marcio da Silva (Ibid.), de fato, nesse período aumentou significativamente a presença de mulheres nos cinemas do mundo todo. Isso porque, com as modificações nas práticas cinematográficas, elas passaram a ser um dos públicos alvo das produções, sendo algumas destas voltadas especificamente para elas. Isso teria feito também com que estas fossem muito influenciadas pelo modo de viver das personagens dos filmes e buscassem imita-las.

O cinema teria modificado os comportamentos das mulheres, acostumadas a sair apenas para as missas, procissões, novenas, etc., agora passam a frequentar locais de diversão, como o cinema, o teatro e os bailes e passam a buscar vestir-se de acordo com a moda, acompanhando-a no corte do cabelo, na maquiagem e na maneira de agir (D. SILVA, 2004).

Rodrigues *et al* (1988, p. 200) afirmam que, naquele período, "do cinema retiravam as donzelas os novos modos de viver, dele importavam frequentemente as modas, desde o vestido ao penteado, mas também as mais modernas formas de amar e os novos tipos ideais de beijar". Exatamente por esse motivo as mulheres eram também um dos maiores alvos de crítica nas páginas do *O Nordeste*, já que do ponto de vista dos católicos, ela deveria ser recatada, cumprir seu papel de mãe e esposa e evitar outras atividades que não condissessem com a imagem de pureza que ela deveria passar. Caso ela não cumprisse essas atribuições, toda a família se prejudicaria moralmente, pois ela era a responsável pela educação dos filhos e deveria manter os princípios morais da família.

Outro público que gerou uma grande preocupação por parte da Igreja foram as crianças e os jovens. Por ser um grupo cuja personalidade ainda estaria em formação e, por isso poderia se influenciado com uma maior facilidade.

O Fiscal do Supremo Tribunal de Madrid insinuou a deplorável influência que na criminalidade juvenil exercem os espetáculos cinematográficos.

Não há muito que tentou se suicidar uma jovem argentina em Buenos Ayres. Causas ou pretextos? Declarou a polícia que estava no cinema em a noite anterior e assistira a um drama em que suicidara uma jovem de sua idade por causas idênticas, isto é: contrariados.

Na Suíça proíbe-se a entrada, no cinema, a menores de 16 anos. Henry Reverdy num livro interessantíssimo, diz desasombradamente que o cinematographo ameaça tornar-se, do ponto de vista moral, o que é a taverna do ponto de vista physico.

É uma estatística oficial, concernente a 1917, reza-se assim:

Na cidade de Berna, Suíça, frequentaram o cinema no correr do ano, cerca de 2750 meninos e jovens dos cursos médicos e superiores. Que viram eles no cinema? Uma estatística, feita com toda a paciência, deu o seguinte resultado: 1650 e quadros de geographia, 1353 de indústria e technica, 1914 scenas de brigas, 1286 disputas entre marido e mulher, 1350 scenas de embriaguez, 367 de abandono de creanças, 1160 de roubo de creanças, 163 de venda de creanças, 1120 adulterios, 1224 assassinios, 625 envenenamentos, 447 estrangulamentos, 407 afogamentos, 203 torturas, 23 mortes de queimados, 8 de enterrados vivos, 4 de esmurrados, 1645 assaltos, 1179 roubos, 1171 incendios com assassinios, 765 suicidios, 1125 romances de detectives.

Já os leitores devem ter compreendido, pois, o motivo por que volto a este assumpto e a estranheza que me causou a nossa censura cinematográfica oficial referente a 1925: foram censuradas 1274 pelliculas, com uma extensão total de 1.542.691 metros, sendo julgadas improprias para creanças apenas 13 pelliculas. Ora, eu não tenho a menor dúvida em affirmar que o sensor ou não soube ou não quis ver prejuízos em certas fitas, em quase todas ellas, pois não é possível admitir-se, em plena consciencia que, de 1274 pelliculas, dessas pelliculas que vem ao nosso mercado, APENAS 13 sejam improprias para creanças.

Depois, há que considerar as influencias indirectas do cinema, M. Boccacio eminente magistrado de Grenoble, escreve algures:

Entre as causas da recrudescência da criminalidade juvenil, é preciso colocar a leitura dos romances malsãos, os quadros e figuras criminaes e sobretudo os films cinematográficos, que dão as façanhas dos malleitores um logar preponderante, e mostram como se mata e como se rouba.

E o mesmo magistrado:

Há semanas comparecia ao tribunal de crianças de Grenoble um rapaz subtraia por artes complicadas uma importante somma. Interroga acerca das condições que commetera o roubo, respondeu: “Tive aquella idéa, vendo uma scena de cinematographo”.

A pornographia, por uma lado, a *panourgographia* (ou espetáculo da astucia, segundo a designação dos moralistas), por outro eis os perigos do cinema, em cuja destruição estão interessados os paes de família e os próprios empresarios dessas casas de espetáculo (AZEVEDO, 6 de março de 1926, p. 1)

A moça citada teria cometido o suicídio por razão semelhante àquela representada no filme. Ao citar o ocorrido, busca-se convencer de que os filmes induziriam seus espectadores, principalmente os jovens, a praticarem atos que não praticariam se não tivessem visto os exemplos no cinema. Dessa forma, ele é retratado como uma inspiração para que alguns comportamentos, vistos pela Igreja de maneira negativa, fossem praticados pelos seus espectadores.

Ainda na citação, notamos que o exemplo da censura suíça é dado na intenção de que se faça a comparação com a censura local, já que naquele país teria sido muito maior. O autor os cita dados estatísticos, também, para dar fundamentação à sua opinião. Os

responsáveis pela pesquisa teriam classificado as cenas dos filmes de acordo com o seu conteúdo, e contabilizado a quantidade de cenas impróprias presentes nos filmes, gerando um bom argumento a favor da censura para menores de 16 anos que, na opinião do autor, deveria ser adotada no Brasil.

O artigo tenta comprovar por meios científicos a ideia de que os filmes exerciam um poder de sedução e de persuasão nos jovens. Dessa maneira esperava-se que seu argumento tivesse uma maior credibilidade, que a opinião da Igreja fosse legitimada e ainda que um número maior de leitores concordasse com ela.

Segundo Francisco Gildemberg de Lima (2011) nesse período os debates médicos discutiam, além das condições de segurança e salubridade do ambiente das salas de cinema, a influência das narrativas cinematográficas para o comportamento das pessoas, chegando-se a debater também como estas poderiam causar danos psíquicos ao público. Segundo os médicos, os filmes teriam uma "ação sugestionadora", que inspiraria o modo de agir das pessoas e influenciaria, principalmente, na formação da personalidade das crianças. Isso poderia ser um problema, caso elas não tivessem supervisão dos pais. As películas de crimes e violência eram as mais apontadas como maus exemplos para os espectadores, especialmente para o público infantil. Sobre essa ideia de que o cinema exerceria um poder na formação da criança, retiramos o seguinte exemplo do *O Nordeste*:

Recebemos a grave denúncia de que, na praça Marquês do Herval, a um pequeno cinema para crianças, onde se exibem fitas immoraes a ponto de ser vedado o ingresso de meninas, ali. Há, porem, grande affluencia de meninos, que, assim, se vão pervertendo na escola de depravação moral. Chamamos attenção da policia para essa denuncia (CINEMA imoral, 30 de julho de 1924, p. 2).

O discurso demonstra uma preocupação de coibir os filmes e as cenas inadequadas aos preceitos religiosos desde a mais tenra idade, já que por estarem com personalidade ainda em formação, as crianças poderiam ser mais influenciadas pelas cenas imorais. Do mesmo modo que, se o acesso das crianças a este tipo de produção fosse negado, a possibilidade de um adulto distante dos costumes exibidos naqueles filmes pareceria maior.

Através desta denuncia percebemos novamente a distância existente entre o recomendado pelo jornal e o que ocorria. Mesmo o periódico tentando cumprir a função de baluarte da moral católica, ele não tem poder prático para impedir o acesso das crianças a essas fitas, desta maneira tendo que solicitar a ajuda da polícia para coibir o acontecido.

Outro aspecto que podemos perceber neste texto é a existência de cinemas de padrões diferenciados daqueles destinados às camadas de melhor poder aquisitivo. O Cine Moderno e o Majestic estavam instalados em prédios grandes e luxuosos, porém, como já foi citado, existiam outros cinemas mais acessíveis às camadas populares. Estes eram instalados em locais afastados e improvisados. Tendo visto que o autor da denúncia assinala que o cinema para crianças era uma pequena instalação, acreditamos na probabilidade deste ser seu caso.

No trecho seguinte, trata-se também do mau exemplo dos filmes para meninos, nesse caso, porém, o curioso é que se trata de meninos de rua:

Diante de um desses enormes cartazes de cinema espalhafatosos, e em letras berrantes, que enchem a nossa Praça do Ferreira, dois pequenos discutiam, com calor. Estávamos e ouvimos:

- Oie, ocê tá vendo? É o Tom Miche. Isso é uma fita do papouco!

- Qual Tom Miche. Esse é o William Farnum. Não ta vendo os revolvers! Oie como ele tá com os laço armado.

- Ocê vae, hoje, a serie, no Majestic?

- Vou. Eu não falto.

- Hoje, é que vae se saber quem é o homem das mascaras. Ocê viu como ele abriu aquella porta e furou o cofre?

- Aquilo é fácil de fazer – retrucou o outro, num com gabo de sua própria astucia. O diabo é que aparece sempre, nestas ocasião, a políça pra atrapaiá...

Neste ponto do diálogo, aproximou-se outro garoto de rua, de feições inteligentes. A conversa animou-se mais. Cada qual fazia a apologia apaixonada do seu actor predileto. De preferencia, discutiam fitas policiaes: os enredos, os assaltos dos gatunos, os bandidos do Far West, a policia em perseguição dos criminosos.

Um bonde passava rodando vertiginosamente. Os garotos viram-se. Atrás, corria também, em disparada, um auto... (A FASCINAÇÃO do cinema, 12 de junho de 1924, p.1).

O primeiro aspecto que podemos observar nesta publicação, mas que esteve presente em outras, é que *O Nordeste* criticava até os cartazes que faziam a publicidade dos filmes que seriam exibidos. Isso acontecia porque se buscava chamar a atenção do público logo nestes cartazes, a fim de atraí-lo para as salas de exibição. Confeccionavam-se cartazes espalhafatosos, chegando ao ponto até de estampar imagens de mulheres despidas, como no caso do filme "Sport e Belleza" sobre o qual *O Nordeste* fez uma reclamação no dia 29 de outubro de 1927.

É interessante atentar também para uma das características do cinema americano, já citada por nós anteriormente, que é o destaque dado para as "estrelas". O garoto julga a qualidade do filme pelo seu protagonista, ou seja, é dada uma maior atenção ao ator que ao enredo do filme. Isso também pode ser notado quando os garotos fazem apologia aos seus atores preferidos durante a conversa.

Outro ponto que chamou nossa atenção foi o fato de meninos de rua frequentarem o Cine-Theatro Majestic Palace, que era um cinema direcionado para as camadas abastadas. Marcio Inácio da Silva (2007) afirma que existia uma sessão "geral", com preço mais acessível que o comum, destinada para as camadas populares. Talvez estes meninos de rua tenham frequentado esta sessão.

Contudo, devemos pensar, também, na possibilidade deste diálogo ter sido inventado/construído pelo repórter que escreveu a matéria. Mesmo com a existência da sessão geral, é estranho que meninos de rua tivessem condições financeiras de frequentar o cinema com a facilidade e a frequência que o texto demonstra. É interessante notar também a linguagem dos garotos, que demonstra, ou procura demonstrar, sua falta de instrução e um linguajar rural, típico e marcante, principalmente nas expressões coloquiais e na pronúncia das palavras, fazendo-nos desconfiar que pudesse ser intenção do autor criar um estereótipo sobre a maneira de falar destas crianças. No entanto, ao mesmo tempo em que elas falam desta forma, parecem conhecer atores e atrizes norte-americanos e sabem pronunciar corretamente os seus nomes.

Deste modo, devemos nos questionar a respeito do paradoxo existente, pois, ao mesmo tempo em que estes garotos têm sua fala “ruralizada”, com palavras pronunciadas de maneira incorreta para os costumes dos habitantes da cidade, os mesmos pronunciam os nomes em inglês com a facilidade de alguém que já está imerso no “mundo” cinematográfico estadunidense há um tempo demasiado amplo. Tais fatos fazem-nos suspeitar da veracidade da conversa.

No entanto, independente disto, é importante pensarmos na intenção que o repórter teve ao publicar a matéria. Seu intuito era convencer o leitor, através de um exemplo supostamente real, que o cinema causava uma fascinação nos menores, inspirando-os a praticarem maus comportamentos ou mesmo crimes, já que o garoto fala do seu ator preferido com admiração, por ele usar um revólver e fazer um assalto, e o outro garoto ainda insinua que faz a mesma coisa que o personagem no filme.

O seguinte texto traz a mesma opinião de que o cinema tem um forte poder de influência:

Não se faz preciso que eu venha aqui comprovar a função eminente educativa do cinema e do teatro na formação no caráter do povo e sobretudo da infância, por ser a mesma universalmente conhecida.

[...] Assim sendo, podemos qualificar essas diversões de armas poderosas e hábeis, que devem ser empregadas a todo transe da propagação da moral e dos bons costumes, em contraposição a onda volumosa do erro e da immoralidade, que

campeia desassombradamente em todas as camadas sociaes, muitas vezes propagadas por essas mesmas armas manejadas por empresas inescrupulosas que só tem em mira o vil metal e nada mais.

Na mentalidade infantil, tudo é impressão. Por isso é que os responsáveis pela educação das creanças devem fazer com o máximo cuidado a seleção das casas de diversões que os seus filhos devem frequentar, pois é inegável que uma creança que se habitua a assistir aos cinemas e aos theatros livres, que exibem scenas do mais detestável realismo, aventuras romanescas, lutas de bandidos, roubos e desonestidades, forçosamente, mais hoje ou amanhã, procurará assimilar aquellas ideias, e com a maior facilidade, encarnará mais tarde no meio social, a personagem do filme ou da scena dramática.

Essa obrigação não deve, alias, restringir-se somente aos paes de família, mas também aos governos, que não só deviam vedar, por meio de leis, o ingresso de menores a essas diversões, como também adoptar nas escolas públicas, a representação de scenas educativas e de films moraes e instructivos como vem adoptando a beneméríta Escola Pio X com a focalização de quadros luminosos de edificante feição educativa.

A educação, diz eminente membro da Academia de Letras, acompanha o homem para le rasar o caráter na matriz das suas convecções, do berço ao túmulo, alerta como sempre estão nossos instintos naturaes para se evadir das formas artificiaes em que ellas se moldam.

[...] E não é só na mentalidade da creança que a arte scenica se manifesta como auxiliar da educação; também nos adultos o efeito das suas impressões é de uma persuasão admiravel. O que de boa mente ninguém ousará contestar, como é também a scena muda.

Assim, pois, está na nossa consciência de catholicos, prestigiarmos, sem vacilações os elementos que em nossa terra manejam essa arma, em prol da moral e dos bons costumes, sabe Deus com que sacrificio. (O CINEMA e o theatro, 23 de julho de 1927, p. 8).

A partir do entendimento de que ao verem cenas consideradas impróprias, como as de crimes e violência, por exemplo, as crianças poderiam assimilá-las e se habituarem a praticar os mesmos atos, o periódico defende a ideia de que a seria dever da prefeitura censurar os filmes para essa faixa etária, assim como dos pais de proibir seus filhos de assistirem a tais cenas.

No entanto, a folha também defende que o dever de coibir e dificultar o acesso dos jovens a essas produções não é apenas dos pais, essa é uma obrigação conjunta entre família, estado e igreja, assim reforçando a necessidade de um laço harmonioso e sólido entre estes três segmentos, no intuito de manter distante a perversão trazida pelo cinema. As ações dos pais e do Governo deveriam seguir os exemplos tomados por segmentos religiosos que aqui aparecem como os mais preocupados com a situação.

É interessante notarmos como o cinema era difundido na cidade. O autor aponta que ir aos cinemas e teatros era um hábito praticado pela maioria da população, e não somente por pessoas de maior poder aquisitivo.

Os filmes eram taxados negativamente por exibirem um “detestável realismo”, que acabaria pervertendo os que assistiam. Desta maneira, a crítica circundava o fato das produções reproduzirem na tela atitudes características e comportamentos humanos que já

eram considerados inadequados e que normalmente passariam despercebidos no cotidiano, o que nos filmes não ocorreria por conta do direcionamento dado, da concentração e das proporções atingidas.

É importante perceber ainda que o cinema é visto como um mal, mas que, porém, pode ser convertido em um bem. Da mesma maneira que poderia ensinar o crime, poderia educar moralmente. Ou seja, é reconhecida a função educativa do cinema. Deste modo, essa tecnologia não deveria ser extinta, mas sim utilizada para ensinar bons costumes. Esta ideia esteve presente em alguns dos textos sobre o tema, publicados pelo jornal no período aqui estudado.

Gildemberg de Lima (2012) afirma que este pensamento do Clero era similar ao da Escola Nova. A partir da década de 1920 os educadores teriam proposto novas metodologias de ensino. Estes haviam percebido que a educação poderia vir não somente da sala de aula, mas através de outros meios, como o cinema, por exemplo. Desta forma eles propuseram uma educação a partir da experiência dos alunos. Ao defender que os filmes também poderiam ser utilizados na formação das crianças.

Também era um pensamento da pedagogia a ideia de que a criança era mais vulnerável devido à sua imaturidade e que por isso poderia ser mais influenciada por imagens de violência, crimes, etc. Esta poderia imitar as cenas que assistia. A preocupação, porém era com as cenas. Assim como se defendia nas páginas do *O Nordeste*, os educadores acreditavam que as cenas exibidas poderiam contribuir de maneira positiva na educação da criança. Isso dependeria de uma seleção do que deveria ser exibido (Ibid.).

No entanto, essa compreensão a respeito do poder da imagem por parte da Igreja teria nascido bem antes do período por nós estudado. BURKE (2010) defende que antes mesmo da Reforma a Instituição já haveria percebido a importância da imagem como meio de transmissão de valores, passando a investir nelas como instrumento de educação.

Desta forma, sabendo do poder de influência da imagem é que o jornal passa a fazer publicidades e críticas a respeito dos filmes católicos que seriam exibidos nos cinemas, como foi o caso do filme “A Irmã Branca”, do qual além de publicar um anúncio que ocupou meia página, o periódico ainda publicou um crítica a favor do filme:

[...] O *lei-motiv* de <<irmã branca>> é de alta attacção, prendendo o espectador durante todo o seu desenrolar, cheio de peripécias no mundo e outra no claustro de um convento, assistindo-se a toda uma bella cerimônia de votos de uma jovem que se entrega à vida religiosa.
Os scenarios são ricos e artísticos. Os atores tiram os seus papeis com muita alma, com muita emotividade.

Como se vê descripto acima, trata-se de um esplendido filme, como há muito não temos no Ceará (UMA ÓPTIMA fita cinematográfica. “A irmã Branca” ou “a serva de Deus”, 13 de janeiro de 1926).

Notamos que ao elaborar esta crítica o autor buscou fazer a publicidade do filme de maneira que fosse dada ênfase ao seu valor artístico, para além do seu valor moral. Ao descrevê-lo com paixão, elogiando sua produção e seus atores, atentando para aspectos técnicos e não para sua temática religiosa, buscou-se, provavelmente, equipará-lo, no quesito qualidade, a outras produções cinematográficas da época, tornando-a mais atrativa para o público.

Notamos aí o intuito dos redatores de se utilizar do cinema para a educação religiosa da população, mostrando a vida da protagonista como um belo exemplo a ser seguido pelos cidadãos.

Com o mesmo pensamento de utilizar o cinema de uma forma considerada adequada pela Igreja e de impedir que o público assistisse cenas consideradas negativas, foram criados os cinemas católicos.

De acordo com Lima (2011), preocupados com a má influência do cinema para a população, os grupos católicos ligados à Igreja criaram os cinemas católicos, que deveriam ser diferentes dos demais, controlando os grupos de espectadores por sexo, com homens de um lado e mulheres de outro, e exibindo somente filmes considerados adequados para estes.

O autor destaca dois cinemas fundados com esse intuito: O cine São José, criado entre 1916 e 1917 e organizado pelo Círculo de Operários Trabalhadores São José. Este separava o público por sexo e impedia a entrada de menores de 16 anos para a exibição de alguns filmes considerados impróprios para a idade, como, por exemplo, os que continham cenas de beijos entre casais, visto que poderiam influenciar os jovens a fazerem o mesmo.

Já o Cine Pio X foi criado em 1923 e era organizado pelos monges da ordem dos capuchinos lombardos. Tinha uma maneira característica de censurar algumas cenas: o monge colocava um pano na frente do projetor quando aparecia uma imagem considerada inadequada. Havia também o controle dos corpos dos espectadores. Quando um casal começava a namorar, uma luz era acesa em sua direção, fazendo com que os presentes os vissem e, por sentirem-se constrangidos, parassem o que estavam fazendo.

Sendo assim, os cinemas católicos exibiam filmes que continham cenas consideradas pela Igreja como indecentes para a juventude, porém se utilizavam de alguns meios de impedir que ela tivesse acesso a estas cenas. A exibição de filmes tidos como inconvenientes por parte da Igreja pode ser vista como uma forma de controle da instituição

em relação ao público, já que ao apresenta-los em sua sala, com o cuidado de filtrar as cenas tidas como imorais, estar-se-ia evitando que estas pessoas os assistissem nos cinemas comerciais sem nenhum tipo de censura ou controle.

Marcio Inácio da Silva (2007) aponta outro cinema católico com práticas semelhantes ao Pio X: O Cine Paroquial, também vinculado à Igreja. Este era conhecido como Cine Mão, devido à maneira com a qual fazia a censura das cenas impróprias. Padre Luiz era o responsável por ficar na cabine e por colocar a mão na frente do foco toda vez que aparecia uma cena de beijo.

No entanto, apesar da existência de cinemas católicos, havia os cinemas comerciais, que preocupavam bastante a Igreja, já que não havia muito controle em relação às cenas que seriam exibidas e nem em relação à idade dos frequentadores. Por esse motivo, uma característica muito presente dos discursos do *O Nordeste* foi argumentar a favor da censura e cobrar das autoridades públicas que tomassem providências em relação ao assunto. Isso pode ser observado na seguinte fonte:

A Câmara Municipal de Fortaleza votou, em 1921, a lei nº 55, que determina a criação da censura dos cinemas e theatros, por parte da prefeitura municipal. Por essa lei foram criados três logares de sensores das referidas casas de diversões, estabelecendo a mesma que os nomeados não teriam direito á percepção de vencimentos, para evitar que o interesse do lucro a escolha de cidadãos menos dignos.

Entre outras disposições estabelece a lei n. 55, citada.

Art 2º - Aos censores cabe a rigorosa fiscalização para a não exibição de fitas ou peças theatraes quede qualquer maneira ofendam ou firam a moralidade pública.

Art 3º - A fita ou peça teatral condenada pela maioria dos censores, não poderá ser exibida, sendo dada sciencia imediata da condenação a companhia ou empresa exhibidora, á qual será cassada a licença para funcionar si desobedecer a intimação.

Essa excelentes determinações da lei municipal não foram, porém, até agora, postas em execução pelo chefe do executivo municipal.

A prefeitura, até hoje, não ligou importância as atribuições tão salutaes que, nesse sentido foram commetidas pela Câmara Municipal.

É por isso que as empresas de cinema, sem freios, sem limitação nenhuma de moral, exibem com absoluto descrítério, todas as fitas que entemdem mesmo as que mais pervertem o caracter do individuo e as que offendem o decoro e a moralidade das famílias, o que, alias, é mais comum.

Onde a censura official, que em toda parte se pratica?

Porque não executa o prefeito a lei votada a qual nem mesmo acarreta a menor despesa aos cofres municipaes ?

No Ceará há um absoluto desprezo por essas questões de moralidade pública, que correm a revelia das autoridades, bem ou mal, nisto de cinemas, conforme a maior ou menos consciência dos empresários.

Mas é preciso uma reação contra esse desprezo dos poderes públicos pela educação moral do povo, desprezo cujas más consequencias vão influir principalmente sobre a formação moral das creanças.

De fato, que é de se esperar de meninos cuja educação se faz, sem refreios, na escola viva da depravação, do vício e do crime, pela assistência a fitas de todas as ordens?

Não é somente a questão, nem tão desprezível que mereça o pouco caso do executivo municipal.

Este, visto que, está excellentemente aparelhado para o combate ao mau cinema, deve inicialo quanto antes, pelo estabelecimento da censura previa sobre as fitas a exhibir.

A sua acção deve começar por ahi pela escolha conscienciosa dos censores, pois não faltarão pessoas de critério que mesmo sem interesse pecuniário, faram dedicadamente, a censura dos filmes (A CESURA nos cinemas, 12 de janeiro de 1923, p.1).

A lei citada aponta para a existência da ideia de que determinados filmes deveriam ser proibidos de serem exibidos para o público em geral por conterem imagens que atentariam contra seu pudor. No entanto não se cita uma censura específica para jovens ou crianças, ou seja, durante a elaboração da lei não se pensou na classificação de um filme de acordo com sua adequação para cada idade. Sendo assim, não haveria distinção entre as cenas exibidas para os adultos e para as crianças, desde que fossem aceitas pelos censores.

Outro ponto que podemos observar, ainda sobre o caráter da lei, é que ela não definia com clareza o que devia ser censurado, já que somente afirmava que deveria ser proibido o filme que ofendesse a moralidade pública. Desse modo, o entendimento sobre quais imagens seriam impróprias era algo subjetivo. Nesse sentido a lei abriria espaço para diversas interpretações individuais, ficando para os censores a função de definir por conta própria quais cenas seriam restringidas.

Como a fonte nos mostra, a censura nos cinemas já era lei desde 1921, dois anos antes da publicação do artigo. Porém ela não havia sido colocada em prática e os cinemas continuavam a não censurarem suas exhibições. O autor reclama do descaso da prefeitura com as questões morais e defende que a censura seja feita para que males fossem evitados, principalmente para as crianças. Exatamente por conta deste descaso, o qual *O Nordeste* julgava estar acontecendo, foi que a folha publicou vários textos nos quais se argumentava sobre os males que o cinema poderia causar principalmente para os menores e para as mulheres e em seguida cobrou que os poderes públicos se responsabilizassem por censurar as exhibições, já que os donos dos cines não atendiam seu pedido.

Percebemos que o cinema, como ameaça à moral católica, foi fortemente combatido nas páginas do *O Nordeste*, nas quais buscou-se convencer os leitores de que as cenas exibidas nos filmes poderiam influenciar no modo de agir dos espectadores. Apoiando-se nos discursos médicos e pedagógicos, buscou-se convencer de que o cinema causaria males morais e mentais principalmente nas mulheres e nas crianças e, com base nessa ideia, buscou-se impedir que esse público tivesse acesso às salas de exhibição ou a determinados conteúdos das películas. Ainda com base nos discursos pedagógicos, procurou-se reverter a situação,

utilizando-se das narrativas cinematográficas como forma de proporcionar uma diversão saudável e educativa, convertendo, desta forma, o mal em um bem.

Assim, para defender os “bons costumes”, tendo como fundamento a moral católica, *O Nordeste* buscou interferir nas maneiras de se divertir da população. Sua meta, no entanto, não era extinguir os cinemas, e sim censurar as cenas que seriam exibidas, assim como controlar o público. O que, na realidade, se pretendia era combater os novos modos de viver, muitas vezes tidos pelo público como sinônimo de modernidade, e as chamadas “más influências”, as quais poderiam ser assimiladas através dos filmes, já que os comportamentos praticados pelos personagens não condiziam com o comportamento desejado pela Igreja para os seus fiéis.

Assim, *O Nordeste* buscou influenciar a opinião pública na intenção de que a população se convencesse de que alguns filmes seriam más influências, principalmente para as crianças e para as mulheres.

Para estas, o cinema seria um influenciador de comportamentos considerados pela igreja como imorais. Entre estes podemos citar a moda, vestida pelas atrizes de cinema, tida pelo público como uma característica da mulher considerada moderna no período. Esse será o tema abordado no próximo tópico.

4.2 MODA: “UM CRIME CONTRA A FAMÍLIA E A SOCIEDADE”

Tens segredos revelados
Pela escassez dos vestidos
Fazem que os teus namorados
Não permaneçam iludidos

O poema supracitado foi publicado no *O Nordeste* em 26 de dezembro de 1924. O autor aponta um aspecto da moda dos anos 20 que foi bastante criticado pelos mais conservadores: a “nudez” dos vestidos. Nesse período as mulheres, principalmente as das camadas de melhor poder aquisitivo, foram alvos de censuras, nas páginas da gazeta, por terem aderido à moda proveniente de Paris, que tinha como suas principais características as saias curtas, os decotes e a ausência de mangas, deixando as pernas, os braços e o colo à mostra. *O Nordeste*, como representante da moral católica, atuou vigorosamente no combate ao uso desse tipo de vestimenta, assim como à adesão às demais novidades que fariam parte do estilo de vida da mulher tida como moderna naquele momento. Pretendemos, aqui, discutir

os discursos publicados neste periódico sobre o tema e, conseqüentemente, sua atuação no combate à moda e como defensor do recato feminino.

Como já falamos anteriormente, a cidade de Fortaleza, desde a segunda metade do século XIX, experimentara um crescimento econômico provocado pela exportação do algodão cearense, que possibilitou também um maior intercâmbio com outros centros urbanos, o aumento das importações e o desenvolvimento do comércio. Isso resultou ainda no surgimento de um setor economicamente preponderante, composto principalmente por comerciantes e profissionais liberais. Aumentaram também os espaços de sociabilidade frequentados por esse grupo emergente, como as praças, cinemas, clubes, teatro, etc.

O aumento dessas relações dos fortalezenses com pessoas de outras cidades do país e também do exterior possibilitou a influência de outras culturas, principalmente a europeia, nos hábitos das camadas abastadas de Fortaleza. Estas almejavam a absorção dos costumes europeus, tidos como civilizados, que representariam também, para elas, a chegada da modernidade.

A moda francesa, tida como parte do modo de vida civilizado, e símbolo de modernidade, teria a adesão desses grupos. De acordo com Diocleciana da Silva (2004, p. 152), a adesão dessas pessoas seria uma maneira de se distinguirem socialmente de outras camadas sociais:

Mais que uma mudança de comportamento e dos valores da sociedade, a associação entre comércio e moda tinha como intenção principal consolidar o projeto de modernização da cidade. Em Fortaleza, a relação entre o consumo e as atitudes modernas era utilizada como forma de distinção social [...]

Portanto, a moda serviu como tentativa de diferenciação cultural desses grupos, principalmente das mulheres, que, em busca de reconhecimento e de autoafirmação como classe dominante, seguiriam as tendências dos grandes centros urbanos nacionais e internacionais, especialmente de Paris.

A autora assinala que, se no século XIX o público alvo da moda eram os homens, no século XX, ela passa a ser destinada às mulheres, tendo como principal característica as indumentárias sensuais e ousadas. A década de 1920 se destacaria por representar, através da moda, uma proposta de releitura da imagem feminina. Seriam características da “mulher moderna” a sensualidade, a ousadia, a beleza, a vaidade e o consumismo. De acordo com Chrislene Carvalho Santos (2013, p. 101), “transformar-se em uma bela mulher no início do século XX era fazer parte de uma cidade moderna, urbana, inserida no progresso”.

Essas atribuições, no entanto, não condiziam com o ideal de mulher defendido pelos católicos. Para estes, a mulher deveria ser dedicada ao lar e à educação dos filhos, ser submissa ao marido, ser recatada, vestir-se discretamente e ter decoro na maneira de se comportar. Mario Martins Viana Júnior (2009, p. 84), aponta que:

Se por um lado havia um grupo (ou grupos) que se alicerçava no desenvolvimento material e apontava para transformações de hábitos e costumes, por outro, os setores mais conservadores estavam atentos às mudanças, observando de perto o comportamento que se tentava conferir aos sujeitos e, principalmente, às mulheres.

Sendo assim, *O Nordeste* teria a função de representar esses setores conservadores da sociedade fortalezense, combatendo a moda através de seus discursos, aconselhando as mulheres a não aderirem a ela, incentivando os maridos a impedirem que suas esposas se vestissem de acordo com essas tendências, e aos pais a proibirem suas filhas de se vestirem com as roupas da moda.

[...] Notei uma preocupação quase unanime contra a moda, com os seus decotes atrevidos, com as suas saias curtas e com os seus braços nus; todos censuravam com desassombro os exageros da mulher brasileira na aceitação das modas que *suspeitos meios estrangeiros* nos impõem com grande facilidade e com estrondosa profusão.

Vi que todos arremetiam contra a vaidade e a teimosia das mulheres.

[..] Soubessem se impor os paes de família, os maridos e os irmãos mais velhos, não consentiriam que as suas filhas, as suas esposas e as suas irmãs se expusessem ao ridículo dos trajes inconvenientes e indignos de pessoas que se presam, trajes que envergonham aos homens sérios na mesma proporção que excitam a curiosidade das almas vis e mal educadas.

A mulher, com os pedidos insistentes e justíssimos dos seus paes, dos seus esposos e dos seus irmãos, acabaria por cobrir a repugnante desnudez que a moda translucada favorece[...](QUEM é mais culpado?, 25 out. 1922,p. 1)

O autor do texto relata uma reunião de “elementos distintos da sociedade carioca” em que o assunto mais discutido por estes foi o dos bons costumes, e da moda principalmente. Nesta reunião, os participantes se manifestaram contra ela e indicaram planos de reforma social. O articulista, então, deixa clara a sua opinião a respeito do tema: a moda é inadequada para as pessoas que presam por si mesmas e que se os pais, maridos e irmãos mais velhos deveriam impedir que as mulheres a seguissem. A sensualidade feminina é colocada como algo ruim, que envergonha. Podemos perceber também, subentendida, a ideia de que a mulher seria submissa ao homem, como se ela não tivesse o direito de seguir sua própria vontade. O homem é colocado como o maior culpado dos excessos da moda, pois sendo a mulher submissa a ele, ela teria aderido à moda porque ele a permitiu. Há subentendida também uma crítica aos homens que apreciavam as mulheres que se vestiam com as roupas da

moda. O homem educado, de acordo com o texto, não poderia admirar uma mulher com tais trajes. Arriscamos supor que devido a esse tipo de discurso até mesmo alguns homens reprimiriam sua admiração pela moda feminina.

De fato, como já citamos, a moda dos anos 20 representaria o oposto do que os mais conservadores esperariam de uma mulher.

Figura 3 – Passeio de amigas no passeio público em 1926



Fonte: PONTE, 2001, p.173.

Percebemos através da imagem que os vestidos da moda tinham como características as saias curtas, a ausência de mangas, a falta de marcação na cintura e alguns tinham decotes. Para a época, esse tipo de traje poderia ser visto pelos religiosos como ousado, indecente e até mesmo “imoral”. Como a imagem nos demonstra, além desse tipo de vestido, existiam outros elementos que compunham o visual feminino da década de 1920, tais como o cabelo *à la garçon*, que é caracterizado pelo corte curto, como o dos homens, por

isso o termo em francês, que significa menina moleque; e o uso das meias de seda e de variados acessórios como chapéis, colares, sombrinhas e bolsas.

Como uma referência de modernidade, o consumo desses produtos seria incentivado por revistas e jornais e representado como algo que diferenciaria seus usuários, ao mesmo tempo em que figuraria como característico da classe dominante. Segundo Silva (2004), estes meios de comunicação teriam um papel fundamental na consolidação do discurso sobre a modernidade na cidade, representada pela moda. Estes seriam os principais responsáveis pela divulgação de comportamentos, modelos, produtos de beleza, etc.

Analice Camara Carvalho (2012) analisa o Jornal *O Povo* no período de sua fundação (1928) e aponta exatamente para essa função do jornal de publicitar os artigos da moda. A autora cita a existência de publicidades de casas de tecido, que anunciavam a venda principalmente da seda, do brim, do algodão, do linho, das casimiras e dos cetins; de modistas; costureiras; e também lojas de artefatos masculinos e de peças como chapéus, lenços, sombrinhas, meias de seda, e bolsas. Porém a quantidade de anúncios de produtos masculinos era bem menor que a de femininos, e as principais anunciantes de moda eram as casas de tecido, que os vendiam para as senhoras e estas os levavam para a costureira, muitas vezes buscando imitar os modelos europeus. Deste modo, segundo a autora, a moda estrangeira teria exercido uma influência muito maior sobre as mulheres que sobre os homens (Ibid.).

Carvalho (Ibid.) nota a existência de uma preocupação com a maneira de vestir das mulheres, mas, diferentemente dos discursos publicados no *O Nordeste*, o que percebe é o incentivo da moda, a partir de quando se propõe que a mulher deve ser “elegante e distinta” desde criança, selecionando modelos e cores de roupas ideais. No entanto, a autora assinala que, mesmo o jornal ajudando a disseminar a moda, ele não era seu principal divulgador.

Através de anúncios, crônicas e colunas sociais, as revistas teriam sido, de acordo com Silva (2004), as principais difusoras da moda em Fortaleza. A autora analisa *A Jandaia*, a *Ba-Ta-Clan* e a *Ceará Ilustrado*. Estas seriam as porta-vozes da modernidade, divulgando a moda e os costumes civilizados, buscando formar em Fortaleza as mulheres modernas e os *gentlemen*. Era bastante comum também nessas revistas os concursos de beleza. A autora cita concursos como o do mais belo sorriso e do mais belo cabelo *à la garçon*. As vencedoras tinham suas fotografias publicadas nas páginas das revistas.

Além das revistas, o cinema e os bailes também foram difusores da moda na capital alencarina. Os filmes estrangeiros exibidos nas telas trariam padrões de beleza a serem seguidos pelas mulheres que se pretendiam modernas. Além disso, tanto os cinemas quanto os

bailes, como espaços de sociabilidade das classes abastadas, seriam os locais onde elas exibiriam suas roupas, a fim de se distinguirem socialmente das demais (SILVA, 2004).

Já *O Nordeste*, mesmo trazendo entre os reclames anúncios de lojas de tecido, de alfaiates, de produtos de beleza, etc., criticou fortemente as mulheres que a seguiam à moda, assim como buscou de várias maneiras impedi-las de aderir a ela, seja incentivando os homens a proibi-las de vestirem-se de maneira tida como vulgar, seja buscando convencê-las de que a moda traria o mal para a sociedade, ou seja, condenando a paixão ao luxo.

Eis mais uma *molestia* que todos os dias faz milhares de victimas no seio das sociedades modernas. É uma verdadeira paixão que domina não só indivíduos, como famílias inteiras.

[...] A mulher, deixando-se arrastar pelas modas românticas, por diversões quotidianas, vae perdendo o gosto pelo labor domestico, não tem amor á casa e fiscaliza a dispensa, tem horror á cozinha e não se entusiasma pelos filhos.

As filhas seguem os exemplos das mães e escravizam-se aos *prejuizos* que enchem a sociedade moderna.

Não vemos [ilegível], em certos meios, o pudor pela ostensiva indecência das vestes exageradamente curtas?!

[...] O luxo tresloucado dos presentes tempos é um dos grandes factores das desuniões domesticas.

Quantas esposas exigem dos seus maridos despesas acima dos seus recursos?

Quantas filhas não sacrificam a seus pais? (TABOSA, 12 de julho de 1922, p. 4).

Note que Monsenhor Tabosa compara a paixão ao luxo a uma doença contagiosa espalhada pelo mundo. Este cita como males para a mulher não só a moda, mas também as diversões. No caso de Fortaleza, sabemos que as diversões eram os cinemas, bailes, teatro, além das praças. Podemos ver neste texto qual era o ideal de mulher defendido por Tabosa. De acordo com este, a mulher deveria cuidar da casa e dos filhos e seu lugar deveria ser a cozinha. Seguir a moda e sair de casa para divertir-se seria uma fuga a esse perfil.

Os locais de diversão, além de tirarem a mulher dos seus afazeres domésticos, também eram disseminadores da moda, pois era lá que as mulheres exibiam suas roupas. Ao ver outras mulheres vestindo determinado modelo ou acessório, estas poderiam ser induzidas a copiar. Além disso, poderia existir nestes locais uma espécie de competição a respeito de quem estaria mais bem vestida e de acordo com as tendências, o que levaria estas a desejarem adquirir mais novidades.

O autor critica também a falta de repressão às roupas curtas das mulheres em alguns meios e afirma ser o luxo o causador de problemas de relacionamento entre homens e mulheres, sendo que o homem, seja ele esposo ou pai, aparece como a vítima da moda.

Em outro caso, criticam-se as mães que vestem as crianças com as roupas da moda:

O pudor, o recato infantil tende a desaparecer à vista do modo porque se educam e vestem hoje as crianças.

É a moda feminina a falta de mangas? Veremos logo as pobres inocentes, de três quatro anos com os bracinhos expostos ao rigor do frio, porque a nossa mania de macaquear os franceses nos leva a usarmos no inverno o que ellas estão usando no verão.

É a moda do vestido curto? Cortam logo os vestidos meio palmo acima do joelho. É a moda do decote? O collo infantil tem que ser exhibido, do contrario não é considerada a menina da alta sociedade. E ficam as pobrezinhas que parecem uns gafanhostos, pernas muito compridas, braços desguarnecidos, pescoço nú, o corpo apertadinho e quase sem roupa. Ora, além da falta de pudor que vão habituando as crianças, prejudicam de um modo assombroso esses organismos sem resistência para serem assim expostos às intempéries. E ahí tá porque as crianças não querem mais saber de brinquedos infantis. Só pensam em dansas, em frequentar qualquer cinema, e até namorar! Elas tem culpa disso? Absolutamente não! A culpa é de quem delas devia cuidar e não o faz (AS MÃES e as modas, 6 de março de 1926, p. 1).

Neste texto, é interessante perceber o modo como se vestiam as crianças. Não havia uma moda específica para elas. As mães as vestiam da mesma maneira que as mulheres adultas se vestiam, de acordo com a moda à *la garçonne*: roupas curtas, com decotes e sem mangas, o que, para a época, era um traje sensual e ousado. Outro aspecto curioso do texto é quando diz que aqui se vestia de acordo com as estações na França, ou seja, não só se usavam os modelos franceses, mas também, acompanhavam-se as tendências de cada estação, mesmo que o clima brasileiro fosse diferente e as roupas não fossem adequadas a ele.

Mas a mensagem principal que o autor busca passar é a de que a moda faria mal para as crianças por dois motivos, um relacionado à moral e o outro relacionado à saúde. Em relação à moral, destaca-se a falta de pudor a qual as mães estariam acostumando as crianças. A moda é relacionada com os namoros precoces, com as danças e com o cinema. A moda, as danças e o cinema estavam comumente relacionados nos discursos publicados no jornal e eram retratados como males trazidos pela modernidade.

O principal argumento contra o uso de roupas da moda por crianças, nesse texto, é o de que ele não seria saudável para as crianças, já que os seus corpos ficariam expostos facilitando assim a contração de doenças. As mães, então, seriam as culpadas tanto pelos “problemas” morais das filhas como pelos relacionados à saúde. Deste modo, as crianças são retratadas como vítimas das modas.

Em outro texto, a vítima é a mulher:

Curiosidade da epocha...

A consumpção da epocha é a moda

A *moda* _ todo homem, medianamente reflectido, a não ser que tenha faculdades embotadas há de condemnar a *moda* actual.

É um facto: atingiu o *nec plus ultra* a maneira de vestir do nosso tempo. Ainda não compreendi bem o intuito dos requintes do vestuário d'este século de novidades, mas, outro dia, veio-me, em deliciosa reflexão, porque foi subministrada do ceo, o pensamento seguinte:
 A moda feminina pretende com esgares de louca, deschristianizar a mulher, humilhar o sexo recata-lo.
 Humilhar, sim, porque os dotes superiores da jovem, de senhora de família, a modéstia, o decoro, o recato feminino tão de molde ao sexo, soffrem muitíssimo com a *moda* invasora e cruel.
 [...] Hoje, tristíssimo é dizer-lo, se não tivermos um paradeiro, irão bem longe os excessos estapafúrdios da *moda* perversora.
 [...] É a invasão da moda, postergando os bons princípios da própria civilidade e urbanidade sociaes.
 Debalde a imprensa honesta tem profligado os excessos da *moda*: ella ahi continua, de seephiro erguido, jactanciosa, verdadeira, primogênita de Satan, subvertendo o mundo com o postulado irrisorio e improvável de *civilização*, *modernismos*, *chiquismos* e tantos outros *ismos* que projectam insular a virtude nos cenóbios apenas, quando ella devia continuar ser o padrão de gloria da família brasileira, tradicionalmente conservadora dos belos princípios de honestidade e recato das passadas gerações do Brasil.
 [...] A missão da *moda*... é bem possível que ella tenha mais uma missão, esta porem, certamente, é a *missão satanica* do paganismo (CHRISTIANO 24 de agosto de 1922, p.2).

Aqui a mulher é colocada como uma vítima da moda. Porém, diferentemente do que vimos nas citações anteriores, se o homem tem o poder de se defender, a mulher não. A mulher é retratada como um ser indefeso, como se fosse incapaz de decidir o que seria bom ou ruim para si mesma, como se aderisse à moda não por opção, mas por não conseguir discernir o mal que esta poderia lhe gerar. Assim, seria papel do homem impedir que a mulher se deixasse seduzir por ela. O homem que não faz isso supõe-se que seja louco.

No entanto, mesmo condenando a moda, o autor não nega seu “requite” e nem que ela seja uma característica da época, mas afirma que ela atrasaria a “civilidade” e a “urbanidade” que tanto se esperava naquele momento. Ela estaria disfarçada de “chiquismos”, mas na verdade traria o atraso para a sociedade.

Mas a principal ideia que o texto quer passar é a de que a moda seria uma ferramenta usada pelo diabo para tirar a mulher do caminho do cristianismo. A moda, ao invés de fazer o bem para a mulher, a humilharia. É interessante observar o motivo pelo qual, na opinião do autor, a moda seria ruim: por tirar da mulher seu recato e seu decoro. Devemos atentar também para as justificativas utilizadas para legitimar tal discurso: a reflexão foi “subministrada do ceo”, ou seja, queria-se passar a ideia que essa não era somente a opinião de Chistiano, mas de Deus, e por isso mereceria atenção. Outro argumento é o de que o recato seria algo típico da mulher e que, sendo assim, a moda lhe estaria tirando algo natural do seu gênero. Na visão do autor, mesmo com o trabalho de combate feito por alguns órgãos da

imprensa a qual ele chama de honesta, a moda continua a exercer seu fascínio sobre as pessoas.

Na citação seguinte, temos um discurso bastante parecido:

VIMOS que a moda, de que é figurino a literatura imoral, tem por objetivo, corromper a mulher pelo luxo, pelo prazer, pela sensualidade, por falsos e [ilegível] direitos. Os arautos da deschristianização da sociedade estão bem convencidos de que a moda é o meio mais propiciatório pra seus fins. Corrompida a mulher, o lar desfaz-se, a família esmorece-se, a sociedade resvala para o abismo. A mulher é fraca e o homem que deveria defender desampara-a, rendendo também culto à trivialidade. Só a religião a defende, e por essa defesa a mulher tem desempenhado um papel principal na civilização dos povos como elemento básico da constituição fundamental e vital da célula da sociedade, que é a família. A moda sedu-la, e a mulher seduzida pelo capricho torna-se inconsciente. Perdido o pudor, a carne vence o espírito. [...] A moda à *Garçonne* – provocação do sensualismo, da luxúria e do prazer da carne – é um crime, um inominável crime contra a família, contra a sociedade. (A MODA nacional, 11 de abril de 1927, p. 4).

Parece-nos que o periódico tenta colocar a moda como uma inimiga clara e direcionada contra os costumes cristãos, tendo como finalidade o desmembramento da família e do lar como era conhecido. Dessa maneira, caberia à folha se posicionar para ajudar a população a não cair nesses truques.

De acordo com as ideias defendidas pelo *O Nordeste*, a família seria a base da sociedade e a mulher teria o papel fundamental de formar os filhos, cuidar do lar e do marido, ou seja, a mulher teria a função de cuidar da família. Ao seguir a moda ela estaria deixando de cumprir sua função e, com isso, destruindo a família e, conseqüentemente, a sociedade. É interessante perceber que em nenhum momento há um posicionamento contra a civilização. Neste, como em outros textos, reclama-se da moda, mas não da civilização. Esta é bem vinda, inclusive defendia-se que a religião seria o caminho para alcançá-la.

O discurso de que a mulher é um ser indefeso se repete. Percebemos, mais uma vez, uma guerra sendo travada: carne contra espírito. A mulher é como um ser fraco, cabendo ao homem a defesa da mesma. Assim como Eva cedeu à tentação e causou a expulsão do homem do paraíso, aqui a mulher aparece novamente como o ser facilmente seduzível e responsável pela perdição humana, caso ceda aos pecados da nova moda. Caberia ao homem protegê-la dos perigos, não por ela mesma, mas pela importância que a mesma teria na fundamentação da família.

Assim como na história de Adão e Eva e a expulsão do paraíso, a mulher é representada como aquela passível de cair em tentação; a cobra responsável por tentar a

mulher estaria representada pela moda. A maçã, fruto da desgraça e sedenta de pecado, estaria representada pela luxúria e pelo prazer da carne, trazidos por ela; e o paraíso estaria equiparado à família. Esta estaria em perigo caso a mulher cedesse aos seus desejos. Já que o homem não estava cumprindo sua função de defendê-la, seria papel da religião fazer isso.

Nesse caso, fica latente que defender a mulher é impedi-la de se vestir da maneira que desejasse. Fica subentendido que a vontade da mulher não deveria ser respeitada porque essa não tinha consciência do que estava fazendo.

Reclama-se ainda da moda *à la garçonne* igualando-a a um crime, visto que ela traria o mal para toda a sociedade. A respeito dos cabelos cortados *à la garçonne*, *O Nordeste* traz sua opinião:

Diz-se, em geral, que o uso actualmente em moda, dos cabelos cortados, nas mulheres, nada tem de ofensivo à moral e dahi a rapidez de sua aceitação entre os chamados povos civilizados.

A parte espiritualmente fraca da humanidade, cujos conhecimentos, em regra, não passam da superfície das cousas, volta-se contra a campanha que condemna esse modernismo, atribuindo-a a um rigor que não se justifica.

Diante da generalização desse costume, que desnatura a linha heril da mulher histórica, a Igreja tem sido o baluarte da reação, não cessando de chamar atenção das famílias chistãs para o inconveniente que decorre dele, chegando até a cominar pena para as transgressoras.

[...] Mas o corte dos cabelos não apresenta esse aspecto de desolação moral, afirmam muitos, o que, até certo ponto, não deixa de ser uma semi verdade.

Si, porém, soubessem as famílias chistãs, que os cabellos compridos das mulheres tem a sua significação espiritual e moral.

[...] Bem razão tem a Igreja para prescrever, às suas filhas, regras proibitivas de um uso que, quando não degrade, pode tornar equivocada a personalidade da mulher e diminuir seu valor social (A TRADIÇÃO dos costumes e o uso do cabelo curto 24 de novembro de 1924, p. 1).

O discurso do jornal apresenta o corte dos cabelos femininos como algo aceitável para os “chamados povos civilizados”, todavia, trata de deslegitimar a importância desse foro de civilização, pois os mesmos são taxados de espiritualmente fracos, superficiais e sem capacidade suficiente para compreender os verdadeiros valores do cabelo feminino e a ligação com a moral religiosa. Dessa maneira, a compreensão dos preceitos da boa moral católica aqui aparece como algo mais relevante do que a alcunha de povo civilizado.

É interessante notar a afirmação de que a Igreja, para combater à moda, chega até a aplicar uma punição para as mulheres que se vestissem de acordo com ela. Essas deveriam ser repreendidas, pois, de acordo com o texto, eram vistas como transgressoras e por isso deveriam ser corrigidas. Visto isso, podemos perceber mais que apenas o poder discursivo da Igreja. Trata-se da tentativa de agir de maneira prática para impedir que as senhoras aderissem aos cabelos curtos.

O autor defende que se as famílias soubessem o significado moral do cabelo curto para as mulheres não a permitiriam que cortassem, já que degradaria seu valor social. Na continuação do texto, a qual não reproduzimos, ele argumenta citando exemplos contidos na bíblia, como em uma carta de São Paulo aos Coríntios na qual este “declara ser vergonhoso para uma mulher tosquiar-se ou raspar-se”.

O mesmo cita outras passagens do livro considerado por ele sagrado e dá o exemplo dos israelitas, que raspavam o cabelo da mulher pega em adultério; da Grécia antiga, na qual somente as escravas tinham cabelos curtos; e da Roma antiga, na qual as dançarinas que, segundo o autor, eram na sua maioria meretrizes, cortavam os cabelos.

Todos esses exemplos nos quais o cabelo curto tinha um significado ruim para a mulher que o usava são citados na intenção de convencer os leitores, principalmente o público feminino, de que historicamente e em variadas sociedades o cabelo curto seria uma espécie de estigma para a mulher, e que não deveria ser diferente naquele momento, visto que ele já carregaria por muito tempo aquele significado moral.

O texto continua com a opinião do autor a respeito do exemplo europeu:

É sabido que, em muitos logares da Europa foi adoptada a medida de policia, para que toda mulher de vida imoral trouxesse, como distinctivo da *classe*, os cabellos cortados. Mas o triste prestigio de um livro malsão, que esteriotypou o perfil de sua impudica protagonista com os cabellos cortados à altura da nuca, generalizou o uso da imposição policial, que perdeu, assim, o character peculiar da mais baixa condição da mulher. E si a origem do uso é Immoral, consequentemente imoral é a moda, que se introduziu na sociedade.

[...] Toda aquella que, por inadvertência ou facilidade, pensando não contrariar a moral religiosa, chegou a cortar seus cabellos principalmente se for casada, deixe-os crescer e reintegre-se na sua anterior respeitabilidade, com o que dará um exemplo louvável, concorrendo para a abolição da moda má (Loc.cit).

Aqui a polícia aparece como detentora do poder prático de distinguir as mulheres de “vida imoral” das outras, através da imposição do corte de cabelo das mesmas. Todavia, com o sucesso da personagem do livro e do uso do corte de cabelo curto por outras mulheres, essa medida perdeu o sentido. Neste ponto, a Europa aparece como cenário de perda de valores morais, pois ao mesmo tempo em que é o local onde a polícia detinha esse poder também é o local onde as mulheres passam a adotar o corte curto de cabelo por livre escolha. Assim, se antes legitimava o caráter negativo do corte de cabelo por ser associado às mulheres de “vida imoral”, agora abre espaço para a adoção do corte como uma escolha das mulheres mesmo sabendo desta distinção. Desta maneira, o contexto Europeu é utilizado pelo discurso do jornal apenas da maneira que convém para os mesmos, pois o único fato apresentado e

discutido é que o corte curto tem um significado ruim, já que era sua função era distinguir prostitutas europeias das demais mulheres.

É interessante notar também, no discurso do jornal, como apenas o fato de deixar os cabelos crescerem as redimiria do pecado. As atitudes destas senhoras não são levadas em consideração pela folha, nem quando as condena e nem quando as redime, ou seja, apenas a imagem definiria se determinada mulher era imoral ou não.

O autor não cita o nome do livro, mas acreditamos que seja o intitulado *La Garçonne*, ou *A Emancipada* em alguns livros traduzidos para o português, que foi publicado pela primeira vez em 1922 e tem como autor Victor Margueritte. A obra conta a história de Monique Lerbier, uma moça ingênua de família abastada que, ao descobrir a traição do noivo, decide mudar seu estilo de vida. Monique, então, deixa a casa da família, conquista a independência financeira e a liberdade sexual. O livro teve grande repercussão na época, gerando também a reprovação de muitas pessoas. A *garçonne* do livro serviria de inspiração para as mulheres que se pretendiam modernas. Estas, mesmo não se comportando como a personagem, adotariam seu cabelo e sua maneira de vestir.

Como no texto acima, a literatura internacional foi algumas vezes retratada na folha como influenciadora da moda:

[...] Os direitos sociaes da mulher, - esposa e mãe – regulados pelas doutrinas revolucionarias do bolchevismo, através da literatura internacional e corruptora são uma mentira.

[...] Saias curtas? Cabellos cortados? Chás dançantes com os seus vícios e luxuosos mundanos? Nada disso Mussolini admite – e opõe, tenaz e resolutamente, à actual moda feminina, orinunda de uma literatura impudica e perversora, a moda nacional – o traje decente, sóbrio honesto e próprio de um povo que sabe e quer guardar indeléveis as honrosas e nobilitantes tradições da civilização christã (A MODA nacional, 11 de abril de 1927, p. 4).

De acordo com o pensamento católico, os direitos da mulher consistiam em ser esposa e mãe, qualquer coisa que viesse desvirtuar isto seria uma mentira. Ao se divertir em locais como os chás dançantes, a mulher estaria abandonando o lar e, desta forma, deixando de cumprir esses papéis que, ao invés de serem tidos como obrigações, são retratados como direitos.

É demonstrada uma grande aversão ao bolchevismo ao mesmo tempo que se demonstra uma simpatia a Mussolini. Assim como no governo de Mussolini, o autor defende o nacionalismo, inclusive na maneira de se vestir das mulheres. Seria uma forma de patriotismo vestir-se da maneira tradicional cristã, a qual o autor chama de moda nacional. As

mulheres deviam, deste modo, se opor à moda vinda de outros países e difundida através da literatura internacional tida como imoral.

O discurso médico também seria um forte incentivador dos cabelos curtos. Segundo Diocleciana Silva (2004), a medicina higienista teria incentivado esse corte por considera-lo higiênico. Apropriando-se desse discurso, “a imprensa local tentava vender a ideia como uma novidade exclusiva de mulheres higiênicas e modernas” (Ibid., p.101). Deste modo, além de ser sinônimo de charme e ousadia, o corte à *la garçonne* seria visto, também, como higiênico e símbolo de civilidade. Porém, como já assinalamos, esse corte estava totalmente fora dos padrões defendidos pela Igreja para a mulher católica. Silva (Ibid.), no entanto, afirma que mesmo com toda a repressão existente, que gerou inclusive fim de namoros e casamentos, esse corte teve uma significativa adesão das mulheres, demonstrando certo “descontrole” por parte dos homens, já que haviam ocorrido, também, concessões masculinas.

Devido a esse “descontrole” masculino, a Igreja e *O Nordeste*, como seu porta-voz, se consideravam os únicos defensores da mulher, buscando protegê-la dos males da moda, combatendo-a. Em suas páginas, buscava-se alertar os homens, incentivando-os a reprimirem suas esposas e filhas, mas também se tentava convencer as mulheres a não aderirem à moda. Como no seguinte trecho:

As inteligentes, as mulheres que se prezam a nobreza do seu raciocínio tem resistido...
 Não se prestam a se exibirem em publico feito uma Garçonne social!
 Attenda-se a voz do bom senso! Á futilidade desfibriladora do caracter e de intuitos antipatrioticos, evidentemente corrosivos, oponha-se a moda nacional, absolutamente conforme as nossas tradições chistãs e brasileiras! (A MODA nacional, 11 de abril de 1927, p. 4).

O jornal se utiliza em seu discurso da aproximação entre inteligência e religião. A mulher inteligente escolheria os preceitos cristãos e resistiria às tentações da nova moda.

É interessante perceber que se buscava convencer os leitores de que aderir à moda seria uma atitude antipatriótica. Assim, uma mulher cristã e que tivesse amor à sua pátria deveria evitá-la, já que do ponto de vista da Igreja a moda traria malefícios para toda a sociedade brasileira e não somente para o indivíduo em si.

Com esse argumento, o que se pretendia era passar para o leitor a ideia de que somente a religião, com seus ensinamentos e princípios morais, seria capaz de salvar o país de seus problemas sociais. Esse discurso é constantemente transmitido nas páginas do periódico, desde sua fundação.

Outra estratégia discursiva utilizada para convencer o leitor de que a moda seria um mal é a ideia de que, além de imoral, ela prejudicaria a saúde das mulheres:

Acaba de ser fundada em Verona uma nova organização destinada a promover a reforma no modo de vestir e tem como lemma – Vesti-vos com decência e tereis saúde. A fundação dessa nova sociedade visa a eliminação dos colos e braços nus, o combate às saias excessivamente curtas e a queda das meias cômicas e de carne, coisas que, segundo a Associação Moralizadora do Vestir – esse é o seu nome – são anti-higiênicas e immorales.

A campanha planejada compreende a realização de conferencias por oradores conhecidos sobre os perigos das blusas decotadas e sem mangas e da <abreviação> das saias assim como do uso de meias transparentes e de modas masculinizadas, como, por exemplo, o uso dos cabellos cortados como os dos homens (PELA moralização das modas, 16 de julho de 1927, p. 2).

Logo pelo título atribuído ao texto (“Pela moralização das modas”), podemos perceber que o jornal apoia a iniciativa da associação. Nota-se que a publicação da notícia foi feita com um interesse que ia além do simples intuito de informar. Buscou-se passar o exemplo dessa associação para os leitores, assim como passar a ideia de que a moda faria mal para a saúde, o que contrariava a ideia de que se tinha de que o cabelo curto, por exemplo, seria saudável, por ser higiênico. No entanto, esse argumento de que a moda seria insalubre não tem nenhuma comprovação, pelo menos no texto, o que dá a entender que seria uma afirmação sem fundamentos, que seria mais uma estratégia para fazer com que as mulheres mudassem de ideia a respeito da moda. Porque o cabelo cortado seria saudável para o homem e não para a mulher? Fica claro que o motivo da reprovação é por uma questão moral e não realmente por uma questão de saúde.

Sobre esse tema foi publicada a seguinte notícia:

Em uma sessão annual da Associação do Cabellereiros Norte- Americanos, Chales Vistle, leu uma nota inquietante para as senhoras que, rendendo culto à moda, usam, hoje, cabelleira á La Grçonne.

Segundo a opinião desse tecnico, de reconhecida autoridade, as mulheres, ao fazerem cortar o cabelo como o dos homens, correm o mesmo perigo de vir a sofrer de alopecia.

Explica o <porque> desse brado de brado de alarme com certo valor científico, fazendo notar que, anteriormente, nos tempos lonlongínquos que as mulheres usavam cabellos compridos, jamais foram calvas, enquanto os homens, em sua grande maioria, usando e abusando do corte do <maior a menor> como vulgarmente se chama, não tardavam a ter a cabeça como a palma da mão deixando ver a epiderme capilar.

Será esta razão que determina a mulher da Europa a deixar a moda de cortar o cabelo?

Bem é que aqui se saiba e que uma prevenção <defensiva> porque, se o homem póde passar a tolerar-se a falta de cabellos, o mesmo não se dá com a mulher, que tanto necessita do adorno da cabeleira, que é um dos marcos da sua beleza (FICARÃO calvas as senhoras que usam cabeleira á <<La Garçonne>>?, 22 de agosto de 1924, p. 2).

Mais uma vez a notícia é dada com a mesma intenção de fazer com que as mulheres desistam de cortar os cabelos curtos, devido a um mal que esse hábito podia trazer para elas. Porém dessa vez busca-se legitimar o discurso e dar uma maior credibilidade afirmando que a opinião era de um técnico de autoridade reconhecida e que a afirmação tinha um certo valor científico. Não se trataria de suposições e sim de fatos comprovados. Procura-se, então, amedrontar as mulheres para que estas não cortem o cabelo, visto que se o fizessem poderiam ficar calvas. Apela-se para a vaidade feminina ao afirmar que a mulher, para ser bonita, necessitaria do seu cabelo, que seria um dos “marcos da sua beleza” e que no Brasil não se toleraria uma mulher sem cabelos. Mais uma vez fica clara que a intenção não era somente repassar a notícia, e sim combater a moda dos cabelos à *la garçonne*.

Era bastante comum nas páginas do *O Nordeste* a utilização de notícias referentes a outros países, a respeito da moda, a fim de repassar o exemplo para os cearenses. Como no seguinte caso:

Em vista da crescente depravação dos costumes na China, consequentes das modas inconvenientes, o chefe de polícia de Shangai decretou multas e pena de prisão a toda a mulher casada ou solteira que se apresentasse em publico trajada com modas indecentes.

Si num pais pagão assim se cuida da moralidade dos costumes, que lição para nós filhos dum pais catholico! Mas a reacção já começou pelo bispo de Cadiz (Espanha) que baixou uma portaria excluindo da recepção dos sacramentos, da assintencia aos actos de religião, e do ingresso em qualquer associação religiosa a senhoras que se apresentassem levianamente trajadas (A MODA na China, 31 de julho de 1922, p. 3).

Novamente o jornal traz em seu discurso casos ocorridos internacionalmente, os quais são utilizados como exemplos que deviam ser adotados pela população do país. Pois se em países que não são considerados filhos da tradição católica são aplicadas penalidades contra as mulheres consideradas indecentes, por que no Brasil, país católico de berço, isso deveria ser aceito sem nenhum tipo de penalidade?

Pensando segundo esse raciocínio, o exemplo de exclusão destas mulheres dos sacramentos católicos ocorrido na Espanha, aparece como esperança para barrar o avanço desta moda em solo cristão. Assim, percebemos que no discurso do jornal é defendida publicamente a adoção de duras penalidades para as mulheres que aderiram a esta moda em Fortaleza. Pois, se em outros lugares isso ocorre, aqui também medidas deveriam ser providenciadas para barrar esse avanço “imoral”.

Também é possível percebermos que sem um poder prático, como tais penalidades e exclusões, ou ação policial como citamos anteriormente, o periódico deixa transparecer a consciência de que seu discurso não teria condições de extinguir os novos costumes. Sendo assim, a folha procura influenciar a opinião pública a fim de que o combate a esses comportamentos seja posto em prática.

Era, então, uma prática do *O Nordeste* publicar notícias na intenção de sugerir que as medidas tomadas contra a moda em outros países fossem tomadas também no Brasil. No seguinte trecho, a notícia se refere a uma associação de combate à moda fundada na Itália:

[...] Na Itália, a <União das jovens Catholicas> acaba de levantar o estandarte de combate ao escândalo da moda actual. Aquela pujante instituição decide-se a promover, por todos os meios, a restauração dos preceitos de modestia entre as senhoras. É um trabalho profundamente moralizador esse de recrystianização da sociedade, aturdida que se acha pelo gozo material e grosseiro dos sentimentos inferiores. [...] Está, assim executando interessante programa de adopção de modas que devem ser aceitas entre os membros da <União>. Os modelos para os vestidos das senhoras são submetidos á comissão executiva da sociedade, que está encarregada de fazer as alterações necessárias, <de acordo com os preceitos da decência>, recommendados, recentemente, pelo Summo Pontifice e por vários membros do Sacto Collégio [...]. Segundo as determinações aprovadas por aquela associação, um vestido irrepreensível deve ter as seguintes dimensões: três pollegadas abaixo do pescoço, mangas até três pollegadas além do cotovelo; saias, no mínimo, três pollegadas acima do solo. [...] O exemplo da Organização das jovens Catholicas da Italia possa atravessar as fronteiras e ter imitadores em todo o mundo (A MODA e a acção da Igreja, 16 de dezembro de 1924, p. 1).

Aqui a sociedade aparece como algo que precisa ser recrystianizado. Dessa maneira, o periódico deixa transparecer em seu discurso que a batalha contra esta nova moda estaria sendo perdida, pois a população estaria escolhendo o lado material em detrimento do lado espiritual, e isso precisava ser revertido.

O discurso de padronização aparece como algo que deve ser seguido e levado com extrema precisão pelos membros da “União”. De acordo com essas regras as mulheres deveriam andar quase totalmente cobertas, deixando de fora somente os pés, o pescoço e parte do antebraço. É demonstrado, pelo autor, o desejo de que tal exemplo se espalhe pelo mundo e, conseqüentemente, chegue ao Ceará. Não é dada atenção para o clima quente de nossa região. Mesmo com o calor existente aqui se deseja que as mulheres usem tais vestimentas consideradas decentes.

Em outra notícia, sobre a publicação na revista chilena “El Premier Vierre” de um juramento de evitar as modas “indecentes” feito pelas jovens chilenas, ajoelhadas em frente

ao Santíssimo Sacramento, *O Nordeste* reproduz o juramento na intenção de que o ato seja copiado pelas leitoras:

Ó Jesus, victima dos pecados, adoro vosso Corpo Santissimo; por vosso amor não seguirei as máximas do mundo, no culto pagão do corpo, imploro.
 Senhor, a vossa graça para observar o compromisso que do meu punho e letra firmo, aqui, em vossa presença, e para conseguir a santa liberdade da modéstia.
 Ó Maria, minha dulcíssima
 Mãe, desejo seguir o vosso exemplo.
 Quero ser e parecer chistã;
 Nunca me permitaes que eu renuncie a minha fé, nem ao pudor que me haveis ensinado, nem falte ao compromisso de honra que agora firmo, e deposito em vossas mãos.
 Convencida de que o melhor ornamento da mulher chistã deve prevalecer sobre as imposições da impureza, considerando que Deus exige de seus filhos queridos provas especiais de incondicionado amor e firme vontade de não pretender servir ao demônio, querendo, enfim, cumprir a grande missão do bom exemplo e não me deixar seduzir pelas vãs pompas do mundo, prometo, finalmente a Deus, e a sua Mãe Purissima vestir sempre em toda parte com o decoro que exige a minh alma baptisada com a Comunhão.
 Repulo com desprezo a moda ridícula e impura do colo descoberto, dos braços nús, do vestido excessivamente curto e ajustado, das meias transparentes; protesto que quero ser apreciada pela honra e virtude da minha alma e não pela vaidade sensual do meu corpo, que terá de se converter em pó (AS JOVENS chilenas e as modas indecentes, 07 de fevereiro de 1924, p. 3)

O Juramento tem um discurso bastante parecido os demais textos publicados no periódico. O culto ao corpo é retratado como algo pagão e por isso as roupas curtas ou transparentes são tidas como vestimentas que não devem ser usadas pelas mulheres cristãs. Usá-las significava renunciar a fé em Deus. Não bastava apenas ser cristã, dever-se-ia parecer cristã e para isso era preciso se vestir com roupas que cobrissem o corpo e que não demonstrassem sensualidade. Ser batizada na religião exigia cumprir o dever de vestir-se sempre com decoro. Usar tais trajes significava, de acordo com o juramento, demonstrar seu amor a Deus e seguir o exemplo de Maria.

Além das notícias e artigos publicados como forma de combater a moda, no ano de 1924 *O Nordeste* deu início a um concurso de poemas em formato de quadras sobre os excessos da moda. No dia 22 de dezembro de 1924, foi publicada a carta de um poeta o qual o jornal afirmava ser conhecido, na qual este propunha a abertura do concurso a fim de apurar as melhores quadras sobre os exageros da moda que, de acordo com o periódico, estaria “assombrando a honestidade dos nossos costumes”. O pedido do poeta foi atendido e a partir desta data todos os dias eram publicados poemas sobre o tema durante um período de tempo.

Desde que a mulher procede
 Contra o proprio pundonor

Como que de si despede
O doce encanto do amor!

Porque do amor o mysterio
Reside mais na pureza
De um perfil simples e serio
Do que na própria beleza!

Vede bem que a mulher bella
À moda [ilegível] vestida
A alma nos faz constrangida
Como que a ter pena dela!

Entretanto se estiver
Vestida decentemente
Parece que essa mulher
Arrebata a alma da gente! (J. W. 27 de dezembro de 1924, p. 2)

Neste trecho percebemos através da poesia o caráter religioso do discurso. Percebemos que o lado espiritual é engrandecido de forma sutil em detrimento da escolha do lado material representado pela nova moda.

Na tentativa de inferiorizar as mulheres que seguiam a moda, o autor argumenta um sentimento de compaixão em relação a elas. Dessa forma, fica implícito que se a mulher quisesse namorar, ou despertar o interesse do sexo oposto, ao invés de causar-lhe pena deveria se vestir de maneira recatada e não seguir a moda.

Como podemos notar, a Igreja e *O Nordeste* se utilizaram de muitos argumentos para acabar com a influência da moda sobre as mulheres fortalezenses. No entanto ele, de certo modo, ajudou a divulgar-la através de seus anúncios. Já que encontramos entre eles publicidades de lojas de tecido, de alfaiates, de costureiras, e também de produtos de beleza. Podemos citar como exemplo de incentivo à moda o seguinte reclame:

Figurinos novos
Acabamos de receber os seguintes: “Tout la mode”, “Paris Elegant”, “Femme Chic”, “Paris Sucess”, “Paris Mode”, “Paris Champeux”, “Faishion Book”, “Album pratique de la mode”, “Selection” e muitos outros figurinos franceses. A venda na “Casa Alemã”. Rua Guilherme Rocha , 77 (O NORDESTE, 23 de agosto de 1926, p. 2).

Não temos certeza se esses figurinos se tratavam de roupas já feitas ou de catálogos de moda os quais se poderia comprar para copiar os modelos. Acreditamos que fossem a segunda opção pelo próprio nome dos produtos, como, por exemplo, “álbum pratique de la mode” dá a entender que seja uma espécie de álbum com as imagens dos figurinos que seriam tendências da moda naquele período. Independente disso, o que importa é que se tratava de figurinos da moda francesa e que eram novidades anunciadas no jornal.

Isso pode até ser visto como uma contradição no discurso do jornal. Porém acreditamos que existia um motivo para tal fato. *O Nordeste* era um jornal produzido por intelectuais, que faziam parte e tinham influencia nos grupos abastados. Eles também eram pessoas atentas às novidades da época e desejavam o progresso e a civilização para a cidade. No entanto, devido à sua religião e a seu conservadorismo, combatiam algumas práticas tidas como modernas naquele momento. Havia, então, uma espécie de seleção do que seria aceito e o que não seria. Eles eram a favor da modernidade até o momento em que esta não contrariasse a moral católica. O próprio jornal publicou a seguinte frase de Pierre l'Ermite, retirada do periódico católico francês *La croix*: “A moda? Segui-a no que ella tem de elegante e razoável, mas resisti às seducções com que ella prostitue a vossa alma!” (A MODA nacional, 11 de abril de 1927, p. 4).

É importante perceber também que as próprias mulheres faziam esse tipo de seleção em relação à moda. De acordo com Analice Camara Carvalho (2012), as colunas de moda do período revelavam o uso de cores claras, como beges, rosas e amarelo limão entre as fortalezenses. Segundo a autora (Ibidem, s/p):

Havia uma força social que impunha determinadas cores e excluía outras, atribuindo valores a cada uma. Fortaleza assimilava a moda, mas não abandonava as tradições. Se por um lado havia vestidos esvoaçantes, sem cintura, como ditava a moda parisiense, por outro não se incorporava o excesso de brilho e as cores extravagantes.

A autora nos mostra que mesmo buscando as novidades, existia ainda um tradicionalismo entre as mulheres fortalezenses. Diocleciana Silva (2004) afirma que nesse período foi composta uma moda singular, à maneira cearense, a qual buscava conciliar a ousadia com o recato. Isso teria ocorrido devido à religiosidade da população e à oposição da Igreja Católica. Essa adaptação da moda francesa pode ser vista como uma *tática* utilizada pelas mulheres para vestirem-se de acordo com a moda sem sofrer muitas repressões por parte da Igreja e da sociedade.

Podemos perceber, então, que a moda dos anos 20 representou uma ameaça à moral católica devido aos seus decotes, saias curtas e cabelos masculinizados. Essas características contrariavam o ideal de mulher defendido pela religião. Esta deveria ser recatada e dedicada à família. *O Nordeste*, defendendo os interesses do catolicismo, seria uma ferramenta de repressão à moda feminina tida como moderna. Seus organizadores teriam se utilizado dos mais variados argumentos para impedir que as mulheres aderissem à moda. Estes atuaram firmemente tentando convencer tanto a homens quanto às mulheres de que

vestir-se à *la garçonne* traria o mal para as próprias mulheres, para as suas famílias e, consequentemente, para toda a sociedade, já que a mulher seria a responsável pela família e esta seria a base da sociedade.

4.3 “SI AS CIVILIZAÇÕES FORAM CREADAS COM A CABEÇA, NÃO É ISSO RAZÃO PARA QUE QUEIRAMOS TRANSFORMAR... COM AS PERNAS”: O DISCURSO DO O NORDESTE NO COMBATE ÀS NOVAS DANÇAS

Assim como a moda, as músicas e danças tidas como modernas foram constantes alvos de crítica nas páginas do *O Nordeste* no período por nós analisado. Devido ao seu ritmo mais agitado e à proximidade entre os corpos no momento da dança, estilos musicais como o foxtrot, o tango, o shimmy, o one step, o charleston, o maxixe, etc, foram combatidos pelos católicos, que buscavam evitar o afastamento da população dos ensinamentos da Igreja.

Como falamos anteriormente, a moda feminina, como símbolo de modernidade, teria ganhado a simpatia das classes abastadas da população, principalmente das mulheres. Assim como a maneira de se vestir, as músicas e danças estrangeiras ganhariam a adesão deste grupo por serem sinais de urbanidade.

Esse era um momento em que as camadas em ascensão viram como necessidade a criação de novos meios de distração e locais de socialização. As relações com as culturas de outros países e o interesse dos setores abastados fortalezenses em se tornarem “modernas” influenciariam na adesão a ritmos musicais e danças estrangeiras. Antes de nos aprofundarmos no discurso do *O Nordeste* a respeito destas danças, faz-se necessário que conheçamos quais eram estes locais de sociabilidade no momento estudado, locais estes onde tais ritmos seriam disseminados e ganhariam a simpatia do público.

Com os anseios por modernização existentes desde o século XIX e a partir do desejo por novos espaços de sociabilidade na cidade, a população, principalmente das camadas abastadas, viu a necessidade de criação ou de apropriação de espaços públicos e privados para suas reuniões. Esse desejo contribuiu para que entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX praças foram inauguradas ou aformoseadas, abriram-se cafés, teatro, cinema, clubes, etc. (PONTE, 2001).

Deste modo, as principais formas de lazer, nas primeiras décadas do século XX, seriam as rodas de conversa realizadas na Praça do Ferreira, assim como nos cafés, as visitas ao Passeio Público, o cinema, o teatro e as diversões nos clubes. A maioria destes locais seria

frequentada pelas camadas abastadas e, mesmo nos espaços públicos, havia divisão social, que dificultava o acesso das camadas populares ao ambiente dos ricos (CASTRO, 2012).

Apesar disso, a convivência dos dois setores em locais públicos não poderia ser totalmente evitada e, por esse motivo, os clubes sociais passaram a ser os preferidos das classes economicamente privilegiadas. Esse prestígio se deu porque os clubes eram espaços exclusivos desses grupos. Para frequentá-los deveria ser associado e pertencer ao grupo estabelecido, ou seja, fazer parte dos grupos em ascensão, composta principalmente por profissionais do comércio, que se afirmavam economicamente e buscavam ganhar visibilidade social. Os clubes teriam sido criados exatamente para ser o espaço de lazer dessas pessoas, para dar-lhes exclusividade, distinguindo-os socialmente do restante da população, e também para reforçar seu *status* de civilizados perante a sociedade (D. SILVA, 2004).

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, surgiram alguns clubes denominados elegantes em Fortaleza. O primeiro seria o Clube Cearense, fundado em 1867. Tinha um caráter elitista, sendo exclusivo da aristocracia e excluindo os demais setores da população. Exatamente para contrapor o exclusivismo do Clube Cearense foi que os comerciantes, que estavam ganhando seu espaço econômico e aumentando sua influência, fundaram o Clube Iracema, em 1884. No entanto, este também seria um local restrito aos seus sócios, que eram em sua maioria ligados ao comércio e à alfândega (Ibid.).

De acordo com Diocleciana Silva (Ibid., p. 75),

Nos anos 1920, o “Club Iracema” era então freqüentado pelo forte setor econômico formado por comerciantes e outros profissionais que não requeriam necessariamente uma formação intelectual especializada. Sua sede durante essa década estava situada na Praça do Ferreira, local de grande destaque da elite.

A autora afirma que na década de vinte o Clube Iracema era o que tinha uma maior projeção na imprensa local, com matérias sobre suas festas, sua estrutura e os sócios que o frequentavam. De acordo com Raimundo Girão, esse clube ganhou seu lugar de destaque em Fortaleza no final do século XIX, quando o Clube Cearense fechara suas portas.

No entanto, em 18 de março de 1913 surgira um novo concorrente: o Clube dos Diários. Este teria sido fundado como consequência de discordâncias entre os membros do Clube Iracema. De acordo com Girão (2000, p. 240), “a nova associação bem cedo atingiu os cismos aristocráticos, dirigida por gentleman da mais legítima contextura”.

Estes dois clubes seriam, então, na década de 1920 os principais locais de diversão camadas abastadas fortalezenses. Segundo o Arquiteto José Barros Maia, “os

maiores divertimentos, os grandes eram nos clubes: o Iracema e o Clube dos Diários. Isso em 1920, 1923, 1924 [...]” (SOUZA; PONTE, 1996, p. 184 *apud* SILVA, 2004, p. 74). Maria Darlyane de Castro (2012) afirma que em tais clubes ocorriam variadas atrações, como exposições de arte, apresentações musicais, chás dançantes, manhãs dançantes e bailes sociais.

As festas nos clubes, segundo Silva (Ibid., 77), “movimentavam o cotidiano das elites e divulgavam as novidades e comportamentos”. Desta forma, o baile servia de “vitrine” dos hábitos estrangeiros, assim como da moda e das músicas vindas de outros países. A autora diz ainda que por serem restritas a alguns grupos sociais, esses locais acirravam a disputa por popularidade entre seus frequentadores. Naquele momento seria mais popular quem demonstrasse mais elegância e estivesse de acordo com as tendências estrangeiras. Assim, nesse momento, há uma adesão a ritmos musicais tidos como modernos.

Em seu trabalho sobre os carnavais de Fortaleza, Carlos Henrique Barbosa (2007) assinala que no início do século XX houve mudanças nos ritmos musicais e nas performances durante as danças. Nos carnavais do século XIX, até seus últimos anos, era comum os foliões se divertirem ao som de valsas vienenses, quadrilhas, lanceiros, etc. já nas décadas de 1920 e 1930, os sócios dos clubes teriam passado a valorizar ritmos como o fox-trot, o ragtime e o jazz.

No entanto, para a Igreja, estes ritmos seriam vistos como uma ameaça ao pudor, principalmente das “moças de família”. A movimentação e a proximidade dos corpos poderiam ser um incentivo para a perversão, visto que gerariam um aumento dos desejos sexuais e, desta forma, propiciariam o pecado. Vejamos o seguinte texto:

Os bailes tal como se fazem em nossos dias, estamos certos que nem as mães nem as filhas que se chamam catholicas podem assistir a eles; porque, dado o ambiente que se respira ali, o canto, a música, os vestidos, a concorrência, os movimentos, a desenvoltura geral, não são outra coisa senão a reunião de todos os vícios e o convite ao desenfreamento da concupiscência e da impureza.

Nos bailes se acham todos os incentivos para acender o fogo das paixões; razão porque são indignos das almas remidas com o sangue de Jesus Christo. Nelles quebram as promessas do Santo Baptismo e se commettem inumeraveis peccados.

É preciso confessar que a candura e a inocência da juventude só milagrosamente podem sair illesas da immoralidade que se respira nos bailes. Dos bailes saem essas moças innesperientes que afundam nos mais hediondos lodaços; dos bailes saem os desgostos e desavenças entre os casados, a separação dos cônjuges e o mau exemplo dos filhos; dos bailes saem todas essas desordens, pecados e delictos impossíveis de enumerar que terminam nos [ilegível] tormentos eternos (OS BAILES, 18 de janeiro de 1923, p. 3)

O articulista aponta todo o ambiente dos bailes como pernicioso para as famílias e principalmente para as mulheres. Para os mais conservadores, eles seriam, como o próprio texto diz, um “convite” ao pecado. O baile seria o local onde se ganharia a atenção do sexo oposto e teria uma maior facilidade de aproximação com este. Por esse motivo, os católicos não deveriam frequentá-lo, segundo a opinião expressa no jornal. Este facilitaria a sedução das moças inocentes e a traição entre os casais.

Com tais justificativas, buscava-se convencer os leitores de que a dança não deveria ser praticada por eles. No dia 05 de abril de 1926, foi publicado um texto intitulado “Razões porque um cristão não pode dançar” no qual argumentou-se sobre os males que a dança poderia causar e justificou-se a condenação desta por parte da Igreja:

- 1.) Porque pelo contacto familiar com o outro sexo nos bailes se despertam e alimentam as más paixões.
- 2.) Porque até os melhores bailes trazem consigo ao menos inveja, burlas ou amores culpáveis.
- 3.) Porque a inflamação do sangue, os atractivos dos sentidos, a ocasião noite e a inconveniência dos trajos, são causa de muitos peccados contra a pobreza.
- 4.) Porque quando se dança, ouvem-se gracejos e palavras que produzem um sentimento, como um foco, de onde vem muitos males.
- 5.) Porque ninguém pode dançar com a consciência tranqüila, pois quem brinca com o fogo, corre perigo certo de se queimar.
- 6.) Porque a Igreja catholica, nossa mãe, condemna a dança como *divertimento immoral e incompatível* com a vida cristã.
- 7.) Porque até os moralistas pagãos antigos chamam a dança *indecente* e voluptuosa.
- 8.) Porque foi a dança o meio pelo qual o cruel imperador Néro corrompeu a cidade de Roma.
- 9.) Porque a dança foi a causa da morte de São João Baptista.
- 10.) Porque a dança é, em toda parte, o signal certo para se conhecer quem é mundano.
- 11.) Porque a dança promiscua nunca foi praticada pelos fieis da antiga lei, nos templos bíblicos.
- 12.) Porque a dança entristece e offende a todos os verdadeiros christãos.
- 13.) Porque a dança é um vicio companheiro da *gula*, da *embriaguez* e da *impudicícia*.
- 14.) Porque a dança dissipa a intelligência, corrompe o coração e cauteriza a consciência.
- 15.) Porque o trajo do baile é invenção immoral.
- 16.) Porque as liberdades que há nas danças fornecem motivo para muito divórcio.
- 17.) Porque os homens não procuram dançar com as suas esposas e irmãs, mas com outras.
- 18.) Porque além das músicas e dos movimentos, tem a dança uma referencia sexual.
- 19.) Porque os relatórios mostram que 75% das mulheres abandonadas, o são por causa dos bailes.
- 20.) Porque o christão deve fazer tudo para maior glória de Deus. Ora, o dançar é contra a glória e honra de Deus.
- 21.) Porque nenhum christão verdadeiro quereria morrer no meio de um baile (RAZOES porque um chistão não pode dansar, 05 de abril de 1926, p. 1).

O texto dá várias justificativas para que o leitor não dance. Muitas delas estão relacionadas com a moral. A dança seria um ato promíscuo que levaria as pessoas ao pecado.

Busca-se induzir o leitor a sentir-se culpado por dançar e ao mesmo tempo apreensivo, insinuando que a consciência deste ficaria pesada e ao mesmo tempo afirmando que tal ato teria consequências ruins. Mas, além disso, é interessante observar que o autor do texto utiliza outros artifícios como afirmar que não só a Igreja condena essa prática, mas também os pagãos. Ou seja, dá a entender que até mesmo os pecadores veriam mal na dança, ou seja, isso seria um fato, e não somente uma implicância por parte da Igreja Católica. Outros argumentos, que têm o intuito de provar para o leitor que as danças, de fato, causariam o mal para seus praticantes, são baseados em acontecimentos reais, infortúnios ocorridos em épocas e espaços diferentes, mas que, para o autor, teriam em comum o fato de terem sido causados pela dança, como, por exemplo, a morte de São João Batista.

Relativizando os exageros, podemos perceber, a partir deste texto, como se dava o cotidiano nos bailes, já que ao mesmo tempo os critica, o autor também os descreve. Notamos no texto que esse tipo de diversão possibilitava uma maior intimidade entre as pessoas que a frequentavam. A proximidade entre elas as permitia falar de assuntos mais íntimos, ou “gracejos” que, do ponto de vista do autor, traria determinados sentimentos e, deles, os males. As danças praticadas nestes locais eram mais livres e remetiam à sensualidade, além disso, não necessariamente as pessoas teriam um único par para dançar nos bailes, o que poderia facilitar o adultério, ou até mesmo representar a perversão. É feita, por exemplo, a referência a homens que deixam suas esposas para dançarem com outras mulheres.

É apontada ainda a relação que os bailes tinham com as modas, consideradas indecentes. Isso porque as pessoas selecionavam as roupas especificamente para usarem nos bailes, as quais, pelo que se pode observar no texto, eram tidas como imorais.

Mas não somente o baile iria influenciar as modas, segundo Rodrigues *et al* (1988, p. 195):

Ao ter mostrado às mulheres que possuíam pernas, ao possibilitar-lhes as caminhadas fáceis e com à-vontade – quando encurtou as saias e as tornou flexíveis no feitiço – ao permitir-lhes comer e respirar com naturalidade – quando aboliu o espartilho e o substituiu pelo *soutien-gorge* e cinta maleável –, a moda trouxe-lhes uma vida diferente. A mulher dos anos vinte, liberta dos penteados exuberantes pelo corte <<à garçonne>>, e das *toilettes* complicadas que necessitavam de <<ajudas>>, vê a sua moda ganhar as qualidades da moda masculina: o conforto e a possibilidade do movimento. Estas inovações promoveram uma série de atividades até aí interditas à mulher por um vestuário incômodo. Às elegantes dos loucos anos já é permitido correr para apanhar um elétrico, cruzar a perna enquanto toma chá, gastar as energias em frenéticos passos de dança.

Portanto a maior liberdade dada ao corpo feminino pela moda à *garçonne*, segundo os autores, iriam possibilitar que as mulheres dançassem de uma maneira que elas

não conseguiam anteriormente, porque suas roupas a atrapalhavam. Ou seja, para os autores, a moda e a dança da década de 1920 iriam ser influenciadas mutuamente.

Sobre essa liberdade dada ao corpo no momento da dança e os movimentos executados nos salões, foi publicado no *O Nordeste* o seguinte texto:

Dançar, vestir...

Para resumir numa palavra tudo, direi que a dança moderna me espanta e escandaliza. No meu tempo o [ilegível] de movimentos graciosos languídos por vezes mas sempre [ilegível] era o encanto dos salões. A guerra com o seu cortejo de horrores e a debandada dos quatro cavalheiros do Apocalypse são bem descritos pelo genial Basco Ibanez, deixou, nos nervos da humanidade, num frenesy, uma agitação que os movimentos desordenados das danças modernas bem parecem traduzir!

È o instinto a sacudir os veos que tão deliciosamente lhe sombreavam as arestas, tão candidamente lhe escondiam os ângulos – instinto: sempre repetirei com veemência, pois já não se negam os dançarinos modernos de imitar o urso no ridículo foxtrot nas suas comoções grotescas e sensuais! Que dizer do shimmy cuja finalidade máxima parece visar o deslocamento do centro da gravidade para sempre... A dança moderna não é uma arte e sim uma caricatura.

Procurar ser feio, descer do seu pedestal de graça num foxtrote ou num maxixe puladinho, oh triste ambição, oh paupérrimo passatempo.

A expressão physiologica durate essas ondulações vertiginosas e satânicas, mereceria um capítulo todo especial, al acaso [ilegível], o grande sábio quisesse interpretar as razoes latentes e o verdadeiro [ilegível] de actos que a moral, a dignidade e a religião reprovam.

Admiro a placidez e ingenuidade das mães que entregam suas filhas a tão perigoso passatempo (VARGAS, 27 de outubro de 1926, p. 2).

Como se pode notar, o autor fala de uma maneira saudosista sobre as danças do seu tempo. Danças estas as quais eram praticadas com músicas e movimentos mais suaves. Como citamos anteriormente, as músicas e danças valorizadas pelos setores abastados fortalezenses no final do século XIX eram modinha, a polca, o schottisch, o miudinho, o solo inglês, a habena, a valsa e a quadrilha (MARTINS, 2012). O autor critica as danças tidas como modernas por sua rapidez e agitação. Estas são caracterizadas como ridículas e satânicas por serem consideradas imorais e antirreligiosas. O autor afirma que estas danças seriam consequências da guerra e dos seus “cortejos de horrores”.

De fato, foi após a I Guerra Mundial que se acentuou a difusão dos ritmos dançantes, especialmente os norte-americanos, como moda na Europa e, consequentemente, países do Ocidente. De acordo com Carlos Henrique Moura Barbosa (2007), as distribuidoras norte-americanas ganharam destaque na indústria fonográfica e cinematográfica, aproveitando-se das dificuldades enfrentadas pelos países europeus no pós-guerra. O nascimento da cultura de massa no final do século XIX também influenciaria o predomínio das músicas em forma de canção e dos gêneros dançantes.

Assim, após a guerra, o jazz, nascido nos Estados Unidos, identificado como música popular, ganha popularidade na Europa e passa a influenciar a música ocidental e urbana. A partir daí, ao se ouvir uma música, não se buscava apenas apreciar seus acordes, mas também um ritmo dançante e animado. Do jazz e da sua animação surgiram ritmos dançantes como o foxtrot, o shimmy, e o one-step. Deste modo, música e dança se complementam e ganham destaque como forma de entretenimento da vida nos grandes centros urbanos (ROCHA, 2006). Na Europa, então:

O jazz-band, o fox-trot, o one-step, o shimmy e o charleston que em 1926 estava mais na moda que qualquer das anteriores, faziam tremer cabarets, clubs e boites de nuit e abalavam no seu ritmo frenético os silenciosos e calmos valores tradicionais da antiga burguesia e aristocracia (RODRIGUES et al, 1988, p. 202, itálico dos autores).

Eric Hobsbawm (2005, p. 369) afirma que “o jazz mal tinha sido batizado nos Estados Unidos quando grupos com esse nome já faziam turnês pela Europa”. Acreditamos que o interesse por esses ritmos no Brasil teria vindo como consequência da repercussão que o jazz teve na Europa, principalmente em Paris, que no momento era a referência de civilização e modernidade nas cidades brasileiras. Seguir as tendências de moda e também musicais em voga em Paris proporcionaria prestígio social para os indivíduos. Tais ritmos musicais, como típicos dos centros urbanos dos Estados Unidos, e populares na Europa, poderiam simbolizar uma maior aproximação de Fortaleza com a urbanidade tão desejada. Marília Giller (2003, p.28) aponta que:

Identificados como modernos, esses gêneros musicais/dançantes foram também associados às tecnologias que marcaram o período, como o rádio, o gramofone e o fonograma, cristalizando na maioria dos países dois elementos fundamentais de entretenimento: o cinema e os salões de dança animados por jazz bands.

Segundo Daniel Augusto de Paula(2008), o *one-step* teria surgido nos Estados Unidos por volta de 1900 e posteriormente, em 1912, teria se desenvolvido para o *foxtrot*. Já o *charleston*, teria surgido no pós-guerra, sendo caracterizado por movimentos rápidos e distorcidos. O *shimmy* nasceu no mesmo período, com coreografias semelhantes às do *foxtrot* e sendo caracterizado pelo tremor dos ombros.

No entanto, entre os ritmos dançantes americanos, o mais popular e que teve influência mais duradoura foi o *foxtrot*, pois esteve presente nos repertórios do mundo todo até meados dos anos 50 (ROCHA, Ibid.). Adalberto Paranhos (2003) afirma que no Brasil, também, as “más influências” norte americanas seriam representadas principalmente por esse

ritmo. O autor aponta a penetração do *foxtrot* na discografia brasileira desde os anos 1910. Ela teria se acentuado na década de 1920. É caracterizado por movimentos longos e contínuos, cuja direção segue o sentido anti-horário, em andamento suave e progressivo.

O trecho a seguir foi publicado em um jornal carioca e reproduzido por *O Nordeste* e fala, entre outros aspectos, sobre a liberdade dos movimentos na prática da dança naquele período, citando como exemplo o *foxtrot*:

[...] Muitos males que a moral individual repelle, a sociedade não enxerga. Os seus excessos convencionalistas desaparecem em presença de certas práticas que o mínimo pudor não aceitará. O critério colectivo sobre o que é moral, difere immensamente do critério individual. Assim, por exemplo, seria um escândalo se uma moça, na rua, agarrasse um rapaz. Entretanto, em um baile, fazem-se coisas piores do que isso. Os requebros de ancas, os remeximentos de pernas, a junção íntima dos corpos e há quem ache isso não ser immoral. Os paes assistem impassíveis a essas cenas degradantes a que se entregam as filhas. Não têm eles consciência que essas moças de hoje, amanhã esposas, preparam nos bailes immoraes o crime de adultério, porque o <<foxtrot>> conforme dançam por ahi, tira todo o brio e arranca toda a moral das moças? Os fatos poderiam citar as centenas. Há pouco tempo, num baile da capital, um moço arrendou durante todo o baile uma moça bastante conhecida. Esse moço quis aproveitar o partido, e d'ahi um montão de graças immoraes, que a referida moça, em vez de repelir consentia que elle dissesse. Tudo isso, resultado do modernismo, das danças indesejáveis, que lentamente vão arrastando as moças a um estado de assentimento francamente imperdoável, desmoralizador corrupto, offensivo a pureza do sexo e a honestidade que deve ser o altar luminoso onde a mulher se eleva digna pelos seus actos superiores e pela sua conducta (DANÇAS, 11 de janeiro de 1923, p. 1).

Ao criticar os bailes, o autor assinala os “requebros de ancas” e os “remeximentos de pernas” praticados pelas mulheres no momento da dança e qualifica esse comportamento como imoral, ou seja, essa maior liberdade feminina ao dançar seria encarado como perversão pela Igreja. Mas o ponto principal abordado pelo texto é a proximidade entre os corpos no momento da dança, que facilitaria contatos entre os homens e as mulheres e também conversas mais íntimas. Isso, de acordo com o texto, tiraria a pureza feminina. Fica subentendido que a moça moderna não serviria para ser esposa, já que a dança praticada durante sua época de solteira a estaria preparando para o adultério quando casada. Por esse motivo os pais deveriam proibir as moças de dançarem.

No entanto, o que acontecia era o contrário do que o texto aconselha. Segundo Diocleciana Silva (2004), uma das funções sociais dos bailes era exatamente permitir o contato entre os rapazes e as moças. Deste modo, as “moças de família” conheceriam melhor os rapazes economicamente bem sucedidos e garantiriam um bom casamento. Elas se

livrariam das críticas por estarem acompanhadas pelos pais. A presença destes salvaguardaria seu recato e seu pudor. Chrislene Carvalho Santos (2013, p.104) confirma essa ideia ao afirmar que:

As senhoritas solteiras, que estão em idade casadoira, poderiam dançar com os rapazes, pois os bailes eram os momentos de encontro entre homens e mulheres de forma descontraída, mas também institucionalizada, em que as pessoas se vigiam, controlam-se umas às outras.

Portanto, a dança praticada nos bailes, além de ser sinal de modernidade, já que era praticada nos centros urbanos europeus, tinha a função de facilitar o contato entre os rapazes e as moças, ajudando-as a conseguir um “bom casamento” e, nesses casos, os pais não as proibiriam de dançar, visto que as estavam supervisionando. Era exatamente essa visão de que a dança era uma atividade benéfica que *O Nordeste* combatia, aconselhando os pais a não permitirem que os filhos e, principalmente, filhas praticassem:

Que tristeza! Que vergonha!

Salvae mães extremosas, as almas dos vossos queridos filhos e de vossas filhas mimosas contra a febre ardente das dansas modernas, dansas perigosas, dansas libertinas, verdadeiros atentados contra a modéstia, verdadeiros sorvedouros de inocentes e purezas.

Não são os padres que as classificam assim; são homens profanos, brasileiros illustres que levantam a grita contra os perigos inegáveis das dansas immoralíssimas que se vão introduzindo em nossos costumes e em nossos meios sociaes.

Mães extremosas, paes que ainda não suffocaram a voz auggosta das vossas consciencias, ineditae um instante sobre os abysmos profundos em que vão submergindo o character dos vossos filhos e o pudor das vossas filhas em que se vão sumindo para sempre todas as noções da honra e da dignidade humana.

Mães extremosas, paes sinceros, salvae as almas dos vossos filhos. (TABOSA, 29 de abril de 1924, p. 1).

Nesse trecho podemos perceber que o discurso do jornal compara as danças ditas modernas a uma febre, provavelmente pela rapidez com que se alastrava, principalmente em meio às mulheres, assim como uma febre em um corpo doente e, também, como algo que toma o corpo, fazendo com que o indivíduo perca o controle sobre ele.

Monsenhor Tabosa aponta o mal trazido pelas danças tidas como modernas para as pessoas que as praticavam. Para complementar e dar mais credibilidade à sua argumentação, Tabosa afirma que esta é uma opinião de brasileiros ilustres, de homens que mesmo sendo considerados profanos, têm sua ideia utilizada como recurso para solidificar o discurso. O apelo é concluído com afirmações sobre os males causados pelas danças à honra das pessoas. A dança seria um mal contra a dignidade humana.

Em outra publicação, busca-se combater, mesmo que implicitamente, as danças “modernas” através do exemplo de um fato acontecido em Paris:

A imprensa de Paris, narra que Mostoi [ilegível], sultão do Marrocos, que esteve ali na inauguração da ,mesquita que o [ilegível] governante ajudou a construir naquela cidade assistira em companhia do presidente geral de Marrocos, o sr, Sterg, e [ilegível]a uma dança moderna.

Acreditando-se que o sultão se enchesse de admiração pelos trots, tangos e charlestons.

Entretanto, alguns momentos depois de assistir a danças diria: são muito extravagantes essas danças. Não posso compreender como os homens do Occidente permitem que as suas mulheres e filhas dançam semelhante coisa!

Desnecessario é dizer que os homens da cultura occidental ficaram devéras [ilegível]. (AS DANSAS modernas, 28 de fevereiro de 1927).

O autor tenta mostrar que mesmo Paris sendo a referência de civilização e de modernidade naquele momento, quando se tratava das danças, a cidade dava mau exemplo. Mais uma vez aponta-se que quem faz a crítica às danças não é um católico. Neste caso, não é um cristão. Ou seja, até mesmo pessoas tidas como pagãs concordavam que as danças trariam uma má influência para a sociedade. O autor cita o ocorrido dando a entender que seria uma vergonha permitir que as filhas e as esposas praticassem tais danças.

Percebemos nesta fonte, assim como em outras por nós pesquisadas, a menção do tango como dança em voga no período e que também era considerada imoral pela Igreja. Através de mais um exemplo vindo da França, o articulista busca deixar subentendida a sua opinião sobre o ritmo:

O primoroso publicista francês Pierre Ermité em um de seus magníficos artigos, conta a história de uma mãe que foi ver com o paroco de Montemarber, homem de vistas largas, afim de conseguir a licença de sua filha dançar o tango, a dansa da moda.

O paroco, depois de sensatas considerações, e objecções da mãe e da filha, por fim disse aquella.

- Que sua filha, minha senhora, deseja dançar o tango vá! Ella não compreende. Mas vsa. exc., a protetora nata de sua filha! V. exc. que sabe o essa ou aquella atitude significa, como pode vir pedir me uma licença que nem o próprio Deus poderia dar lhe, porque é contraria a toda consciência?

Suppondo embora sua filha completamente inocente, nem todas as suas companheiras o serão como ella..., o que, porisso contribui para o escândalo... aumenta com todo o seu peso de sua honestidade uma moda abominável...

Não negue a evidencia

E afinal o padre conclui desta forma:

– Concluimos , pela minha senhor. Dizia-me um rapaz há poucos dias: <si eu visse a minha noiva dansar tango com algum dos meus amigos, cujos pensamentos íntimos conheço, precisamente porque são meus amigos, declarara incontinente o meu contracto de casamento> (TANGO, 04 de dezembro de 1924, p. 2).

Neste trecho o jornal traça em seu discurso uma diferenciação a respeito da compreensão moral entre os jovens e os mais velhos. Ao afirmar que por conta da juventude sua filha não seria capaz de entender os preceitos morais, ele coloca a experiência dos mais velhos como algo valioso para compreensão dos bons costumes cristãos. Todavia, mesmo com esta afirmação, aponta uma senhora que intercede pela filha para que esta possa dançar as novas músicas, sem desobedecer a sua religião. Mostrando a jovem como alguém que não compreende seu erro, a mãe é colocada como a culpada, caso não proteja a filha, já que pela sua idade deveria ter consciência do mal causado pelo tango.

Neste trecho, o jornal nos mostra o teor do pensamento masculino em relação ao tango. Pois, no caso citado, o rapaz deixa transparecer pensamentos negativos e de degradação às moças que dancem esse ritmo. Todavia, também deixa transparecer que o problema está relacionado especificamente às mulheres, principalmente, às mais próximas, já que os amigos poderiam dançar tango com outras mulheres, mas não com sua noiva.

Segundo Daniel Augusto de Paula (2008), o tango teria surgido na Argentina, em 1910, inspirado na *habanera cubana* e, posteriormente, se popularizado na Europa, virando uma mania. Era caracterizado pelos passos em cruz e por flexões e pausas excitantes. A seguinte imagem foi publicada no periódico *O Malho*, citado algumas vezes no *O Nordeste* como uma folha ímpia:

Figura 4 – “SALADA DA SEMANA”



Fonte: O Malho, 31 de janeiro de 1914. Ano 13 594 p. 22 *apud* NETO, 2013, p. 13.

A imagem faz uma sátira à Igreja católica. Podemos notar que o Tango é representado pelo diabo dançando com uma mulher. Percebemos neste uma expressão de prazer. Ao mesmo tempo, se repararmos, ele está com a mão nas nádegas da sua parceira, demonstrando a licenciosidade da dança. Sendo assim, *O Malho* não nega que o tango era uma dança libidinosa para a época. No entanto, insinua que essa é uma característica positiva e que se até mesmo o papa o conhecesse apoiaria a atividade.

Através da imagem poderemos observar a existência de conflitos entre a Igreja, defensora do tradicionalismo católico e portanto contra tudo que não condizia com a moral religiosa, e os leigos, defensores da modernidade.

Outro ritmo qualificado como moderno e criticado nas páginas do *O Nordeste* foi o maxixe, o único ritmo nacional citado em nossas fontes. De acordo com Aquilino José de Brito Neto (2013), ele teria nascido no Rio de Janeiro, no final do século XIX, como um gênero popular dançante e, posteriormente, teria se tornado um gênero musical. É caracterizado por ser uma dança sensual, pelas letras picantes e de duplo sentido ou que exprimiam o cotidiano. Foi muito criticado por sua origem popular e por ser uma dança lasciva. Chegando, inclusive a ser excomungada pela Igreja católica.

Vejamos o que o seguinte texto fala a respeito do maxixe e de outras danças:

Na época actual o piano é um instrumento que se encontra em toda a parte. Não há cidadezinha com fôros de civilizada que não possua uma meia dúzia... torna-se quase um móvel indispensável na casa de família. Qualquer jovem, que teve seus princípios de educação, sabe toca-lo. Bem ou mal mas sabe *bater*.

Fortaleza podia-se dizer, é a cidade dos pianos. Aqui e ali, em toda a rua, se ouve o seu *doremifasolar* interminável. Mas o que nos dão para ouvir? Tangos, one-steps, fox-trots e quejandos. Musicas frívolas. Maxixes carnavalescos, cujos trechos são banallissimamente berrados e assobiados á rua pelos garotos. Infelizmente, salvo raras excepções, já não se amam os clássicos!

Os grandes artistas da onda sonora são esquecidos, É o horror ao que é antigo. E a que atribuir esta transformação? Á educação, aos princípios, ao meio? Não, unicamente á época que é vertiginosamente frívola... (R., 04 de julho de 1922, p. 2).

O autor atenta para a presença de pianos nas cidades civilizadas. Ou seja, ele começa o texto observando algo que é cotidiano e que para ele é positivo. É interessante perceber que ele aponta a presença do instrumento como algo quase indispensável nas casas de família. Sabemos que o piano era algo muito desejado naquele momento por representar a civilidade, como o próprio texto diz. No entanto, por ser um artigo caro acreditamos que estava presente nas residências abastadas. As casas de família para o autor são exatamente as habitações das pessoas com um maior poder aquisitivo. Mas a intenção do autor ao escrever o texto é mostrar que mesmo com essa característica positiva havia outra negativa, que eram os ritmos musicais tocados no instrumento. Mesmo sendo a favor da civilização o autor critica as modas musicais consideradas frívolas.

Pelo que o texto afirma, podemos constatar que tais gêneros não eram tocados apenas nos clubes, mas também em outros locais da cidade, como as próprias residências. Barbosa (2007) assinala que durante os carnavais de Fortaleza aconteciam os chamados “assaltos carnavalescos”, que eram festas nos palacetes do bairro do Jacareacanga, em meados da década de 1920, nos quais eram tocados os *foxes*, o *one-step*, etc.

O autor aponta também que as Bandas Marciais, como a do 23º Batalhão dos caçadores e a da polícia, tocavam no coreto da Praça do Ferreira, no Passeio público, e em outras praças difundindo estes ritmos, através do seu repertório. De acordo com o autor, vários segmentos sociais entravam em contato com estes estilos, já que estas bandas tocavam em praça pública.

Os cines-teatro também teriam sido importantes difusores desses gêneros. Pois possuíam orquestras. O autor aponta que a orquestra do Majestic era formada por dois pianistas, dois flautistas, dois violinistas e vários contrabaixos (Ibid., 2007).

Porém, em nossas fontes, os bailes são os principais citados como locais de prática destas danças. A respeito deles, *O Nordeste* publicou um manifesto feito por senhoras contra a moda e as danças:

Nós, abaixo assignadas, calcando aos pés o respeito humano, e senhoras dos nossos actos, repellindo certos hábitos maos, que a impiedade maliciosamente intenta renascer no mundo, para corromper a virtude da mulher e destruir os santos princípios christãos, que, em todo o tempo, fizeram a nossa grandeza na sociedade e no lar, invocando a virgem puríssima, espontaneamente prometemos

[...] Quanto aos bailes:

Acceitando a dansa, em geral, como divertimento pouco desejável, declaramos não dansar, e, se for mãe, não consentir os filhos dansarem as marchas rotuladas no gênero dos tangos, Fox-trot, maxixe, etc, condemnadas pela igreja e pelo bom senso, como francamente immorales e fonte de peccados.

Para confirmar o acima dito, nós assignamos fichas devotadas e defensoras da igreja catholica. (A MODA em Capivary - O manifesto de senhoras, 16 de abril de 1925).

O baile, assim como a moda, é colocado como algo anticristão, que tinha como propósito desviar a mulher dos caminhos da religião. As mulheres, então, prometem não dançar e nem permitir que seus filhos dancem. Este abaixo assinado contém os nomes de 53 mulheres, seguidos de sua condição civil. Os nomes são colocados hierarquicamente, vindo primeiro os das casadas, que são quatorze, em seguida os das viúvas, que são seis e, por ultimo, os das 33 solteiras.

Aqui, podemos perceber, assim como na maioria das fontes, a preocupação da Igreja principalmente com as mulheres. Isso porque, como já falamos, tinha-se a ideia de que o recato e o pudor eram qualidades próprias do gênero feminino e que, sendo assim, as mulheres deveriam preservá-los, seguindo o exemplo de Maria, como o texto assinala. Em segundo lugar vem a função que a mulher tinha de formar seus filhos. Ela seria retratada na folha muitas vezes como a base das famílias e estas como a base da sociedade. Como educadoras, elas poderiam ensinar seus filhos a seguirem os princípios do catolicismo. Por esses motivos, então, os discursos moralizadores publicados no *O Nordeste* eram, na maioria das vezes, voltados para as mulheres.

Para reforçar a ideia de que a dança traria o mal, principalmente para as mulheres, *O Nordeste* publicou um notícia sobre os malefícios das danças para a saúde:

O celebre médico dr. Bernard, que não é nenhum pessimista nem inimigo do bailado são, assegura que descobriu em todas as moças apaixonadas pela dansa moderna os seguintes symptomas: insomnias, atraso de desenvolvimento normal, falta de appetite, delíquios, pertubações circulatórias, phenomenos de auto intoxicação, neurosis spasmodicas, anomalias de memória, incoherencia de caráter, fadiga intectual, perversão do censo moral e, as vezes accidentes muito graves.

E conclúe: Uma senhora que executa com exagguero, dansas modernas será, physiologica e psychologicamente, uma detestável mãe de família.
E uma esposa fatal. – acrescentam os moralistas! (O MAL das danças, 16 de dezembro de 1924, p. 1).

O texto mostra que o periódico busca a fundamentação das suas ideias não apenas pela argumentação religiosa, mas também pela argumentação científica. Assim, religião e ciência aparecem como legitimadores do discurso moralizante do jornal contra as danças modernas.

Notamos, que as afirmações não tinham fundamentos e que na verdade o que se pretendia era usar o discurso médico para dar credibilidade a uma questão moral. Ao serem divulgadas como as palavras de um médico, tais ideias teriam uma maior aceitação do público.

Fica claro, desta forma, que *O Nordeste* teria usado vários artifícios para combater os novos ritmos que chegavam e ameaçavam a influência do catolicismo na cidade. Assim, através de artigos e notícias buscou-se interferir na conduta dos leitores, na intenção de dificultar sua adesão a tais gêneros tidos como imorais. Mas esta seria uma tarefa difícil, visto que, principalmente para as camadas abastadas, tais gêneros seriam sinal de cosmopolitismo, urbanidade e civilidade.

A respeito das exigências que haviam na época para que uma moça fosse considerada civilizada, a folha publicou o seguinte conteúdo:

A moça, ali, tem que ser sob pena de cair no ridículo, uma flôr de civilização, isto é, o mais deliciosamente frívola possível.

Deve ainda <papaguear>, em três ou quatro idiomas estrangeiros, o que em sua língua nativa seria incapaz de expressar com syntaxe correcta e logica razoável. É, mister, ainda conhecer, biograficamente, as estrelas e os astros dessa moderníssima criação: o cinematographo. Mas além, mas acima, infinitamente acima de todos estes *uteis* e *indispensaveis* conhecimentos a flor de civilização deve saber dansar!...

Saber dansar! Existirá, por ventura, alguma coisa que rivalize com isto, como fator de civilização, como escada para a perfeição moral e espiritual que a humanidade vem buscando desde que surgiu a Terra?

Certamente que não...

<Saber dansar> constitue, hoje em dia, em certas classes da sociedade, o que para os nossos avós, gente inquestionavelmente rígida e intratável a certos respeitos, representava o saber fiar e tecer, bordar e fazer renda, ordenar o amanho de uma casa e criar os filhos na lei de Deus.

E ainda mais eloquente, nesta ordem de idéias, do que a atitude de certos paes. È de ve-los, num salão, á luz pletórica das lampadas elétricas, diante das jovens filhas que aos *suavíssimos* accordes de um tango ou em <fox-trot> *absolutamente* <chic>, passam e repassam diante delles, nos braços do *encantador*!...

È por isso que me dirijo ás mães brasileiras, pedindo-lhes que intervenham na educação de suas filhas, aconselhando-as, orientando-as, formando-lhes o character, enfim, convencendo-as, emfim, de que poderm ser, perfeitamente, as flores da

civilização de que se ufanam, sem que para isso tenham que conceder ao tango e ao <fox-trot> maior importância do que a que essas dansas realmente tem. Porque, em summa, si as civilizações foram creadas com a cabeça, não é isso razão para que as queiramos transformar... com as pernas. (FLORES de civilização, 16 junho de 1924, p.1).

Segundo o texto, a moça que não atendesse aos quesitos citados não seria considerada civilizada naquele momento. Ser civilizada, então, significava, para certas classes, estar de acordo com as tendências estrangeiras e aderir a elas em seu cotidiano. A moça abastada que se pretendia moderna buscava se aproximar o máximo possível do que estava em voga na Europa. Isso iria ser refletido na sua maneira de vestir, falar, se comportar e se divertir. No entanto, a ideia que a Igreja tinha a respeito da mulher é que ela deveria ser "prendada" e se dedicar ao lar e à educação dos filhos.

Critica-se os pais que permitem que as filhas dançam nos bailes. Se para alguns dançar representaria uma ajuda para conseguir um bom casamento, para a Igreja significaria entregar-se à sedução e ao pecado. Contudo, mesmo falando mal dos pais, a atenção maior é dada às mães, pois eram estas que teriam a função de educar as filhas. Por isso é para elas o apelo feito contra as danças das moças.

Mesmo em tom de ironia, é feita a afirmação de que tais ritmos eram considerados chiques. Mas para a Igreja, mesmo sendo chiques não eram necessários e deveriam ser evitados. O texto não se mostra contra a civilização, mas contra algumas características pontuais que ela tinha. Este é o ponto principal do texto e a nossa principal percepção a respeito de tais discursos. *O Nordeste* não buscava impedir a civilização, mas combater os comportamentos tidos como "imorais" provenientes dela. Sua intenção era exatamente convencer de que podia-se ser civilizado seguindo os preceitos do catolicismo e, portanto, ignorando os comportamentos que contrariavam os ensinamentos da religião.

Notamos que o cinema, a moda e as danças se relacionavam, naquele momento, como elementos que formariam o estilo de vida tido como moderno pelas camadas de melhor poder aquisitivo. No entanto, este estilo de vida, por ir de encontro aos padrões comportamentais defendidos pelos católicos, era visto pela Igreja como algo que perverteria a sociedade e, principalmente as mulheres. *O Nordeste*, para defender o catolicismo iria, portanto, combater tais "males" no intuito de impedir que fossem difundidos na cidade de Fortaleza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste trabalho, analisar a atuação do jornal *O Nordeste*, entre os anos de 1922 e 1927, no controle comportamental dos habitantes de Fortaleza, a fim de perceber de que os discursos publicados em suas páginas foram utilizados por seus responsáveis na tentativa de impor uma moral católica a partir da qual se buscou conciliar modernidade e princípios religiosos no comportamento dos fortalezenses. Ou seja, nos interessamos pelo fato de o jornal demonstrar uma tentativa de moralização da população, que foi condizente tanto com os interesses da Igreja como com os dos intelectuais católicos que o organizavam, utilizando-se de estratégias discursivas, através das quais ora defendeu hábitos civilizados para os seus leitores, ora combateu condutas tidas como modernas, que contrariavam os ensinamentos do catolicismo.

A cidade, naquele momento, passava por transformações, as quais, ao passo que traziam mudanças, acentuavam as contradições existentes, já que, no mesmo momento em que a cidade se desenvolvia e as camadas dominantes desejavam o progresso, havia um grande número de pessoas pobres e de vadios que compartilhavam com aquelas este espaço urbano, comportando-se de maneira considerada não civilizada.

O crescimento econômico, gerado das exportações de algodão, das importações e do comércio, possibilitou a ascensão dos comerciantes, junto a alguns profissionais liberais, como classe dominante. O desenvolvimento da cidade e os novos anseios para a República recém-proclamada fizeram com que principalmente estes grupos idealizassem uma Fortaleza bastante diferente do que ela realmente era. Assim, se intensificou uma preocupação com a modificação do espaço urbano, da mesma forma que com o controle e o disciplinamento dos que viviam nele. Nesse sentido, as condutas que não se adequavam ao ar de urbanidade que se desejava para a cidade foram combatidas, principalmente nas páginas dos periódicos.

O Nordeste se destacaria por atuar mais veementemente, inclusive fazendo campanhas contra tais hábitos. Nesse sentido, ele não só divulgava suas ideias, como combatia os “maus comportamentos”, criando uma cumplicidade com os leitores, mobilizando-os a fazer o mesmo e cobrando providências por parte da polícia.

Enquanto a cidade se modificava, houve também mudanças na relação entre a Igreja Católica e o Estado. Com a proclamação da República, a Igreja perdeu seu posto de religião oficial no Brasil. Além disso, as novas ideias e comportamentos, inspirados nos padrões europeus, sinônimos de civilização e modernidade, poderiam ser vistos como ameaças ao poder de influência daquela religião na vida da população. Dessa forma, visando manter seu

espaço, e adequando-se aos novos padrões que se formavam na sociedade, o clero fundou folhas confessionais por todo o país, como forma de aproximação com os fiéis e de conservação do seu prestígio.

O Nordeste, fundado com essa intenção, atuaria no Ceará como representante do catolicismo. Para que isso se concretizasse, era preciso conquistar um número grande de leitores os quais o periódico pudesse influenciar. Assim, não foram poupados esforços para garantir o sucesso da folha. Em relação à sua produção, buscou-se acelerar a confecção com máquinas que imprimissem de maneira mais rápida. Em relação à distribuição, foram utilizadas algumas formas de publicidade para o jornal, bem como maneiras de facilitar sua venda – a divulgação feita pelos próprios leitores e pelos padres durante as missas, a venda nas igrejas após as celebrações, as agências de comercialização do periódico em diferentes locais da cidade e ainda o envio de representantes para realizar as assinaturas no interior.

Para o sucesso da folha e para a defesa da religião, foi de grande destaque o trabalho de militância realizado por membros do clero, como Dom Manuel, com a fundação e o apoio à gazeta; e Monsenhor Tabosa Braga, com suas colaborações em forma de textos para a publicação, e com agenciamentos de venda nas missas e nos interiores do estado; e, em menor grau, o Padre A. Pequeno, com seus textos moralizadores, entre outros.

Ademais, foi indispensável a ajuda de intelectuais leigos para a ação católica. Estes eram homens de influência na sociedade fortalezense. Em sua maioria professores e advogados, membros de instituições como a Academia Cearense de Letras e o Instituto Histórico, sendo ainda ligados à política local. Frequentando variados espaços da cidade, eles levavam os ensinamentos católicos para uma quantidade considerável de pessoas. Além disso, davam uma maior credibilidade ao discurso religioso, já que estavam ligados à academia.

A relação dos intelectuais católicos responsáveis pela folha com a cidade e com a religião faria com que *O Nordeste* demonstrasse um posicionamento singular em relação aos comportamentos dos habitantes de Fortaleza. Singular, em primeiro lugar, porque não se contentava apenas em disseminar suas ideias. Sua atuação extrapolava o campo do discurso. Tomava a frente de campanhas moralizadoras, mobilizando os leitores a reprimirem as condutas transgressoras, assim como os hábitos considerados imorais, e cobrava providências por parte dos poderes públicos no combate a estes, buscando, dessa forma, intervir ativamente no cotidiano da população, no sentido de discipliná-la de acordo com os seus interesses.

Em segundo lugar, os discursos publicados no *O Nordeste* nos mostravam uma característica própria da folha, que era o seu posicionamento em relação à modernidade que as camadas de maior poder aquisitivo acreditavam estar experimentando. Posicionamento este

que pode ser visto como contraditório, mas que estava de acordo com os interesses dos seus redatores. A gazeta era organizada por homens que representavam os setores abastados da sociedade, ao mesmo tempo em que defendiam a religião. Dessa forma, ela criticou os “velhos hábitos”, não civilizados, praticados principalmente pelas camadas populares, e também combateu alguns dos que chegavam, por não estarem de acordo com o que o catolicismo.

Em relação ao público alvo, acreditamos que, apesar de ter um público amplo, a folha era direcionada para os setores abastados locais, já que estes possivelmente eram as pessoas que possuíam acesso à leitura, além de terem um poder aquisitivo maior, dando-lhes condições de assinarem a gazeta. Ademais, os discursos publicados davam a entender que *O Nordeste* ora defendia os interesses desses grupos, ora direcionava seus conselhos a ele, já que quando criticava os comportamentos das camadas populares era em nome das famílias que habitavam principalmente o centro da cidade, e, quando aconselhava em relação aos hábitos tidos como modernos, orientava principalmente os membros das camadas abastadas, como forma de preservar o seu decoro.

A família, a religião, a educação e a pátria foram usadas como pretexto para interferir nas ideias e no comportamento dos leitores. Estes quatro termos se relacionaram na formação de um discurso que defendia um só pensamento: a religião seria fundamental para o progresso da sociedade. Isso porque a família foi retratada como sendo a base da sociedade, portanto ela deveria ser fundamentada na religião católica, já que só através dela a sociedade alcançaria o progresso. De acordo com esse pensamento, o cidadão católico deveria demonstrar seu amor à pátria defendendo a família de todos os perigos aos quais ela poderia estar exposta.

A intenção era fazer com que os leitores acreditassem que o cidadão patriota deveria valorizar a família, já que ela era o alicerce da sociedade, e que isso deveria ser feito através da religião católica, pois somente ela salvaria a nação dos seus problemas e promoveria o bem de todos. Assim, argumentava-se sobre a importância de investir na educação religiosa dos jovens, visto que eles eram parte importante das famílias e seriam os responsáveis pelo futuro do país.

Nesse sentido, os textos publicados no jornal buscavam moralizar principalmente os jovens e as mulheres. Isso porque, para garantir que a influência do catolicismo no país continuasse grande, dever-se-ia educar as pessoas, desde crianças, aos ensinamentos da religião. Estes seriam católicos formando, no futuro, uma sociedade fundamentada no catolicismo. Mas, para que isso se concretizasse, era preciso que a mulher fosse aliada à doutrina católica na educação dos seus filhos.

A mulher teria, então, um papel muito importante na sociedade, já que era a responsável pelo lar, pelos filhos e pelo marido. Sobre ela recairia, portanto a exigência de levar uma vida correta que serviria de exemplo para os filhos. Para a Igreja, o cotidiano dela deveria ser vivido em função da criação e educação dos filhos, do cuidado com a casa e com o esposo, e da religião. Caso não cumprisse sua função da maneira como se desejava, seria dela a responsabilidade dos problemas familiares e sociais.

Em Fortaleza, aquele era um momento em que os problemas da sociedade foram postos em evidência mais intensamente devido às aspirações por mudanças, principalmente por parte dos intelectuais, das camadas dominantes e dos poderes públicos. A imprensa seria utilizada por estes grupos como espaço de discussões sobre o ar de urbanidade que Fortaleza deveria possuir, e também sobre o combate aos comportamentos indesejados por não se adequarem a essa cidade idealizada.

Nesse sentido, a falta de higiene, a vadiagem e a prostituição, que eram costumes muito presentes na cidade, não seriam toleradas, já que aquele era um momento em que se buscava formar uma sociedade ordenada, seguindo os modelos europeus. As pessoas que praticavam hábitos vistos como negativos foram alvos de reclamações nos discursos do *O Nordeste*, já que ele, como representante da Igreja, e também das famílias abastadas, defendia a ideia de que o cidadão deveria ser higiênico educado, disciplinado e produtivo.

Assim, através das campanhas moralizadoras, das denúncias, da publicação de cartas de leitores, de notícias sobre a atividade policial, etc., a folha combateu os velhos hábitos, retratados como não civilizados, em nome de uma modernidade e de um progresso desejados também pelos intelectuais que compunham sua redação.

Porém, ao mesmo tempo em que estes desejavam uma cidade moderna, queriam também defender a influência de sua religião no Estado. Assim, haveria um limite a ser respeitado em relação aos comportamentos tidos como modernos, que, não obstante, deveriam ser seguidos. Devia-se ser civilizado até o momento em que determinado comportamento não contrariasse os ensinamentos da religião católica. Algumas novidades, tidas como imorais seriam, portanto, criticadas pela instituição, e, conseqüentemente, pelo periódico, por representarem o afastamento dos católicos cearenses da citada religião. Para a Igreja, seria importante afastar principalmente as mulheres, mães ou futuras mães, e os jovens, futuro da sociedade, de tudo que os desviassem da religião.

Dessa forma, o cinema, a moda e as danças que se caracterizavam como modernos naquele momento seriam retratados na folha como males para as famílias e para a sociedade, já que para a Igreja seriam vistos como ameaças à sua autoridade. *O Nordeste*, como

representante da Igreja, iria, portanto, criticar essas manifestações expondo-as em seus discursos como males que perverteriam os fiéis, principalmente os jovens e as mulheres, buscando impedir sua difusão em Fortaleza. Nesse sentido, a folha se utilizou de estratégias discursivas na intenção de formar para o leitor uma imagem negativa das condutas por ela criticadas e também de induzi-lo a mobilizar-se para combater essas condutas.

Uma das estratégias foi o uso de metáforas, através das quais se comparava os comportamentos alvos de suas críticas com males, como as doenças, criando estereótipos e retratando-os como perigosos para a sociedade. Outro artifício foi a publicação de notícias que trouxessem exemplos de medidas tomadas contra tais comportamentos em outros países, sugerindo que o mesmo fosse feito no Brasil e no Ceará. No entanto, acreditamos que o principal mecanismo foi a apropriação do discurso médico, como fundamentação e também como forma de dar credibilidade para as suas argumentações, nas quais se fazia a relação da higiene com a saúde pública e também se defendia uma higiene moral. Dessa forma, baseado nas ideias médicas, *O Nordeste* “diagnosticou” os problemas e sugeriu soluções.

Portanto, *O Nordeste*, no período estudado foi utilizado pela Igreja e pelos intelectuais laicos, seus organizadores, como ferramenta de moralização e de disciplinarização da população fortalezense. Percebemos, ademais, como característica da sua atuação e dos seus discursos naquele momento, uma busca de conciliação entre a modernidade almejada e a tradição católica. Desse modo, ao mesmo tempo em que se demonstrou um interesse por mudanças no comportamento da população – utilizando termos como progresso, civilização, modernidade, etc., retratados como algo bom e usados como argumentos para combater a falta de higiene, a vadiagem, os jogos de azar e a prostituição –, criticou-se também os novos hábitos, considerados civilizados pela população e pervertidos pelos religiosos.

O que nos fica claro é que, naquele momento de mudanças na sociedade, a Igreja buscava preservar seu poder, demonstrando-se fundamental para o futuro da nação, e que, para isso, se utilizou da imprensa e de intelectuais laicos que militaram a seu favor. Porém estes intelectuais tinham suas aspirações para a cidade, que iam além da religião. Eles desejavam uma Fortaleza moderna. Dessa forma, através dos seus discursos publicados no *O Nordeste*, buscaram intervir no cotidiano da população, demonstrando a necessidade da religião e induzindo-a a se comportar de acordo com uma moral católica, mas também de forma adequada à cidade por eles desejada, demonstrando ao cidadão fortalezense que ele deveria ser moderno, porém recatado, seguindo as novidades até o momento que elas não contrariassem a religião católica.

A partir dos resultados obtidos com este trabalho, notamos que ele aponta para uma continuidade, ou seja, que nossas fontes proporcionam novas reflexões e que novos aspectos relacionados ao *O Nordeste* podem ainda ser trabalhados. Um deles é o discurso da folha em relação às mulheres, que demonstra a intenção dos seus responsáveis em formar um perfil feminino ideal para as fortalezenses.

Outro ponto que ainda merece uma reflexão mais aprofundada é o discurso do jornal em relação às crianças e aos jovens. Podemos notar bastante presente, nos textos publicados no periódico, a ideia de que a educação religiosa deste grupo de seria muito importante para o bem da sociedade. Isso demonstra uma preocupação da Igreja em formar futuros fieis.

Visto isso, chegamos ao fim deste estudo percebendo que ele abre caminhos para outros que virão, e compreendendo que esta foi uma interpretação, mas que outras podem existir. Novos problemas devem ser pensados e novas narrativas devem construídas. Sendo assim, esperamos ter contribuído com a história que trata sobre o assunto e encerramos este trabalho desejando que nossas discussões não se encerrem e que novas histórias sejam escritas.

ACERVOS CONSULTADOS E FONTES

ACERVOS CONSULTADOS

Biblioteca Pública Menezes Pimentel – Fortaleza - CE.

Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará – Fortaleza - CE.

FONTES

Periódicos

Correio do Ceará – Fortaleza (1922 – 1930).

Gazeta de Notícias – Fortaleza (1927 – 1929).

O Nordeste – Fortaleza (1922 – 1930).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Margarida. A Legislação no campo da habitação popular em Fortaleza. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. **Anais eletrônicos**. V.3, n. 1. 1994. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/365/341>>. Acesso em 14/02/2014.
- AQUINO, Mauricio de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889 – 1930). **Revista brasileira de história**. Versão on line issn 18069347. Vol 32, nº63, Dossie Igreja e Estado. São Paulo, 2012. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-01882012000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 20/01/2015.
- BARBOSA, Carlos Henrique Moura. **A cidade das Mascaras**: Carnavais na Fortaleza das Décadas de 1920 e 1930. (Dissertação – Mestrado em História Social) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.
- BARBOSA, Fco. Carlos J. **A força do hábito**: Condutas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900 – 1930). Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFC. Fortaleza, 1997.
- BARBOSA, marialva. O cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. **Revista Ciberlegenda** n. 07 (2002). Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/331>> Acesso em: 20/12/2014
- BARBOSA, Marta Emisia J. **Cidade na contramão**: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado em História) PUC. São Paulo, 1996.
- BASILE, Lucila Pereira da Silva. Apontamentos para uma História Social da Música no Ceará: a música da Fortaleza Belle Époque. In: XVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2013. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371310381_ARQUIVO_ApontamentosparauMaHistoriaSocialdaMusicanoCeara.pdf>. Acesso em: 10/02/2015.
- BRESCIANI, Maria Stela. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 12ª Ed, São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- CAMARGO, Daisy. Entre o palhaço e o equilibrista: vocabulários de expressão iconográfica da embriaguez reapropriados no discurso médico. **História e perspectivas**. Uberlândia, n. 47, p77 – 101, jul. – dez. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/21264>>. Acesso em: 24/02/2014.

CARVALHO, Analice Camara. A Moda Fortalezaense no final da década de 20: uma análise do Jornal O POVO como referência para as informações sobre moda na época In: 8º colóquio de moda – 5º edição internacional. Rio de Janeiro, 2012. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/8-Coloquio-de-moda_2012/GT06/POSTER/103238_A_Moda_Fortalezense_no_final_da_decada_de_20.pdf>. Acesso em: 03/02/2015.

CASTRO, Maria Darlyele Gadelha de. **A sociedade, a moda e os clubes sociais de Fortaleza**: análise das revistas A Jandaia, Bataclan e Ceará Ilustrado durante as décadas de 1920 a 1930. In: 8º colóquio de moda – 5º edição internacional. Rio de Janeiro, 2012. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/8-Coloquio-de-Moda_2012/GT06/POSTER/103441_A_sociedade_a_moda_e_os_clubes_sociais_de_Fortaleza.pdf>. Acesso em: 10/05/2014.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis-RJ, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. Classes Perigosas. **Revista Trabalhadores**, n.6. Campinas: SMCSP, 1990.

_____. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª ed., 2001

CHARTIER, Roger. “As revoluções da leitura no Ocidente”. In: ABREU, Márcia (org). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras – Associação de Leitura do Brasil, 1999.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução: Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Hipólito da. *et al.* Jornalismo e história – Interconexões. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, 2001. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2MELO.PDF>> Acesso em: 20/04/2014.

COSTA, Maria Célia Lustosa. A Cidade e o Pensamento Médico: Uma Leitura do Espaço Urbano. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, ano 01, número 02, p.61–69, 2002. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/181/147>>. Acesso em 11/02/2014.

COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcóolicas em Fortaleza (1915 – 1935)**: trabalhadores, boêmios , ébrios e alcoólatras. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC. Fortaleza, 2009.

DAMASCENO, Ana Daniella. **Escolas nocturnas no Ceará**: Ações de combate ao analfabetismo adulto na Primeira República. Dissertação (Mestrado Academico em Educação) Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2010.

DOMINGUES, Giorgis de M. Mulheres catarinenses: discursos normatizadores. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais Eletrônicos**. São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0338.pdf>>. Acesso em: 20/02/2014.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourrette**: Mídia, cultura e revolução. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, (1840-1890). São Paulo: Editora brasiliense. 1988.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão**: faces da atividade policial na capital cearense (1916 – 1930). Dissertação (Mestrado em História Social). UFC. Fortaleza, 2005.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 2012.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. Salvador: EDUFBA, 1996.

FREITAS, Idalina Maria Almeida. Medicina legal, Corpo e Relações de Gênero em Fortaleza (1910-1950). In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais eletrônicos**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=15216>>. Acesso em 11/02/2014.

FURTADO, Tânia Cristina Tavares de Andrade. **O Nordeste**: trajetória de um jornal católico. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Monografia de graduação, 1990.

GILLER, Marília. **Os Jazz Bands no Paraná nas décadas de 1920 a 1940**. In: IX Fórum de Pesquisa em Arte. Curitiba: ArtEmap, 2013. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.emap.pr.gov.br/arquivos/File/Forum/IX_Forum_de_Pesquisa_em_Arte/Anais/03_Marilia_Giller.pdf>. Acesso em: 01/02/2015.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a Crônica Histórica**. Ed. Especial. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 2000.

GOMES, Edgar da Silva. **A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890)**: uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca. (Dissertação de mestrado em Teologia Dogmática) Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. São Paulo, 2006.

GOMES, Maria Adaiza Lima. **“Paixão Arraigada no Seio da População”**: Os jogos de azar no cotidiano fortalezense (1922-1930). Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de História, Fortaleza, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. São Paulo: Col. Biblioteca do Tempo Universitário, 2003

HOBSBAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

IBGE. **Séries Estatísticas Retrospectivas**. Volume 1, 1986.

JÚNIOR, Mário Martins Viana. **As mulheres na expansão material de fortaleza nos anos de 1920 e 1930**. (Mestrado História Social) UFC. Fortaleza, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAGE, Nilson *et al.* **Diário Carioca: O primeiro degrau para a modernidade**. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia** v. 1, n. 1 (2004). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2195>>. Acesso em: 20/11/2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão... [et. al.]. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade: Fortaleza em questão**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991

LIMA, Francisco Gildemberg de. O cinema como diversão “saudável”: o discurso médico sobre as salas de cinema em Fortaleza (1910 e 1930). **Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 7, 2011. Disponível em: <www.pucsp.br/revistacordis>. Acesso em: 05/01/2015.

_____. **Os cinemas católicos: moral e decência na cidade de Fortaleza (1913-1930)**. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

LIMA, Janilson Rodrigues. **Em defesa da fé e da família: intelectualidade católica e as estratégias para o restabelecimento de um padrão comportamental em fortaleza (1936 – 1941)**. Dissertação (Mestrado em História e Culturas). UECE. Fortaleza, 2013.

LIPPI, Lúcia. (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

MARTINS, Ana Luiza Rios. **Entre o piano e o violão: A modinha e a cultura popular em fortaleza (1888-1920)**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). Fortaleza – Ceará, 2012.

MELLO, Alex Oestrich de. *et al.* O Discurso Sanitarista Como Discurso Político e Ideológico na República Velha. **Revista Historiador**, nº 03, ano 03, p. 92–106, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 10/02/2014.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **"Madureza" (verbetes)**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix

Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=293>>, visitado em 6/8/2015. Acesso em: 10/05/2014.

MENESES, Sônia. Os vendedores de passados: A escrita da história como produto da mídia. **Tempos Históricos**, Volume 14, 2º semestre de 2010, p. 70-90 ISSN: 1517-4689 (versão impressa), 1983-1463 (versão eletrônica). Disponível em: <<https://pesquisahistoricaurca.files.wordpress.com/2013/10/4859-17754-1-pb.pdf>>. Acesso em: 22/04/2014

MESQUITA, Peri; BRIGHENTI, Miriam F. Dom Leme, os intelectuais e o papel da educação na reconquista da hegemonia católica: a guerra de posição de 1915 a 1950. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/hSXTTvUM.pdf> Acesso em: 10/01/2015.

MIGUEL, Luis Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 190-199, 2000.

MIRANDA, Júlia. **O Poder e a Fé: Discurso e Prática Católicos**. Fortaleza, Edições UFC, 1987.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **As Vicissitudes do tradicionalismo no Ceará (1817 – 1978)**. Fortaleza, BNB, 1992.

NETO, Aquilino José de Brito. Maxixe: Dança e Música na Circularidade Cultural Brasileira. In: XVII simpósio Nacional de História – ANPUH, 2013. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371319782_ARQUIVO_maxixeDancaeMusicanaCircularidadeCulturalBrasileira.pdf>. Acesso em 20/12/2014.

NEVES, Flávio Rodrigues. **Vozes da reação: Atuação católica e laicização do Estado Brasileiro (1890 – 1891)**. (Dissertação de Mestrado em História Social) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2014.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NOBRE, Geraldo. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Edição fac-similar, Fortaleza: NUDOC/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. “Fora da higiene não há salvação”: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. **Mneme - revista de humanidades**: Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. v.4, n.7. Natal, fev./mar. 2003. Disponível em: <www.cerescaico.ufrrn.br/mneme>. Acesso em: 10/02/2014.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *et al* A ordem antes do progresso: o discurso médico – higienista e a educação dos corpos no Brasil do início do século XX. **Fênix**: Revista de

História e Estudos Culturais. Vol. 9 Ano IX nº 1, Jan./ Fev./ Mar./ Abr. 2012. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 11/02/2014.

OLIVEIRA, José de Arimatea Vitoriano de. **Tempo moderno conforme a narrativa ou a memória, a crônica, a narrativa, o cotidiano**: Fortaleza nas décadas iniciais do século XX. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). UECE. Fortaleza, 2010.

ORIÁ, Ricardo; JUCÁ, Gisafran. **De Forte a Vila e Cidade (1603-1889)**. In: SOUZA, Simone de; RIBEIRO, Francisco Moreira; JUCÁ, Gisafran; ORIÁ, Ricardo; PONTE, Sebastião Rogério.

PARANHOS, Adalberto. A invenção do Brasil como terra do samba. Os sambistas e sua Afirmação social. **História**, São Paulo Nº 22, 2003. Disponível no site <www.scielo.br>. Acesso em: 24/02/2015.

PARGA, Francisca Rafaela. **“Contra a semente da desordem”**: imprensa católica e fascismo Fortaleza/CE (1922-1930). Dissertação Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

_____. Intelectuais católicos, imprensa e autoritarismo (1922-1930). In: XIII Encontro Estadual de História do Ceará, 2010. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2010_pdf/st04/Artigo_Francisca_Rafaela_Parga.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

PAULA, Daniel Augusto Meira de. **Dança de Salão**: História e Evolução. Trabalho de conclusão (Licenciatura – Educação Física) – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências de Rio Claro, 2008.

PINHEIRO, Francisca Gabriela Bandeira. **“Não esperamos só pela ação do governo, a calamidade é pública**. A atuação do jornal O Nordeste no combate à *lepra* em Fortaleza (1922-1930). Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de História, Fortaleza, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque** – reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 2001.

RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. Tríade do Mal: civilização dos fracos no mundo do trabalho. **Projeto História**, São Paulo, n.39, p. 179-208, jul. – dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5841>>. Acesso em 13/02/2014.

_____. **História e Memória do Jornalismo Cearense**. Sebastião Rogério Ponte (Coordenador). – Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/ UFC, Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará. Secretária de Cultura – SECULT, 2004.

REBELO, José. Os acontecimentos mediáticos como actos de Palavra. **Revista Científica de Información y Comunicación**. Número 3, (2006), Sevilla SECCIÓN CLAVES. Disponível em: <<http://institucional.us.es/revistas/comunicacion/3/art2.pdf>>. Acesso em: 15/05/2014.

ROCHA, Francisco A. **Figurações do Ritmo:** Da sala de cinema ao salão de baile paulista. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Walter *et al.* Moda e Élités nos anos 20. In: **Revista Sociologia** - Problemas e Práticas. Nº5, Outubro de 1988. Disponível em: <<http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/35/393.pdf>> Acesso em: 10/05/2014.

ROSA, Ana Lúcia Gonçalves. **Passos cambaleantes, caminhos tortuosos:** beber cachaça, prática social e masculinidade – Recife/PE – 1920 – 1930. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC. Fortaleza, 2003.

RUAS, Ester Cristina Machado. **Imagens de advertências impressas nos maços de cigarros brasileiros:** Um estudo de caso. Dissertação (mestrado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde. Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Chrislene Carvalho. **Corpos e Comportamento:** beleza, saúde e moda no sertão cearense no início do século XX. **Revista Caderno Espaço Feminino** - ISSN 1981-3082. V. 26, n.1 (2013). Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/17784>> Acesso em: 10/01/2015.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. Esmiuçando vidas de homens prostitutos em Fortaleza. XV Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais Eletrônicos**. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=185&Itemid=171>. Acesso em 11/02/2014.

SILVA, Diocleciana Paul. **Do Recato à Moda:** Moral e Transgressão na Fortaleza dos anos 1920. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004

SILVA, Fernanda. Urbanização e higiene das cidades: engenheiros e o uso de conhecimentos-meio. In: Congresso Internacional de História. **Anais Eletrônicos**. Maringá, 2011. Disponível em: <<http://www.indev.com.br/historia/?l=trabalhos&id=355>>. Acesso em: 11/02/2014.

SILVA, Márcio Inácio da. **Nas telas da cidade:** Salas de cinema e vida urbana na Fortaleza dos anos de 1920. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **As Chaves da Cidade:** Civilização e Violência na construção do espaço urbano de Fortaleza na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **A operação midiográfica:** A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal Fluminense Niterói, 2011.

SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.